

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GEORGE BRONZEADO DE ANDRADE

**O REATAMENTO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS (1969-1972): UM
ESTUDO TRIPARTIDO DA MAXIMIZAÇÃO DO PODER RUMO À HEGEMONIA
NORTE-AMERICANA NA ÁSIA.**

JOAO PESSOA

2014

GEORGE BRONZEADO DE ANDRADE

O REATAMENTO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS (1969-1972): UM ESTUDO TRIPARTIDO DA MAXIMIZAÇÃO DO PODER RUMO À HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA ÁSIA.

Dissertação apresentada ao Mestrado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração – Política Externa e Segurança.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco.

ABRIL/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553r Andrade, George Bronzeado de
O reatamento das relações Sino-Americanas (1969-1972)
[manuscrito] : um estudo tripartido da maximização do Poder
rumo à hegemonia Norte-Americana na Ásia. / George
Bronzeado de Andrade. - 2014.
186 p.

Digitado.
Dissertação (Relações Internacionais) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais
Aplicadas, 2014.
"Orientação: Prof.Dr.Cristina Carvalho Pacheco, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas".

1. Reatamento Sino-Americano (1969-1972). 2. Estudo
tripartite. 3. Cooptação norte-americana da China. I. Título.
21. ed. CDD 327.17

GEORGE BRONZEADO DE ANDRADE

O REATAMENTO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS (1969-1972) : UM ESTUDO TRIPARTIDO DA MAXIMIZAÇÃO DO PODER RUMO À HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA ÁSIA.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, sob orientação da Professora Doutora Cristina Pacheco.

08 / 04 / 2013.

Cristina Pacheco

Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco/UEPB

Orientadora

Alexandre César Leite

Prof. Dr. Alexandre César Leite/UEPB

Examinador

Marcos Costa Lima

Prof. Dr. Marcos Costa Lima/UFPE

Examinador Externo

Os acadêmicos americanos são especialmente bons a promover o pensamento liberal no mercado das idéias. À porta fechada, porém, as elites que formulam a política de segurança nacional falam sobretudo a linguagem do poder, não a do princípio, e os Estados Unidos actuam no sistema internacional segundo os ditames da lógica realista.

John Mearsheimer

A todos os entusiastas do conhecimento que se lançam sobre o estudo do instigante relacionamento sino-americano.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, sobretudo, por ter me permitido trilhar esse caminho tão árduo e solitário do conhecimento, realizando mais um sonho.

Aos meus pais, Levi e Luza, por sempre acreditarem e estarem sempre na retaguarda dando o apóio moral, espiritual e material nos momentos mais difíceis, assim como pelo legado “vício” pela leitura e o amor pelo conhecimento alimentado até hoje, o que é um fruto do trabalho de vocês.

À Mauricéia, esposa e companheira que aprendeu a compreender e respeitar o tamanho dos meus sonhos, me dando carinho e força para continuar.

À Gabrielle e Emanuelle, filhas queridas que povoam sempre meu imaginário e trazem o refrigério dos carinhos e traquinagens a me aliviar a seriedade e tensão do labor acadêmico.

À professora Cristina Pacheco, muito especialmente, que com maestria inimitável, soube me conduzir ileso pelos caminhos tortuosos que tive de percorrer, ao me aprofundar nas pesquisas exigidas pela dissertação, sempre atenta aos meus devaneios e escorregões, ponderando com sobriedade as mais acertadas estradas que seu pupilo deveria trilhar, mesmo à grande distância, meu muitíssimo obrigado.

Aos professores Henrique Altemani de Oliveira e Alexandre César Leite, pelo apóio e pelas discussões e debates sobre a China, que me cativaram e me inclinaram a estudar tudo o que está relacionado com o fascinante Estado chinês.

Ao professor e historiador Antônio Elíbio pela preciosa orientação no sentido de fazer pesquisa nas fontes primárias contidas no Departamento de Estado dos Estados Unidos, o que se transformou num capítulo específico deste trabalho, meu muito obrigado.

Aos amigos Theodomiro (Zé garapa), prima Cris (pelo carinho), mestre Geruso, Gilmar (grande amigo - literalmente), Alison (dá nó em pingo d’água), Felipe e Ianne (amigos do coração), Aos gêmeos queridos Eloíson (tenista) e Eloísio (futebolista), Juninho “bochecha”, à Dr. Raimundo (pelas inúmeras reflexões e conversas), ao Dr. Gustavo Pessoa Tavares de Lyra e Anne pela gigantesca força e ajuda com os problemas lá no Fórum, a Dra. Inês Cristina Selbmann (que nunca criou empecilho para meus estudos e sempre me incentivou, obrigado), Thiago e Glauber (irmãos queridos), Ramon, Vera e seu “Zé” lá do Fórum, João Batista (grande artista), Osiel Batista e Josué Batista (primos do coração), Tia Bam, Vó Percides, Tia Alda e Glinaldo, Everton, Elaine e Eloíse, Tio “Dóia” e família, a meus avós já falecidos Alcides e “Dona Basinha”, Pastor Inaldo Henriques e Irmã Olga, Pastor Luciano (um grande amigo), Pastor Jucier de Oliveira (meu irmã na fé), Pastor João

Camilo (um grande homem) e Lena, Tio Davi (excepcional figura) e Célia, Élere e seu Cícero (amigos distantes), Irmã Dézia e Irmão Maurício (grande sogra e sogro), Alberto e Daniele (casal querido), grande “Del”, Aline Chianca (intelectual e amiga que muito me socorreu), Jair e “Tonho” lá da padaria (que mataram minha fome de pão), amiga Jeane (mestranda comigo com quem dividi muitas angústias), ao professor Paulo Kulmann, à professora Sílvia Nogueira, ao professor Davi (já distante), ao professor Filipe e à professora Andrea Pacheco (rigorosa, mas inteligentíssima e sempre atenciosa), à criançada Natã, Vivi, Fernandinha e Michael (lá da Praia de Camboinha) e todos, todos os demais parentes e amigos que deixei de citar aqui apenas por uma questão de espaço, meu muito obrigado. Vocês fazem parte desta conquista.

Por fim, e não por menor apreço, meu agradecimento ao eterno mestre Armando Albuquerque de Oliveira, Doutor em Ciência Política, intelectual de grande monta e um atemporal amigo, com quem tenho uma dívida impagável, professor que me ensinou os “primeiros passos” ainda na graduação, figura importantíssima em minha formação intelectual e que me orientou para a carreira acadêmica, provocando em mim a admiração ainda hoje incontida de um dia também poder seguir seus passos. Por uma questão de justiça e de grande apreço, meu muito obrigado.

Resumo

O fim da década de 60 e início da década de 70 é marcada pelo reatamento das relações sino-americanas sob o signo da *détente*. Nesse momento da história, os Estados Unidos de Richard Nixon e a China Comunista de Mao Tsé-tung retomam um relacionamento interrompido há mais de vinte anos, marcado pela interrupção que remonta à vitória da Revolução Comunista de Mao Tsé-tung em 1949. O reencontro das duas nações, que defendiam sistemas sócio-econômicos e ideologias divergentes, fora nesse período grassada pelo pragmatismo realista das políticas de Washington e Pequim. É sobre esse fenômeno que em muitos sentidos “chocou” o mundo, que se busca empreender uma compreensão multidimensional do reatamento sino-americano sob a perspectiva tripartite do estudo da história, da análise dos documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da leitura teórica para explicar o fenômeno da reaproximação, com ênfase na abordagem do realismo ofensivo de Mearsheimer, que intui para empresa norte-americana na região asiática rumo à maximização de poder com fins de buscar a hegemonia regional.

Palavras-chave: Reatamento sino-americano (1969-1972) – Estudo tripartite – Cooptação norte-americana da China - Realismo ofensivo.

Abstract

The end of the 60s and early 70s is marked by the resumption of Sino-US relations under the sign of *detente*. At this moment in history, the United States Richard Nixon and Communist China of Mao Zedong resume interrupted a relationship for more than twenty years, marked by failure dating back to the victory of the Communist Revolution of Mao Zedong in 1949. Their reunion of two nations, who advocated socio-economic systems and differing ideologies, outside this period grassada the realistic pragmatism policies of Washington and Beijing. It's about this phenomenon that in many ways "shocked" the world, which seeks to undertake a multidimensional understanding of Sino-American resumption under the tripartite perspective of the study of history, analysis of official documents from the U. S. State Department and reading theory to explain the phenomenon of rapprochement, with emphasis on the approach of offensive realism Mearsheimer, who intuits to an American company in the Asian region towards maximizing power with the purpose of seeking regional hegemony.

Keywords: Resumption sino-american (1969-1972) - tripartite Study - American Cooption China - Offensive Realism .

SUMÁRIO

Introdução	11
CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES DO REATAMENTO SINO-AMERICANO E CONTEXTO:A GUERRA FRIA.	
1.1 Considerações iniciais	19
1.2 O prelúdio: por uma perspectiva histórica	20
1.3 Uma Guerra Fria para além do aspecto histórico: a visão teórica.....	29
1.4 Buscando as origens	35
1.5 Considerações finais	43
CAPÍTULO 2 - GUERRA FRIA: EUA, URSS E CHINA - A APROXIMAÇÃO SINO - SOVIÉTICA, A RUPTURA E A DIPLOMACIA TRIANGULAR.	
2.1 Considerações iniciais	45
2.2 O contexto da <i>détente</i>	47
2.3 Origens, causas e conseqüências da reaproximação sino-americana	50
2.4 A diplomacia triangular kissingeriana	57
2.5 As divergências sino-soviéticas	57
2.6 A reaproximação sino-americana: uma compreensão histórica	66
2.7 Uma perigosa diplomacia triangular e o enclave de Taiwan	70
2.8 Os conflitos do Estreito de Taiwan e o equilíbrio chinês: a tática da confrontação dos inimigos	73
2.9 Os EUA, o “efeito” Cuba e o Vietnã	76
2.9.1 A Revolução Cubana – um sinal de alerta e um empurrão para o recrudescimento da questão do Vietnã	77
2.9.2 O Vietnã – do atoleiro de uma guerra perdida à retirada inglória: uma questão fundamental para a retomada sino-americana	80
2.10 Consirações finais	89
CAPÍTULO 3 - UM ESTUDO DAS FONTES PRIMÁRIAS CONTIDAS NO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS: O REATAMENTO SINO-AMERICANO NO PERÍODO DE 1969 A 1972 SOB O SIGNO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.	

3.1 Considerações iniciais	91
3.2 A análise de conteúdo dos documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1969-1972: o discurso nixoniano	94
3.3 A Doutrina Nixon em ação: os documentos oficiais	95
3.4 Os primeiros passos rumo ao reatamento: as tratativas iniciais	101
3.5 Avaliações norte-americanas: A China acuada por todos os lados; o perigo do expansionismo sino-soviético; a reinserção internacional da China e a ampliação do leque estratégico no reatamento sino-americano	104
3.6 A evolução das tratativas sino-americanas durante o ano de 1971	114
3.7 O restabelecimento das relações sino-americanas: Kissinger <i>versus</i> Chou-Em-lai.....	119
3.8 O reatamento sino-americano e as divergências internas dos estrategistas norte-americanos	122
3.9 Suspeitas de invasão soviética da China; a segunda visita de Kissinger à China; o equilíbrio norte-americano entre a China e Taiwan e a inclusão da China comunista na ONU	123
3.10 A visita de Nixon à China e a Declaração de Xangai	130
3.11 Considerações finais	136
CAPÍTULO 4 – O REATAMENTO SINO-AMERICANO SOB A PERSPECTIVA REALISTA	
4.1 Considerações iniciais	139
4.2 O realismo ofensivo de Mearsheimer: as bases da teoria	141
4.3 A reaproximação sino-americana sob o olhar da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer e seus debatedores	145
4.3.1 O argumento institucionalista	149
4.4 Convergências teóricas: Buzan, Tucker, Tellis, Friedberg e Twomey	167
4.5 Considerações finais	171
CONCLUSÃO	174
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, longe de procurar esgotar o assunto, tem como objetivo principal compreender a reaproximação entre os EUA e a China, nos fins da década de 60 (1969) e início da década de 70 (1971-1972), um relacionamento interrompido há mais de vinte anos. Deve-se salientar que, apesar de EUA e a China refundarem seu relacionamento oficialmente apenas em 1979, no período a que se refere o presente trabalho, estabelecem-se os primeiros passos para que de fato os dois países pudessem retomar sua relação diplomática.

Após a Revolução Comunista de Mao Tsé-tung ser vitoriosa na China em 1949, o Estado chinês representou uma voz dissidente aos interesses norte-americanos na Ásia. A China comunista ressentia-se do apóio dos EUA aos nacionalistas liderados pelo general Chiang Kai-Shek antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Com a derrota dos nacionalistas em 1949, posto que a guerra civil chinesa prosseguiu após o fim do conflito mundial, os comunistas chineses passaram a opor-se radicalmente às ações e movimentos norte-americanos na Ásia. A escalada do conflito inicia-se antes de mais nada, com o pseudo-alinhamento da China comunista com a URSS, como uma forma sobretudo, de barrar o avanço das forças capitalistas sopradas pelo liberalismo e democracia norte-americanas na região asiática. Daí em diante o mundo da China comunista seguiria caminhos estranhos ao capitalismo norte-americano até o reatamento na década de 70.

A rivalidade que se estabeleceu entre chineses e norte-americanos após a vitória da Revolução Comunista de 1949, pode ser visualizada como mais uma luta dentro do contexto da Guerra Fria, mas também como fruto do revanchismo chinês pela perda de Taiwan para os nacionalistas, apoiados pelos norte-americanos e a sua forte influência na região asiática. No âmbito da Guerra Fria, com uma China sob a influência do comunismo soviético, chineses e norte-americanos se colocaram em defesa de sistemas distintos, divergentes em ideologias e fundamentos políticos. Por mais de vinte anos, ambos os Estados encontraram-se em lados opostos, como na Guerra da Coréia (1950-1953) e na Guerra do Vietnã (1963-1975).

O confronto que marcou a história dos norte-americanos e chineses após a vitória da Revolução Comunista é, até certo ponto, reflexo do que se estabeleceu entre norte-americanos e soviéticos após a Segunda Guerra Mundial. As duas nações focaram seus esforços numa busca incessante por zonas de influência, ao mesmo tempo em que tentavam controlar o expansionismo alheio, numa rivalidade geopolítica arregimentada pela corrida das armas nucleares. Na visão de Gaddis (2006, p. 80) norte-americanos e soviéticos se digladiavam e competiam para saber qual sistema organizaria melhor a sociedade humana. Sendo assim, compreender os meandros da Guerra Fria, portanto, acaba se tornando imprescindível para

que se possa entender o reatamento sino-americano, posto que a retomada se deu num contexto de atrito entre os comunistas soviéticos e os comunistas chineses, atrito este que encontrou seu auge no fim da década de 60.

Deve-se observar que dentre os fatores que se somam para explicar o reatamento sino-americano, é necessário destacar a importância do desgaste da relação sino-soviética, que desde do início dos movimentos revolucionários chineses se mostrou bastante difícil. A China comunista liderada por Mao Tsé Tung (1949-1976) nunca aceitou um papel secundário ou de coadjuvante, fosse diante da liderança soviética sob o comando de Joseph Stálin (1922-1953), num primeiro momento, ou posteriormente, já sob o comando de Nikita Khrushchev (1955-1964) e Leon Brejnev (1964-1982). É de se ressaltar que no momento mais difícil da relação sino-soviética (final da década de 60), os Estados Unidos passaram a perceber uma oportunidade de se inserir nas arestas abertas do relacionamento entre soviéticos e chineses, tentando alinhar a China ao eixo político ocidental, o que era bastante curioso, quando se imaginava o “abraço” de duas nações (EUA e China) cujo debate ideológico se pautava, antes de mais nada, por dois modelos de sociedade bastante díspares.

Entre outros fatores que se destacam na refundação desse relacionamento sino-americano, elenca-se a influência do ambiente da *détente*, como um momento em que se buscou suavizar as tensões entre norte-americanos e soviéticos, além do soerguimento político-econômico da Europa e do Japão, que permitiram um maior equilíbrio na balança de poder do Sistema Internacional (SI). Outro fator a se destacar como elemento importante, que favoreceu a reaproximação sino-americana foi o interesse norte-americano em encerrar o conflito do Vietnã, indo ao encontro de expectativas chinesas de aumentar sua influência na região com a extirpação das tropas dos EUA da Ásia.

Para que se possa compreender com maior inteireza o processo de reatamento sino-americano na década de 70, o presente trabalho pretende trazer à tona uma visão multifacetada, que busca apreender maiores nuances de um fenômeno multidimensional, o reatamento das relações sino-americanas. O presente trabalho procura empreender uma leitura histórica sobre o fenômeno, cumulada com uma análise dos documentos oficiais constantes no Departamento de Estado do Governo dos EUA sobre o período do reatamento, bem como uma compreensão teórica por parte de estudiosos das relações internacionais e debatedores de política externa, destacando-se nesse ponto a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer.

Busca-se com o referido estudo multifacetado, agregar mais elementos para se construir uma explicação adequada a um processo de retomada de relações que tem sido

narrado muitas vezes, apenas por uma perspectiva histórica, dissociada do estudo da política externa e da teoria, o que tornam as explicações, por vezes, reducionistas. Em outro âmbito, procura-se confrontar as respostas contidas nos documentos oficiais com as explicações teóricas que possibilitem compreender o que se passou entre chineses e norte-americanos no fim da década de 60 e primeiros anos da década de 70.

Um dos pontos a ser salientado, consiste na exploração do debate teórico. Enquanto muitos estudiosos de política externa (Kissinger, Ikenberry, Krauthammer, Ruggie, Shambaugh, Pecequilo, Nasser) apontam para a instauração da política de poder e da implementação de um realismo sem media na história política dos EUA durante o Governo de Richard Nixon (1969-1974), Mearsheimer (2007) desafia essa visão, argumentando que os EUA sempre agiram realisticamente sob o manto de uma política liberal (posto que o realismo, segundo Mearsheimer, sempre fora muito difícil de vender no mercado das idéias dos Estados Unidos). Para o principal teórico do realismo ofensivo, as ações de Nixon e Kissinger, fortemente baseadas no interesse de Estado, sempre estiveram presentes nos movimentos norte-americanos, apesar do discurso idealista e universalizador, cuja base remete ao excepcionalismo (MEARSHEIMER, 2007, pp. 40-41). Divergências como esta merecem ser investigadas e sopesadas para que se aponte uma resposta um pouco menos reducionista do que representou o reatamento sino-americano implementado pelo Governo Nixon, permitindo que os resultados advindos do debate plurifacetado sejam convertidos nos objetivos específicos do trabalho.

Deve-se esclarecer por fim que o presente estudo trata-se de um olhar ocidental ou uma visão que parte da perspectiva política norte-americana para a China. O presente trabalho não busca trazer a leitura chinesa para o reatamento, nem sob o ângulo teórico, tampouco sob o prisma dos documentos do Departamento de Estado da China. Não se ignora a contribuição dos historiadores e teóricos chineses sobre as questões tratadas no presente trabalho, no entanto, tais fontes não foram ventiladas na pesquisa por uma questão de delimitação espacial do tema, problemas quanto ao acesso às fontes chinesas (inclusive fontes oficiais do governo chinês), assim como o próprio foco ocidental do estudo empreendido. Outrossim, sem prejuízo para o presente trabalho, a visão chinesa para o reatamento sino-americano no fim da década de 60 e início da década de 70 pode ser compilado num estudo posterior, como complementação do estudo empreendido na presente dissertação.

HIPÓTESE

A reaproximação entre chineses e norte-americanos ocorrida no final dos anos 60 e início dos anos 70, pode ser explicada pela maximização de poder dos Estados Unidos na

região asiática. Na busca da hegemonia, os norte-americanos pretendiam minar a influência soviética na região, cooptando o apoio chinês para o lado ocidental, num momento em que as relações sino-soviéticas encontravam-se no seu período mais crítico (1969-1972).

OBJETIVO CENTRAL

O objetivo central do presente trabalho consiste em compreender o contexto da reaproximação entre China e EUA no final da década de 60 e início dos anos 70. Para que esse objetivo se concretize, tem-se como proposta a releitura multifacetária da perspectiva histórica, a análise de conteúdo calcada nos documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos e a visão teórica, de modo que, analisadas de maneira agregada, permitam uma compreensão mais profunda acerca do fenômeno da reaproximação, procurando aprofundar as discussões em diversas frentes, empreendendo o estudo tripartido do fenômeno.

MARCO TEMPORAL

Não se pode refutar que o marco temporal para a investigação não pretende cobrir a década de 70 por completo, nem permear todas as nuances prospectivas do relacionamento sino-americano e sua evolução ao longo dos anos 70, mas tem como foco o período específico do início das tratativas de reaproximação, principalmente entre os anos de 1969 à fevereiro de 1972, praticamente o primeiro mandato do presidente Richard Nixon na Casa Branca. Contudo, por vezes será necessário recuar a períodos anteriores a 1969, posto que far-se-á não raras vezes, referência à acontecimentos anteriores pertencentes ao contexto da Guerra Fria.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aborda o grande momento no qual se encontra mergulhado o restabelecimento sino-americano, a Guerra Fria. Nesse caso far-se-á uma análise sobre o período que compreende o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 70. Procura-se nesse capítulo explicar a Guerra Fria por um ângulo histórico (em que se ressalta a opinião de cientistas políticos e historiadores como Hobsbawn, Kennedy, Gaddis, Brown, McMahon, Bandeira, Fairbanks, Robert, Spence, entre outros), mas também sob o ponto de vista da teoria (quando se destacam os pontos de vista de Morgenthau, Wight, Nye, Aron, Mearsheimer, Waltz, Halliday, entre outros). Investigam-se as origens da Guerra Fria, as razões para a escalada ou a corrida armamentista entre norte-americanos e soviéticos, bem como os significados e resultados do embate que se estabeleceu entre duas visões de mundo divergentes e, ao mesmo tempo, idiossincrásicas em seus fundamentos.

No segundo capítulo analisa-se o enquadramento da China no teatro da Guerra Fria e seu relacionamento com cada um dos polos de poder (URSS e os EUA), investigando o

contexto político do relacionamento sino-soviético até o seu desgaste no fim dos anos 60, assim como as implicações da questão de Taiwan e a ocupação militar norte-americana da ilha desde os anos de 1949. Nesse capítulo, a Guerra do Vietnã, que contou com o apóio chinês ao Vietnã do Norte e a interferência norte-americana no Vietnã do Sul, é analisada e identificada como um dos principais fatores para a conexão entre os interesses norte-americanos de desengajamento e retirada das tropas do Vietnã (parte importante da Doutrina Nixon) e os interesses chineses de manter distante da região asiática, a influência norte-americana. Nesse capítulo discute-se ainda a influência da *détente* para o reatamento sino-americano e a Diplomacia Triangular que se estabeleceu entre chineses, soviéticos e norte-americanos, destacando-se a tática chinesa de confrontação dos inimigos comuns, assim como uma possível estratégia chinesa para reinserção.

No terceiro capítulo procura-se investigar as fontes primárias do período estudado, através de uma metodologia de investigação ou análise de seu conteúdo, recolhendo e interpretando fontes disponibilizadas na rede mundial de computadores (internet) via Departamento de Estado dos EUA. Dentre outros acervos pesquisados, destaca-se sobretudo os documentos contidos no já referido Departamento de Estado, onde se procede uma análise de conteúdo de memorandos, cartas, relatórios, mensagens ao Congresso Nacional, entre outros documentos. Nesse ponto houve uma preocupação em trazer ao corpo do trabalho as informações mais relevantes do período de 1969 até fevereiro de 1972, apresentando trechos relevantes e elucidativos de avaliações do CSN (Conselho de Segurança Nacional), CIA (Agência Central de Inteligência), assessores e especialistas em política externa norte-americana do período. Diante da investigação documental de conteúdo, selecionada pelo grau de relevância, procedeu-se o exame das pastas do Departamento de Estado dos EUA, constantes no Volume I, contendo 121 documentos (sobre os fundamentos da política externa norte-americana), e o Volume XVII (voltado para o reatamento com a China), contendo 204 documentos (de 1969 a fevereiro de 1972), sendo selecionados para constituírem matéria do presente estudo 41 documentos entre peças do volume I e volume XVII.

Ao longo do terceiro capítulo procura-se identificar a origem dos documentos, a data de produção e os personagens centrais responsáveis pelo seu conteúdo, de modo a nortear o leitor na compreensão da análise de conteúdo proposta, estabelecendo-se nexos causais que apontem para a reabertura sino-americana na visão dos estrategistas do Governo Nixon e suas estratégias e avaliações para a reaproximação.

Entre outras informações relevantes encontradas nos documentos, destacam-se avaliações político-estratégicas para o reatamento norte-americano com os chineses da

República Popular da China, discutindo-se nas fontes primárias, avaliações políticas sobre o regime político chinês, o poderio do arsenal nuclear e o perigo do expansionismo chinês na Ásia. Nos documentos são encontradas também vastas avaliações sobre as táticas para a aproximação e as oportunidades que se abriam com o reatamento, sobretudo a perspectiva da reaproximação como forma de debilitar o avanço soviético no contexto da Guerra Fria, cooptando a China para o lado ocidental, de modo a contrapor-la às investidas soviéticas no cenário asiático.

Acredita-se que a análise das fontes primárias, contendo muitas das diretrizes tomadas, sobretudo no que concerne à Doutrina Nixon¹, conjuntamente a uma avaliação dos teóricos e debatedores de política externa (no capítulo quatro), fornecerá ao lado da descrição histórica dos fatos, uma visão ampliada e complementar do fenômeno ocorrido no final dos anos de 1969 e primeiros anos da década de 70, o que pode entremostar mais uma faceta do reatamento sino-americano, e que justifica um estudo de múltiplas abordagens (histórico, documental e teórico) sobre o fenômeno estudado.

Por fim, no quarto capítulo, busca-se confrontar a visão histórica, assim como a leitura dos debatedores de política à teoria política de pensadores que percebem o fenômeno pelas lentes teóricas. A despeito das limitações que atingem indiscriminadamente qualquer teoria, não se pode escapar de tentar compreender os fenômenos políticos por intermédio de uma “fórmula” que explique e racionalize o significado de processos como o reatamento sino-americano, bem como procure estabelecer fundamento plausível para testar seu poder de previsibilidade. Nesse aspecto, deve-se destacar entre outras teorias que deverão ser ventiladas (como por exemplo o institucionalismo liberal), o realismo ofensivo de Mearsheimer e sua explicação baseada na busca das grandes potências pela hegemonia, uma hegemonia que se não pode ser global, será uma hegemonia regional (MEARSHEIMER, 2007, pp. 43-45). Acrescenta-se nesse ponto que, se o argumento mearsheimeriano for reconhecido ou validado, uma das hipóteses para o presente trabalho, é que a ação norte-americana na retomada das relações com os chineses, fora desde a fundação desse relacionamento ainda no Século XIX, a estratégia realista hegemônica travestida pelo discurso democrático e liberalizante, fundado no moralismo universal norte-americano.

Na visão do realismo ofensivo de Mearsheimer, as grandes potências sempre buscaram maximizar seu poder, devido à necessidade de segurança e sobrevivência num Sistema

¹Conjunto de medidas elaboradas durante o Governo Nixon, que tinham como base honrar os compromissos estabelecidos em tratados, agir somente contra a ameaça de potências nucleares, desde que seus aliados estivessem sendo atacados por uma potência nuclear e assistir países em necessidade, sem afetar sua força militar. Nota do autor.

Internacional (SI) anárquico, sem uma autoridade central sobre todos os Estados. Isso provoca, segundo Mearsheimer, uma busca incessante pelo poder que é constantemente maximizado nas relações com outras unidades estatais, de modo que o fim último, o objetivo final de uma potência seria conquistar mais poder em detrimento de outros Estados. Para Mearsheimer, a história do expansionismo norte-americano não começa após a Guerra com a coroa espanhola em 1898 (a Guerra Hispano-americana), mas os EUA sempre foram um potencial Estado hegemônico desde a época que se implementou a Doutrina Monroe, em 1823, posto que no século XIX o expansionismo norte-americano direcionou-se para as Américas, e somente no século XX, a sanha de poder voltou-se para a Europa, com uma nação norte-americana maior territorialmente, bastante desenvolvida industrialmente e fortalecida para lançar seu expansionismo hegemônico sobre o Velho Mundo. A visão trazida pela teoria de Mearsheimer, nesse ponto, torna-se um elemento a ser contraposto às análises dos estudiosos de política externa, para que se possa apontar a melhor tradução do fenômeno empreendido por norte-americanos e chineses na retomada do relacionamento na década de 70.

É imprescindível que se diga, diante da apresentação introdutória, que o trabalho tem sido concebido pela integração de abordagens sobre o mesmo fenômeno, por se entender que uma única leitura do reatamento sino-americano leva o pesquisador a uma compreensão parcial, incompleta e, portanto, deficiente, sendo essa a razão de um fatiamento de visões ou divisão do fenômeno estudado em frações de interpretações que se não se equivalem, ao menos entremostam facetas que conformam o todo, dando ao estudioso que se debruça sobre o tema, uma idéia mais precisa e mais verossímil da realidade estudada. Ressalta-se ainda que, se há algum mérito na pesquisa ora realizada, ele parece repousar justamente na tentativa de reunir três visões importantes – histórica, de política externa (o que em parte faz-se na interpretação dos documentos oficiais) e teórica – experimentando cada explicação, verificando suas divergências e congruências, formatando o mosaico que pode fornecer o entendimento mais acertado sobre o fato estudado.

METODOLOGIA

Por fim, quanto à metodologia do trabalho a ser apresentado, o primeiro aspecto que se deve salientar, é que o mesmo será lastreado eminentemente por uma pesquisa bibliográfica, com foco na bibliografia histórica, artigos e livros sobre política externa norte-americana, assim como tratados teóricos de autores que tratam especificamente das Relações Internacionais, cientistas políticos e historiadores que escrevem sobre o assunto. Recorre-se ainda à utilização de fontes primárias, em uma parte do trabalho (documentos do

Departamento de Estado dos Estados Unidos), mais especificamente no terceiro capítulo, assim como a utilização da análise de conteúdo, dos métodos qualitativo e quantitativo para reforço dos argumentos lançados na pesquisa.

Um segundo ponto que se pode ressaltar quanto à metodologia, é que com o fatiamento de visões sobre o fenômeno, projeta-se uma perspectiva comparativa que percorre a espinha dorsal do trabalho, provocando um diálogo entre os quatro capítulos, que apesar de poderem caminhar independentes, enfocam perspectivas que se complementam no plano da história, da política externa (que em muitos sentidos incorpora uma análise histórica em seu bojo) e da teoria política, oferecendo-se ao final, uma visão ampliada do fenômeno do reatamento sino-americano nos extertores da década de 60 e nos dois primeiros anos da década de 70.

CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES DO REATAMENTO SINO-AMERICANO E CONTEXTO: A GUERRA FRIA.

1.1 – Considerações iniciais.

A compreensão do fenômeno (e no caso o que ocorreu entre os EUA e a China na década de 70), reivindica necessariamente um recuo histórico que remonta ao período da Guerra Fria, para que se compreenda o contexto em que essa retomada de relações se estabeleceu. Sabe-se que houve um grande hiato diplomático no relacionamento das duas nações entre a revolução comunista de 1949 até o fim da década de 60, quando norte-americanos e chineses deram os primeiros passos para a reaproximação, e ainda que o reatamento se deu sob os signos do relaxamento (a *détente*) da década de 70, de modo que seria negligência deixar escapar todas as contingências do período da Guerra Fria e o que ela representou para a reaproximação sino-americana no final da década de 60 e início da década de 70, daí a necessidade de examinar e sopesar o seu significado através da interpretação da história justaposta a uma leitura teórica.

Embora a reaproximação sino-americana tenha se dado sob a égide da *détente*, um período em que a Guerra Fria entre soviéticos e norte-americanos passou por uma estação outonal de “relaxamento”, redundando no aumento de diálogo entre as superpotências, provocado em certa medida, pela crise dos mísseis cubanos², cuja resultante mais tarde, foi a elaboração de dois tratados sobre armamento nuclear (SALT I, sigla em inglês para Tratado sobre Limitação de Armas Estratégicas, e SALT II), esse “novo” tempo anunciado pelos anos 70, nunca esteve livre da competição por maximização de poder e influência entre as duas superpotências. Apesar de um certo arrefecimento por parte dos governos norte-americano e soviético, a Guerra Fria continuava a impor a sua lógica de poder, que empurrava os EUA e a URSS a se espriar por mais regiões do planeta em busca de respaldo subserviente às suas orientações políticas.

O que se busca, portanto, nesse primeiro capítulo, é tentar compreender, ainda que em parte, a simbologia da Guerra Fria sob a perspectiva histórica e também teórica, colhendo visões por vezes divergentes, outras vezes convergentes em seus fundamentos e interpretações, aclarando, num primeiro momento, o caminho para se entender o ambiente político do reatamento sino-americano no final da década de 60 e início da década de 70, que é tratado nos capítulos posteriores.

² Ocorrida em outubro de 1962, foi considerada o momento mais perigoso e conflitante da Guerra Fria. Em resposta a tentativa norte-americana de invadir Cuba, os soviéticos instalaram mísseis na ilha cubana, localizada a 150 km da costa da Florida. O receio provocado pelo conflito entre as duas grandes potências instaurou uma discussão internacional acerca do controle das armas nucleares (BANDEIRA, 2009, pp. 230-231).

1.2 - O prelúdio: por uma perspectiva histórica.

O período entre 1947 a 1989, alcunhado sob a efígie de “Guerra Fria”, pelo especulador financeiro e conselheiro presidencial democrata Bernard Baruch em 1947 (BLANEY, 2009, p. 172)³, remonta a uma época em que o mundo foi paulatinamente dividido e recortado em zonas de influência bipolar, quando Estados e Territórios ou estavam sob o pálio norte-americano ou sob a cortina de influência da União Soviética. É preciso entender, antes de mais nada, que a transformação do Sistema Internacional (SI) num espaço onde os EUA (Estados Unidos da América) e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) polarizaram centros de atração gravitacional políticos que dividiram o mundo em “instâncias” estatais de influência, decorreu diretamente da composição do mosaico erigido após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido Kennedy (1989) salienta que, após a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu encontrou-se arrasado economicamente e militarmente bastante desgastado, onde se destacava uma Grã-Bretanha em declínio, potências como Alemanha, Itália e França em total desestruturação econômico-militar, o que fez despontar os EUA como a grande superpotência “vencedora” do conflito, com um número de baixas e danos bem inferiores ao dos países europeus, já que a guerra não havia sido travada em solo norte-americano (KENNEDY, 1989, pp. 343-344).

O fim da Segunda Guerra Mundial provocou também aparição de uma URSS portentosa, que expulsara os combatentes de Hitler da resistente Berlim, tendo um contingente de soldados e uma força militar ainda bastante fortes espalhados pela Alemanha, Polônia, Hungria, Bulgária e Estados Bálticos. Ainda que bastante desgastada economicamente e militarmente, a URSS restara na Europa, como único Estado capaz de fazer frente ao poderio militar norte-americano, a despeito dos EUA estarem à frente em termos tecnológicos e já terem a estrutura necessária para o fabrico da Bomba Atômica (IDEM, pp. 342-343).

Kennedy afirma ainda que a URSS saiu da Segunda Guerra Mundial com as fronteiras ampliadas, remontando a sua configuração no período de 1814-1848, tendo se expandido “[...] ao norte, às expensas da Finlândia; no centro às expensas da Polônia; e no sul recuperando a Bessarábia, às expensas da Romênia. Os Estados Bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia foram reincorporados à Rússia. Parte da Prússia oriental foi tomada, e um pedaço do leste da Tchecoslováquia” (IDEM, p. 346).

³ Há divergências em relação à origem do termo “Guerra Fria”, posto que entre outros autores, Blaney assegura que o epíteto foi alcunhado por Bernard Baruch, enquanto outros afirmam ter se originado no artigo escrito por George Orwell, intitulado “You and the Atomic Bomb”, publicado na *Tribune* em 19 de outubro de 1945 em Londres. Disponível em http://orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e_abomb. Acesso em 07/02/2014.

Mesmo para quem admite que o avanço da URSS se deu em função do intuito soviético de expandir a ideologia comunista, o crescimento desse comunismo internacional parece ter como fato gerador, em grande medida, a configuração de poder que se estabeleceu no pós-guerra, com tropas norte-americanas e soviéticas espalhadas por vastos territórios que se transformaram em um importante butim de guerra para as duas superpotências. Para McMahon (2012), o conflito que se estabeleceu entre os EUA e a URSS no pós-guerra, sem negar a configuração de poder estabelecida no fim da Segunda Guerra Mundial, fora uma retomada das hostilidades ocidentais à antiga Revolução Russa de 1917 e seus ideais socialistas (MCMAHON, 2012, p. 26). Para ele, ainda que a reedição dessa “guerra” ideológica, durante a Guerra Fria entre EUA e URSS fosse muito mais retórica, foi utilizada pelos norte-americanos, não raras vezes, para atingir objetivos eleitorais, e ainda satisfazer os interesses de uma indústria armamentista em expansão.

Brown (2010), por sua vez, não admitindo uma expansão comunista deliberada, justifica esse avanço soviético como uma consequência militar do rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Ele destaca que a difusão do Comunismo se processou em função do sucesso militar, asseverando que:

A disseminação do Comunismo no leste e no centro da Europa, nos primeiros anos do pós-guerra, precisa ser vista, portanto, no contexto do resultado militar da Segunda Guerra Mundial, dos vastos territórios conquistados pelo exército soviético e do respeito ocidental pela contribuição soviética à vitória dos Aliados e pela proporção das baixas soviéticas. Assim, nos últimos anos da guerra e na conferência de Potsdam, os líderes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha aceitaram o argumento de Stálin de que a URSS precisava se proteger da ameaça de um ataque do Ocidente – e da Alemanha em particular (BROWN, 2010, p. 201).

No mesmo sentido, Bandeira (2009) afirma que não havia para Stálin, ao menos ao fim da Segunda Guerra Mundial, um projeto estratégico deliberado de expandir os ideais do socialismo para o mundo, mas sim o intuito de assenhorear-se de territórios como estratégia de segurança e defesa contra o Ocidente dominado pelos norte-americanos. Nesse sentido, Bandeira faz o seguinte esclarecimento:

O objeto de Stálin, moderado por interesses geopolíticos, não consistiu, portanto, em expandir o socialismo, mas em consolidar o domínio sobre os Balcãs, a Polônia, e demais países do Leste Europeu, acoplando suas economias às necessidades de acumulação de capital da União Soviética, e construir um sistema de defesa e segurança, a partir do restabelecimento das fronteiras e das posições estratégicas, conquistadas mediante o Pacto Ribbentrop-Molotov⁴ de 1939 (BANDEIRA, 2009, p. 149).

⁴ O tratado de não-agressão Ribbentrop-Molotov, foi um acordo firmado entre a Rússia e a Alemanha, datado de 23 de agosto de 1939, pelo Ministro de Negócios Estrangeiros da Alemanha, o senhor Joachim Von Ribbentrop e o ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Vyacheslav Molotov, segundo a versão oficial do Kremlin. Esse tratado foi motivado por que a União Soviética temia que os acordos de Munchen, realizados entre a Grã-Bretanha e a França se voltassem contra ela. (BANDEIRA, 2009, p. 104). McMahon observa que:

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, portanto, os EUA e a URSS passaram a rivalizar-se no plano político e militar, buscando ocupar, cada qual a sua maneira, os vácuos de poder que surgiram no território europeu. Houve uma escalada armamentista desenfreada, notada sobretudo, por parte do lado norte-americano, que trouxe para seu campo político-ideológico um grande número de Estados europeus (do lado ocidental). Se, inicialmente, a URSS não empregava esforços na tentativa de teologizar os governos para um “evangelho” político comunista de forma deliberada, como asseveram Brown e Bandeira, a partir dos anos de 1950 esse tom se modifica. Houve um recrudescimento maior, com destaque para a retórica acentuada do elemento ideológico, perceptível, sobretudo, nos embates travados pelas duas potências em territórios alheios, nas guerras por “procuração”, nas quais cada pólo de poder pretendia colocar sob seu guarda-chuva, Estados no Oriente Médio (Irã, Egito, Iraque), Estados na Ásia (China, Coréia, Vietnã, Camboja, Laos, etc.), Estados no continente Africano (Angola, Congo, etc.) e na América Latina (Cuba, Nicarágua, El Salvador, etc.). Deve-se destacar também que, através de um plano econômico, a estratégia financeira norte-americana para reconstrução dos Estados europeus, consubstanciada no que ficou conhecido como Plano Marshall⁵, foi enxergada pelos soviéticos como uma armadilha dos EUA para afastar as nações européias da influência do comunismo da URSS, bem como um plano capitalista para financiar a reconstrução de um mundo em que os próprios norte-americanos ajudaram a devastar (KENNEDY, 1989, p. 345).

Através do Plano Marshall, os norte-americanos afastaram a Europa Ocidental deteriorada economicamente, de uma possível influência soviética direta ou do proselitismo dos partidos de esquerda, e capitalizaram mercados para o seu “mundo livre”, já que se a Europa permanecesse na ruína econômica do pós-guerra, não existiriam mercados para escoar as manufaturas norte-americanas. Era caro aos EUA garantir um sistema capitalista que fomentasse o livre comércio, sem restrições ao comércio marítimo e o reforço à autodeterminação dos povos, posto que interessava aos norte-americanos ser o grande parceiro de nações que reivindicavam independência do colonialismo europeu. Estando a

“Abandonado mais uma vez pelo Ocidente, ao menos segundo seu ponto de vista, e entregue à própria sorte, tendo de enfrentar sozinho os lobos alemães, Stálin concordou em assinar o pacto nazista-soviético de 1939 em grande parte como um meio de autoproteção” (MCMAHON, 2012, p. 25).

⁵ O plano Marshall foi um plano para auxílio econômico dos países capitalistas da Europa, que recebeu o nome de seu idealizador, o secretário de Estado George Marshall, criado em 1947. O plano visava à reconstrução dos países capitalistas destruídos pela guerra na Europa, através da concessão de empréstimos monetários, no intuito de vincular cada vez mais os EUA aos países capitalistas europeus, afastando-os de uma possível debandada para o lado soviético. O plano, inicialmente, contemplava a URSS, bem como os Estados Satélites, mas foi categoricamente rejeitado por Stálin, que exerceu forte pressão para que os países sob a influência e poder soviético não o aceitassem, já que Stálin considerava uma estratégia norte-americana para despedaçar o comunismo (NYE, 2009, p. 153).

Europa em desordem econômica e política, essa parecia uma oportunidade dupla, para os insurgentes coloniais e para a eminente potência norte-americana. Os EUA, diante do cenário que se descortinava no pós-guerra, conseguiram arquitetar um plano para solapar as zonas de influência européias na África e Oriente Médio e, ainda, financiar uma difícil reconstrução da Europa. Com isso, os EUA avançavam economicamente e estrategicamente sobre o território europeu, ao mesmo tempo em que afastavam os países do ocidente da Europa que saíam do pós-guerra, da influência soviética (BANDEIRA, 2009, p. 153). Bandeira salienta que a Carta do Atlântico⁶ fora um instrumento utilizado pelos norte-americanos para estender sua influência sobre o território europeu. Ele sustenta nesse tópico que:

Os Estados Unidos, havendo esmagado a Alemanha, seu principal adversário no comércio mundial, emergiram como potência militarmente hegemônica, posição evidenciada pelas explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki, e empenharam-se em destruir também o império colonial que a Grã-Bretanha e a França ainda mantinham. Nunca desconsideraram tal propósito. Na Carta do Atlântico, ao ressaltar o direito de todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual desejavam viver, Roosevelt fizera inserir que desejava ver os direitos soberanos e a autodeterminação restaurados para aqueles que *'have been forcibly deprived of them'*. E no parágrafo seguinte, enfatizou a necessidade de que todos os Estados, vencedores e vencidos, grandes e pequenos, pudessem desfrutar de acesso, *'on equal terms, to the trade and to the raw materials of the world which are needed for their economic prosperity'* (IDEM, p. 157).

A URSS, por sua vez, quando do lançamento do Plano Marshall, percebe a manobra norte-americana e orienta os países sob sua esfera de poder a recusarem o auxílio financeiro dos EUA, na tentativa de preservar sua influência na parte oriental da Europa, isolando ainda mais o bloco soviético. Brown (2010) sustenta que “A liderança soviética não permitia a país algum que pudesse controlar, receber tal ajuda, embora ao negar isso tenha ampliado a diferença de padrão de vida entre o Ocidente e o Leste [...]” (BROWN, 2010, p. 192).

Também no campo militar, as superpotências buscaram fortalecer suas alianças contra possíveis investidas de seus antagonistas. Havia um forte receio, tanto por parte de norte-americanos como por parte dos aliados franceses e Ingleses, de que a máquina de guerra alemã pudesse ressurgir alimentada pelo poderio militar da União Soviética, o que forçou os EUA a encravar bases militares no continente europeu e financiar o rearmamento dos aliados para defesa de um futuro ataque. Um claro exemplo da manobra norte-americana, que refletia o receio militar com as zonas de influência soviética, foi a criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 4 de abril de 1949, que abrigou os países sob sua zona de

⁶ A Carta do Atlântico fora formalizada pelo presidente norte-americano Roosevelt e o primeiro ministro inglês Churchill em 14 de agosto de 1941, antes mesmo da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, mas que estabelecia a necessidade da prática do livre comércio; exclusão de barreiras comerciais; a livre navegação; a autodeterminação dos povos, entre outros postulados que convinham aos anseios norte-americanos no pós-guerra (BANDEIRA, 2009, p. 153).

influência e proteção nuclear, o que provocou uma contrapartida da URSS, em reação à investida estratégico-militar norte-americana, com a criação em 1955 do Pacto de Varsóvia, que agregou países do leste europeu sob a influência soviética (BLANEY, 2009, p. 173).

Uma perspectiva histórica permite inferir que nos primeiros anos da Guerra Fria, os EUA e a URSS seguiram uma luta silenciosa por campos em que pudessem inserir o seu domínio, quando os EUA ficaram com a parte ocidental da Europa e a URSS expandiram-se para a parte oriental. É interessante notar que o termo “Guerra Fria” passou a significar, segundo a própria retórica dos contendores, uma guerra ideológica, mas que se traduzia na realidade, em uma crescente corrida armamentista, na qual ambos os lados preparavam-se belicosamente para um “provável” confronto sintetizado no “dilema da segurança” (HERZ, 1950), que intuía para uma crescente desconfiança no Estado alheio, provocando uma escalada belicosa de parte a parte.

Mas, havia furos no tecido do suposto balão ideológico que norte-americanos e soviéticos sopravam para movimentar suas máquinas de guerra. Não raras vezes, o elemento ideológico fora deixado de lado por parte das duas grandes potências, quando por exemplo, os norte-americanos desfizeram-se do discurso anticomunista para cativar a União Soviética a lutar contra a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. A própria União Soviética deixou para trás antigas divergências ideológicas com o regime nazista, absolutamente anticomunista, quando estabeleceu o “inusitado” acordo Ribbentrop-Molotov com a Alemanha nazista, afastando da lembrança as invasões alemãs do passado ao território soviético. A própria aliança entre os EUA e a China nos anos 70, parecia contrariar a retórica do ferrenho “caçador” de comunistas Richard Nixon, numa impensável aliança do “Bem” contra o “Mal”, do que era denominado o “mocinho” ocidental e do “vilão” comunista chinês.

O conflito da Guerra Fria, em certa medida, começou a tomar forma mais robusta, quando a política externa norte-americana resgatou o “perigo” da ameaça Comunista, e reelegeu a URSS como grande difusora do comunismo para o mundo. Nesse período destacou-se a atuação de George Kennan e, posteriormente, a atuação do Secretário de Estado, Dean Acheson (1949-1953). George Kennan, diplomata norte-americano na União Soviética, no ano de 1946, lançou bases para uma política de contenção à “ameaça” soviética. O que foi traduzido como a Doutrina Truman, foi em grande parte, fruto do famoso “Longo Telegrama” de Kennan ao presidente dos EUA e, que ficou conhecido como um dos documentos que deu base para a estratégia de contenção norte-americana, posto que colocava a União Soviética como um predador natural do capitalismo ocidental. Kennan também escreveu um artigo para a revista *Foreign Affairs*, sob o pseudônimo de “MR. X”, em que

desenhava a URSS como um regime que buscava expandir o comunismo em oposição aos ideais do mundo “livre”, bem como convocava para uma contenção firme e vigilante do avanço soviético no mundo (NYE, 2009, p. 160). Através de um discurso claramente ideológico Kennan afirmou:

[...] must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies [...] Soviet pressure against the free institutions of the Western world [...] adroit and vigilant application of counter-force at a series of constantly shifting geographical and political points, corresponding to the shifts and maneuvers of Soviet policy. (KENNAN, 1947, pp. 566-582).

Numa obra recente que analisa o período da Guerra Fria, Magnoli e Barbosa (2013) sinalizam que Kennan, como um especialista em assuntos soviéticos, lançou as bases para a contenção, influenciando decisivamente nas políticas assumidas pelos norte-americanos após 1946, reintroduzindo o temor que remontava à ameaça da revolução bolchevique. Magnoli e Barbosa anotam, que a manutenção da ditadura soviética foi durante longo tempo sustentada com base numa ameaça do inimigo capitalista (MAGNOLI; BARBOSA, 2013, p. 48), o que leva à inferência de que uma espécie de estratégia semelhante foi forjada pelos norte-americanos, uma espécie de conflito ideológico que erigia o comunismo como um mal a ser defenestrado do mundo, o que dava combustível e aval popular para o avanço geoestratégico e político dos EUA no contexto da Guerra Fria. Magnoli e Barbosa argumentam que:

Contudo, desde a proclamação stalinista da eliminação completa do capitalismo na URSS, a manutenção da ditadura passou a ser legitimada pelo espectro do inimigo externo. Fruto dessa tese, as oposições internas, reais ou imaginárias, começaram a ser descritas como agentes do capitalismo envolvente – ou seja, das forças estrangeiras sempre dispostas a destruir a pátria do socialismo. O conceito do antagonismo intato entre socialismo e capitalismo, herdado da doutrina marxista-leninista, servia aos propósitos práticos de perenização das estruturas repressivas internas (IDEM, pp. 48-49).

É interessante notar que assim como Brown (2010) e Kennedy (1989), Hobsbawn (1995) assinala que durante o período que se convencionou chamar de “Guerra Fria”, travou-se na verdade uma “batalha” retórica, que se utilizava da estratégia da contenção e intimidação, ainda que houvesse uma disposição real entre as superpotências que as impulsionassem para um conflito de fato. (HOBSBAWN, 1995, p. 225). Nesse aspecto, Nye (2009, p. 142) assegura que um dos elementos que se destacam no estudo da Guerra Fria, são as estratégias da contenção e intimidação utilizadas, sobretudo por parte dos norte-americanos, que buscavam conter o avanço do comunismo soviético, ao mesmo tempo em que tentavam promover uma ordem mundial liberal, que satisfizesse o interesse do capitalismo no plano político, fazendo uso também do estratagema desencorajador da intimidação do inimigo soviético, sob a ameaça militar do uso de arsenal nuclear. Por sua vez,

Kennedy (1989, p. 363) defende que houve durante a Guerra Fria uma “escalada lateral” passando do território europeu para o resto do globo.

Na visão de Hobsbawn (1995), de modo mais contundente e em certo sentido numa inclinação revisionista, a URSS de fato não tinha forças nem planos expansionistas no pós-guerra, mas assumia uma política de defesa frente ao poderio econômico-militar norte-americano, que reivindicava vastas possessões na Europa Ocidental. Ele sustenta que: “Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista — e menos ainda agressiva — nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado.” (HOBSBAWN, 1995, p. 229). Hobsbawn assevera categoricamente que não havia nem mesmo condições financeiras ou militares para que a URSS pudesse, ao menos no início da Guerra Fria, fazer frente aos norte-americanos. Ele assinala nesse sentido que:

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime [...] Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA (IDEM, p. 230).

Hobsbawn, em congruência com a visão de Kennedy (1989), Brown (2010) e Bandeira (2009), apresenta uma leitura de uma Guerra Fria em que se “congelara” o mundo por longos quarenta anos, defendendo que inevitavelmente alguma espécie de rivalidade entre as duas poéticas se estabeleceria em função das contingências territoriais de domínio reconfiguradas no fim da Segunda Guerra Mundial. Para ele, independentemente do messianismo anticomunista, que por vezes ressoava de Washington (muitas vezes com intuitos eleitoreiros), numa espécie de “tribunal da santa inquisição” comunista (e lembre-se do macarthismo⁷), ou independentemente de um discurso stalinista reforçado por uma pujança mais ideológica, ainda que se usurpassem as ideologias (comunistas e capitalistas; ou socialistas e liberais digamos), EUA e URSS pareciam fadados ao enfrentamento (IDEM, p. 230). Para Hobsbawn, parece que os norte-americanos se utilizaram de um discurso antissoviético, no intuito de angariar votos, comovendo as massas para uma cruzada contra os comunistas, para com o aval da opinião pública norte-americana, implementar uma política que buscava uma hegemonia global, rotulando o comunismo soviético como o “grande mal” a ser banido do planeta, como uma forma de erigir novamente uma espécie de inimigo público

⁷ O macarthismo fora um “movimento” de “caça às bruxas” ocorrido nos EUA, em que se empreendeu uma perseguição desarvorada a possíveis comunistas dentro do Estado norte-americano, sendo tais iniciativas encabeçadas pelo senador do partido republicano Joseph McCarthy. Nota do autor.

número um a ser debelado pelo capitalismo democrático norte-americano (HOBSBAWN, 1995, p. 232).

Como afirmado anteriormente, Hobsbawn assinala, que independentemente da divergência ideológica que existisse entre norte-americanos e soviéticos, algum conflito emergiria no mapa europeu do pós-guerra, dada a configuração de poder resultante no final do conflito. Nesse aspecto deve-se ponderar que não é anátema creditar à Hobsbawn um certo exagero em minimizar as divergências dos sistemas capitalista e comunista e, por outro lado, dar-lhe alguma razão para tal inferência, posto que antes da Guerra Fria, na Conferência de Yalta em fevereiro de 1945, nos estertores da Segunda Guerra Mundial, houve um grande “acerto” entre EUA, URSS e Grã-Bretanha sobre as áreas de atuação de cada potência vencedora (o que foi confirmado com relutância posterior na Conferência de Potsdam em abril de 1945), sobretudo acordos sobre as possessões soviéticas, incluindo a complicada situação polonesa, quando se afirmou que fora nessa época que o Ocidente “vendera” os orientais da Europa para Stálin. (IDEM, p. 230).

Parece que a indefinição e mesmo relutância de Roosevelt, em definir as zonas ou esferas de influência foi a semente de um futuro conflito que se avizinhava inelutável. De qualquer forma, assinalam Magnóli e Barbosa (2013), este foi um momento em que Stálin buscou muito mais trazer os limites soviéticos para as antigas fronteiras do Império Russo⁸, mais que uma tentativa, à princípio, de uma confrontação contra o poderio Ocidental. Eles sustentam que:

Stálin queria restaurar para a URSS os territórios europeus do antigo Império Russo. Na conferência, recuperou praticamente tudo o que fora perdido na Primeira Guerra Mundial: os Estados Bálticos, o leste polonês até a Linha Curzon, a Bessarábia romena. As fronteiras de 1914 só não foram reconstituídas inteiramente porque a Finlândia sobreviveu como país independente (MAGNOLI; BARBOSA, 2013, p. 41).

Em uma perspectiva civilizacional, Huntington (1996) afirma ter ocorrido, a partir 1917, uma substituição do conflito de Estados-nações pela porfia ideológica, primeiro através do embate entre facismo, comunismo e democracia liberal, e posteriormente (durante o período da Guerra Fria), uma luta entre o comunismo e as democracias liberais (HUNTINGTON, 1996, p. 60). Para Huntington, o embate entre as superpotências antecipa um posterior choque de civilizações que viria após o conflito, mas que germinara no seio mais recôndito da porfia entre os dois Estados, e desse modo, a Guerra Fria iria muito além de uma

⁸ A URSS imperial fora formada pela fusão da República Socialista Federativa Soviética Russa; República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana; República Socialista Federativa Soviética Ucraniana e República Socialista Soviética Bielorrússa. Nota do autor.

mera luta estratégico-política, mas tratar-se-ia de um conflito de mundos culturais e ideológicos díspares e antitéticos perto de desmoronar. Huntington distingue em sua análise os grupos de sociedades que se quedavam de um lado e do outro do conflito, separados por uma ideologia político-econômica. Nesse sentido ele afirma que: “Na Guerra Fria, essas ideologias foram personificadas pelas duas superpotências, cada uma das quais definia a sua identidade por sua ideologia e nenhuma das quais era um Estado-nação no sentido europeu tradicional” (HUNTINGTON, 1996, p. 60). Huntington não parece avançar, ao menos no sentido teórico, além das perspectivas de Kennedy ou Brown, na compreensão da Guerra Fria.

Uma análise histórica de bastante envergadura é trazida por Gaddis (2006) na compreensão do fenômeno da Guerra Fria. Para ele, aprofundando ainda mais a idéia de McMahon (2012) e Wight (2002), a construção do que se convencionou chamar de Guerra Fria, fora uma retomada de hostilidades entre norte-americanos e soviéticos que na verdade nunca terminara e quedara-se somente arrefecida durante a Segunda Guerra Mundial. Gaddis sustenta que “As raízes da Guerra Fria na guerra mundial, ajudam, portanto, a explicar porque este novo conflito veio à tona tão rapidamente depois que o anterior acabou” (GADDIS, 2006, p. 25). Gaddis defende que as duas superpotências vencedoras do conflito, EUA e URSS, possuíam objetivos distintos no pós-guerra, o que resultava de um conflito profundo e anterior que remontava à fundação de duas grandes sociedades divergentes, salientando ainda a construção de dois “impérios” que se assemelhavam na grandeza territorial e na aspiração de poder globais, movidos por ideologias divergentes que mais cedo ou mais tarde se confrontariam, como de fato já se opunham antes do evento da Segunda Guerra Mundial. Dentro dessa perspectiva ele argumenta que:

Ambos, Estados Unidos e União Soviética, nasceram em revoluções. Ambos abraçaram ideologias com aspirações globais: o que funcionou para eles em casa, presumiram os líderes, funcionaria para o resto do mundo. Ambos, estados continentais, avançaram por extensas fronteiras e, naquele momento, eram o primeiro e o terceiro maiores países do mundo. E ambos tinham entrado na guerra em resultado de ataques de surpresa: a invasão alemã da União Soviética começada em 22 de junho de 1941 e o ataque japonês a Pearl Harbor de 7 de setembro de 1941, que Hitler usou como escusa para declarar guerra aos Estados Unidos, quatro dias mais tarde. As semelhanças, no entanto, ficariam nisto. As diferenças, que qualquer observador habitante da Terra apontaria rapidamente, eram muito maiores (IDEM, pp. 6-7).

Para Gaddis os “[...] objetivos de Stálin no pós-guerra eram segurança para si mesmo, para seu regime, para seu país e para sua ideologia, exatamente nesta ordem.” (IDEM, p. 10). Ao mesmo tempo em que os norte-americanos também aspiravam segurança no pós-guerra, havia menos certeza do que fazer por parte da maior potência do Globo. Sabe-se que os EUA acabaram inaugurando uma nova fase de intervencionismo em sua política externa, lançando-

se sobre o velho mundo, a despeito de serem acusados de adotarem uma postura isolacionista desde o fim da Primeira Guerra Mundial (GADDIS, 2006, p. 15).

Apesar de Gaddis identificar Stálin como uma figura autoritária e narcisista, de personalidade neurótica e até visualizar o regime stalinista como perpetrador de mutilações e massacres, como o da Floresta de Katyn em 1940 na Polônia, ele parece orientar sua análise para uma perspectiva pós-revisionista, que enquadra o conflito da Guerra Fria como uma natural tomada de posições de parte a parte, que levou a uma configuração de mapas de influência, e que tomou proporções globais pela dificuldade em conciliar as divergências e os interesses dos dois grandes sistemas capitalista e comunista soviético. Gaddis nesse aspecto sustenta que:

Apesar de os três “grandes” declararem que não se podia pensar em política com a guerra em curso, nenhum deles acreditava neste princípio ou pensava em obedecê-lo. O que realmente fizeram – em comunicados e conferências, quase sempre sem conhecimento público – foi tentar conciliar objetivos políticos divergentes, tal como se visassem a uma operação militar de interesse comum. Em grande parte fracassaram, e foi este fracasso que originou a Guerra Fria. (IDEM, p. 12).

Gaddis parece resumir em poucas palavras, grande parte das controvérsias que instauraram a Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial, quando salienta que a luta por saber qual sistema venceria o conflito entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético dominou o mundo por mais de quarenta anos. Para Gaddis a batalha travada na Guerra Fria, em sua íntima origem, ia muito além da luta pelo poder, ia além do conflito nuclear, era sobretudo, uma luta para saber que estrutura sistêmica seria mais útil e proveitosa para organizar a sociedade. Ele argumenta nesse aspecto que:

Mas que tipo de sobrevivência? Que forma teria a vida em cada sistema? Qual o espaço concedido para o bem-estar econômico? Para a justiça social? E para a liberdade de cada um escolher e viver sua própria forma de vida? A Guerra Fria não foi apenas uma rivalidade geopolítica ou uma corrida de armas nucleares; foi também uma competição na resposta a estas perguntas. Estava em questão algo quase tão relevante quanto a sobrevivência humana: como organizar melhor a sociedade humana (IDEM, p. 80).

1.3 – Uma Guerra Fria para além do aspecto histórico: a visão teórica.

Uma contribuição importante para compreensão do fenômeno da Guerra Fria, agora sob a perspectiva teórica e complementar à visão histórica, é trazida por Nye (2009), ao categorizar as análises sobre este período e compartimentá-las em três espécies. É fundamental para Nye esclarecer nesse aspecto, que debates que centralizaram a discussão sobre as causas que originaram a Guerra Fria no pós Segunda Guerra Mundial, dividiram de um lado tradicionalistas; revisionistas de outro, e uma terceira corrente, que se destacava

como uma terceira via ao dilema tradicionalistas *versus* revisionistas, os pós-revisionistas (NYE, 2009, p. 143).

Nye sustenta que tradicionalistas (como o teórico político e economista Walt W. Rostow) e também o historiador anticomunista (Arthur Schlesinger), enxergavam o expansionismo de Stálin bastante imperialista, e que o grande responsável pela Guerra Fria teria sido a URSS, o que confirmavam com a pouca importância dada por Stálin à ONU (Organizações das Nações Unidas) e a não desmobilização de tropas soviéticas na Europa Oriental após o fim do conflito da Segunda Guerra Mundial (IDEM, p. 143). Os tradicionalistas seguiam uma ortodoxia abertamente antisoviética e maximizavam a ameaça da URSS para provocar apoio da sociedade norte-americana à causa do “mundo livre” contra o perigo do comunismo.

Os Revisionistas, por outro lado, em meados da década de 1960 e início da década de 1970, defenderam uma tese diametralmente oposta aos tradicionalistas, acusando os EUA de serem expansionistas, tendo em vista que a URSS saíra do conflito bastante desgastada militarmente, com um número gigantesco de baixas, e economicamente arrasada, com sérios problemas financeiros. Nesse ponto, pode-se destacar como autores revisionistas, a título de exemplo, nomes como o do historiador norte-americano Gabriel Kolko e ainda o historiador da diplomacia norte-americana William Appleman Williams (IDEM, p. 144).

Os Revisionistas asseveravam que os norte-americanos detinham logo após o fim da Segunda Guerra Mundial a tecnologia da bomba atômica, e os soviéticos não, o que fazia uma grande diferença. O revisionismo, no entanto, sofreu uma divisão interna, o que produziu dois níveis de explicação ou dois níveis de análise para o fenômeno da Guerra Fria. Os revisionistas do primeiro nível enfocaram a figura do indivíduo, defendendo que a mudança na liderança norte-americana (morte de Roosevelt e substituição por Truman em 1945), trouxe um discurso mais duro e antissoviético por parte dos EUA para a mesa de negociação, o que em certo sentido explicaria a escalada do conflito. Já os revisionistas de segundo nível, compreendiam que a Guerra Fria representava uma nítida necessidade de expansão do capitalismo norte-americano.

Para os revisionistas, os EUA recusavam-se a imaginar uma Europa sob o domínio soviético, com pouco ou nenhum apreço pelos signos capitalistas da economia de mercado e da propriedade privada. Os norte-americanos, portanto, na visão dos revisionistas, queriam evitar a planificação da economia europeia e impedir uma reprodução da Grande Depressão de 1930, por isso buscaram expandir o capitalismo na Europa, criando uma zona europeia aberta que lhe favorecesse economicamente, de modo que o Plano Marshall não seria nada

mais de que um estratagema norte-americano para a expansão de seu capitalismo (NYE, 2009, p. 144).

Para o credo pós-revisionista, que se destacou no fim da década de 1970 e início da década de 1980, não havia que se falar em culpa norte-americana ou soviética, mas sim em uma concorrência fática que levava a uma situação inevitável. Para os pós-revisionistas como Gaddis, havia uma inevitabilidade na bipolaridade e no equilíbrio que se estabeleceu no fim da Segunda Guerra Mundial. Os EUA e a URSS saíram bastante fortalecidos do conflito, ao passo que potências como Alemanha, França, Itália, Japão e Grã-Bretanha estavam mutiladas militarmente, bem como enfrentavam dificuldades econômicas decorrentes dos gastos armamentistas do conflito, em um quadro de finanças bastante crítico, o que fez com que a URSS e os EUA se fortalecessem como forças militarmente mais estruturadas (os EUA bem mais que a URSS) no cenário do pós-guerra (IDEM, p. 145).

Mesmo que a posição assumida pelos pós-revisionista pareça oferecer uma explicação mais ponderada e, sobretudo mais realista, por contar com um melhor retrato de como se desenhava a distribuição de forças após o conflito da Segunda Guerra Mundial, para Nye, norte-americanos e soviéticos tinham objetivos distintos e mesmo díspares no fim da Segunda Guerra Mundial. Ele não nega nenhum ponto de vista, nem parece querer definir-se dentro de alguma corrente, no entanto, afirma que existia, ao fim do conflito, uma clara diferença de perspectiva entre norte-americanos e soviéticos, quando coloca que: “Os soviéticos e os americanos tinham metas diferentes no fim da guerra. Os soviéticos almejavam possessões tangíveis – território. Os americanos tinham metas intangíveis ou na esfera social – estavam interessados no contexto geral da política mundial” (IDEM, p.145).

Uma perspectiva bastante interessante, e que busca visualizar a Guerra Fria, menos por uma perspectiva histórica ou civilizacional, como traz Hobsbawn e Huntington respectivamente, mas que procura ao mesmo tempo aprofundar seu estudo teórico, é trazida por Halliday (2007), ao analisar a Guerra Fria sob a forma de um conflito intersistêmico. Ele afirma que o conflito intersistêmico ocorre quando:

[...] entre duas sociedades, ou grupos de sociedade, baseados em formas de organização política e social radicalmente diferentes e incompatíveis [...] uma forma específica de conflito interestatal e intersocietal, no qual formas convencionais de rivalidade – a militar, a econômica e a política – são compostas por, e frequentemente legitimadas em termos de, uma total divergência de normas políticas e sociais (HALLIDAY, 2007, p. 187).

Halliday critica o debate essencialmente centrado na perspectiva histórica e afirma que o debate conduzido por tradicionalistas e revisionistas foi tratado pelos expertises sem a necessária ponderação teórica (o que para ele foi uma ingenuidade), refletindo o que ele

chamou de “ [...] empirismo da historiografia anglo-saxã e do próprio debate político fora do centro” (HALLIDAY, 2007, p. 189). Para ele houve estudos específicos que pinçaram aspectos da Guerra Fria, como o estudo da corrida armamentista ou o papel das ideologias, mas que negligenciaram pensar a Guerra Fria como um todo e, sobretudo, a importância dessa Guerra Fria para a teoria das Relações Internacionais (IDEM, p. 189). Segundo Halliday distinguem-se quatro abordagens principais no estudo da Guerra Fria, a realista, a subjetivista, a internalista e a intersistêmica.

Para Halliday, na perspectiva realista, a Guerra Fria não passou de uma continuação da política dos Grandes Poderes, da luta pela ampliação de poder; para os subjetivistas, como Jervis e Janis, a Guerra Fria é analisada sob o foco das percepções e de percepções errôneas, tratando-se de uma visão que sugere que a política externa de determinado Estado seria particularmente influenciada pela percepção individual e coletiva de formuladores políticos (IDEM, pp. 190-191); a corrente internalista (Chomsk, Kaldor) faz sua análise centrada, sobretudo, nas razões da política doméstica e da estrutura social, política e econômica, fazendo um estudo intrablocos; por fim, Halliday identifica a abordagem intersistêmica, resumindo-a em três proposições centrais: Em primeiro lugar, que o conflito ou a rivalidade Leste/Oeste foi um fruto gerado pela oposição de sistemas sócio-políticos distintos. Em segundo lugar, que houve no conflito da Guerra Fria uma tendência competitiva universalizadora e, em terceiro lugar, que o conflito somente poderia ser superado pela eliminação completa do outro sistema (IDEM, p. 192).

Halliday contrapõem o argumento intersistêmico às demais teorias afirmando que:

Em oposição ao realismo, ele nega que a rivalidade Leste-Oeste seja somente uma continuação da política tradicional dos Grandes Poderes, não somente pelo questionamento da validade deste modelo supostamente universal e clássico, mas pela atribuição de um lugar central no conflito ao caráter diverso e heterogêneo dos Estados competidores, nas esferas nacional e internacional; em oposição às teorias da percepção errônea, ele afirma que os programas políticos em disputa e as perspectivas ideológicas dos dois blocos devem ser consideradas seriamente, embora não unicamente, e que os Estados formando os blocos eram, em termos amplos, comprometidos com a sua realização; contra os internalistas, a abordagem ‘intersistêmica’ afirma que o conflito internacional tinha uma realidade, em outras palavras, que os dois blocos estavam preocupados não somente com questões internas, lucros, hierarquia ou ‘ordem’, mas também em melhorar sua posição relativa *vis-à-vis* um ao outro e em prevalecer sobre o outro (IDEM, p. 192).

Ao trazer o argumento do conflito intersistêmico, Halliday não nega que existem razões teóricas e empíricas para rejeitá-lo, tendo ele associações políticas pouco palatáveis (IDEM, p. 192), no entanto, ele traz cinco elementos ou proposições que buscam levar o argumento intersistêmico adiante, no intuito de compreender o fenômeno da Guerra Fria. Ele assevera que para a construção do argumento intersistêmico existia uma heterogeneidade

socioeconômica entre Leste e Oeste que contrapunham antiteticamente as sociedades comunistas e capitalistas (HALLIDAY, 2007, p. 198) em lados opostos de um grande abismo, a oposição entre o “mundo livre” capitalista/liberal e uma espécie de totalitarismo soviético. Halliday acrescenta, como segundo argumento intersistêmico, a idéia de que a “*a composição socioeconômica e política precisa ser mostrada como determinante da política externa e das relações internacionais, em um sentido amplo e genérico*” (IDEM, p. 198). Halliday defende, como terceiro elemento que conforma a proposição teórica intersistêmica, a tese já referida de uma dinâmica universalista dentro de cada sistema, numa constante busca de domínio universal e aniquilação do outro sistema (IDEM, p. 198). Ele assenta ainda como penúltimo argumento intersistêmico, que o conflito opera em múltiplas dimensões, e não somente na luta interestatal. Nesse aspecto ele acrescenta que:

A competição intersistêmica ocorreu em três níveis principais: o das relações estatais como tal, isto é, a ‘política externa’ convencionalmente concebida; o da interação socioeconômica, mais amplamente interpretada para incluir as ações de outras entidades que não os Estados/governos, mais especificamente os empreendimentos financeiros e industriais; e o da interação ideológica e, em particular, do impacto do exemplo, do efeito demonstrativo, sob uma sociedade comunista de outras capitalistas (IDEM, p. 199).

A quinta e última observação de Halliday sobre os postulados que enfeixam a teoria sistêmica é que “*A heterogeneidade do sistema socioeconômico interno implica a heterogeneidade das relações internacionais, concebidas em termos de objetivos amplos e de mecanismos de internacionalização*” (IDEM, p. 200). Com essa afirmação Halliday traz a reflexão de que tanto os interesses e a ideologia dos dois “blocos” (capitalista e socialista) eram divergentes, opostos, buscando a fundação de mundos que divergiam em concepções sociopolíticas. Nesse sentido, Brown (2010) também constrói um argumento que orienta a uma concepção intersistêmica de conflito. Ele sustenta a factibilidade de seu julgamento expondo as divergências irreconciliáveis dos sistemas comunista e capitalista. Brown defende que o sistema comunista se destaca pelo monopólio do poder pelo Partido Comunista em oposição ao pluralismo democrático-partidário do sistema capitalista; afirma que no comunismo defende-se a posse não capitalista dos meios de produção; uma economia de comando contraposta à economia de mercado capitalista; assinala uma característica ideológica de construir o comunismo como termo final do sistema e a existência de um movimento comunista internacional de onde brotava um forte sentimento de pertencimento (BROWN, 2010, pp. 134-141). O argumento de Brown reforça a ideia de sistemas distintos, divergentes, que se opõem e se excluem mutuamente, tal qual Halliday parece defender em seu argumento, para definir a ideia intersistêmica.

Halliday sustenta, no entanto, e é importante destacar, que não é um ingênuo incauto, a ponto de apresentar-se como um crente fervoroso da teoria intersistêmica, e salienta que vê também problemas em uma abordagem intersistêmica. Ele assevera que existem pelo menos três outras formas alternativas de vislumbrar a Guerra Fria. Ele observa que:

Existem fortes razões, teóricas e empíricas, para rejeitá-la (a teoria intersistêmica); ela possui associações políticas pouco agradáveis. Acima de tudo, entretanto, ela é subdesenvolvida em seus próprios termos: aqueles que a patrocinaram lançaram argumentos ocasionais quanto a sua validade e a de seus componentes, ou fizeram implicações de que existe ‘uma leitura ultrapassada’ dentro do marxismo para explicar tal fenômeno. Uma vez que é feita a tentativa de explicitar quais são as reivindicações da teoria intersistêmica então torna-se evidente que em seu interior existem maiores complexidades teóricas que inibem sua adoção (HALLIDAY, 2007, p. 197).

O próprio Waltz, demonstrou a inclinação pelo “sistemicismo”, e afirmou que: “Uma vez que a variedade dos actores e as variações nas suas acções não correspondem à variedade das resultantes, sabemos que estão em jogo causas sistêmicas. Sabendo isso, sabemos que uma teoria sistêmica é, ao mesmo tempo, necessária e possível” (WALTZ, 2002, p. 100). Waltz enxergou a possibilidade de uma abordagem e leitura sistêmicas ou intersistêmicas, desde que o conceito sistêmico se traduzisse como unidades (Estados), que se movimentassem dentro de uma estrutura que constrangia e limitava essas mesmas unidades, entendendo a concepção de um sistema como um conjunto de unidades que interagem entre si, em oposição ao reducionismo, que se definia basicamente por uma análise que parte do estudo das partes para o todo, na tentativa de compreender a política internacional (IDEM, 62-63). Waltz, na verdade, ao tratar da teoria sistêmica, parece procurar introduzir a idéia estrutural, e essa idéia de “estrutura” muitas vezes se confunde com a idéia sistêmica, o que o torna confuso nesse ponto. Ele sustenta, em uma crítica construtiva à abordagem sistêmica que, “Uma boa abordagem sistêmica é requerida apenas se os efeitos estruturais estão claramente definidos e expostos” (IDEM, p. 86), e arremata prosaicamente que:

A tentativa de seguir o modelo sistêmico geral tem sido pouco feliz, porque a nossa área não se coaduna suficientemente com o modelo para o tornar útil. Às relações internacionais falta a ordem articulada e o arranjo hierárquico que tornariam apropriada uma abordagem sistêmica geral (IDEM, p. 87).

Quando Waltz exerce sua crítica mais mordaz à teoria sistêmica, não a está rejeitando, mas sim orientando à produção de uma teoria sistêmica “perfeita”. Waltz afirma que uma teoria sistêmica não pode admitir que a qualidade e o comportamento das unidades determinem as características do sistema (IDEM, p. 100). Para Waltz, uma teoria sistêmica deve trabalhar com forças e variantes que atuam no plano internacional, e não se prender aos

elementos internos ou nacionais (WALTZ, 2002, p. 103), e nesse sentido Waltz aproxima-se bastante da abordagem trazida por Halliday.

1.4 – Buscando as origens.

Ao se visitar alguns autores clássicos, na busca por explicações que justifiquem a origem da Guerra Fria, vamos observar que Aron (2002) traz uma perspectiva bipolar que, em certo sentido, assemelha-se a de Halliday, porque traz em panorama a Guerra Fria como o embate entre blocos, o Bloco Ocidental e o Bloco Soviético, o que poderíamos equiparar, ainda que de forma um tanto “arbitrária”, à ideia intersistêmica, como embate de dois sistemas que se opõem por divergências inconciliáveis. Aron afirma, com um argumento teórico refinado, que as estratégias militares da Guerra Fria poderiam ser resumidas em dissuasão, persuasão e subversão, relacionados por sua vez com a dupla heterogeneidade histórica e ideológica, que separa os sistemas do mundo ocidental do bloco soviético (ARON, 2002, p. 233). Aron refere-se à dualidade de sistemas, sem no entanto, categorizar esse argumento de intersistêmico ou sistêmico. Ele afirma que:

Em qualquer sistema bipolar, os atores principais, incapazes de dominar conjuntamente, inclinam-se à competição; o progresso de um deles é um perigo, aos olhos do outro. Hoje, os "grandes" não podem dominar em conjunto devido à incompatibilidade das suas instituições e do princípio de legitimidade que cada um respeita. O mundo inteiro serve de palco para a sua disputa, e todas as fronteiras e países contestados como motivo para uma confrontação que eles não podem resolver com a espada nem com negociação (IDEM, p. 235).

Um argumento pragmático e que se contrapõe à ideia de conflito intersistêmico trazida por Halliday, ou que se opõe à ideia de um bloco ideologicamente sólido em oposição a outro como quer Aron, é a análise de McMahon (2012). Entre as visões do historiador com inclinação realista, está a ideia de que a Guerra Fria se estabeleceu como uma hostilidade exacerbada, que gerou um conceito expansivo de segurança nacional (MCMAHON, 2012, p. 15). Para McMahon, o trauma gerado pela Segunda Guerra Mundial, com o grande número de mortos (60 milhões, segundo suas estimativas) e a devastação das cidades e territórios, assim como a percepção norte-americana dos estrategistas militares, de que a tecnologia e o poderio aéreo haviam encurtado o mundo após a Segunda Guerra Mundial, gerou a necessidade norte-americana de fundar bases militares ao redor do globo, no intuito de impedir uma nova ameaça representada por um Estado ou uma coalizão de Estados que visassem submeter um território e povo alheio ao seu domínio estratégico-econômico (IDEM, p. 16). Além deste argumento, assim como sustenta Bandeira (2009), McMahon defende que:

Os planejadores americanos viam o estabelecimento de um sistema econômico internacional mais livre e mais aberto como inicialmente indispensável para a nova ordem que estavam determinados a construir a partir das cinzas do conflito mais terrível da história. A experiência já lhes tinha ensinado, lembrava o secretário de

Estado Cordell Hull, que o livre comércio era um pré-requisito essencial para paz [...] Um mundo mais aberto, segundo a fórmula americana, seria um mundo mais próspero; e um mundo mais próspero seria, por sua vez, um mundo mais estável e pacífico (MCMAHON, 2012, p. 18).

McMahon defende que as preocupações stalinistas eram bastante palpáveis, como defende Nye (NYE, 2009, 145), e se justificavam menos por um expansionismo deliberado dos soviéticos, porém calcado em preocupações plausíveis geradas pelos traumas causados pelas invasões alemãs ao território russo, sobretudo pelo temível corredor polonês, o que justificaria para Stálin, as ações militares sobre o território da Polônia, bem como a tentativa russa de estabilização das fronteiras soviéticas (MCMAHON, 2012, p. 20).

Para McMahon, a despeito de qualquer argumento estrutural que declara não desconsiderar, havia um mundo novo que surgia no fim da Segunda Guerra Mundial, que estabelecia uma nova ordem, diferente da europeia, e que tanto os EUA como a URSS buscavam, como Estados mais favorecidos no pós-guerra, assentar uma maior base de poder num mundo que teve seu equilíbrio destruído (IDEM, p. 13). McMahon assevera, mais uma vez de um ponto de vista bastante objetivo, que as prioridades ou mesmos as necessidades do Estado Soviético, “[...] que sempre tiveram mais importância para Stálin que o desejo de difundir o comunismo, ditavam uma política que misturava oportunismo com cautela, assim como uma inclinação ao compromisso em lugar de uma estratégia de expansão agressiva” (IDEM, p. 23). Este ponto de vista parece bastante crível, apesar de depor contra o posicionamento intersistêmico, sobretudo quando enxergado sobre uma impensável, do ponto de vista puramente ideológico ou sistemático, aproximação ou “aliança” entre norte-americanos e chineses nos anos de 1970. O argumento intersistêmico, em certo sentido, é corroído pela “incongruência” da reaproximação sino-americana no início dos anos 70 e que será melhor detalhado nos capítulos seguintes.

Wight (2002), assim como McMahon (2012) faz uma importante associação entre o conflito que se estabeleceu na Guerra Fria e a Revolução Russa de 1917. Wight declara que a Guerra Fria apenas retomou um conflito estabelecido entre o comunismo e o capitalismo instaurado a partir da revolução bolchevique. Ele compreende que a Guerra Fria se deu como uma extensão de um embate doutrinário muito maior e anterior que remontava a 1917. Wight sustentou em suas análises que também nos anos 30, houve uma luta “[...] triangular entre os países fascistas Anti-Comintern⁹, as potências da Liga e a União Soviética.” (WIGHT, 2002,

⁹ Anti-Comintern foi o pacto assinado em 25 de novembro de 1936, entre o Japão e a Alemanha, no intuito de conter a ameaça comunista. O Comintern ou Komintern (no alemão) era uma organização fundada por Lenin, a Internacional Comunista, que tinha a função de coordenar os partidos comunistas no mundo, orientando para uma luta contra o capitalismo, defendendo a implementação da ditadura do proletariado, a abolição das classes

p. 226), sendo que a Segunda Guerra Mundial tratou de eliminar uma das partes do triângulo e, após 1945, houve a continuação de um embate ideológico fundamental entre a potência comunista e o mundo ocidental.

Para Wight havia um medo e uma raiva intrínsecas do Ocidente à doutrina comunista, o que se tornou claro quando a Rússia foi expulsa da Liga por atacar a Finlândia em 1939. A origem do “ódio” ocidental, segundo Wight, era que o comunismo tinha como fim último eliminar a ideologia burguesa. Wight sustenta que para os ocidentais o comunismo representava “[...] a total destruição do modo de vida de seus vizinhos, e que rejeita a convenção burguesa de uma ordem internacional assim como rejeita a moral e a democracia burguesas.” (WIGHT, 2002, p. 226). Ele adverte ainda que perceber o conflito entre norte-americanos e soviéticos como predeterminado, como afirmam pós-revisionistas, e Gaddis parece ter percebido assim, era um equívoco. Wight sustenta que:

Do lado russo, o início da Guerra Fria talvez tenha sido percebido na suspeita de que as potências ocidentais estavam agindo em conluio com os alemães durante os últimos meses da guerra, no fim abrupto e inamistoso do Lend-Lease pelos Estados Unidos no verão de 1945, ou ainda no lançamento das duas bombas atômicas no Japão, o que demonstrava que os Estados Unidos não mais precisavam da ajuda soviética para derrotar o Japão como havia sido prometido em Yalta, além do fato de que haviam subitamente adquirido uma nova e esmagadora superioridade militar sobre seu aliado esgotado. Do lado ocidental, a Guerra Fria era entendida como um período que se iniciou em virtude da brutalidade e da chicana que caracterizaram a imposição de um governo comunista na Polônia por Stalin (IDEM, pp. 226-227).

O que se percebe também em Wight, é uma inclinação para admitir que sempre houve um expansionismo soviético que alimentou por muito tempo a Guerra Fria, catalisado pelo elemento ideológico que se irradiou pela parte oriental da Europa, demarcando fisicamente as fronteiras do sistema comunista.

Em uma inclinação que intui para o expansionismo soviético, Wight afirma que:

Assim como depois da Primeira Guerra Mundial, a República Soviética mais uma vez falhava numa tentativa de invadir e comunizar a Europa (mesmo tendo conseguido estender os limites de seu poder do Lago Peipus e dos Pântanos Pripet até o Mar Báltico e o Elba); e agora novamente - ainda que desta vez de maneira mais eficiente do que nos anos vinte ela tentava o caminho que passa por Pequim e Calcutá (IDEM, p. 229).

Morgenthau (2003), por outro lado, dentro de uma perspectiva teórica que chamou de “política de prestígio”, descreve que “A função que a política de prestígio desempenha para as políticas de *status quo* e de imperialismo se origina na própria natureza da política internacional” (MORGENTHAU, 2003, p. 162). Ele afirma ainda que durante as primeiras

sociais, entre outras reivindicações. O Comintern foi abolido em 1943, posto que a URSS participava de uma coalizão com democracias do ocidente contra a Alemanha nazista. Entre 1947 e 1956 existiu um órgão que substituiu o Comintern que foi o Cominform (BROWN, 2010, pp. 142-143).

duas décadas da Guerra Fria, o belicismo entre as duas forças, soviéticas e norte-americanas, esteve ligado à idéia de prestígio, no sentido de que um bloco buscou a todo tempo deslumbrar ou impressionar o adversário através de avanços tecnológicos e científicos, através do avanço da força militar, da pujança econômica, como forma de intimidação que desestimulava o adversário que, por ventura, pretendesse recorrer à via do conflito armado (MORGENTHAU, 2003, p. 163).

Em Morgenthau, há também um apelo para as conotações de combates ideológicos no interior da Guerra Fria que o assemelham a Aron (2002), salientando ele que, para todos os flancos em que a artilharia soviética e norte-americana era apontada, havia sempre uma tentativa de assunção e comando das orientações políticas, o que parecia promover uma patrulha ideológica por parte dos dois “blocos”, norte-americano e soviético, à espreita da próxima nação a ser cooptada por uma das forças. Nesse sentido Morgenthau assevera que:

De modo semelhante, eles procuraram inculcar essas mesmas qualidades em seus aliados, nos membros da aliança hostil e nas nações cuja orientação ainda não fora definida. Seu propósito consistia em manter a fidelidade de seus próprios aliados, enfraquecer a unidade da coalizão adversária e conquistar o apoio dos países ainda neutros. O prestígio tornou-se uma arma política particularmente importante em um período em que a luta pelo poder é travada não somente mediante o recurso aos métodos tradicionais de pressão política e força militar, mas também, em larga medida, como um combate pela conquista das mentes dos homens (IDEM, p. 164)

Morgenthau (2003), ao mesmo tempo que identifica a importância do elemento ideológico na Guerra Fria, salienta as ambigüidades das ideologias e, nesse caso, o perigo do tiro pela culatra. Ele lembra que a própria arma ideológica norte-americana, propalada desde a Primeira Guerra Mundial por Woodrow Wilson, a autodeterminação nacional, acabou por pulverizar a antiga ordem imperial, negando qualquer dominação externa dos impérios opressores. Para Morgenthau, o novo princípio da autodeterminação operou a geração, por via reversa, de novos imperialismos sob o argumento (agora) nacionalista exacerbado (IDEM, p. 190), um elemento que figura como um dos itens incendiários da Segunda Guerra Mundial (veja o caso de Hitler) e que tem óbvio reflexo na Guerra Fria.

Para Waltz (2002), que registra que a estrutura de poder pode assumir duas espécies de distribuições no que tange as capacidades de suas unidades, qual sejam, a bipolar e a multipolar, a Guerra Fria fora um exemplo clássico de uma aplicação da política de poder entre dois Estados que buscavam superar um ao outro no Sistema Internacional, onde a ação de um moldava o comportamento do outro. Waltz viria defender que “As nossas respostas estão atreladas às ações da União Soviética, e as deles às nossas, o que produziu um equilíbrio bipolar cada vez mais sólido” (WALTZ, 2002, p. 236). Segundo a visão de Waltz, EUA e URSS reproduziam um dos paradigmas naturais do Sistema Internacional (sendo que

o outro seria o da multipolaridade), repetindo sob a forma da bipolaridade, a eterna luta para maximizar mais poder no sistema anárquico, que em alguns momentos se apresentava numa ordem multipolar e em outro momento se manifestava sob a forma da bipolaridade. Na perspectiva teórica de Waltz, portanto, a Guerra Fria seria a manifestação de um modelo estável que se estruturou pela divisão de forças de duas potências no Sistema Internacional, que polarizaram campos de atuação diversos após o conflito da Segunda Guerra Mundial.

Mearsheimer (2007), por sua vez, um defensor aguerrido do que chama de “realismo ofensivo”, compreende e enxerga os anos da Guerra Fria sob a perspectiva de sua teoria e, nesse prisma teórico, faz um interessante contraponto com Morgenthau (apesar de existirem pontos de contato comuns importantes entre eles), que chama de um realista da natureza humana ou em outros termos, um realista clássico (MEARSHEIMER, 2007, p. 34). O argumento fundamental para o realismo ofensivo de Mearsheimer difere do realismo de natureza humana de Morgenthau, posto que segundo o próprio Mearsheimer, em Morgenthau há uma propensão natural dos Estados, que são atraídos como seres humanos ao poder, sendo essa característica intrinsecamente inata e apegada à figura estatal, como uma espécie de caráter que define sua natureza. Já em Mearsheimer, a busca incessante pelo poder tratar-se-ia de uma consequência que evidencia a estrutura anárquica. Mearsheimer assevera que realistas da natureza humana, assim como realistas ofensivos, admitem e corroboram com a idéia de anarquia no Sistema Internacional, mas os primeiros a colocam como uma “[...] causa de segunda ordem do comportamento dos Estados” (IDEM, p. 35). Mearsheimer conclui que:

Deve ter-se tornado evidente que tanto o realismo ofensivo como o realismo da natureza humana retratam as grandes potências como perseguidoras implacáveis do poder. A diferença fundamental entre as duas perspectivas é que os realistas ofensivos rejeitam a tese de Morgenthau de que os estados são dotados naturalmente de personalidades do tipo A. Pelo contrário, estão convencidos de que o sistema internacional força os estados a maximizarem o seu poder relativo, porque essa é a via perfeita para maximizarem a sua segurança. Por outras palavras, a sobrevivência exige o comportamento agressivo. As grandes potências comportam-se agressivamente não porque desejam ou porque possuem um impulso interior para dominar, mas porque têm de conquistar mais poder se pretenderem maximizar suas hipóteses de sobrevivência (IDEM, p. 37).

O realismo ofensivo de Mearsheimer é defendido como uma teoria que “[...] considera que a principal preocupação das grandes potências é perceberem como sobreviver num mundo no qual não existe nenhum organismo que as proteja uma das outras.” (IDEM, p. 37), e nesse aspecto o realismo se aproxima da teoria estrutural do realismo defensivo de Waltz, porém Mearsheimer sustenta que as grandes potências buscam incessantemente, incansavelmente conquistar mais poder no Sistema Internacional buscando uma espécie de hegemonia (IDEM, p. 22). Deve-se observar também que quando Waltz afirma que “Num

mundo bipolar, uma das potências líder pode visar à hegemonia ou pode procurar alargar o círculo das grandes potências promovendo a amálgama de algumas das médias potências” (WALTZ, 2002, p. 272), enceta uma espécie de corroboração, ainda obviamente que sem tal intenção, do argumento da busca pela hegemonia regional erigida por Mearsheimer, devendo-se lembrar que tanto Waltz (WALTZ, 2008, pp. 99-107) quanto Mearsheimer (MEARSHEIMER, 2007, p. 57), defendem que a maior estabilidade da balança de poder e do próprio Sistema Internacional encontra-se na bipolaridade, em oposição à estabilidade multipolar de Morgenthau.

Ao se aplicar a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer para compreender a Guerra Fria, observa-se que o conflito entre norte-americanos e soviéticos e suas respectivas zonas de apóio, foi concebido como uma maximização de poder pelas grandes potências norte-americana e soviética, numa busca de controle que pode ser traduzida em uma espécie busca pela hegemonia, de domínio para preservação de seus interesses, o que gerou uma corrida por mais poder e influência em diversas partes do globo. Mearsheimer entende que a política externa norte-americana foi dominada, no período da Guerra Fria, por uma retórica claramente liberal convertida pragmaticamente em ações realistas (IDEM, p.39). Em sua visão, houve na Guerra Fria, uma promoção e venda no comércio das idéias, de uma luta ideológica entre o “mal” comunista e o “bem” capitalista atrelado ao Estado liberal. Mearsheimer, portanto, assim como McMahon e Hobsbawn (no campo da história), alerta para uma retórica e prática diversa na política externa norte-americana no período da Guerra Fria, “acusando” os EUA de praticarem uma *Realpolitik* em oposição a uma verborragia abertamente liberal. Ele argumenta nesse aspecto que:

A política externa americana tem sido geralmente guiada pela lógica realista, apesar de as proclamações públicas dos seus líderes poderem levar-nos a pensar o contrário [...] Todavia, o abismo entre a retórica e a realidade passa geralmente despercebido nos próprios Estados Unidos (IDEM, pp. 39-40).

É imprescindível notar que, para Mearsheimer, e seu realismo ofensivo, durante a Guerra Fria, as potências norte-americana e soviética, não fizeram nada mais que buscar mais poder dentro do Sistema Internacional, uma em detrimento da outra, numa aplicação da teoria da procura contínua e incessante pela hegemonia. Ao pensar a Guerra Fria como uma luta entre dois Estados pela hegemonia ou controle do maior número de Estados no SI, Mearsheimer, em certo sentido, desconstrói o argumento intersistêmico de que a Guerra Fria seria um grande embate de dois blocos político-ideológicos distintos, posto que nas raízes do conflito, subjazia a sanha das grandes potências pela busca de um poder cada vez maior,

numa maximização da segurança potencializadora da sobrevivência, na busca de tornar-se um *hegemon* (MEARSHEIMER, 2007, p. 61).

É importante destacar que Mearsheimer não empresta a sua teoria qualquer espécie de “absolutismo” ou tenta dar-lhe o caráter de “império da verdade”, posto que admite que as teorias isoladas ou sozinhas nem sempre conseguem, como num panóptico, visualizar todos os ângulos e lados de uma realidade, mas que por essa espécie de incapacidade de açambarcar todos os vitrais da realidade, não deixam de ser teorias. E mais, Mearsheimer defende que por estar tratando de fenômenos políticos, muitas vezes há insuficiências, lacunas e até mesmo incorreções que devem ser superadas por outra teoria, como uma espécie de grande laboratório. Nesse sentido ele defende que: “Assim, qualquer previsão política está sujeita a erros. Aqueles que se aventuram a fazer previsões como faço aqui, devem por isso agir com humildade [...] e admitir que é provável que a análise posterior venha a revelar surpresas e enganos” (IDEM, p. 25). Mearsheimer assume, portanto, que mesmo seu realismo ofensivo, que também pode ser aplicado para explicar e entender a Guerra Fria, reconhece possíveis limitações.

A despeito de assumir que teorias possuem limitações, Mearsheimer, de modo objetivo, defende uma teoria política do mundo real, do mundo que “é”, e não uma teoria que estuda o que “deve ser”. Mearsheimer, ao fazer um inventário das mentiras mundiais em política internacional, como prova de uma realidade perene no mundo político real, afirma que “Estados operando em um sistema anárquico têm fortes incentivos para às vezes agir de forma implacável e enganosa a fim de garantir sua sobrevivência, e esse repertório de possíveis táticas certamente inclui a mentira” (MEARSHEIMER, 2012, pp. 24-25). É nesse diapasão ou nessa toada que Mearsheimer concebe que as grandes potências concentram-se basicamente em atingir quatro fins práticos essenciais, e isso pode vestir o corpo do manequim desenhado durante a Guerra Fria: 1 – Procuram incessantemente uma hegemonia regional; 2 – As grandes potências procuram maximizar parcelas de riqueza mundial; 3 – Existe uma preocupação no domínio de poder terrestre, que se traduz em construir exércitos poderosos para potencializar a dominação de sua região e por fim – Existe uma busca por potencial nuclear para superação de seus rivais (MEARSHEIMER, 2007, pp. 145-150).

Por outro lado, Mearsheimer aproxima-se dos pós-revisionistas quando admite que a Guerra Fria não foi construída deliberadamente pelas grandes potências, mas resultou de uma busca incessante pelo poder e dominação dos Estados como a resultante de um sistema bipolar. Vale salientar que Ele assinala que:

Nem a União Soviética nem os Estados Unidos tencionaram construí-la, nem trabalharam conjuntamente para a sua criação. Na realidade, nos anos iniciais da Guerra Fria, cada superpotência se esforçou arduamente por conquistar poder à outra, impedindo-a simultaneamente de fazer o mesmo consigo. O sistema que emergiu na Europa no rescaldo da Segunda Guerra Mundial foi consequência não planeada da intensa competição pela segurança entre as superpotências (MEARSHEIMER, 2007, p. 61).

Mearsheimer argumenta com assertividade e sustenta que, apesar de não haver uma deliberação antecipada para o conflito, a Guerra Fria se deu como uma corrida das grandes potências (EUA e URSS) mais bem aquinhoadas no fim da Segunda Guerra Mundial, na busca por poder hegemônico em regiões devastadas e com vácuo de poder, onde se vislumbrou uma grande oportunidade de alterar o “equilíbrio” de poder de modo a inclinar a balança para o seu lado (IDEM, p. 309). Como a União Soviética emergiu como o Estado mais forte no cenário de devastação das potências europeias, com tropas espalhadas pela Europa Oriental, os Estados Unidos se viram irremediavelmente atraídos para conter o possível expansionismo soviético através de uma política que ficou conhecida como a política da contenção. A ameaça era justificada aos olhos norte-americanos, tendo em vista que nos acordos de Yalta, em fevereiro de 1945, Churchill, Roosevelt e Stálin dispuseram que os países limítrofes com a URSS no continente europeu, não deveriam ostentar governos anti-soviéticos, o que facilitava a intervenção soviética em países como a Polônia, Hungria, Bulgária e Romênia, que já abrigavam partes do exército soviético (VIZENTINI, 2006, pp. 16-17).

Além da busca cada vez maior pelo poder (um postulado realista), Mearsheimer defende que os Estados tentam equilibrar-se segundo a lógica da balança ou o equilíbrio de poder, num sistema anárquico que os constrange e provoca-os a buscar mais poder, visando atingir a hegemonia¹⁰ no Sistema Internacional, bem como gera ao mesmo tempo, a necessidade de enfraquecer os adversários através de alianças, o que explicaria a busca por prosélitos por parte dos norte-americanos e soviéticos durante a Guerra Fria. Nesse propósito Mearsheimer observa que:

O realismo ofensivo prevê que os estados sejam extremamente sensíveis ao equilíbrio de poder e procurem oportunidades para aumentar o seu próprio poder ou para enfraquecer os rivais. Em termos práticos, isto significa que adotarão estratégias diplomáticas que reflectam as oportunidades e constrangimentos gerados pela distribuição de poder existente. A teoria prevê, especificamente, que é provável que um estado ameaçado contrabalance de forma pronta e eficaz em bipolaridade, já que nem a delegação nem as coligações equilibradoras de grandes potências são

¹⁰ A despeito do conceito da hegemonia mearsheimeriana ser trabalhada no capítulo quatro do presente trabalho, esclarece-se diante mão que a idéia de hegemonia aqui referida não se confunde com a hegemonia gramsciana e a valorização da superestrutura em detrimento da infraestrutura, mas toma o sentido de domínio estatal que não encontra nenhuma força similar no SI. Nota do autor.

possíveis quando existem apenas duas grandes potências no sistema (MEARSHEIMER, 2007, p. 309).

De uma forma geral, é importante salientar, Mearsheimer não foge, em sua formulação para compreender a Guerra Fria, da idéia realista waltziana que combina o constrangimento do Sistema insuflando os Estados à potencialização de seu poder, o que na Guerra Fria, foi representado pela luta das duas potências mais poderosas do Sistema Internacional.

1.5 – Considerações finais

O argumento da luta ideológica entre comunistas e norte-americanos, em certos momentos históricos como o da Guerra Fria, parece ter sido utilizado muitas vezes como a vestimenta que travestiu e ocultou inclinações de puro absolutismo e arbítrio totalitarista, por parte dos que se denominavam comunistas, como também parece ter representado, por vezes, uma espécie de “ditadura” capitalista da liberdade, que também serviu de pretexto para massacrar povos, violar direitos e conspurcar territórios sob o pálio augusto da “democracia” norte-americana. Nesse caso, a ideologia serviu como um biombo que ocultou as reais inclinações pela maximização de poder pelas duas superpotências, os EUA e a URSS.

Observa-se também que a Guerra Fria foi um confronto estratégico que não chegou às vias de fato (ao menos diretamente entre as duas superpotências), mas que surgiu de uma obsolescência e insegurança dos soviéticos representada pela agonia de enxergar a possibilidade de assunção de poder norte-americano, primeiro na Europa Oriental (posto que os norte-americanos já dominavam o centro e o ocidente da Europa) e depois uma supremacia na Ásia e no Oriente Médio. De outra parte, a preocupação gestada pelos líderes norte-americanos com o possível avanço do comunismo soviético no fim da Segunda Guerra Mundial, numa espécie de “esquizofrênia” nada ingênua, parece ter buscado a construção de um inimigo universal (a URSS e a ideologia comunista) para legitimar uma política belicista e interventiva, na tentativa de impingir ao mundo seu sistema democrático ao maior número de nações, o que beneficiaria seu *modus vivendi*, com a abertura de mercados de um mundo livre e de povos autodeterminados, sendo a caça aos comunistas uma justificativa perfeita no plano interno e conveniente internacionalmente.

Deve-se compreender ainda, que para além de uma perspectiva meramente histórica, a teoria intersistêmica tentou capturar a “principal” dimensão do conflito que se estabeleceu e que foi denominado de Guerra Fria, como um conflito de raízes muito mais profundas e arraigado à bases ideológicas, mas que se tornou uma abordagem ineficiente quando se passou do plano da retórica à praticas incongruentes com as ideologias dos dois sistemas, o que se exemplifica com o tratado Ribbentrop-Molotov entre a URSS e Alemanha, por

exemplo, ou o apóio econômico e militar norte-americano à URSS, na aliança contra o inimigo nazista na Segunda Guerra Mundial, ou o apóio norte-americano a ditaduras na América Latina, Oriente Médio, ou ainda, e esse é o cerne deste trabalho, com a reaproximação sino-americana no fim da década de 60 e início da década de 70.

O realismo ofensivo fornece uma explicação que, em certo sentido, se coaduna com a visão histórica, mas que procura ir mais além na compreensão do fenômeno da Guerra Fria. Os Estados buscam maximizar seu poder para garantir sua sobrevivência no meio internacional anárquico e, para isso, procuram obter uma hegemonia regional que avança na busca de mais poder, procurando alterar o equilíbrio de poder cada vez mais a seu favor ou impedindo que esse equilíbrio passe a pender para o lado inimigo. Mearsheimer, mais que todos os realistas mencionados, torna sua explicação mais sofisticada ao refutar a concepção de Morgenthau, de que o desejo de poder é inato aos Estados, ao mesmo tempo em que se aproxima do realismo de Waltz, afirmando que este não vê os Estados como unidades impregnadas pelo desejo de poder, mas enxerga que o comportamento dos Estados deriva ou se origina dos constrangimentos gerados pelo sistema anárquico como seu principal modelador, quando a necessidade da sobrevivência os força a um estado de beligerância constante.

Assim como Mearsheimer e seu realismo ofensivo oferece boas respostas ou explicações satisfatórias sobre o fenômeno da Guerra Fria, a visão declinada pela perspectiva eminentemente histórica arrasta o entendimento para a compreensão de situações que não foram tão bem alcançadas pela teoria, dando ao estudioso do tema, um horizonte amplo e complementar, necessário para compreensão dos desdobramentos dessa Guerra Fria nos anos 70, e mais precisamente, no relacionamento que se desenrolará entre os EUA e a China a partir do início da década de setenta.

CAPÍTULO 2 - GUERRA FRIA: EUA, URSS E CHINA – A APROXIMAÇÃO SINO-SOVIÉTICA, A RUPTURA E A DIPLOMACIA TRIANGULAR

2. 1 – Considerações Iniciais.

A história da retomada das relações sino-americanas não somente faz parte da história da Guerra Fria na década de 70 como também é a história de um pragmatismo sem precedentes, em se tratando de dois países que professavam credos político-econômicos que se opunham radicalmente um ao outro, mas que firmaram, em certa medida, uma “aliança” bastante conveniente, durante os primeiros anos deste período em que a relação sino-soviética mostrava-se bastante carcomida e desgastada. O final da década de 60, mais precisamente os anos de 1969 e toda década de 70, pode ter sido um dos momentos de maior afrouxamento das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria, caracterizado pela distensão e pela busca de maior harmonização de interesses e cooperação entre o Ocidente e o mundo comunista, ao menos no plano retórico.

O período da década de 70, conhecido como a *détente*, foi marcado por uma congruência de fatores que levaram os EUA, na opinião de muitos pensadores, a darem um novo rumo à orientação de sua política externa. Fatores como dificuldades econômicas internas causadas pelo excessivo gasto militar norte-americano, a pressão popular doméstica pela retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, o soerguimento político-econômico da Europa e Japão alçando-se como jogadores fortes no cenário internacional, uma maior difusão de poder devido a gama de Estados que se tornaram independentes na Ásia e na África (década de 50 e 60 sobretudo), as crises do petróleo (década de 70), entre outros fatores, analisados posteriormente (VIZENTINI, 2006, pp. 63-71), levaram os anos de 1969 a 1979, a conhecer um movimento norte-americano de empenho na negociação dos interesses estatais com os comunistas soviéticos, de modo que a Casa Branca, sobretudo no período Nixon (1969-1975), esteve inclinada a praticar uma política de equilíbrio de poder, segundo alguns especialistas (Ikenberry, Kissinger, por exemplo), o que sempre fora uma heresia para o idealismo norte-americano.

O período da reaproximação sino-americana tratou-se, na visão de muitos debatedores de política externa, como afirmado anteriormente, de um tempo em que foi instaurada na Casa Branca a *Realpolitik*¹¹ kissingeriana, numa tendência claramente realista, criando uma

¹¹*Realpolitik* é um termo derivado do alemão e que significa “política real”, em oposição ao sentido de uma política baseada na ideologia. É aqui utilizada para caracterizar o período do Governo Nixon, na década de 1970, em que Henry Kissinger implantou, segundo muitos especialistas, uma política externa bastante pragmática, uma

contradição entre o discurso político liberal e a prática realista, como se comprovava no apóio à ditaduras na América Latina, África, Oriente Médio e, até mesmo, na aproximação com o grande inimigo comunista chinês. Para Pecequilo (2012), neste período, os EUA demonstravam fissuras entre o discurso e a prática que levavam à contradições irreconciliáveis, posto que havia no plano interno espécies de “bolsões” segregacionistas que eram diuturnamente questionados pelos que militavam em defesa dos direitos civis, como Martin Luther King Jr, enquanto externamente fazia-se a apologia à democracia e valores liberais como a liberdade de expressão e direitos humanos universais. Pecequilo assevera que “Parte das contradições referia-se à retórica da promoção da democracia externa sem a contrapartida interna. Essas fissuras se consolidariam nas décadas seguintes até o patamar de hoje.” (PECEQUILO, 2012, p. 6). Em outro trecho a autora salienta que a própria “[...] aproximação com a China, um país comunista na década de 1970, ao mesmo tempo em que apoiava ditadores de direita que barravam o comunismo na América Latina, é exemplar destas contradições” (IDEM, p. 5).

Procurar compreender a história da retomada das relações entre Estados Unidos e China, é também percorrer um caminho de nuances políticas e estratégicas que desafiam as próprias regras do jogo político, no tabuleiro por vezes obscuro e ambíguo da política internacional. Se nos anos 70, a despeito de uma orientação bastante pragmática implementada pela dupla Nixon-Kissinger, os norte-americanos passaram a evidenciar seus interesses mais tangíveis, por outro lado, Nixon não abandonara totalmente valores que fundaram a democracia norte-americana como o discurso a favor da paz, não escapando completamente das bases de uma retórica liberal que proclamava a necessidade de “pacificação” do mundo, embasada no excepcionalismo norte-americano, fundado na promoção da democracia capitalista para o planeta inteiro.

É interessante notar que a grande complexidade nixoniana, e talvez a sua maior contradição, estivesse na defesa do “império” da democracia liberal para o mundo, que propugnava um discurso contra o comunismo soviético e, ao mesmo tempo, o rechaçamento do discurso democrático tão essencial em outros momentos, como o que aconteceu na reaproximação com os chineses. Ao mesmo tempo, agir conforme a conveniência e os interesses de Estado, era exatamente alternar o discurso democrático com as ações realistas no campo dos interesses estratégicos norte-americanos, o que parece ter acontecido durante todo o período da reaproximação sino-americana no início da década de 70.

2.2 – O Contexto da *détente*

O momento em que os EUA iniciam uma efetiva aproximação com a República Popular da China é conhecido também como um período que se convencionou chamar (no contexto da Guerra Fria) pelo termo francês *détente* (relaxamento). Esse período seria o período de maior flexibilização ou relaxamento das relações entre EUA e União Soviética, um momento de distensão em que as duas superpotências, alcançada a paridade de forças, tentaram estabelecer uma fase mais cooperativa entre o mundo ocidental e o mundo comunista.

A *détente*, entre os anos 1969 e 1979, parece ter representado um esforço cooperativo que tentava arrefecer os ânimos das superpotências no âmbito da Guerra Fria, num mundo assolado pela convulsão dos movimentos independentistas da década de 50 e 60, e que continuava a gerar revoluções armadas que acabavam exigindo posições ou alinhamentos junto a uma das grandes superpotências, quebrando em certo sentido, a tentativa de harmonização de interesses que EUA e URSS procuravam estabelecer no plano político. A *détente* parecia representar também um período de certa acomodação na luta entre soviéticos e norte-americanos, mais preocupados com a proliferação das armas nucleares, o que redundou nos acordos SALT I, em 1972 e, em 1979, o SALT II (Tratado sobre Limitação de Armas Estratégicas), somado ao movimento de reaproximação dos países ocidentais com a Alemanha Oriental e demais países sob a influência soviética (GADDIS, 2006, p. 147).

Acordos como os de Helsinque¹² e a *Ostpolitik* de Willy Brandt¹³ na Alemanha Ocidental, fomentavam a tentativa do estreitamento de laços entre os países do ocidente da Europa com a Alemanha Oriental, entre as duas Alemanhas e entre países do ocidente e do leste europeu, de modo que a *détente* representava uma esperança muito viva de um período em que antigas rivalidades poderiam ser resfriadas pelo anseio prospectivo de um mundo mais seguro para a humanidade (MCMAHON, 2012, p. 150).

Para Saraiva (2008), a *détente* sucedeu o período da “coexistência pacífica” (inaugurado em 1955, indo até o ano de 1968). Ele argumenta que no período da “coexistência pacífica” já havia uma maior consciência e controle por parte das

¹² Assinado em 1975, tinha como proposta melhorar as relações entre os governos comunistas e o mundo ocidental, visando a redução das tensões provocadas pela Guerra Fria.

¹³ A *Ostpolitik* de Willy Brandt fora uma “política para o leste” implementada pela Alemanha Ocidental sob a batuta de seu chanceler Willy Brandt, quando a Alemanha Ocidental assinou tratados com a União Soviética em que os dois países renunciavam ao uso da força em suas disputas de fronteiras, assim como fora a política que estabeleceu o tratado que reconhecia as fronteiras das duas Alemanhas, reconhecendo a legitimidade de uma e outra, assim como apregoava a renúncia ao recurso da força e fomentava o comércio e as viagens entre o leste e o oeste da Europa (MCMAHON, 2012, p. 150).

superpotências, dos perigos emanados do crescimento do arsenal nuclear e de sua eventual utilização, não podendo se confundir com o período da *détente* (1969-1979), posto que fora na época da “coexistência pacífica” que se iniciara o descongelamento das relações entre norte-americanos e soviéticos (SARAIVA, 2008, p. 212).

Apelidada por muitos autores também por primeira *détente*, Vizentini (2006) parece corroborar com Saraiva ao admitir que na passagem dos anos 40 para os 50, a Guerra Fria entrou em um período de multilateralização das relações internacionais, atenuando-se a bipolaridade entre os EUA e a URSS (VIZENTINI, 2006, p. 42). Nesse ponto destaca-se que, embora haja autores que admitam a diferenciação entre o período da “coexistência pacífica” e a *détente*, como Vizentini e Saraiva, outros como McMahon não fazem essa aceção, preferindo encarar o período do final da década de 60 e de toda a década de 70, como o período em que de fato buscou-se envidar esforços para alguma compreensão mútua entre o mundo ocidental e o mundo comunista. Para McMahon, o período da *détente* significava “[...] administrar a Guerra Fria de um modo mais seguro e mais controlado para minimizar a possibilidade de uma guerra acidental ou de uma espiral armamentista desestabilizadora” (MCMAHON, 2012, p. 141). Na visão de Saraiva, observa-se que:

A *détente* sinaliza um momento mais tardio, entre 1969 e 1979, quando passou a existir deliberada atitude das duas superpotências no sentido de pôr fim à era de diferenças. A fundação de um verdadeiro “concerto américo-soviético” e o início da decomposição ideológica do conflito Leste-Oeste foram as duas grandes características da *détente* (SARAIVA, 2008, p. 212).

É bastante difícil precisar em que medida todo o contexto político-econômico mundial pode ter influenciado na aproximação sino-americana. No entanto, alguns fenômenos específicos da década de 70 podem ter erigido um palco propício para o desenrolar das relações entre chineses e norte-americanos. Um dos elementos que tem sido bastante repisados, é que os norte-americanos perceberam que os gastos com a Guerra do Vietnã passou a custar caro aos EUA, assim como os gastos com o contingente militar espalhado pelo mundo, de modo que a economia norte-americana passou a apresentar déficits comerciais e orçamentários constantes (VIZENTINI, 2006, p. 69), isso somado à pressão da opinião pública pelo fim do conflito, indicando uma mudança urgente que se fazia necessária na política externa dos EUA.

Um outro fator, ligado ao embaraço econômico dos EUA, é que a Europa, assim como o Japão, fortaleciam-se economicamente e politicamente, despontando como novas forças a equilibrar a balança de poder mundial. A percepção norte-americana de que países como o Japão e os Estados da Europa Ocidental despontavam com muita força no cenário político

internacional parece ter de fato feito os norte-americanos enxergarem as relações internacionais, a partir da década de 70, muito mais multilateralizadas, o que pareceu contribuir para uma política muito mais “cooperativa”, que buscava evitar o confronto direto com o inimigo soviético. Nesse aspecto, argumenta Vizentini que:

Durante os anos 60 os países europeus ocidentais (particularmente a Alemanha) e o Japão alcançaram e ultrapassaram os Estados Unidos em vários campos da economia, enquanto este país tinha crescentes dificuldades em desempenhar o papel de polícia do “mundo livre”. Após os dissabores gerados pela Revolução Cubana, os EUA afundavam-se na Guerra do Vietnã com funestas conseqüências político-sociais domésticas. Mas foi a economia americana que sofreu o maior desgaste com as despesas militares, pois no auge da guerra os EUA passaram a apresentar déficits orçamentários e comerciais preocupantes. A sobrecarga gerada pelas guerras periféricas sobre a economia americana, contudo, era sintoma de um problema estrutural: a crise do modelo de acumulação do pós-guerra, acentado no paradigma fordista-keynesiano (modelo baseado na produção em grande escala em linha de montagem, apoiada pela intervenção do Estado em apóio à economia e à distribuição de renda) (VIZENTINI, 2006, pp. 68-69).

Saraiva (2008) anota por sua vez, em consonância com o pensamento de Vizentini (2006), que a recuperação européia e seu *boom* econômico foi responsável por uma reconfiguração de forças no Sistema Internacional. Ele sustenta que:

O *boom* econômico europeu dos anos 1950 e 1960 foi, assim, o responsável por duas modificações no sistema de poder mundial. Em primeiro lugar, foi responsável por significativa mutação nas forças profundas que alimentavam a vida internacional. O poder bipolar, especialmente ao Ocidente, estava sustentado na estreita vinculação do poderio econômico à capacidade de desenvolvimento de uma política de interesses globais. A modificação da configuração européia no mapa econômico mundial trouxe conteúdos políticos novos a uma ordem bipolar inflexível ainda desejada por muitos dos formuladores de política exterior dos Estados Unidos (SARAIVA, 2008, p. 216).

Um elemento comumente apontado para uma mudança do paradigma norte-americano na década de 70, mas que podia já ser identificado desde os anos 60, era a percepção de uma ruptura no suposto bloco “monolítico” do comunismo apoiado pela URSS. Episódios repressivos como os da Hungria em 1956, da Tchecoslováquia em 1968 e a própria “guerra” sino-soviética pareciam refletir para o mundo muitas fissuras dentro do círculo político soviético, o que fornecia aos norte-americanos a possibilidade de algum contato ou acomodação de interesses com países como a China, outrora um aliado soviético (IDEM, p. 213). Outro ponto salientado por Saraiva, e que contribuía para uma nova perspectiva política na década de 70, é que o mundo vivenciara uma grande onda de insurreições independentistas nas décadas de 50 e 60, sobretudo na Ásia e na África, de modo que a configuração de poder parecia tender a uma difusão de forças. Além disso, devia se acrescentar uma maior reivindicação dos países do Terceiro Mundo a uma posição de maior poder no Sistema Internacional.

Uma perspectiva menos difusa faz com que McMahon (2012) caracterize a *détente* como uma época em que não se procurava substituir a Guerra Fria, mas de algum modo “jogá-la” de outra forma. Para McMahon, a paridade a que alcançou a União Soviética, em termos de arsenal militar e força nuclear, provocou uma guinada nas relações entre norte-americanos e soviéticos, sobretudo para a visão dos EUA. Os norte-americanos se encontravam reféns das armas nucleares que recebiam utilizar e, mesmo diante de vultosos gastos militares despendidos, a União Soviética tinha um potencial tão destrutivo quanto os dos norte-americanos (MCMAHON, 2012, p. 140). McMahon também assinala, no diapasão de Vizentini e de Saraiva que:

O relativo declínio não só do poder militar dos Estados Unidos, mas também de sua saúde e vitalidade econômica, tendências exacerbadas pelo conflito no Vietnã que drenava tantos recursos e pelo ressurgimento econômico da Europa Ocidental e do Japão, constituía outra precondição importante para a *détente*. Em resumo, os Estados Unidos já não tinham os meios econômicos nem vontade política para sustentar a política de preponderância que havia caracterizado sua abordagem da Guerra Fria desde o final da década de 40” (IDEM, p. 141).

Para Gaddis (2006), assim como para McMahon, a *détente* fracassara em seus intentos porque de fato nunca conseguiu conter o conflito entre norte-americanos e soviéticos que se espalhou pela América Latina, pelo Oriente Médio e pelo continente africano. Apesar desse período refletir um desprendimento esperançoso de um maior controle armamentístico, que resultaram em tratados como o SALT I e II, outrora referidos, esses esforços não passaram de uma “evanescente bolha de sabão”, concluiu Gaddis (GADDIS apud MCMAHON, 2012, p. 160).

A despeito de ser bastante difícil mensurar o quanto o período representado pela *détente* pode ter contribuído para o reatamento sino-americano, pode-se destacar que a Doutrina Nixon, a ser posteriormente estudada, refletiu em certo sentido a retórica da cooperação e negociação propalada na *détente*, assim como a inclinação da política externa norte-americana, no período Nixon, pareceu para muitos, ofertar-se à políticas mais pragmáticas e de menos arroubos ideológicos.

2.3 – Origens, causas e conseqüências da reaproximação sino-americana

Ao se buscar as origens, causas e conseqüências da reaproximação entre chineses e norte-americanos, enxerga-se que as ideologias foram postas à parte, ou ao menos foram relegadas para um segundo plano, com um discurso norte-americano amenizado e arrefecido em relação aos comunistas chineses, e com uma China maoísta menos utópica e um pouco menos antiimperialista do outro lado. A possibilidade de um reatamento, que de fato fora pragmático e realista, foi vislumbrada pelos dois Estados como gerador de benefícios mútuos

calculados, o que não afastou a desconfiança recíproca e a preocupação atávica chinesa com os “bárbaros” estrangeiros. Os norte-americanos perceberam uma boa oportunidade de se inserir entre as rachaduras do relacionamento da China com a União Soviética, de modo que trabalharam para se aproximar dos chineses num momento bastante crítico da relação sino-soviética, quando a China temia uma invasão soviética, numa tática bastante conhecida dos norte-americanos de engajar para conter e dividir para conquistar (PECEQUILO, 2012, p. 5).

Em uma aliança com os chineses, os norte-americanos pensavam em conter possíveis incursões soviéticas no continente asiático, evitando outro episódio como a Guerra da Coreia ou um novo Vietnã. Era também conveniente aos chineses tal aproximação, visto que não tinham como afrontar o exército vermelho caso os soviéticos resolvessem fazer uma incursão no território chinês e, colocar os norte-americanos como uma espécie de escudo contra a União Soviética era uma estratégia à altura da tradição de Sun Tzu¹⁴. Nesse aspecto pode-se logo salientar que os chineses impuseram como ponto necessário e irrefutável para a negociação sobre o restabelecimento das relações sino-americanas, a discussão sobre a retirada das tropas norte-americanas de Taiwan e o reconhecimento de uma China única, o que era estrategicamente importante para a diplomacia chinesa. Os chineses temiam que o poder e a influência dos EUA no Pacífico ameaçassem seus interesses hegemônicos regionais, no entanto, esse pareceu o momento de retroceder um passo atrás, concedendo a mão ao “inimigo”, para que no futuro se avançasse alguns passos rumo a seus interesses estratégicos mais caros.

Também havia, por parte dos chineses, uma grande incongruência do ponto de vista ideológico, já que caminhavam em direção ao capitalismo ocidental “imperialista” norte-americano. Embora o antiamericanismo permanecesse vivo no discurso de Mao Tsé-tung, não apenas como uma estratégia chinesa para não esmorecer na Ásia, mas também como uma forma de elevar o país ao patamar de liderança do bloco comunista (ocupando a posição da União Soviética), a China parecia procurar, na década de 70, minimizar sua repulsa e inimizade aos norte-americanos, tendo em vista seus interesses estratégicos. Ao lado dessa tentativa de reaproximação, a China não deixava esmorecer a estratégia de tornar-se espelho fomentador do revolucionismo comunista para os países que se tornavam independentes, o que tornava sua política externa complexa.

¹⁴ Sun Tzu foi um general, filósofo e estrategista chinês que viveu entre (544 a. C a 496 a. C), que ficou celebrizado na história pelo livro “A Arte da Guerra”, no qual discorre sobre táticas e estratégias para superar um inimigo em batalha, através de idéias como a importância do conhecimento inimigo, o conhecimento das fraquezas próprias e do oponente, entre outros estratégias para o combate, inclusive a idéia de provocar, quando necessário, o entretchoque de inimigos para benefício mútuo (KELLY, 2013, pp 28-29).

Não se pode olvidar que a reaproximação norte-americana da China enquadra-se dentro de uma estratégia maior arquitetada pelo governo Nixon: a “era da negociação”. Esse seria um dos períodos mais pragmáticos da história da política externa norte-americana, quando a Administração Nixon passou a estabelecer diálogos mais amenos com o mundo comunista, com a suavização do conflito ideológico entre norte-americanos e soviéticos, bem como entre norte-americanos e chineses, provocado em grande parte (como entendia Kissinger) pela inflexão trazida pela Doutrina Nixon à Casa Branca.

Nixon herdara uma ingrata Guerra do Vietnã que levava os norte-americanos a grandes gastos militares¹⁵, gastos estes que provocavam desequilíbrio nas contas internas, e que geravam passeatas por todo o país demandando a retirada dos soldados norte-americanos do sumidouro de vidas do Vietnã. Diante de um cenário de turbulência interna e num palco internacional em que norte-americanos e soviéticos pareciam eternamente entrincheirados, o discurso nixoniano apontava para uma importante iniciativa dos EUA no sentido de repudiar a ortodoxia exasperada das ideologias que pareciam orientar a marcha norte-americana e soviética na política externa, durante o período da Guerra Fria, substituindo em parte o credo ideológico pela atuação guiada por ações estratégicas centradas no interesse do Estado (KISSINGER, 2012, p. 625).

Como observou Kissinger (2012), um dos pilares da Doutrina Nixon era a flexibilização da diplomacia, de modo a fomentar o diálogo com Estados comunistas, quebrando barreiras que impediam a diplomacia de ir mais além. Nixon, na visão de Kissinger, não deixara o wilsonianismo, que o fazia vaticinar, como outros presidentes, liberdade e democracia para o mundo, no entanto, o seu idealismo continha rédeas estribadas no interesse nacional, o que o fazia agir baseado não na retórica dos adversários, mas segundo suas ações e interesses. Nesse ponto Kissinger sustenta que:

Nixon levava a sério o idealismo americano, no sentido de que participava do apaixonado internacionalismo de Wilson e de sua convicção de que os Estados Unidos eram necessários. Mas sentia-se igualmente obrigado a associar a missão dos Estados Unidos às suas próprias conclusões sobre a maneira como o mundo funcionava. Mesmo desejando que o país sustentasse os valores de Wilson, Nixon estava, também, dolorosamente ciente de que o destino lhe incumbira da tarefa ingrata de fazer os Estados Unidos recuarem da pregação daqueles valores, mandando seus exércitos para o mundo inteiro (IDEM, p. 656).

Para Kissinger, em Nixon “wilsonianismo e a *Realpolitik* se fundiram” (IDEM, p. 656), ocorrendo uma rejeição à visão que perduraria até então na política externa norte-americana de que havia uma “congênita [...] inclinação soviética para a dominação mundial [...]” (IDEM,

¹⁵ Em valores atuais, DAGGETT (2010) afirma que os gastos com a Guerra do Vietnam se aproximaram dos 750 bilhões de dólares entre os anos de 1965 e 1975.

p. 659), de modo que, para Nixon, era possível sentar-se à mesa com negociadores soviéticos e estabelecer consensos. Kissinger argumenta nesse aspecto que:

[...] a política de contenção do governo Nixon diferia daquela de Acheson e Dulles, no sentido que não fazia da transformação da sociedade soviética uma precondição para negociações. Nixon afastou-se dos pais da política de contenção e optou por um caminho remanescente de Churchill, que sugeriu conversas com Moscou, em 1953, após a morte de Stálin. Nixon acreditava que negociações, e um longo período de competição pacífica, acelerariam a mudança do sistema soviético e fortaleceriam as democracias (KISSINGER, 2012, p. 663).

Outra proposta de Nixon consistia em uma política de “ligação” ou o que chamavam de “linkage”, posto que para o então presidente dos EUA, os conflitos entre norte-americanos e soviéticos não deveriam ser tratados isolados um dos outros, devendo-se promover negociações que envolvessem o conflito da Guerra Fria de uma forma abrangente, de modo que soluções fossem encontradas para pacificar os embates, “ligando-os” em todos os planos do globo onde havia conflito. Nixon era contrário à distensão seletiva¹⁶ que era aplicada pela política externa norte-americana no início da Guerra Fria. Kissinger defende nesse caso que:

Nixon disse apenas – porém não menos – que era absurdo escolher uma área dessa relação para ser melhorada, enquanto a confrontação prosseguia em todas as outras. A distensão seletiva parecia, a Nixon e a seus assessores, a estratégia certa para debilitar a posição das democracias. Não fazia sentido que um assunto complexo e esotérico, como o controle de armas, fosse à prova da paz, enquanto armas soviéticas incitavam o conflito no Oriente Médio e matavam americanos no Vietnã (IDEM, p. 667).

Kissinger observa que coube ao Governo Nixon lidar com a difícilíssima tarefa de extrair as tropas norte-americanas de uma guerra mal sucedida no Vietnã, lutando com o conflito das convicções morais norte-americanas, que eram libertárias e democráticas, diante da necessidade de implantar uma diplomacia flexível. Ao mesmo tempo em que Nixon buscava uma saída honrosa para a Guerra do Vietnã, havia o conflito moral de deixar os aliados nas mãos inimigas com uma retirada abrupta das tropas norte-americanas da zona de conflito. Foi diante desse dilema que um dos postulados da doutrina nixoniana trouxe um refrigério para uma causa tão delicada. Nixon anunciaria uma retirada lenta do Vietnã, treinando os vietnamitas do sul para combaterem sozinhos os inimigos do Norte. Era a “vietnamização” do conflito, justificada com um dos postulados de sua doutrina, de que os EUA defenderiam seus aliados desde que contra eles se insurgisse uma potência nuclear. Caso houvesse uma agressão não nuclear, os EUA passariam a sustentar que a nação ameaçada se defendesse com

¹⁶ A “distensão seletiva” era a política a que se opunha Nixon e que orientava a tratar as questões da Guerra Fria em compartimentos estanques e isolados. Nixon apregoava que não era prospectivo resolver o conflito em um plano ou região e manter trincheiras em outro campo. A política de ligação procurava justamente amarrar todas as questões para tratá-las de uma só vez e de uma só perspectiva, e não de modo isolado (KISSINGER, 2012, p.663).

suas próprias forças contra o inimigo, aplicando a proposta de responsabilização das nações aliadas, e justificando o desengajamento norte-americano no Vietnã. Esta estratégia ficou conhecida como uma tentativa elegante de salvar a pecha mundial de que os norte-americanos perderam a Guerra do Vietnã, tentando salvaguardar sua imagem, já bastante deteriorada na época.

Os três pontos que deveriam ser o foco da doutrina nixoniana, propostos por Kissinger eram: primeiro que os “Estados Unidos manteriam os seus compromissos assumidos em tratados” (KISSINGER, 2012, p. 657). Um segundo postulado, trazido à baila por Kissinger, é que “[...] os Estados Unidos fariam ‘o escudo, se uma potência nuclear ameaçar a liberdade de uma nação aliada, ou de uma nação cuja sobrevivência considerarmos vital à nossa segurança’” (IDEM, p. 657), e um terceiro e último postulado que assegurava que “Em casos de agressão não nuclear, os Estados Unidos contariam ‘com que a nação diretamente ameaçada’ assumira a responsabilidade de fornecer o efetivo militar para a defesa” (IDEM, pp. 657-658). Através destes três postulados, Nixon parecia evocar o princípio da autoresponsabilização dos aliados norte-americanos sem, contudo, ser acusado de os ter abandonado nas mãos dos inimigos comunistas. Ao mesmo tempo, a proposta de um desengajamento norte-americano, bastante presente no governo Nixon, justificava em grande medida a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã.

No mesmo sentido de Kissinger se posiciona Gaddis (2006). Para o historiador de Yale, o presidente Nixon recebeu o país num momento de crise e, em sua visão “[...] herdou um mundo em que os tradicionais instrumentos de poder do Estado pareciam estar desaparecendo” (GADDIS, 2006, p. 139). Para Gaddis, uma grande motivação de Nixon, assim como a de Mao, por ocasião da reabertura sino-americana, era restaurar uma tumultuada ordem interna nos seus respectivos países. Pecequilo (2011) corrobora com o historiador e adiciona: os EUA passavam por dificuldades econômicas, com um “[...] endividamento interno favorecido por um excesso de consumo, pela ausência de poupança e pelo peso dos compromissos estratégicos [...]” (PECEQUILO, 2011, pp. 191-192), tudo isso somado ao tumulto interno devido à impopularidade da Guerra do Vietnã, bem como um desgaste internacional que carcomia a liderança norte-americana. Para Pecequilo, um cenário até então desfavorável aos norte-americanos transformou-se em uma oportunidade por Nixon e Kissinger para implementação da política realista na Casa Branca.

Pecequilo observa que Nixon e Kissinger viraram o leme da política externa norte-americana para a direção de um equilíbrio de poder em que os EUA assumiriam a liderança, quebrando modelos ortodoxos e tradicionais da política externa (IDEM, p. 196), forçando a

URSS a negociar ainda mais com os norte-americanos, visto que uma China próxima aos EUA desequilibraria a balança de poder asiática contra os soviéticos (PECEQUILO, 2011, p. 197).

A despeito da aversão atávica norte-americana à política de poder realista (MEARSHEIMER, 2007, pp. 39-40), de tradição eminentemente europeia (posto que o Estado moderno fora fundado na idéia de equilíbrio que remontava aos tratados de Westfália – 1648 -, e ao Congresso de Viena – 1814 a 1815) (MAGNOLI, 2012, p. 98), na Administração Nixon, o governo norte-americano parece ter tomado, segundo Kissinger e Pecequilo, em muitos sentidos essa orientação realista.

O que se observa ao longo da história dos EUA é que, na visão de Pecequilo, apesar de sua aversão natural para a política do equilíbrio de poder, os norte-americanos apoiaram fora do seu território (como por exemplo na Europa – na Primeira Guerra Mundial e, na própria Ásia no fim da Segunda Guerra Mundial) uma política de equilíbrio de poder quando isso parecia lhe favorecer os interesses e impedir o surgimento de uma grande potência que viesse lhe fazer frente, o que acabava sendo mais uma das contradições do idealismo norte-americano (PECEQUILO, 2011, p. 196).

Ainda para Pecequilo, os norte-americanos conquistaram não só a simpatia chinesa, mas buscaram seu apoio através de acordos como o Comunicado de Xangai e quando facultaram uma cadeira da ONU, à excluída até então, República Popular da China (1971), substituindo Taiwan pela China de Mao Tsé-tung. A aproximação norte-americana da China no governo Nixon, no entender da pesquisadora significava que: “Fundamentalmente, ao adotar essa visão realista, a política externa estaria se despindo de suas variantes mais utópicas e irreais para buscar comportamentos mais condizentes com os de um grande poder que visava [...]” (IDEM, p. 197) instaurar um modelo de sistema internacional compartilhado. Pecequilo assevera que:

Inspirado na *realpolitik* europeia, cujos caminhos datam de Metternich e Bismarck, Kissinger procurava ver o sistema como se organizando em termos de um equilíbrio de poder. Em sua visão, caso soubessem construir seus relacionamentos, os Estados Unidos poderiam atuar nesse sistema como a Grã-Bretanha o fizera no século XIX, de uma posição de liderança, com legitimidade política, mas sem comprometimento total e incondicional de recursos (IDEM, p. 197).

Note-se que Kissinger e Nixon tinham plena consciência do que salientou Pecequilo. Para a Administração Nixon, a reaproximação norte-americana dos chineses entregava aos EUA uma importante carta no baralho da Guerra Fria, porque forçava os soviéticos à condescendência e a estarem mais abertos às negociações em que os norte-americanos tinham interesse, como o acordo de limitação de armas nucleares aqui já referido, o SALT I e II.

A reaproximação sino-americana gerara grandes rumores entre os soviéticos, que viam o “mundo” comunista se esfacelar com os novos rumos tomados pelo gigante chinês. Nesse ponto Kissinger observa que:

Quando a União Soviética não pudesse mais contar com a hostilidade permanente entre as outras duas nações, a mais poderosa e a mais populosa do mundo –, a intransigência soviética diminuiria, talvez mesmo desaparecesse. Os soviéticos tinham de agir com cautela, pois uma postura ameaçadora poderia intensificar a cooperação sino-americana. Nas condições do final da década de 1970, boas relações sino-americanas tornaram-se um elemento fundamental na estratégia soviética do governo Nixon (KISSINGER, 2012, p. 669).

Observa-se que norte-americanos e chineses, tinham objetivos ou propósitos estratégicos distintos quando reataram um relacionamento interrompido por mais de vinte anos. Com um pragmatismo acentuado, norte-americanos e chineses construíram, uma “reconfiguração” de poder no Sistema Internacional, posto que os norte-americanos vieram posteriormente a reconhecer o governo chinês e dar-lhe assento em cadeira da ONU, reinserindo a China no jogo político ocidental. Pecequilo, afastando-se um pouco das lentes que observam exclusivamente a política externa, atesta que a estratégia que subjazia recôndita e soterrada sob o cimento da aliança entre norte-americanos e chineses no governo Nixon, era a estratégia norte-americana da manutenção de uma hegemonia na região asiática, dentro do contexto da Guerra Fria, que fez com que os EUA convolassem alianças com “párias” ideológicos e políticos. Em um dos seus últimos livros ela sustenta que:

Para muitos países em continentes de difícil equilíbrio de poder como a Ásia, era mais seguro contar com o apoio dos Estados Unidos do que com vizinhos (vide as triangulações China-Índia-Rússia-Japão). E, para os Estados Unidos, a manutenção de seu status como maior potência regional em todos os continentes era uma garantia de que poderia dificultar estas aproximações no médio e longo prazo por meio de mecanismos de cooptação e chantagem [...] Esta percepção é corrente na agenda norte-americana, o que tem levado a subestimação de algumas coalizões entre essas demais nações e a superestimação de sua capacidade de conseguir controlar estes equilíbrios regionais e globais de forma tão extensa ou eficiente, dadas as mudanças no equilíbrio do poder mundial (PECEQUILO, 2013, p. 5).

Seguindo o raciocínio de Pecequilo, pode-se sistematizar as idéias aqui ventiladas, definindo que os Estados Unidos pretendiam, com a retomada de relações com a China, contrabalançar o poder soviético na Ásia; afastar qualquer possibilidade de avanço da influência soviética no continente asiático com apóio da China e fortalecer seu poder hegemônico na região asiática. Por outro lado, a China buscava se proteger da ameaça de invasão soviética; preservar em certo sentido seu poder na região contra possíveis investidas soviéticas na Ásia, forçar os EUA a distanciarem-se política e militarmente do enclave que se tornou Taiwan, afastando o “inimigo” de sua zona de influência e ainda, diversificar suas relações com o mundo, o que favorecia uma espécie de reinserção terceiro-mundista,

aproveitando o momento da distensão com os norte-americanos para projetar sua ascensão política no Sistema Internacional.

2.4 – A diplomacia triangular kisseriana.

No teatro em que se moveram China, EUA e URSS, não houve espaço para passos em falso ou titubeios da retórica e, Estados Unidos, China e União Soviética encenaram uma grandiosa “peça” política, calcada em movimentos estratégicos milimetricamente sopesados, em uma maximização de poder e vantagem sobre o adversário do momento, tendo como pano de fundo desse grande espetáculo a Guerra Fria, que se estabeleceu entre as grandes potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, a saber, Estados Unidos e União Soviética, como discorremos no primeiro capítulo deste trabalho. Nesse aspecto, Kissinger sustenta que a história teceu uma intrincada teia entre EUA, URSS e China, em que esses países trataram de se equilibrar, argumentando que a aproximação estreou “[...] uma série de ações que iriam culminar na transformação da esperada aliança em uma diplomacia triangular, pela qual os Estados Unidos, a China e a União Soviética fizeram suas manobras, ora se aliando, ora atuando uns contra os outros” (KISSINGER, 2011, p. 123).

A reaproximação dos norte-americanos para mais perto da China se deu num momento bastante oportuno para os estrategistas norte-americanos, posto que foi articulada diligentemente no momento em que as relações entre a China e a URSS atingiram seu mais alto grau de deterioração no fim dos anos sessenta, quando explodem os confrontos na fronteira nordeste da China, às margens do Rio Ussuri, tema que será tratado no ponto subsequente ao ponto 2.5.

2.5 – As divergências sino-soviéticas

Um dos fatores que definitivamente contribuiu para as divergências entre soviéticos e chineses, desde o início dessa relação, foi a falta de simbiose entre o PCC (Partido Comunista Chinês) e o Partido Comunista Soviético. O Partido Comunista Chinês (PCC), fundado em 1921, fora inicialmente e em muitos aspectos um espelho de seu predecessor soviético. No entanto, a partir da revolução de 1949 (quando os comunistas tomaram o poder e expulsaram os nacionalistas liderados pelo general Chiang Kai-shek da China), o PCC deixou de refletir um alinhamento simétrico com o Partido Comunista Soviético. Dentre as razões para esse desalinhamento encontra-se a oposição da realidade chinesa em contraposição à realidade soviética, o que em muitos sentidos era fonte de preocupação por parte de Stálin, e as divergências entre os dois partidos só serviram para contribuir com mais afastamento em 1959. (ROBERTS, 2006, p. 377).

Esse é o contexto no qual as relações sino-soviéticas estabeleceram-se com uma tensão e dubiedade obscuras, resultante das desconfianças stalinistas no regime comunista de Mao Tsé-tung. A independência e autonomia que caracterizavam o comunismo chinês, permitiram que Kissinger se referisse ao jogo político entre EUA, URSS e a China, como a Diplomacia Triangular. Nesse aspecto, Aron (2002) observou nos anos 60, que a China nunca fora um mero Estado-satélite dos soviéticos. Por sua pujança territorial, populacional e militar, exercia um comunismo ao seu próprio modo, o que a tornava um aliado soviético, nunca um laçao político. De acordo com Aron:

Sabemos apenas que na Europa os dirigentes soviéticos têm a possibilidade de recorrer à força militar para manter a unidade do seu bloco; na Ásia, sua situação é diferente. A China é grande demais, forte demais para se submeter à vontade do "irmão maior". Os líderes do Kremlin precisam negociar com os governantes da "cidade proibida"; não lhes faltam argumentos ou meios materiais de persuasão, mas sim o instrumento secular da coerção. Na Ásia, a União Soviética tem um aliado, não satélites. (ARON, 2002, p. 487).

Para Wight (2002, p. 33), que enxergava a China como uma das três grandes potências na década de 70, há também referência ao sentido de uma relação autônoma entre a URSS e a China, apontando para um comunismo independente na China, sobretudo após a morte de Stálin. Nesse aspecto Wight, assevera que:

A China era agora o terceiro desses países e Mao devia ainda menos do que Tito pelo apoio de Stálin. A Revolução Chinesa era uma aplicação nova e independente dos princípios marxistas. Diferente da Revolução Bolchevique em aspectos importantes e, após a morte de Stálin, Mao se tornou o mais antigo revolucionário comunista, podendo se auto-proclamar o teórico comunista de mais autoridade. Tais considerações aumentaram as esperanças ocidentais de que a Rússia e China poderiam vir a divergir entre si (WIGHT, 2002, p. 231).

A própria tomada de poder pelo regime comunista chinês se deu com uma relativa independência do regime soviético, de modo que Mao Tsé-tung não devia gigantescos favores ao regime stalinista pela vitória comunista sobre os nacionalistas, e nesse sentido essa independência chinesa trouxe certas dificuldades para uma cooperação entre soviéticos e chineses. Kissinger salienta que Stálin tinha consciência de que lidava com um grande estrategista, tão astuto como ele, e não estava disposto a fazer concessões ao regime comunista chinês de Mao Tsé-Tung, a despeito de Mao estar disposto a formar uma aliança com a URSS. (KISSINGER, 2011, p. 124). Uma prova de que o início desse relacionamento fora, desde o princípio, regado por muita desconfiança e ressentimento político, é trazida por Brown (2010), ao afirmar que no contexto da guerra civil chinesa, Stálin chegou em certo momento a se opor a tomada de poder pelos comunistas de Mao Tsé-Tung, posto que tinha acordos territoriais com os nacionalistas de Chiang Kai-shek, líder direitista que lutou pela

unificação da China contra os Comunistas liderados por Mao. Brown assevera sobre esta questão que:

Em novembro de 1948, quando os Comunistas estavam ganhando terreno sobre os nacionalistas na guerra civil, Stálin exortou Mao Tse Tung a consolidar os ganhos no norte, deixando o sul sob a administração de Chiang Kai-shek. Mao desconsiderou o conselho [...] Stálin admitiu que a liderança soviética havia se equivocado e que os Comunistas chineses estavam certos ao acreditar que podiam tomar o poder de todo país (BROWN, 2010, p. 223).

Além disso, Brown salienta que Stálin tinha um acordo com os nacionalistas chineses em que a China reconheceria a Mongólia como um Estado independente, a despeito da Mongólia praticamente figurar como um satélite soviético. (IDEM, p. 223). Brown observa ainda que a postura de Stálin desde a tomada de poder comunista na China era “exortar cautela ao partido chinês, porque ele aprovara a participação do exército de Chiang Kai-Shek na guerra contra o Japão e o via como um contrapeso ao imperialismo britânico” (IDEM, p. 226). Mesmo após a tomada de poder pelos comunistas havia um temor por parte dos soviéticos quanto ao governo do Partido Comunista na China, o que fez Stálin declarar a Mao que:

Deve-se manter em mente que depois da vitória do exército de libertação popular da China – pelo menos em um período pós-vitória, cuja duração é difícil definir agora – o governo chinês, em termos de política, será um governo democrático revolucionário nacional, e não um governo Comunista (IDEM, p. 226).

Apesar das dificuldades travadas ao longo do caminho dialógico percorrido por chineses e soviéticos, Roberts (2006) observa que até 1956 a China usufruiu de importantes benefícios oriundos do lado soviético. Após a revolução comunista de 1949, a China inevitavelmente estava fadada a se apegar a uma das pontas do cordão estabelecido pela Guerra Fria, pendendo nessa ocasião para o lado soviético, que era comunista. Apesar das dificuldades entre Stálin e Mao Tsé-tung, Roberts salienta que o fruto dessa aproximação resultou no Tratado Sino-Soviético de Aliança e Assistência Mútua¹⁷, que garantia à China a promessa de ajuda militar contra um possível ataque japonês ou mesmo de outra potência mundial (ROBERTS, 2006, p. 360). Segundo Roberts, o período subsequente que se inicia em 1953, anuncia o “período soviético”, quando a China busca apóio científico-tecnológico soviético, para obter um maior desenvolvimento e crescimento econômico e, a despeito das dificuldades desse relacionamento, a China obtém recursos importantes do aliado soviético. Como fruto dessa aliança com a URSS, a China experimentou um período em que gastos com

¹⁷ O Tratado Sino-Soviético de Aliança e Assistência Mútua fora um tratado assinado entre a URSS e a China, visando apóio econômico-militar da União Soviética em caso de ataque Japonês ao território Chinês, bem como o apóio militar Chinês caso a URSS fosse atacada por qualquer Estado inimigo. Houve um aditamento de 300 milhões de dólares em créditos à China por ocasião desse tratado (ROBERTS, 2006, p. 360).

educação mais que triplicaram, complexos industriais e grandes fábricas começaram a ser erigidas (com transferências de técnicos e especialistas soviéticos em setores estratégicos que necessitavam de mão-de-obra especializada, inclusive treinando trabalhadores chineses), assim como obteve recursos para novas linhas ferroviárias no intuito de modernizar o país. Também se promoveu a coletivização da agricultura, ressaltando Roberts que, cinquenta por cento dos investimentos industriais eram oriundos do aliado soviético. (ROBERTS, 2006, pp. 364-368).

Na esteira do argumento de Roberts (2006), Spence (1995) assinala que a história do relacionamento sino-soviético fora marcado desde a década de 20 por um entrelaçamento misto de amizade e desconfiança. Ele afirma que “Desde o final da década de 1920, Mao Tsé-tung vinha discordando de Stálin ao sustentar a necessidade de uma revolução rural de massas, fosse em Huan, no Soviete de Jiang-xi, em Yan’na, ou durante o último ano da guerra civil” (SPENCE, 1995, pp. 550-551). Spence argumenta que os chineses gozaram de bastante apóio soviético no início dos anos cinquenta, no campo da indústria, da educação, da pesquisa tecnológica, em termos armamentísticos, assim como contaram com recursos generosos do irmão soviético (IDEM, p. 551), no entanto, a relação desgastou-se aos poucos devido aos diálogos implementados por Khrushchev com os EUA, assim como pelas divergências surgidas entre os dois líderes comunistas, quanto à condução do movimento comunista no mundo. Spence salienta nesse aspecto que:

Ao longo de 1960, as relações entre os dois gigantes socialistas se deterioraram. Acusações e contra-acusações foram trocadas em reuniões comunistas internacionais. Estranhamente, Albânia e Iugoslávia tornaram-se o centro da polêmica. Uma vez que a China apoiava os albaneses em sua tentativa de independência de Moscou, criticar a Albânia, como a União Soviética fazia de forma cada vez mais violenta, era criticar a China [...] No verão de 1960, a União Soviética declarou sua intenção de retirar todos os seus 1390 especialistas e consultores que estavam na China, ameaça cumprida em setembro, quando foram chamados de volta, levando com eles seus projetos e provocando o cancelamento de 343 grandes contratos e 257 projetos técnicos. Entre os cientistas soviéticos que partiram estavam dois especialistas em armas nucleares que tinham se recusado terminalmente a dar informações sobre a construção de bombas atômicas e que foram ridicularizados pelos chineses como monges mudos que liam mas não falavam (IDEM, p. 255).

A despeito da transferência de capital, tecnologia e conhecimento, que em certa medida, proporcionou inicialmente à China a possibilidade de ascensão no cenário internacional, havia na relação sino-soviética, desde o princípio, uma espécie de gérmen da discórdia que empesteava o relacionamento dos dois gigantes, devido sobretudo, ao voluntarismo de Mao Tsé-tung e as peculiaridades da realidade chinesa em oposição ao ambiente soviético. Brown (2010) salienta que apesar de certa desconsideração por parte de

Mao dos conselhos stalinistas, no início da relação houve uma tentativa de implementação de políticas que reproduzisse o modelo político, econômico e social soviético, embora houvessem divergências devido às particularidades da configuração econômico-social chinesa, que se desenhava como um vasto território devastado pela guerra civil, pouco ou nada industrializado e com um excessivo contingente populacional rural (BROWN, 2010, p. 227). O cientista político russo Pantsov (2006), salienta por sua vez, entre outras características, aspectos que assemelham, inicialmente, o regime comunista chinês ao regime comunista soviético e defende que:

O poder indiviso do Partido Comunista estritamente centralizado e hierárquico, o culto ilimitado ao líder do partido, o controle total sobre a vida política e intelectual dos cidadãos pelos órgãos de segurança pública, a tomada das propriedades ao desenvolvimento da indústria pesada e os enormes recursos destinados à defesa nacional (PANTSOV, 2006, p.85).

Sem desconsiderar que de fato havia pontos comuns que identificavam uma espinha dorsal que orientava de uma maneira geral o comunismo, como salienta Pantsov, Hutton (2008) traz uma perspectiva bastante interessante sobre as idiosincrasias que, por outro lado, separavam o comunismo chinês do comunismo soviético. Hutton defende que na perspectiva marxista, a revolução comunista fora concebida originalmente como fruto de um movimento espontâneo por parte de uma classe operária vergastada pela opressão industrial, nascida do capitalismo burguês, porém o que se tinha na China de 1949, não se aproximava em nada do cenário concebido por Marx (HUTTON, 2008, p. 76). Hutton argumenta que “[...] a China não tinha nem um capitalismo industrial nem uma classe operária industrial fora dos limites de Xangai, Wuhan e Cantão. Se devesse existir revolução, ela poderia surgir somente dos camponeses, organizados e liderados pelo Partido Comunista [...]” (IDEM, p. 76), de modo que o comunismo que se instaurou na China não poderia nunca assumir as características soviéticas em toda sua inteireza.

Para Hutton havia três mudanças fundamentais que embasavam e diferenciavam o comunismo chinês em oposição ao comunismo soviético. A primeira mudança era a prática de um marxismo-leninista, defendendo-se que o partido era vanguardista na revolução de uma sociedade camponesa; a segunda mudança seria abdicar da ortodoxia tradicional comunista soviética, posto que a revolução de Mao partia de uma base de massas camponesas, e a de Lênin foi utilizada pela União Soviética para postular uma mudança que partia de cima para baixo, e a terceira diferença ou mudança, era que em vez de se proceder ao confisco das propriedades territoriais, haveria uma redistribuição de terras dos camponeses ricos para os pobres, numa abordagem reformista, com um respeito aos direitos de propriedade (IDEM, pp.

76-77). Para Hutton, Mao tratou de aplicar uma ortodoxia mais pura do comunismo somente onde ela de fato tivesse chance de surtir maior efeito, o comunismo nos termos soviéticos não seria aplicado onde ele não funcionasse (HUTTON, 2008, p.77). A tradução de Mao Tsé-tung do comunismo para a realidade chinesa, nesse sentido, trouxe incompatibilidades com a “mãe” soviética, o que contribuiu para o relacionamento de atritos constantes. Hutton sustenta nesse âmbito que:

Acima de tudo, disse Mao, membros individuais do partido que trabalhassem nos vilarejos deveriam ser extremamente sensíveis com relação às condições políticas locais, em vez de se comportarem como se estivessem escrevendo um ensaio de “oito pernas – o ensaio clássico dos exames confucionistas. Em outras palavras, o partido não deveria impor rigidamente a doutrina comunista onde ela não funcionaria. Apenas um terço dos candidatos nas eleições de vilarejos, cidades e províncias deveriam ser comunistas; outro terço deveria pertencer a outras denominações de esquerda, e o restante seriam verdadeiros progressistas. O objetivo deveria ser a inclusão, descentralização e a reparação de reclamações reais. Os quadros oficiais do partido tinham de ser responsáveis, flexíveis, e não burocráticos, ainda assim desenvolvendo uma posição comunista. Esse mandato difícil exigia muita educação e “correção” (IDEM, p. 77).

Ainda que se admita que URSS e a China, de um modo genérico, estavam alinhadas no que tange aos ideais socialistas de uma sociedade igualitária, o sinocentrismo chinês de Mao Tsé-tung, marcado por séculos de “humilhação” ocidental, contribuiu, entre os fatores outrora citados, para uma implosão da aliança sino-soviética. Kissinger (2011) argumenta que havia no regime chinês um “atrevimento dos autoconfiantes líderes chineses em desafiar a predominância ideológica de Moscou” (KISSINGER, 2011, p. 169). Observa-se que a ideologia que aproximara no princípio chineses e soviéticos, sobretudo após a vitória da revolução comunista chinesa em 1949, tratava agora no governo de Khrushchev, após a morte de Stálin, de os repelir mutuamente, principalmente porque a liderança de Mao Tsé-Tung nunca deixara ser dominada totalmente pelo regime soviético, tal qual acontecia com os Estados satélites¹⁸. Kissinger sustenta que o comunismo chinês liderado pela forte figura de Mao Tsé-tung não abdicava da importante “[...] reivindicação chinesa ao direito de definir a ortodoxia [...]” (IDEM, p. 171), própria ao regime chinês e essa posição de independência chinesa era desconfortável para Moscou, assim como representava um perigo para a cadeia de Estados sob a mão de ferro da URSS.

O gérmen da discórdia outrora mencionado, parecia maduro para eclodir em 1956, quando após a morte de Stálin, o clima entre a URSS e a China parecia mais tenso e as costuras políticas entre ambos Estados começavam a romper-se, ante o ataque “parasitário”

¹⁸ Estados-satélites foi a denominação dada aos Estados que orbitavam politicamente em torno da URSS e, embora tivessem governos independentes, seguiam uma orientação político-ideológica soviética. Um exemplo são os Estados que faziam parte do Pacto de Varsóvia como Bulgária, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, etc. Nota do autor.

que incompatibilizava a mesma ideologia comunista entre as forças chinesas e soviéticas. A liderança e proeminência chinesa, rememorando a pujança imperial, teimava em vergar-se totalmente ante o azorrague soviético e ressentia-se de perdas territoriais em concessões nitidamente desfavoráveis aos chineses, o que só aumentava a fricção entre os Estados vermelhos da União Soviética e da China. Nesse ponto, Kissinger argumenta que:

A ideologia havia unido Pequim e Moscou, e a ideologia os afastara. Havia excessiva história compartilhada suscitando pontos de interrogação. Os líderes chineses não conseguiam esquecer as exigências territoriais dos czares, tampouco a disposição de Stálin, durante a Segunda Guerra Mundial, de entrar em acordo com Chiang Kai-shek em detrimento do Partido Comunista chinês. Quando Mao conseguiu um espaço sob o guarda-chuva de segurança de Moscou, levou dois meses para convencer Stálin, e o preço da aliança foram vultosas concessões econômicas na Manchúria e em Xinjiang que debilitaram a unidade da China (KISSINGER, 2011, p. 169).

Em outro momento, Kissinger assevera que a União soviética passou a encarar o mundo comunista como uma “[...] entidade estratégica homogênea cuja liderança estava em Moscou. Ela estabeleceu regimes satélites na Europa Oriental que dependiam do apoio militar soviético e, em certa medida, econômico [...]” (IDEM, p. 170), enquanto que na visão chinesa, os chineses possuíam “[...] sua visão própria sinocêntrica e sua visão própria da ideologia comunista [...]” (IDEM, p. 170), de modo que existiam desarmonias culturais, sociais e políticas de um paroxismo exultante. Essas divergências fizeram com que Mao se recusasse, por exemplo, a fazer parte do Pacto de Varsóvia, visto que a Europa parecia uma preocupação secundária para os chineses. A União Soviética pode, nesse caso, ter cometido o equívoco de querer reproduzir no ambiente asiático, uma estrutura comunista calcada no ambiente diverso da sociedade da Europa oriental sob seu domínio, onde o comunismo assumiu cores distintas das matizes que coloriu a China.

Kennedy (1989) sustenta, em outro flanco, que entre os motivos do desgaste que levaram a uma ruptura mais profunda nas relações sino-soviéticas, estão a apoucada mobilização soviética na prestação de ajuda à China, em contraposição aos privilégios soviéticos na Manchúria e Mongólia (KENNEDY, 1989, p. 380), além da insatisfação chinesa pela imparcialidade soviética no choque de fronteira entre China e Índia (1959), bem como a recalitrância soviética em apoiar o programa nuclear chinês. Kennedy atesta, apesar dos aparentes sinais de desarmonia, que o rompimento entre a União Soviética e a China foi um dos acontecimentos mais espantosos da época e, em 1964, houve um choque generalizado do ponto de vista estratégico, posto que Mao Tsé-tung saíra para uma posição de ataque aos soviéticos, denunciando-os por apropriação de ilhas como as Curilas, acusações de expropriações de partes da Polônia, Romênia, Prússia Oriental, bem como reivindicando uma

redução de tamanho da Rússia já sob o comando de Leonid Brejnev (1964-1982) (KENNEDY, 1989, p. 380). Nesse sentido Kennedy observa que:

Em 1959 Krushev tinha revogado o acordo atômico com Pequim e oferecia à Índia empréstimos muito maiores do que à China. No ano seguinte, a ‘separação’ tornava-se muito evidente a todos os partidos comunistas do mundo reunidos em Moscou. Em 1962-1963 as coisas pioraram ainda mais: Mao denunciou os russos por terem cedido no caso de Cuba e, em seguida, pela assinatura do Tratado de Proibição de Provas Nucleares com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Os russos tinham, já então, cortado toda ajuda à China e a sua Aliada Albânia [...] (IDEM, pp. 380-381).

Kissinger aponta, vale anotar, que entre tantos elementos que passaram a criar controvérsias diuturnas entre a China e a URSS, a denúncia de Khrushchev sobre as atrocidades de Stálin no Congresso do Partido Comunista de 1956, como elemento que provocou a repulsa de Mao, gerando posteriormente, por parte deste, declarações belicistas que anunciavam uma espécie de armagedom nuclear (KISSINGER, 2011, p. 174).

Na visão de Fairbank e Goldman (2008), corroborando com Brown (2010), a relação sino-soviética sempre fora tênue, apesar dos acordos que entrelaçavam chineses e soviéticos. Para eles a ligação entre Moscou e Pequim sempre fora delicada e se avizinhava tormentosa, sobretudo, pela independência nacionalista com que o Partido Comunista Chinês conduzia os destinos da China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 348). Para Fairbank e Goldman a relação entre soviéticos e chineses atingira seu mais alto grau de deterioração após a assunção ao poder de Nikita Khrushchev, acusado pelos chineses de revisionista, por estar envolvido em tratativas com os norte-americanos, para um arrefecimento nuclear. Mao Tsé-tung e Khrushchev pareciam estabelecer uma corrida, às vezes, não tão silenciosa, pela primazia na liderança do movimento comunista, o que provocava desentendimentos entre os dois líderes. Os referidos autores sustentam que:

A relação começou a deteriorar-se quando Nikita Khrushchev tornou-se um crítico direto do Grande Salto para Frente. Em suas duas visitas a Beijing, em 1958 e 1959, ele e Mao não se entenderam. O líder russo achava que o líder chinês era um dirigente romântico que se desviava do foco, em cujo julgamento não se deveria confiar. Khrushchev ficou furioso com a declaração de Mao de que com o Grande Salto para Frente, por meio de seu sistema de comunas, a China chegaria ao comunismo antes da União Soviética (IDEM, p. 349).

O que de fato pareceu se estabelecer como uma relação de aliança entre a China e a URSS, mostrou-se desde o início, como uma relação bastante problemática e de muitas arestas a serem aparadas. O próprio Stálin demorou dias para receber o líder chinês Mao Tsé-tung, dando-lhe uma recepção bastante fria quando da visita do revolucionário a Moscou, logo após conquistar o poder na China em 1949. A aliança sino-soviética tinha o claro propósito de se opor ao imperialismo norte-americano na Ásia, e nisso a URSS e a China

concordavam, o que foi corroborado pelo tratado de proteção recíproca entre chineses e soviéticos¹⁹, mas havia divergências não esclarecidas que provocavam conflitos constantes nesse casamento sino-soviético.

Para Calvocoressi (2011), as divergências entre a URSS e a China eram até certo ponto bastante profundas e provocavam discrepâncias até mesmo na orientação política quanto ao apóio dos movimentos revolucionários que eclodiam na década de 60. Ele argumenta que enquanto a China defendia que chineses e soviéticos somente deveriam emprestar ajuda aos regimes comunistas ou revoluções marxistas, os soviéticos aderiam à política de apóio às revoluções anti-ocidentais, independentemente de ser ou não comunista, posto que enxergavam que mesmo as democracias nacionais tinham de ser amparadas se caminhassem para a orientação socialista (CALVOCORESSI, 2011, p. 137). Calvocoressi defende ainda que a indiferença soviética à questão de Taiwan, questão caríssima aos chineses, era um fator de descontentamento por parte do regime de Mao Tsé-tung. Na visão de Calvocoressi, os chineses mantinham uma concepção marxista ortodoxa de que a guerra era um caminho inevitável, enquanto que nos fins da década de sessenta e início da década de setenta, EUA e União Soviética caminhavam para o período da distensão e arrefecimento da doutrina da inevitabilidade da guerra (IDEM, p. 137).

Calvocoressi acrescenta ainda, dentro da pirâmide que abrigava as divergências sino-soviéticas, que a descoberta dos encontros secretos de Khrushchev e do presidente norte-americano Eisenhower, em agosto de 1959, alertaram os chineses para uma possível conspiração entre norte-americanos e soviéticos contra a China, somada à recusa soviética ao apóio incondicional ao programa nuclear chinês, posto que a proposta soviética era instalar bases nucleares na China, mas sob o controle soviético (IDEM, p. 138).

Para Roberts (2006), uma série de questões que vão da vaidade de tornar-se a maior voz do comunismo internacional, que fazia Mao se contrapor à Khrushchev, até divergências ideológicas dentro dos próprios partidos comunistas chinês e soviético, foram paulatinamente desgastando o relacionamento sino-soviético (ROBERTS, 2006, p. 336). Ele assinala, e deve-se destacar, o desastroso plano político-econômico do Grande Salto em Frente de Mao Tsé-tung, na década de 50, como um elemento a tornar-se o pomo da discórdia entre os líderes soviético e chinês. Roberts nesse aspecto sustenta que:

As origens da discórdia remontam a incidentes ocorridos durante a ascensão do PCC; às negociações do Tratado Sino-Soviético de Aliança e Assistência Mútua em

¹⁹ O Tratado Sino-Soviético de Aliança e Assistência Mútua fora o compromisso formal assumido pela URSS e a China em 1950, para se protegerem mutuamente de um ataque militar inimigo, onde a China prestaria auxílio militar a URSS e vice-versa (ROBERTS, 2006, p. 377).

1950; às relações sino-soviéticas durante a Guerra da Coréia; ao discurso de Khrushchev a denunciar Estaline em 1956; e às tensões surgidas quando da visita de Mao a Moscou em novembro de 1957. Contudo, foi o Grande Salto em Frente que exacerbou essas tensões. A rejeição dos métodos econômicos soviéticos, a proclamação dos sucessos iniciais do movimento e a aclamação das comunas como atalho para o comunismo ameaçavam retirar à União Soviética o estatuto de líder ideológico econômico do campo socialista (ROBERTS, 2006, p. 377).

Na visão de Calvocoressi (2011), que não se afasta de Roberts nesse sentido, também a postura imparcial da União Soviética diante dos conflitos de 1959 entre a China e a Índia na fronteira dos dois países, que assumia quase um tom conciliatório pró-indiano, acabaram minando, junto com todas as outras divergências, a relação sino-soviética, levando a uma inevitável ruptura que acabou se traduzindo numa mistura de insatisfação política com as orientações políticas do parceiro soviético, que divergia da orientação nacionalista chinesa, e engajamento independente da política chinesa, que sempre pareceu requerer uma autonomia própria (CALVOCORESSI, 2011, pp. 136-137).

Todos os problemas que erodiram aos poucos o laço de aliança entre soviéticos e chineses, levaram no fim da década de 1960 à alguns pequenos conflitos armados na fronteira nordeste da China entre chineses e soviéticos, conflitos estes que ameaçariam a soberania chinesa na visão de Mao Tsé-tung, contribuindo para uma nova orientação ou reacomodação chinesa no cenário internacional, reconfigurando o modelo de alianças. A China suspeitava que o próximo Estado a sofrer os efeitos da Doutrina Brejnev²⁰ seria o Estado chinês, posto que já havia o precedente massacre dos soviéticos contra os tchecoslovacos em 1968, no movimento libertário do sublevantes que passou para a história como a “Primavera de Praga” na Tchecoslováquia. Nestas circunstâncias os chineses optariam por cair nos braços norte-americanos. Era o pendular chinês do plano de aliança com a União Soviética para o antes impensável lado norte-americano.

2.6 A reaproximação sino-americana: uma compreensão histórica.

A reaproximação norte-americana da China é articulada no fim dos anos de 1969 e início da década de setenta, em um momento em que as relações sino-soviéticas estavam bastante desgastadas como já foi repisado, havendo temor por parte da China de que a União Soviética pudesse marchar sobre solo chinês devido a incidentes na fronteira dos dois países, que provocaram um considerável número de baixas (BROWN, 2010, p. 382). O conflito pela ilha Zhenbao, no Rio Ussuri, desencadeou uma série de ações militares, com baixas de ambos os lados, e que foi interpretado como o prenúncio de uma guerra entre a China e a União

²⁰ A Doutrina Brejnev foi instaurada sob o comando de Leonid Brejnev (1964-1982), e orientava a URSS a conter qualquer movimento insurgente contra a orientação comunista de Moscou, nos países sob a cortina de ferro, ou seja, sob a influência ideológica e política da URSS. Nota do autor.

Soviética, gerando um aumento do contingente militar nas fronteiras de ambos os países. Nesse sentido Chang e Halliday (2012) acrescentam que os pequenos confrontos entre a China e a União Soviética foram uma estratégia montada por Mao Tsé-tung para provocar um pequeno triunfo sobre a URSS de Brejnev, numa ilha desabitada (Zhenbao), e também para justificar com o pequeno conflito, a necessidade do engajamento nuclear da China como uma superpotência. No entanto, os autores asseguram que o tiro acabou saindo pela culatra, quando a URSS surpreendeu os chineses com uma retaliação desproporcional e violenta (CHANG; HALLIDAY, 2012, p. 540). Os autores declaram que enquanto os chineses mataram 32 soviéticos no início do confronto, o lado chinês havia perdido entre cinquenta e cem chineses, porém quando a retaliação soviética veio à tona, pelo menos 800 chineses foram mortos, o que assustou o “grande timoneiro” (IDEM, p. 540). Nesse sentido Chang e Halliday sustentam que:

Mao tinha motivos para estar alarmado. Alguns meses antes, em 13 de agosto de 1969, os russos haviam atacado milhares de quilômetros a oeste, na fronteira entre o Casaquistão e Xijiang, onde tinham vantagens logísticas avassaladoras. Dezenas de tanques e veículos blindados russos entraram na China, cercando e destruindo tropas chinesas. Mao não tinha defesas eficazes contra os tanques russos, caso decidissem atacar Pequim. Sempre confiara no tamanho da China e de sua população como garantia contra quem quisesse invadir [...] Mao preocupava-se também com um ataque nuclear contra suas instalações atômicas. Na verdade, Moscou pensou nessa operação e chegou até a sondar Washington (IDEM, p. 541).

Também Spence (1995) salienta a preocupação dos chineses com os confrontos na fronteira nordeste com a URSS, e para ele trata-se de um dos pontos que inclinaram o governo chinês para uma aproximação com os EUA, entretando, em sua leitura havia também uma recorrente tentativa chinesa de reinserção internacional que se denunciava pelo *lobby* para a conquista de uma cadeira na ONU, assim como havia uma busca por novas tecnologias que se encontravam do lado ocidental norte-americano, o que empurrava a China de Mao Tsé-tung para uma reaproximação dos EUA (SPENCE, 1995, p. 588).

Segundo a visão de Gaddis (2006), a reaproximação sino-americana envolveu diversos fatores, que iam do interesse na retirada das tropas norte-americanas do Vietnã à necessidade de novos recursos tecnológicos do ocidente como afirma Spence (1995), no entanto, para ele a questão da ameaça de uma invasão soviética fora um dos pontos decisivos (GADDIS, 2006, p. 143). Ele observa nesse ponto que:

Mas havia a convergência de variados interesses. Um deles, claro, era a preocupação com a União Soviética, que a ambos parecia cada vez mais ameaçadora. Sua invasão da Tchecoslováquia, em agosto de 1968, parecera uma operação impiedosamente bem-sucedida, impressão reforçada em novembro, quando Brejnev invocou o direito de violar a soberania de qualquer país que estivesse tentando substituir o marxismo-leninismo pelo capitalismo (IDEM, p. 143).

Nesse momento de tensão, pareceu oportuno ao governo chinês sentar-se à mesa com os norte-americanos para uma conversa. A despeito das divergências ideológicas e políticas entre os chineses e os norte-americanos, Mao Tsé-tung despiu-se de seu pujante anti-americanismo e não mostrou-se nada pusilânime para negociar com os EUA, enquanto Nixon, um “caçador” de comunistas implacável²¹, abdicou em parte da retórica política, para iniciar um diálogo mais prospectivo com os comunistas chineses. Na realidade, a China nunca fora simpática aos interesses norte-americanos no continente asiático, porém nem sempre chineses e norte-americanos se confrontaram como inimigos figadais. Kissinger assinala que desde o final do século XIX, após a Revolução dos Boxers, os norte-americanos assumiram a defesa de uma China de livre e aberta. Era a política de “Portas Abertas” norte-americana, implementada pelo secretário de Estado John Hay, em 1899, por ocasião da Revolta dos Boxers²² (KISSINGER, 2011, pp. 98-99).

A política de “Portas Abertas” norte-americana, fora utilizada para evitar preferências e privilégios europeus no território chinês em detrimento de outras nações, o que incluía os norte-americanos, já que até então, as potências européias detinham privilégios comerciais na China (IDEM, p. 100). Kissinger assegura que essa política fora “[...] originalmente concebida para reclamar para os Estados Unidos os benefícios do imperialismo individual de outros países, na década de 1930 ela foi transformada em um modo de preservar a independência chinesa” (IDEM, pp. 100-101).

Após o esmagamento do movimento político que passou para história como a Guerra dos Boxers, quando oito potências ocidentais, Itália, Rússia, Alemanha, Austria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Japão, inclusive os EUA, debelaram o movimento político que contestava entre outros tópicos a interferência estrangeira na política chinesa, a China passou para o âmbito de proteção dos EUA, sobretudo como assinala Calvocoressi (2011), porque os interesses norte-americanos haviam aumentado na região do Pacífico, por ocasião da tomada das Filipinas na guerra hispano-americana de 1898, havendo um temor norte-americano de

²¹ Nixon adquirira essa “fama”, por ter feito parte da Comissão do Congresso Nacional para investigação de atividades antiamericanas (e investigava muitos casos de suspeita de envolvimento com o comunismo soviético), tendo se destacado, sobretudo, pela condenação do alto funcionário do Departamento de Estado, Argel Hiss. Nota do autor.

²² A Revolta dos Boxers fora um movimento político que se utilizava de uma forma de misticismo arcaico, incorporando ao seu discurso a crença numa imunidade às armas e munições estrangeiras, sendo que seus líderes eram praticantes de artes marciais. Kissinger assinala que o movimento insurgiu-se contra “Diplomatas, cristãos chineses, estradas de ferro, linhas telegráficas e escolas ocidentais que passaram todos a enfrentar ataques” (KISSINGER, 2011, p. 98). Roberts assegura que a dinastia Qing, ameaçada com um ataque iminente das potências estrangeiras à capital, termina por apoiar o movimento nacional, o que leva ao conflito (ROBERTS, 2006, p. 284). Roberts afirma ainda que o movimento Boxer “[...] derivou de um grupo autointitulado Pugilistas Espirituais, surgido no Nordeste da província de Shandong em 1896 [...]” (IDEM, p. 285), e que professava princípios éticos simples, acreditando, no entanto, em possessões por espíritos.

que se os EUA não firmassem o seu poder no Pacífico, outras potências como a Alemanha, Grã-Bretanha ou Japão o fariam em seu lugar (CALVOCORESSI, 2011, p. 125).

Calvocoressi assinala nesse ponto que:

As políticas dos Estados Unidos para o Extremo Oriente estavam condicionadas, no início do século, pela aquisição das ilhas Filipinas da Espanha em 1898 e pela suspeição das potências européias, que, tendo transformado a maior parte do Sudeste Asiático em terreno colonial, pareciam estar dispostas a dividir a China. Com seus interesses e seu sentido moral sintonizados, Washington reivindicava para si quaisquer direitos ou privilégios que qualquer potência européia fosse capaz de extrair dos chineses (a política de “portas abertas”, ou seja, nenhuma preferência comercial entre estrangeiros de países diferentes) e, ao mesmo tempo, defendia a integridade e a independência da China (IDEM, p. 125).

Nesse ponto Nasser (2010) salienta que, a partir da guerra contra a Espanha em 1898, os Estados Unidos iniciam um tempo de expansionismo sem precedentes, ampliando sua influência na região asiática e do pacífico com a tomada das Filipinas (NASSER, 2010, p. 46). Para Nasser é nesse momento em que os norte-americanos partem para uma espécie de imperialismo moralista liberal, imperialismo esse tão criticado pelos norte-americanos, que condenavam muitas vezes o expansionismo europeu, o que leva Nasser a questionar a refundação das colônias européias pelos norte-americanos como talvez “repúblicas imperiais”. Justificando seu argumento Nasser afirma:

Apesar da brevidade do conflito (quatro meses de duração), a Guerra com a Espanha, sobretudo a ocupação das Filipinas, aparece como um grande divisor de águas na história da política externa americana. Além de fortalecer suas bases no Caribe, os EUA estenderam seu domínio às Filipinas projetando seu poder na Ásia, principalmente em relação à China e ao Japão, rompendo com sua tradição insular e abrindo um novo capítulo em suas relações com o resto do mundo (IDEM, p. 48).

Durante o período que antecede a Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos mantiveram apóio aos nacionalistas chineses representados pelo general Chiang Kai-Shek, em oposição ao grupo de comunistas do outro lado, liderados por Mao Tsé-tung. Na própria Segunda Guerra Mundial, tropas norte-americanas estiveram em solo chinês para combater os japoneses, quando tanto nacionalistas quanto comunistas combatiam para expulsar os japoneses da China. No período do pós-guerra, que antecede os primeiros movimentos em direção à Guerra Fria, os norte-americanos eram deliberadamente favoráveis aos nacionalistas de Chiang Kai-Shek, diante da retomada da guerra civil chinesa.

Analisando o período do pós-guerra e que antecede a vitória da revolução comunista de 49, Calvocoressi (2011, p. 126) traz uma reflexão importante. Ele sustenta que os planos norte-americanos para a China saída do pós-guerra, era de uma China sob o comando do

Kuomintang²³(partido nacionalista chinês), liderada pelo general Chiang Kai-Shek. Os norte-americanos voltavam a sonhar com uma China democrática e liberal, uma aliada norte-americana que zelaria pelos interesses dos EUA na região do pacífico. Vale lembrar que esse pensamento se coaduna com o pensamento de Mearsheimer (2007, p. 257), quando este defende que grandes potências como os EUA, como uma hegemonia regional, estabeleceram uma tática de delegar poderes a outros Estados para contenção de ameaças, deixando que Estados aliados fizessem sozinhos todo o trabalho pesado de manter os interesses norte-americanos nas regiões de sua influência.

Ao defender que os norte-americanos sonhavam com uma China democrática que resguardasse interesses dos EUA na Ásia, Calvocoressi salienta que:

A China deveria ser os Estados Unidos do continente asiático, uma vasta e unida potência liberal-democrática [...] Quando os fracassos do Kuomintang se tornaram cada vez mais evidentes, o general Joseph Stilwell foi enviado para ficar de olho em Jiang Kaishek, para fortalecer e, se possível, reformar o Kuomintang, mas os comentários do general sobre o partido foram tão críticos que ele foi chamado de volta [...] (CALVOCORESSI, 2011, p. 126).

Apesar do apóio norte-americano aos nacionalistas chineses e de tentativas frustradas de uma reconciliação entre comunistas e nacionalistas, não houve sucesso nas empreitadas de reunir os dois lados, e apesar dos esforços norte-americanos, que chegaram a enviar o embaixador Patrick Huley, e posteriormente o general George Marshall, enviado especialmente pelo presidente Truman, as tratativas não produziram efeito (KISSINGER, 2011, p. 101). Com o prosseguimento do conflito, os nacionalistas foram sendo sufocados pelas forças comunistas, culminando com o colapso em 1949 e a vitória de Mao Tsé-tung, quando os nacionalistas se retiraram para a ilha de Taiwan com o que restou da burocracia, fragmentos de um exército, a classe política e o que sobrara da autoridade nacional de Chiang Kai-Shek (IDEM, pp. 101-102). O governo nacionalista se instalou em Taiwan sob a liderança de Chiang Kai-Shek e com total apóio norte-americano, que instalou bases militares estratégicas na ilha. Desde então, Taiwan viraria um enclave tortuoso a entulhar o caminho para uma reconciliação sino-americana na região da Ásia e do Pacífico.

2.7 – Uma perigosa diplomacia triangular e o enclave de Taiwan.

Para Kissinger o jogo político entre URSS, EUA e China, durante o período da Guerra Fria, sobretudo nas décadas de 60 e 70, fora jogado com um brilhantismo inimitável por Mao Tsé-tung. Houve por parte dos chineses, em diversas ocasiões, sobretudo no período que

²³ Kuomintang ou Guomindang era a denominação do Partido Nacionalista Chinês. O Guomindang foi fundado em 1911 pelos membros da Aliança Revolucionária, quando se uniram a quatro pequenos partidos, adotando o nome de Guomindang ou Partido Nacionalista (ROBERTS, 2006, p. 302).

antecede à aproximação dos norte-americanos, um duelo de *wei qi*²⁴, em que a China buscou equilibrar-se entre as duas superpotências sem subserviência a nenhuma delas. A China procurou explorar as hostilidades entre os EUA e a URSS, alimentada pelo medo mútuo, entre norte-americanos e soviéticos, da ameaça de uma guerra nuclear que retoricamente não parecia importar muito à China (KISSINGER, 2011, pp. 156-157). Mao declarara na conferência de 1957²⁵ em Moscou, que não importava à China perder 300 milhões numa Guerra nuclear, pois os anos passariam e a China trabalharia para produzir mais bebês que em todos os tempos (IDEM, p. 174). A declaração de Mao assustara profundamente o próprio aliado soviético, posto que Khrushchev não estava convencido da inevitabilidade de uma guerra nuclear e sabia bem mais que os chineses sobre suas conseqüências nefastas à medida que os soviéticos progrediam na tecnologia de armamentos nuclear.

Ao reavaliar os fatos históricos, parece realmente que os chineses passaram a usar o seu relativo peso, em comparação com as duas superpotências, para influenciar a balança ou o equilíbrio de poder, posto que aos olhos dos EUA, uma China aliada da URSS tornava bem mais complicada qualquer estratégia de hegemonia norte-americana na região da Ásia e do Pacífico, ao mesmo tempo que uma China comunista, independente das orientações de Moscou seria um grande tormento para os soviéticos, como de fato se mostrou. Os norte-americanos também passaram, a partir da Administração Nixon, a jogar com a China e a URSS, o “jogo” do equilíbrio de poder sem perder de vista sua estratégia hegemônica para a região, avaliando as vantagens e desvantagens da aproximação sino-americana na luta da Guerra Fria, o que tornava a relação triangular entre soviéticos, norte-americanos e chineses ainda mais intrincada. Porém, antes que chineses e norte-americanos se reaproximassem desde o rompimento em 1949, confrontaram-se por duas vezes em razão de Taiwan, como um teste de ambos os lados, que procurava medir primeiro as intenções de cada um, e depois as capacidades militares e estratégicas, no tumultuado ambiente asiático da década de 50.

²⁴ *Wei qi*, que pode ser traduzido segundo Kissinger, como o “jogo das peças circundantes”, traz um fundamento ou conceito de cerco estratégico. Trata-se de um jogo milenar jogado pelos orientais em um tabuleiro com 19 linhas verticais e 19 linhas horizontais e, começa vazio, sendo preenchido aos poucos pelas pedras do adversário que deve cercar o maior número de pedras inimigas, evocando uma idéia de equilíbrio de forças dos dois jogadores que se dispõem estrategicamente no tablado. Kissinger assegura que o equivalente do jogo no ocidente seria o xadrez, no entanto, enquanto no xadrez se tem as ações inimigas e sua capacidade a sua vista, no *Wei qi* não se vislumbra claramente a direção e força do inimigo. Enquanto no xadrez todas as armas estão sobre a mesa, no *wei qi* a capacidade, direção e força do inimigo, que precisa ser constantemente avaliada, estão ocultas, posto que as pedras vão aos poucos sendo postas sobre o tabuleiro. O xadrez seria objetivo, fazendo com que o jogador rumasse para uma vitória total; o *wei qi* buscava uma “vitória relativa”. A comparação entre os jogos representava em muito as divergências do pensamento ocidental e oriental (KISSINGER, 2011, p. 40).

²⁵ Conferência dos países socialistas em Moscou, convocada por Khrushchev em 1957, quando conclamou o bloco socialista para a luta pela “coexistência pacífica” (KISSINGER, 2011, 174).

A China confrontou os norte-americanos no estreito de Taiwan por duas vezes como referido e, iniciou um conflito com a Índia, passando a viver às turras com os soviéticos, mostrando uma autonomia singular no espectro da Guerra Fria (KISSINGER, 2011, p. 157). Se inicialmente Mao aderira ao bloco soviético, alguns anos mais tarde a China tomaria um rumo próprio, numa Guerra Fria em que as nações foram “repartidas” como espólio de uma guerra, entre os que estavam aliados aos EUA e os que eram alinhados ao modelo socialista soviético. Kissinger observou que já na década de 1950, a China começava a despontar com uma política que praticava o jogo arriscado da dubiedade política, ora confrontando norte-americanos, ora confrontando soviéticos. Nesse sentido Kissinger observa que:

Do ponto de vista da tradicional política de poder, Mao, sem dúvida, não estava em posição de agir como um membro igual da relação triangular. Ele era de longe o mais fraco e vulnerável. Mas, jogando com a hostilidade mútua das superpotências nucleares e criando a impressão de ser imune à devastação nuclear, conseguiu criar uma espécie de santuário para a China. Mao adicionou uma nova dimensão para a política do poder, uma da qual eu não conheço precedentes. Longe de buscar apóio de uma ou outra superpotência – como a tradicional teoria do equilíbrio de poder teria aconselhado –, ele explorou o medo que soviéticos e americanos nutriam um em relação ao outro desafiando ambos os rivais simultaneamente. Em um ano após o fim da Guerra da Coreia, Mao confrontou os Estados Unidos militarmente em uma crise no estreito de Taiwan. Quase ao mesmo tempo, começou a confrontar a União Soviética no campo ideológico (IDEM, pp. 156-157).

Para a análise kissingeriana, tanto os soviéticos quanto norte-americanos temiam a tempestuosa retórica chinesa. Os soviéticos vislumbravam a possibilidade de a China tornar-se um inimigo poderoso, e negavam-lhe um apóio maciço para o desenvolvimento da tecnologia nuclear, bem como não davam o apóio requerido pelos chineses nas questões de Taiwan e do conflito sino-indiano, já que havia um temor de uma China autônoma e independente das diretrizes do comunismo soviético. A URSS temia uma China que dominasse toda a região asiática, parecendo mesmo uma questão de tempo até que a China reivindicasse territórios anexados pelos soviéticos, e a história viria comprovar mais tarde que tal temor tinha fundamento. Os norte-americanos por sua vez, temiam uma China que agia sob a orientação soviética e a transformação da nação chinesa num novo império na região asiática, difundindo a revolução comunista em detrimento dos interesses norte-americanos na Ásia. Desse modo, parece ter a China se equilibrado numa gangorra, em que muitas vezes assumia-se uma posição frente ao inimigo para forçar o aliado a dar um passo adiante, rumo ao favorecimento chinês (IDEM, p. 156). Foi assim nos confrontos do Estreito de Taiwan, quando a China atacou os norte-americanos, forçando uma tomada de posição soviética em favor dos chineses, tentando obrigar os soviéticos a falar mais uma vez na fatídica guerra nuclear.

2.8 – Os conflitos do estreito de Taiwan e o equilíbrio chinês: a tática da confrontação dos inimigos.

Mal acabara a Guerra da Coreia em 1953, onde havia acontecido o engajamento das três potências – EUA, URSS e a China – chineses e norte-americanos se envolveram no primeiro conflito do estreito de Taiwan em agosto de 1954. (KISSINGER, 2011, p. 160).

Os EUA envolveram-se na guerra civil chinesa a partir do momento em que apoiaram os nacionalistas chineses, e mesmo após a expulsão de Chiang Kai-Shek do território chinês, após a vitória da Revolução Comunista de Mao Tsé-tung, os norte-americanos deram suporte militar para que os nacionalistas se instalassem na ilha de Formosa ou Taiwan, à aproximadamente 180 quilômetros do território da China. O resultado da posição assumida pelos EUA, foi reconhecer e declarar Taiwan como legítimo representante da nação chinesa na comunidade internacional, inclusive com assento na ONU, o que por outro lado, fomentou a rivalidade e o anti-americanismo por parte da China comunista, que nunca se mostrou satisfeita com a idéia das “duas Chinas”. Para os comunistas chineses, a intromissão norte-americana nos assuntos internos da China passou a ser lembrada e remetida aos “cem anos de humilhação” diante dos asseclas estrangeiros que dominaram o território chinês no passado.

A postura norte-americana na defesa de Taiwan assumiu um caráter estratégico e irrevogável diante de um comunismo que prometia, na visão norte-americana do presidente Eisenhower(1953-1961), avançar na região asiática, inclusive por influência da China comunista sob orientação soviética. (IDEM, p. 161). Nesse sentido também Fairbank e Goldman (2008) salientam que os EUA viram a possibilidade de montar bases estratégicas e ao mesmo tempo poder refrear qualquer avanço chinês na região, fosse uma tentativa chinesa de retomar Taiwan, fosse uma investida da China em outro país do Pacífico ou da Ásia, como na Coreia do Sul, por exemplo. Nesse caso os EUA estariam prontos para defender a autonomia dos países da região (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 302). Os comunistas chineses por sua vez, nunca se conformaram com a perda de Taiwan e durante muito tempo a retórica chinesa foi belicista e alardeou uma retomada da ilha como uma questão de honra.

A insatisfação chinesa pela perda de Taiwan fora transferida para um pequeno grupo de ilhas próximas ao continente chinês em 1954, que incluíam Quemoy, Matsu e alguns minúsculos cabos formados de rochas e, tendo a Sétima Frota norte-americana deixado o Estreito de Taiwan, a China passou a bombardear as ilhas, posto que nelas havia tropas nacionalistas e reservas significativas de equipamentos de tecnologia militar (KISSINGER, 2011, p. 161), provocando a intervenção dos EUA novamente na região. Kissinger assinala que a estratégia de Mao, que carregava uma retórica nuclear perigosa, procurava testar até que

ponto iria a lealdade norte-americana para com Taiwan, bem como procurava jogar a URSS contra os EUA, forçando os soviéticos a assumir a defesa do aliado chinês e a falar a linguagem nuclear contra os norte-americanos. Kissinger assevera nesse ponto que:

Essas ilhas próximas foram uma localização singular para o que se transformou em duas das maiores crises no período de uma década, nas quais, a certa altura, tanto a União Soviética como os Estados Unidos insinuaram estar prontos para o uso de armas nucleares. Nem a União Soviética nem os Estados Unidos tinham qualquer interesse estratégico nas ilhas. Tampouco, como se revelou, a China. Porém, Mao as usou como pretexto para obter uma posição mais vantajosa nas relações internacionais: como parte de sua estratégia contra os Estados Unidos na primeira crise e contra a União Soviética – sobretudo Khrushchev – na segunda (KISSINGER, 2011, p. 160).

A primeira crise foi debelada com um acordo rubricado em 23 de novembro de 1954, entre EUA e Taiwan, que previa a defesa de Taiwan e as Ilhas Pescadores, mas que no entanto não fazia menção a Quemoy e Matsu, sendo nesse sentido omissivo, e o desfecho no caso desse primeiro conflito foi o que se convencionou chamar de “coexistência combativa” com um cessar fogo norte-americano. Também os chineses cessaram fogo e evitaram uma possível guerra, por algo que ambos os lados tinham apequenado interesse, e em abril de 1955, uma semana após a conferência de Bandung, a China encerrou sua campanha de bombardeio ao Estreito de Taiwan (IDEM, p. 162-164).

Uma segunda crise no Estreito de Taiwan eclodiu em 23 de agosto de 1958, quando a China reiniciou um bombardeio sobre Quemoy e Matsu, ao mesmo tempo em que lançou uma pesada campanha propagandística conclamando à libertação de Taiwan (IDEM, p. 178). Seguindo a mesma estratégia da retórica belicista nuclear, Kissinger sustenta que dentre as muitas explicações para a retomada das hostilidades, se destacavam duas possibilidades: uma fora o rebaixamento do *status* entre as conversações entre a China e os EUA, de um nível de embaixadores para o consular, conversações estas que haviam reiniciado por ocasião do fim do primeiro conflito (muito tangencialmente e extra-oficialmente); a outra possibilidade era o que o próprio Mao havia confessado à camaradas de um círculo próximo, que o reinício dos bombardeios à Taiwan fora uma retaliação à intervenção norte-americana na guerra sectária do Líbano, como para dar uma “lição” na América, de modo que os norte-americanos não interviessem em assuntos estrangeiros no Oriente Médio (IDEM, p. 179).

Kissinger sustenta ainda, que na verdade, havia o propósito chinês de condenar a inação soviética diante do avanço norte-americano no Oriente Médio em desfavor do comunismo e, esse seria um dos recados dos chineses aos soviéticos. Outro propósito, além dos dois supra-mencionados, teria sido retomar a provocação à Khrushchev, cutucando sua política de “coexistência pacífica”, numa nova tentativa de levar os soviéticos à beira da

guerra nuclear, tornando mais factível a possibilidade de um apóio soviético ao programa nuclear chinês, já que os soviéticos tinham grande receio em aparelhar o aliado chinês com armas nucleares que pudessem se voltar contra Moscou (KISSINGER, 2011, p. 170).

De algum modo, Kissinger salienta que Mao obteve êxito, pois a nova crise fazia pairar sobre a cabeça dos norte-americanos que a ação chinesa era, se não arquitetada por Moscou, ao menos com sua anuência ou complacência, o que levava os EUA a elevar o tom de voz e suspeitar cada vez mais dos soviéticos, abrindo a possibilidade de um conflito nuclear. Kissinger argumenta nesse aspecto que:

Em certo sentido, Mao triunfou. O que conferia uma margem de vantagem especial às maquinações maoístas era que a política chinesa no estreito estava sendo empreendida ostensivamente sob as bênçãos de Moscou, até onde o mundo podia saber. Pois Khrushchev visitara Pequim três semanas antes da segunda Crise do Estreito de Taiwan – para os desastrosos encontros sobre as bases de submarino –, assim como estivera lá durante nas semanas iniciais da primeira crise, quatro anos antes. Em nenhuma das duas ocasiões Mao revelara suas intenções para os soviéticos durante a visita. Tanto num caso como no outro, Washington presumiu – e Eisenhower alegou exatamente isso numa carta para Khrushchev – que Mao estava agindo não apenas com o apoio de Moscou, mas sob suas ordens. Pequim conduzia sua aliada soviética para essa disputa diplomática contra a própria vontade e na verdade sem que Moscou se desse conta de que os russos estavam sendo usados (IDEM, pp. 179-180).

Kissinger relata que diante do recrudescimento norte-americano em defender Taiwan, como também Quemoy e Matsu, como foi declarado por John Foster Dulles em 4 de setembro de 1958, o premiê Zhou Enlai veio a público admitir, a despeito de pouco provável, que o objetivo dos chineses com o bombardeio à Taiwan era retomar as negociações em nível de embaixadores, resolvendo dessa maneira a crise diplomática. Kissinger anota que a despeito de nenhum ganho tangível para a China maoísta na segunda crise com Taiwan, Mao conseguiu provocar uma reação ou atrito do governo norte-americano de Eisenhower (1953-1961) contra o governo soviético de Khrushchev, num aumento da retórica de cunho nuclear entre os dois líderes (IDEM, p. 185). Por outro lado, Mao provocou uma interrupção nos intentos de cooperação nuclear entre a China e a URSS, assim como a negação em fornecer um protótipo de bomba atômica para a China (ROBERTS, 2006, p. 377), com a retirada dos técnicos e especialistas soviéticos do território chinês, o que mostra que no final, Mao Tsé-tung obteve pouco ganho real (KISSINGER, 2011, p. 185).

Os conflitos entre chineses e norte-americanos na década de 50, pode-se concluir, trouxeram mais animosidade entre chineses e norte-americanos, o que redundou nos anos de separação e negação a um diálogo já bastante complicado devido às disparidades ideológicas das duas nações, e não fora ao acaso, que um ponto chave para o reinício das relações entre os

EUA e a República Popular da China fora a discussão da questão taiwanesa como um ponto chave das negociações sino-americanas, juntamente com o problema do Vietnã.

2. 9 – Os EUA, o “efeito” Cuba e o Vietnã

Para compreendermos mais a fundo a aproximação sino-americana e a evolução das relações entre as duas nações na década de 70, não basta perscrutar os meandros de uma Guerra Fria focada somente entre EUA e URSS, ainda que isso seja imprescindível, nem também parece ser suficiente explorar apenas a complexidade do relacionamento sino-soviético, mas é necessário voltar os olhos para questões que se tornaram chave para a política externa norte-americana, e que indubitavelmente influenciaram no cálculo político mensurado pelos EUA, no momento de dar passos tão decisivos rumo ao restabelecimento de uma relação mais calorosa com os chineses, deixando para trás barreiras ditas “ideológicas”, que desmoronaram diante do pragmatismo suscitado pelas oportunidades estratégicas. Nesse momento poder-se-ia pensar que tanto os EUA como a China poderiam até ter se furtado à aproximação, mas os custos de tal conduta teriam resultado num preço alto demais a pagar, tanto pela China, que convivia com a possibilidade, bastante concreta de uma invasão da URSS a qualquer momento, bem como para os EUA, que poderiam deixar escapar entre outras oportunidades, a de aprofundar a dissidência sino-soviética, trazendo quem sabe a China para o lado político ocidental, desferindo um sério golpe na confiança do comunismo soviético.

Dentre as muitas variáveis que tornam a equação da política externa norte-americana para a China ainda mais complexa, dentro do contexto da Guerra Fria, fatos políticos que envolvem a própria política interna dos EUA pululam e lançam raios que refletem nos cálculos políticos norte-americanos na Ásia. E um primeiro elemento que se pode destacar é a Revolução Cubana de 1959 e, posteriormente, o recrudescimento de uma Guerra no Vietnã (1955-1975)²⁶, que em seus atos iniciais até mesmo antecederam à tomada de poder por Fidel Castro em Cuba.

O trauma provocado pelo conflito do Vietnã e a Revolução de Cuba em 1959, provocaram grande impacto na posterior atuação norte-americana no final da década de 60 e início dos anos 70, quando da retomada de relações entre norte-americanos e chineses, observando-se que a diplomacia dos EUA parecia emergir dos dois conflitos muito mais

²⁶ Deve-se anotar que existe uma divergência entre vários autores ao cravar a data exata do início do envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã, bem como a duração do conflito, quando alguns como Joseph Nye colocam o conflito situado entre os anos de 1955-1973 (NYE, 2009, p. 161), incluindo aí a guerra pela independência da Indochina. Já para Bandeira (2009) a guerra figura entre 1964-1975 (BANDEIRA, 2009, p. 256), sendo para Kissinger (2011, p. 209) no período de 1965-1975, entre outros autores divergentes.

experimentada e estrategicamente mais ponderada, como que “vacinada” contra erros caros do passado, e esses erros passaram exatamente por Cuba e pelo Vietnã.

2.9.1 – A Revolução Cubana – um sinal de alerta e um empurrão para o recrudescimento da questão do Vietnã.

Embora as águas em que os norte-americanos mergulharam durante a luta contra a Revolução Cubana fossem bastante turvas, essa situação conflitante com um vizinho tão próximo, sucedida por uma periclitante crise dos mísseis em outubro de 62 (NYE, 2009, p. 182), assim como aliada ao envolvimento norte-americano no Vietnã, confundiram e dificultaram o estabelecimento de um padrão de ação norte-americano. O fim diplomático da crise dos mísseis em Cuba, trouxe um período de certo relaxamento entre norte-americanos e soviéticos, e Nye relembra a pitoresca instalação do famoso “telefone vermelho”, estabelecendo uma comunicação direta entre Washington e Moscou em 1963, seguido pelo tratado de controle de testes nucleares (CTBT – Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty) em 1963 e assinado em 1966 (IDEM, p. 185).

Apesar do aparente abrandamento nas relações entre EUA e a URSS após a Crise dos Mísseis, a Guerra Fria parecia se reinventar e tomar novas formas, pois a despeito deste arrefecimento de ânimos (período da “coexistência pacífica” para alguns), os norte-americanos engajaram-se paulatinamente numa ferrenha e inglória luta no Vietnã, o que contrariava as lições aprendidas em Cuba.

No caso de Cuba, os norte-americanos se entrincheiraram numa luta para derrubar Fidel Castro a todo custo, no entanto, as estratégias dos EUA falharam diversas vezes. Deve-se observar que Castro, que nem sempre foi um anti-americano, desde o frustrado ataque ao Quartel de Moncada em 26 de julho de 1953, já se mostrava um nacionalista fervoroso, e um “socialista” retórico. Nem sempre fora o anti-imperialista e o homem de discurso belicoso que se transformou num dos principais críticos da política externa norte-americana para América Latina, mas o tempo se encarregou de levá-lo a uma aproximação oportuna, após o sucesso dos primeiros anos da revolução e a aproximação do regime comunista de Khrushchev.

Nesse aspecto, Brown (2010) sustenta que Cuba tratava-se de um regime diferenciado, em que não foi o Partido Comunista a tomar as rédeas do poder, e que o próprio Castro passou gradualmente para o lado vermelho, sem grandes ligações com o Partido Socialista Popular (PSP), que já existia em Cuba durante a Revolução Cubana (BROWN, 2010, p. 349). Assim, Brown garante que, “Embora tivesse alcançado um *modus vivendi* com o líder do PSP, Carlos Rodríguez, Fidel ainda não era um Comunista quando chegou ao poder, em janeiro de 1959. Só em dezembro de 1961 ele se declararia marxista-leninista.” (IDEM, p. 355), e fora

até hostilizado por comunistas cubanos que o ridicularizavam como um revolucionário romântico (BROWN, 2010, pp. 355-356). Fidel, portanto, ainda no alvorecer de sua vitoriosa campanha, não havia definido as cores políticas do novo regime cubano, embora soubesse que havia uma orientação socialista a se revelar como cerne de seu pensamento político.

Mais tarde Cuba se aproximaria gravitacionalmente da URSS, o que se revelaria em um “eterno” confronto político com os EUA. Nesse aspecto Gott (2006) defende que:

Sob Castro, Cuba tornou-se um país comunista em que o nacionalismo era mais importante do que o socialismo, onde a lenda de Martí mostrou-se mais influente do que a filosofia de Marx. A habilidade de Castro, e uma das chaves da sua longevidade política, está em manter os temas gêmeos do socialismo e do nacionalismo permanentemente em movimento (GOTT, 2006, p. 173).

Gott assinala que, mesmo Kruschew reconheceria em suas memórias, anos mais tarde, que a própria liderança da URSS, nos anos em que Fidel Castro conduziu sua batalha à vitória revolucionária, não tinha idéia dos rumos do movimento, tendo os soviéticos aparentemente acordado tarde para a oportunidade nascida da Revolução Cubana (IDEM, 208). Gott salienta ainda, que havia por parte dos soviéticos, uma grande ignorância traduzida em uma espécie de descaso, para com o mundo latino-americano, posto que essa região parecia abandonada à zona de influência norte-americana, o que mudou com a aproximação de Castro do comunismo e da URSS (IDEM, pp. 208-209).

Inicialmente os norte-americanos observaram com cuidado os passos de Castro no período pós-revolucionário, sendo que os descontentamentos entre os EUA e cubanos principiaram quando do anúncio da reforma agrária cubana e das estatizações de empresas norte-americanas no continente cubano (IDEM, p. 207). Mesmo os embargos econômicos norte-americanos ao açúcar cubano não trouxeram o resultado esperado, e quando Cuba recebeu os primeiros carregamentos de petróleo soviéticos em troca de açúcar, as relações entre os EUA e Cuba degingolaram de uma vez, posto que Castro havia imposto as refinarias da Standard Oil e Texaco, a obrigação de refinar o petróleo bruto recebido da União Soviética, o que culminou com uma espécie de quebra do patrimônio norte-americano e tomada de poder pelo governo revolucionário cubano das refinarias norte-americanas (IDEM, p. 211).

Quando os EUA decidiram que Castro tinha que ser “decapitado” do poder, já era tarde demais, posto que a revolução havia se enraizado bastante nas entranhas sociais, de modo que, mesmo em frustradas tentativas, como a invasão de exilados cubanos treinados

pela CIA à Baía dos Porcos, em abril de 1961 ou a *Operation Mongoose*²⁷ (BANDEIRA, 2009, p. 219), os norte-americanos quedaram-se insuficientes em suas ações, falhos em sua estratégia, e tiveram seus planos escancarados ao mundo. Segundo Gott, as ações de intervenção norte-americana num país alheio como em Cuba, foi repudiado mesmo por aliados da época (GOTT, 2006, p. 218).

Para Bandeira (2009), as ações realizadas em Cuba pelo governo Kennedy fizeram parte da estratégia da linha de defesa ou contenção contra o avanço soviético no Terceiro Mundo, e se configuraram em uma série de medidas que envolviam alta espionagem, sabotagem, financiamento às guerrilhas e assassinatos com o aval dos Kennedy na Casa Branca (BANDEIRA, 2009, p. 221).

O que parece patente é que a grande frustração norte-americana nessa época, como rescaldo dos anos de 1959 a 1961, fora deixar Cuba escapar de suas mãos tão silentes, tornando-se um enclave comunista na América Latina, gerando custos à contenção norte-americana. Cuba transformar-se-ia num grande quadro da paisagem comunista mais lisonjeira, pintado pelos artistas soviéticos, a inspirar as nações descontentes do Terceiro Mundo, que viam na revolução e no comunismo uma alternativa às políticas austeras do “irmão” norte-americano. O flerte dos países latino-americanos então era inevitável, e prova disso é que a máquina do governo norte-americano envolveu-se mais e mais em financiar golpes militares, valendo-se de forte aparato de espionagem, chegando até a empreender atividades de extermínio como salientou Bandeira.

O empenho norte-americano no combate à reprodução na América Latina de regimes de orientação comunista, refletiu-se também na contenção que se operou no Vietnã, com uma lógica semelhante, a de dar menos espaço possível às influências vindas de Moscou. Os custos gerados pela experiência da Revolução Cubana certamente influenciaram as percepções norte-americanas na Guerra do Vietnã, atolando ainda mais os norte-americanos na guerra da Ásia, posto que os norte-americanos não queriam uma outra “Cuba” na região da Indochina, o que acabou levando a um recrudescimento da Guerra do Vietnã. Somente no final da década de 60, depois de uma grande sangria econômico-militar os norte-americanos passariam a uma postura mais diplomática na futura reabertura com a China, negociando sua

²⁷ A operação *Mongoose* tratou-se de uma estratégia do governo norte-americano que se assemelhava as ações da máfia italiana, praticando toda sorte de táticas e ardis pelo serviço secreto dos EUA, como o terrorismo, espionagem, sabotagem e crimes para provocar a instabilidade do regime cubano. Para Bandeira (2009), o objetivo da operação Mongoose era “[...] agravar ao extremo inconformismo e criar, de todas as formas, as condições para um levante interno que justificasse a intervenção militar em Cuba, e continuar a fomentar os ardis terroristas contra seu território, como o bombardeio de fábricas, a partir de lanchas canhoneiras manejadas pela organização Alpha 66, e os frequentes desembarques de pequenos grupos revolucionários, para levar material de sabotagem e estabelecer estações clandestinas de rádio” (BANDEIRA, 2009, p. 219).

saída do território vietnamita. Observa-se nesse ponto que os norte-americanos pareciam não ter aprendido a lição de Cuba no caso do Vietnã, posto que uma guerra de guerrilha (e o caso de Cuba se assemelha ao Vietnã nesse aspecto) não era facilmente vencida pelo adversário mais bem armado, pois a guerrilha seguia uma lógica própria, bastante diferente dos ataques maciços e portentosos a que estavam acostumados os norte-americanos.

A questão cubana, como já referida, parece ter emitido aos norte-americanos um sinal de alerta para o que poderia ocorrer no Vietnã e no resto da Ásia, de modo que a “perda” de Cuba para o campo de influência soviética exacerbou o perigo da expansão do comunismo na Ásia, o que conseqüentemente parece ter acirrado e recrudescido o conflito no Vietnã. A Revolução Cubana de Castro acabou alimentando uma espécie de “paranóia” norte-americana dentro do conflito da Guerra Fria, tendo efeito direto nos confrontos da Guerra Fria na Ásia, empurrando ainda mais os norte-americanos para o grande lodaçal de uma guerra invencível no Vietnã e, contribuindo, ainda que lateralmente, para o engajamento norte-americano no território asiático, o que se mostraria bastante problemático para a futura retomada das relações sino-americanas.

2. 9. 2 – O Vietnã – do atoleiro de uma guerra perdida à retirada inglória: uma questão fundamental para a retomada sino-americana.

O envolvimento norte-americano no Vietnã (1955-1975) gerou um grande desgaste político do governo dos EUA junto à opinião pública. O conflito arrastou-se lentamente sem definição por longos anos, com um morticínio que alarmava a população norte-americana, além de gerar gastos militares crescentes que inflavam o orçamento de defesa²⁸. As críticas que se opunham ao envolvimento de tropas norte-americanas no Vietnã cresciam bastante, com protestos de diversos setores da sociedade norte-americana, o que fez com que Richard Nixon assumisse a presidência no ano de 1969 decidido a resolver a questão definitivamente, sinalizando uma lenta e gradual retirada das tropas norte-americanas com a política do desengajamento e da responsabilização ventilada pela Doutrina Nixon. Gaddis (2006, p. 162) afirma que desde o governo de Johnson, os EUA passaram por uma crise de credibilidade que cresceu paulatinamente com as tentativas da Casa Branca de ocultar os custos do envolvimento militar, assim como as tentativas de esconder o morticínio norte-americano no Vietnã.

²⁸Segundo dados contidos no *Congressional Research Service*, os gastos norte-americanos na Guerra do Vietnã, considerando o período de 1965 a 1975, somam a exorbitante cifra de 738 bilhões de dólares. Segundo dados catalogados por Joseph Nye, em sua obra “Conflito e cooperação nas relações internacionais”, a guerra do Vietnã, considerado o período de 1955 a 1973 custou aproximadamente 58 mil vidas norte-americanas e mais de 1 milhão de vidas vietnamitas (NYE, 2009, p. 161). Dados do *Congressional Research Service* disponível em www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS22926.pdf. Acesso em 01/02/2014.

A empreitada no Vietnã se dava dentro do contexto da Guerra Fria e nascia como mais uma tentativa de afastar a influência soviética na Ásia. Para Bandeira (2009, p. 251), na década de 60, já na Administração Eisenhower (1953-1961), criou-se um factóide de que comunistas haviam invadido o Laos, em um golpe respaldado pelo Vietnã e pelos soviéticos, posto que o general Kong Le tomara o poder do também general Boun Oum-Phoumi Novasan que os norte-americanos financiavam. A partir daí, o serviço secreto dos EUA, mais especificamente a CIA, passara a coordenar diversas ações na região com penetração no território do Vietnã do Norte. A escalada para a Guerra foi rápida e adentrou pela administração Kennedy.

Na visão de Bandeira, o governo dos Estados Unidos e, Kennedy principalmente, foram os responsáveis pela morte dos irmãos Ngo Dinh no Vietnã do Sul (aliados colocados pelos próprios norte-americanos no governo do Vietnã do Sul), posto que já não conseguiam conter as revoltas da população insatisfeita, além disso, foi determinante para seus assassinatos pela CIA, a suspeita de que Ngo Dinh Diem cogitava uma solução pacífica para o conflito mediante um apaziguamento com o Vietnã do Norte comunista, o que deixou os norte-americanos insatisfeitos e levou a retirada dos líderes Ngo Dinh do poder (BANDEIRA, 2009, pp. 255-256). Segundo Bandeira ainda, havia uma corrente no governo Kennedy que defendia o fim das operações norte-americanas no Vietnã, deixando a tarefa de combater o Comunismo aos vietnamitas do sul, no entanto, como estratégia para garantir sua reeleição em 1964, muitos dentro do governo defendiam que Kennedy poderia parecer fraco no combate ao “monstro” do comunismo, que fora sempre e ao mesmo tempo, seu maior inimigo e seu maior cabo eleitoral (IDEM, p. 256).

Corroborando com a visão de Bandeira, de que o conflito do Vietnã pode ser enquadrado como mais uma batalha dos estrategistas norte-americanos no sentido da contenção do Comunismo nos palcos do mundo asiático, Nye (2009) observa que, “Além de conter o comunismo no Vietnã do Sul, os Estados Unidos temiam que uma derrota pudesse enfraquecer a credibilidade de seus compromissos militares mundiais e assim a contenção em outras partes do mundo” (NYE, 2009, p. 161). No entanto, existe uma divergência entre os dois autores sobre os fundamentos em que se assentaram a estratégia norte-americana. Para Nye, os EUA empreenderam uma luta de apóio ao Vietnã do Sul contra o Norte Comunista, equivocando-se em não enxergar o conflito muito mais como fruto do nacionalismo vietnamita que se debatia numa convulsão interna e não como mais uma peça do dominó a tombar na fileira Comunista. Nye sustenta nesse sentido que:

Se tivessem interpretado corretamente o conflito como tendo mais a ver com nacionalismo e autodeterminação do que com o comunismo, os Estados Unidos poderiam ter considerado o conflito em termos do equilíbrio de poder e usado uma metáfora de tabuleiro de xadrez em lugar de dominós para nortear sua política (NYE, 2009, p. 162).

Por outro lado, Bandeira (2009) aprofunda um flanco interessante da questão, distanciando-se de Nye em sua análise. Bandeira argumenta que, como EUA e URSS chegaram a níveis militares absolutamente autodestrutivos, sendo difícil apostar num conflito direto entre as duas superpotências nucleares, os norte-americanos buscavam preparar e capacitar as possíveis “vítimas” do comunismo soviético. Além disso, a guerra que não era travada diretamente entre as duas superpotências, seria travada como “guerra de guerrilha”, fortalecendo, em tese, a capacidade norte-americana para as guerras de menor monta que seriam travadas em territórios alheios (BANDEIRA, 2009, p. 250). Na visão de Bandeira, os norte-americanos se aproveitaram de quadros internos caracterizados por um nacionalismo exacerbado e pelas lutas anti-colonialistas, para estender aos territórios como os do Vietnã sua luta interminável contra o comunismo soviético. Ele defende que os EUA e Kennedy sabiam que:

[...] a guerra de guerrilha era essencialmente uma guerra política. Kennedy Percebeu a competição com a União Soviética e as guerras de libertação nacional como dois campos de batalha da Guerra Fria. E, desde que assumiu o governo, tratou de implementar uma estratégia tanto terapêutica quanto profilática, no combate ao comunismo, dando-lhe outra dimensão militar, com o objetivo de melhorar a habilidade dos Estados Unidos para enfrentarem conflitos de baixa intensidade, inclusive guerras locais ou sublimitadas, do tipo de guerrilhas, que constituíam ‘*the most familiar threats to the Free World since 1945*’. De fato, o desenvolvimento tecnológico alcançara tal poder de destruição que produzira um impasse e praticamente inviabilizara o confronto armado entre as duas superpotências [...] (IDEM, p. 250).

A interpretação de Calvocoressi (2011) a respeito do envolvimento norte-americano no Vietnã, é que a atuação dos EUA na Indochina em meados do século XX foi um fator de eterna desconfiança chinesa e em certo sentido complicou ainda mais a relação sino-americana. Calvocoressi afirma que o envolvimento norte-americano na Indochina deu-se como uma substituição ao domínio imperial francês, domínio que em determinados momentos contou com financiamento norte-americano, que já na década de 50 visava abafar lufadas de ar comunista na região (CALVOCORESSI, 2009, p. 454). Calvocoressi argumenta que durante os mandatos de Eisenhower e Kennedy, com a Guerra Fria a pleno vapor, os EUA fizeram uma aplicação indiscriminada da “teoria do dominó”, quando previram que se permitissem a queda de um país nas “garras” comunistas, isso levaria a uma cadeia de novas adesões em seqüência. Calvocoressi sustenta que essa política norte-americana na Ásia

acabou se mostrando equivocada e resultou na tragédia da Guerra do Vietnã. Ele argumenta sobre esse ponto que:

A política dos Estados Unidos durante os governos de Eisenhower e Kennedy se baseava na idéia de que o Sudeste Asiático era importante para os norte-americanos em função da teoria do dominó. Essa teoria, que não se mostrou verdadeira, parecia muito plausível nas décadas de 1950 e de 1960, devido à força dos comunistas na imensa Indonésia e a introdução da Democracia Guiada de Sukarno (Ver Capítulo 18). A determinação norte-americana de conter o previsto dilúvio comunista partia do pressuposto de que isso poderia ser feito sem comprometer forças dos Estados Unidos em batalhas no continente asiático. A crise no Vietnã durante o governo Johnson foi precipitada quando se viu que esse pressuposto não era verdadeiro [...] A teoria do dominó investia o Vietnã com uma relevância intrínseca (CALVOCORESSI, 2011, p. 459).

Uma visão que, sem desconsiderar a opinião de Bandeira, Nye e Calvocoressi, traz uma compreensão ainda mais complexa e real do que é considerado a Segunda Guerra do Vietnã (posto que a primeira seria a travada contra o colonialismo francês na década de 50), é trazida por Kissinger, já que ele próprio funcionou como uma chave mestra da articulação norte-americana para a retomada das relações entre os EUA e a China.

Kissinger não nega que a retirada das tropas do Vietnã na década de 70 formou uma espécie de “colchão” de segurança para que a China passasse a confiar nos norte-americanos, e a confiança fora muitas vezes a palavra chave neste diálogo. No entanto, ele esclarece que o assunto fora uma “anomalia”, junto com a questão de Taiwan, a entrar de pronto o diálogo sino-americano (KISSINGER, 2011, p. 251). Para ele, havia uma percepção norte-americana de que a China agia em favor do regime nortista do Vietnã à época, muito mais como uma interferência ordenada pelo regime soviético, do que propriamente por um interesse chinês em substituir a influência soviética pela chinesa em Hanói, expulsando os norte-americanos da região.

Em outro momento Kissinger assegura que “A China apoiava Hanói para enfraquecer o que percebiam como um ímpeto norte-americano de dominar a Ásia” (IDEM, p. 335). Por sua vez, McMahon (2012) salienta que existiam perspectivas dentro do governo norte-americano, sobretudo expressadas pelo Secretário de Defesa McNamara, de que a China tinha pretensões expansionistas na Ásia e que a necessidade de intervenção dos EUA no Vietnã era mais que necessária à luta contra o Comunismo (MCMAHON, 2012, p. 117). McMahon também advoga, diferentemente de Kissinger, uma inevitabilidade do conflito no Vietnã, que teria tomado grandes proporções, por estar primeiramente dentro do campo reservado aos medos da Guerra Fria, bem como uma forma dos norte-americanos reafirmarem seu compromisso com o mundo ocidental e seus valores libertários e democráticos. McMahon acrescenta ainda que havia uma exacerbada preocupação norte-americana com uma

possibilidade de avanço territorial chinês, que no final da década de 60, segundo McMahon, preocupava mais que o expansionismo soviético (MCMAHON, 2012, p. 16).

Na visão de Chomsky (2007), a investida norte-americana na Indochina deve-se em grande medida muito mais ao medo do alastramento de um comunismo nacionalista que pudesse ser bem sucedido, de que propriamente um temor de um possível expansionismo chinês, e nesse ponto ele argumenta que:

Apesar dos enormes esforços empenhados, o ataque americano à Indochina acabou não dando certo, embora seja importante ter em mente que se tratou apenas de um fracasso parcial. O motivo primordial dos vinte e cinco anos de intervenção americana não foi o medo do “expansionismo chinês” ou qualquer outra fantasia semelhante da mídia e de boa parte da *intelligentsia*, e sim a preocupação com o possível “efeito dominó” de um bem-sucedido desenvolvimento social e econômico sob uma liderança nacionalista-comunista que, apesar de ansiosa por relações amistosas com os Estados Unidos e sempre — mesmo no auge da guerra — muito desconfiada das intenções de seu poderoso vizinho do norte, certamente teria preferido tomar um rumo independente a aderir ao Mundo Livre à maneira da Tailândia, da Indonésia ou das Filipinas (CHOMSKY, 2007, p. 44).

Para Chomsky, na aproximação sino-americana houve um movimento muito maior por parte dos EUA em direção à China que o contrário, e isso se deveu ao início do fim da hegemonia norte-americana, o que se mostrava dentre outros fatores, com a queda na participação norte-americana na produção mundial (IDEM, p. 49). Para Chomsky os Estados Unidos entram na era do relaxamento e distensão apregoado pela *détente*, com uma notável limitação de seu poder em várias instâncias. A capacidade de intervenção norte-americana começava a ficar limitada na visão de Chomsky (IDEM, p. 50).

Num contraponto à Chomsky, Kissinger observa no entanto, que houve equívocos de parte a parte, no xadrez asiático em que se desenrolou a Guerra do Vietnã. Primeiro, havia um medo exagerado da China, pois quando os norte-americanos se engajaram no Vietnã, a China passou a dar apóio logístico e de infra-estrutura ao Vietnã do Norte, por motivos não só ideológicos (e esses talvez contassem menos), mas com a finalidade de livrar o seu entorno estratégico da grande influência norte-americana traduzida em bases militares e regimes pró-ocidente na Ásia. Este é o primeiro ponto. Um segundo ponto é que para Kissinger, e nisso aproxima-se de Nye (2009), as convulsões intestinas no território vietnamita não foram uma conspiração entre soviéticos e chineses para dar início ao controle de toda Ásia, mas sim fruto do nacionalismo exultante dos vietnamitas, que os fazia agir por conta própria, e isso não foi percebido de pronto pelos EUA (KISSINGER, 2011, p. 334) . Kissinger sustenta que:

A combatividade de Hanói era tratada como a vanguarda de uma conspiração coordenada sino-soviética para dominar pelo menos a Ásia. E Washington acreditava também que, uma vez que o ímpeto inicial de Hanói fosse bloqueado, algum compromisso podia emergir. A avaliação estava errada dos dois lados. Hanói não agia por procuração de nenhum outro país. Lutava por sua visão de

independência e, em última instância, por uma Federação Indochinesa, que designava para Hanói no Sudeste Asiático o papel dominante que Pequim historicamente desempenhara no Leste Asiático (KISSINGER, 2011, p. 334).

Kissinger também salienta que, sob o relacionamento entre vietnamitas e chineses jaziam soterrados séculos de rivalidade e dominação por parte do Império chinês. Havia uma espécie de resistência sensível vietnamita, ao controle político e militar chinês muito patente, apesar do apóio da China ao Vietnã do Norte. Kissinger salienta que “A identidade nacional vietnamita passou a refletir o legado de duas forças de certo modo contraditórias: de um lado, absorção da cultura chinesa; de outro oposição à dominação política e militar chinesa” (IDEM, p. 336). A grande ironia, segundo Kissinger, nas falsas percepções dos EUA e da China nesse período, é que ambos os Estados perseguiram objetivos estratégicos semelhantes. Ele assegura que ambas as nações buscavam:

[...] um resultado em que quatro Estados indochineses (Vietnã do Norte e do Sul, Camboja e Laos) equilibravam um ao outro. Isso talvez explique por que Mao, delineando possíveis resultados da guerra para Edgar Snow em 1965, listava um resultado preservando o Vietnã do Sul como possível e, desse modo, presumivelmente aceitável (IDEM, pp. 336-337).

Em outro momento, Kissinger assegura mais uma vez que China e EUA equivocaram-se em suas leituras sobre o que se passava no Vietnã:

[...] a China enviara mais de 100 mil tropas não combatentes para apoiar a infraestrutura e a logística do Vietnã do Norte. Os Estados Unidos se opunham ao Vietnã do Norte como a ponta de lança de um plano soviético-chinês. A China apoiava Hanói para enfraquecer o que percebiam como um ímpeto americano de dominar a Ásia. Ambos estavam equivocados. Hanói lutava apenas pelas próprias questões nacionais. E um Vietnã unificado liderado pelo comunismo, vitorioso em sua segunda guerra em 1975, se revelaria como uma ameaça estratégica muito maior para a China do que para os Estados Unidos (IDEM, p. 335).

Na leitura de Chomsky (2007), Kissinger ocupa um posto central na desventurada nau norte-americana no Vietnã. Chomsky critica severamente um “maquiavelismo” sem medida das ações kissingerianas, criticando sua desfaçatez ao desculpar-se pelo “equivoco” da percepção norte-americana durante o conflito do Vietnã, o que na visão de Chomsky, na verdade escondia ações que pretendiam uma hegemonia mundial (CHOMSKY, 2007, p. 287). Chomsky nesse aspecto declara que:

O que temos aqui são apenas exteriorizações de um homem sem entendimento da história nem interesse por ela. Tal como em seus escritos acadêmicos, Kissinger revela-se um defensor incondicional da utilização do poderio americano para estabelecer uma dominação global, alguém a quem pode ser confiada a gestão desse poderio por aqueles que estão preocupados com os verdadeiros motivos de seu exercício, questão alheia ao escopo de Kissinger (IDEM, p. 287).

Ao tratar das pretensões chinesas, Kissinger argumenta, conforme afirma ter-lhe revelado Zhou En-lai, que os objetivos da China na Indochina eram muito menos ideológicos

que estratégicos (KISSINGER, 2011, p. 337). O fato é que as negociações para retirada das tropas norte-americanas por Nixon foram primeiro uma necessidade que atendia aos anseios eleitorais do Partido Republicano, posto que a campanha contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos assumia proporções gigantescas, fomentadas pelo número de norte-americanos mortos e dos gastos bilionários dos EUA em municiar à guerra norte-americana no Vietnã (KARNAL, 2007, pp. 240-242). Por outro lado, a decisão de por fim ao conflito, com o desengajamento trazido pela Doutrina Nixon, tornou-se uma tentativa de dar uma saída honrosa aos norte-americanos, bem como foi uma carta na manga dos EUA para a reaproximação dos chineses, gerando mais confiança entre norte-americanos e a China de Mao Tsé-tung, mostrando aos chineses definitivamente que os EUA não pretendiam, ao menos naquele momento, tentar invadir a China ou exercer uma espécie de dominação de toda a Ásia.

A percepção norte-americana de estabelecer um laço de confiança com a China comunista de Mao Tsé-tung, dando-lhe garantias de que não pretendia dominar completamente a Ásia, pode ser comprovada inclusive nos documentos dos estrategistas que formulavam a política do governo Nixon e que serão analisados no capítulo seguinte do presente trabalho.

Uma das avaliações de Kissinger mais realistas sobre o envolvimento norte-americano no Vietnã sublinha que os EUA se equivocaram no Vietnã por perseguir o idealismo wilsoniano ao longo do século XX, como uma orientação comportamental para sua postura internacional, quando o seu próprio excepcionalismo virou contra si mesmo (KISSINGER, 2012, p. 573). Kissinger afirma que “Universalista quanto à ordem mundial, o wilsonismo não se prestava a análises da importância relativa dos países. A América era obrigada a lutar pelo que era correto, independentemente das circunstâncias locais e da geopolítica” (IDEM, p. 574). Como um defensor da *Realpolitik*, Kissinger argumenta que os EUA perderam de vista a noção de que os interesses muitas vezes devem nortear as ações, posto que muitas vezes ir à guerra, mostrava-se uma conduta desarrazoada, desproporcional e estrategicamente infeliz, diante dos custos a serem perseguidos e dos objetivos almejados, como fora o caso do Vietnã. Na análise kissingeriana os norte-americanos pagaram um preço altíssimo no Vietnã por desprezar a abordagem estratégica fundada na razão de Estado que remontava à Richelieu²⁹. Kissinger assegura nesse ponto que:

²⁹ Foi o primeiro ministro Francês entre o período de 1628 a 1642, considerado um dos teóricos do absolutismo francês e um político realista que advogava os interesses do Estado acima de tudo. Nota do autor.

Na análise americana, o equilíbrio global estava sob ação do Vietnã do Norte, supostamente controlado por Pequim, que, por sua vez, se presumia controlada por Moscou. Na Europa, os Estados Unidos defendiam estados históricos; na Indochina, lidavam com sociedades a construir estados pela primeira vez. As nações européias tinham tradição de cooperar na defesa do equilíbrio de poder. No sudeste asiático, o estado mal emergia, o conceito de equilíbrio de poder era estranho e não havia precedente de cooperação entre os estados existentes. Essas diferenças fundamentais entre a geopolítica da Europa e da Ásia, juntamente com os interesses americanos em ambas, foram submersas na abordagem universalista e ideológica da política externa dos Estados Unidos. O golpe tcheco, o bloqueio de Berlim, o teste da bomba atômica soviética, a vitória comunista na China e o ataque comunista à Coréia do Sul foram agrupados pelos americanos em uma só ameaça global – aliás, uma conspiração global sob comando central (KISSINGER, 2012, p. 577).

Nesse aspecto Chomsky (2007) prossegue seu ataque ao realismo de Kissinger de forma ainda mais virulenta, e apesar de sua extensão, parece ímpar lembrar a crítica chomskyana ao assegurar que:

O mais interessante talvez seja a total incapacidade de Kissinger de entender a dinâmica da Guerra Fria. Ele afirma (e provavelmente acredita) que “nos envolvemos porque considerávamos a guerra da Indochina como manifestações de uma estratégia comunista global coordenada” (64). Ele também informa, desta vez corretamente, que, quando a União Soviética invadiu a Tchecoslováquia, “isto aconteceu em meio a uma cortina de fumaça de acusações contra os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e a OTAN por estarem “interferindo” [...] Mas a verdadeira função da Guerra Fria está muito além da compreensão ou das preocupações de Kissinger. Em sua tentativa de alcançar o “equilíbrio”, Kissinger estava cercado de inimigos por todos os lados: não somente a Rússia e seus diferentes “prepostos”, mas também a burocracia, o Congresso, a mídia, seus colegas acadêmicos, especialistas em controle de armas, os jovens [...] No contexto do mundo real, distante da história de Kissinger, eram os americanos que estavam “tiranizando o inimigo pura e simplesmente com seu peso e sua massa” (CHOMSKY, 2007, pp. 291-292).

Para Kissinger (2012) a necessidade norte-americana de apoiar a luta francesa na Indochina, sob a visão de que conduzia a segurança do mundo livre, fez com que os norte-americanos se enredassem no Vietnã, flexibilizando até certo ponto seu discurso anticolonialista, para que pudesse combater o comunismo na Ásia, já que os EUA estavam já bastante envolvidos com os compromissos da OTAN e na defesa da Coréia do Sul. Apesar de parecer um golpe no seu discurso universalista, só restava aos norte-americanos alocarem-se inicialmente à França e, só posteriormente, voltar a apoiar movimentos de independência pró-ocidente na Ásia (KISSINGER, 2012, p. 578). Após a divisão no paralelo 17 entre as regiões do Norte e Sul do Vietnã, com os acordos de “colonialismo” que vinham admitindo para manter o apóio da França no Vietnã, os EUA puderam focar-se mais diretamente na luta contra o comunismo.

Na ótica de Dallek (2009, p. 270), que escreve minuciosamente sobre o Governo Nixon na Casa Branca, existia um intrincado jogo que relacionava a *détente*, China, União Soviética, Vietnã e a eleição presidencial para o segundo mandato de Nixon. Para Dallek,

Nixon e Kissinger buscavam resolver a questão do Vietnã, ao mesmo tempo que buscavam melhorar seu diálogo com soviéticos e chineses, e não era, na visão de Dallek, interesse dos EUA insuflar ou acirrar os ânimos entre chineses e soviéticos, mas trazer estabilidade ao Sistema Internacional estabelecendo laços com ambos os Estados. Todo o jogo político internacional, segundo Dallek, era jogado em função de garantir um segundo mandato para Nixon (IDEM, p. 107). Dallek assegura nesse sentido que:

A estabilidade internacional imaginada por Nixon dependia de acordos com a Rússia e a China, os adversários mais prováveis dos Estados Unidos em qualquer conflito de grande escala. Em meados de 1971, no entanto, a idéia de construir relações melhores com cada uma das superpotências comunistas era mais uma esperança que realidade. Mesmo assim, apesar das frustrações passadas, Nixon e Kissinger continuavam otimistas que os governos de Moscou e Pequim poderiam ser levados a negociações que promoveriam a *détente* e, ao mesmo tempo, aumentariam as chances de um segundo mandato (IDEM, p. 288).

Para Dallek, Nixon estava ciente dos fracassos de franceses e norte-americanos no Vietnã, mas continuava a culpar uma espécie de “hesitação do ocidente”, procurando uma solução que evitasse a pecha (que acabaram inevitavelmente apegados) de que perderam ou fracassaram na Guerra do Vietnã (IDEM, p. 110), com um custo até o fim de 1969 de 25 mil vidas norte-americanas e US\$ 100 Bilhões de dólares segundo os dados trazidos por Dallek (IDEM, p. 71).

Para Magnoli e Barbosa (2013) a guerra da Indochina começara mesmo no ano de 1946, quando o governo da França recusara-se a reconhecer a fundação do governo instalado por Ho Chi Minh em Hanói, na parte norte do Vietnã, e como Ho Chi Minh havia agido conjuntamente com o serviço secreto norte-americano para expulsar os japoneses da região por ocasião da Segunda Guerra Mundial, havia esperanças por parte dos norte-vietnamitas de que os EUA apoiariam, em certo sentido, o movimento independentista no Vietnã (MAGNOLI; BARBOSA, 2013, p. 172). Sob o estigma da dúvida os norte-americanos acabaram optando por apoiar Charles de Gaulle na França, erodindo daí por diante qualquer possibilidade de acomodação com os norte-vietnamitas. Magnoli e Barbosa marcam o início do maior engajamento norte-americano em 1960 com o desembarque dos boinas-verdes no Vietnã do Sul, sendo que a grande escalada norte-americana se iniciaria em 1962, despachando-se 16 mil oficiais, com o desembarque maciço de tropas em 1964. Os referidos autores asseguram que “No verão de 1966, as forças americanas na Indochina ultrapassaram a marca de 420 mil militares. O ápice da intervenção aconteceu em abril de 1969, com o engajamento de 543 mil americanos” (IDEM, p. 174). Para Magnoli e Barbosa o custo aos norte-americanos fora bastante pesado. Eles argumentam nesse sentido que:

No saldo de toda a guerra, os Estados Unidos perderam 58 mil militares e o Vietnã do Sul, quase 225 mil. Em conjunto, o Vietnã do Norte e a guerrilha Vietcongue perderam algo como 1,1 milhão de combatentes, suportando baixas numa proporção de quatro para um. Até a retirada, as forças americanas não sofreram nenhuma derrota em batalhas relevantes. O humilhante fracasso da maior potência do mundo decorreu de causas políticas (MAGNOLI; BARBOSA, 2013, p. 174).

2. 10 – Considerações Finais

Tanto a perda de Cuba para o comunismo como o fracasso da Guerra do Vietnã podem ter provocado nos norte-americanos a catarse necessária para a compreensão dos equívocos e, facilitado o estabelecimento de um diálogo menos ideológico com o comunismo chinês e mais pragmático, refutando os radicalismos ou qualquer outro extremismo na retomada das relações sino-americanas.

A visão nixoniana de mundo, obviamente, parece em muito ter contribuído também com uma guinada na política externa norte-americana para uma ação menos idealista e mais pragmática na compreensão dos interesses dos EUA na região asiática. Muito provavelmente, não se pode refutar, o caso de Cuba e o conflito no Vietnã ficaram marcados com destaque no caderno dos equívocos norte-americanos durante a Guerra Fria, porém certamente, os dois episódios trouxeram uma grande experiência à diplomacia norte-americana e que agora era novamente colocada à prova, no momento delicado da aproximação com a China, e nesse caso, não haveria mais espaços para os erros inconseqüentes do passado.

Apesar do caso cubano e a Guerra do Vietnã não aparentarem, à princípio, maiores ligações, a não ser o fato da perspectiva de cruzada com que os norte-americanos revestiram sua luta contra o comunismo nos dois casos, Cuba e o Vietnã representam equívocos estratégicos norte-americanos, sendo dois casos em que a guerra de guerrilha venceu as estratégias maciças de força militar. Cuba, e sobretudo o Vietnã, acabaram representando para os norte-americanos, no momento decisivo do reatamento sino-americano, um grande manual de incorreções e erros que deviam ser evitados no tratamento com a República Popular da China, construindo-se um caminho sem maiores arroubos ideológicos que antipativavam as nações, mas que buscava na política da supremacia do interesse estatal sobre a ideologia sua maior virtude.

O que se pode constatar também, é que os norte-americanos atraíram os chineses para sua zona de influência no momento em que a relação sino-soviética estava no ápice do desgaste, quando os dois países passaram a se enfrentar em pequenos conflitos na fronteira nordeste que separava o território chinês do território soviético. Cumpre observar que a reaproximação sino-americana foi precedida por questões capitais, que tiveram necessariamente que fazer parte da pauta de discussão, como a retirada das tropas norte-

americanas do Vietnã e também a questão de Taiwan, que resultou na Declaração de Xangai no fim da visita de Nixon à China em 1972.

Pode-se averiguar ainda que as preocupações estratégicas norte-americanas com o avanço do comunismo soviético e da própria China na região asiática, foram ao encontro de receios chineses com a possibilidade de uma invasão soviética ao território chinês, além do que a China encontrava-se acuada por aliados norte-americanos por todos os lados na década de 70. Pode-se inferir também que, embora a Doutrina Nixon procurasse responsabilizar os aliados por sua própria defesa e justificar a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, o que convinha aos interesses chineses, estes tinham perspectivas próprias desse estreitamento no relacionamento com os norte-americanos, posto que pretendiam recuperar e substituir a liderança norte-americana na região asiática, bem como se reinserir no âmbito internacional, diversificando seu relacionamento com grande parte das nações capitalistas do mundo ocidental como apontam alguns analistas no último capítulo deste trabalho, e o primeiro passo fora recuperar o seu lugar nas cadeiras da ONU, o que lhe foi facultado sob o aval norte-americano em 1971.

Diferentemente do que pensa Kissinger (2011) ao apregoar uma espécie de convergência de interesses, no caso do restabelecimento das relações sino-americanas, os interesses apenas se tocaram mais fortemente no ponto sobre o rechaço ao avanço soviético no território asiático, no entanto, quanto aos demais objetivos, as divergências continuariam inconciliáveis, como por exemplo, a questão de Taiwan. Os norte-americanos arrefeceram seu apóio, mas nunca admitiram a possibilidade de uma invasão chinesa sobre a ilha. Outro ponto que se destaca é que os norte-americanos não pretendiam abdicar de sua influência na região asiática, embora fossem obrigados naquele momento a fazer a extração das tropas norte-americanas, enquanto que a China, apesar de precisar do auxílio dos EUA naquele momento, pretendia ver os norte-americanos o mais longe possível da região asiática. Essas percepções se confirmam em parte quando analisamos os documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos e trazemos à tona avaliação dos estrategistas e teóricos das relações internacionais (muitos dos quais norte-americanos) sobre o desenrolar do reatamento, análise aliás, que traremos nos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 - UM ESTUDO DAS FONTES PRIMÁRIAS CONTIDAS NO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS: O REATAMENTO SINO-AMERICANO NO PERÍODO DE 1969 A 1972 SOB O SIGNO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.

3.1 - Considerações iniciais.

Neste capítulo, o reatamento sino-americano será analisado a partir dos documentos do Departamento de Estado³⁰ dos Estados Unidos produzidos durante o período, e que contém a percepção dos estrategistas norte-americanos e suas orientações para implementação da política externa do Governo Nixon no primeiro mandato presidencial.

Os documentos analisados neste capítulo se materializam em cartas, memorandos, relatórios, pareceres, entre outras peças documentais, que têm seu conteúdo analisado com o fim de se extrair a percepção interna e mais genuína dos próprios formuladores das ações norte-americanas rumo à reaproximação da China, de modo que são colhidas informações muito importantes para formar o mosaico multifacetado do reatamento sino-americano.

Nesse sentido destacam-se as inúmeras reuniões de assessores de organismos como a CIA (Agência Central de Inteligência), o CSN (Conselho de Segurança Nacional), os assessores dos Ministérios da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e comitês específicos para política na região asiática, registro de reuniões com embaixadores norte-americanos, assim como tratativas com políticos chineses como o *premier* Chou En-lai, o que resultou em um conteúdo documental instigante sobre o avanço norte-americano em direção à China no final da década de 60 e início da década de 70, perfazendo praticamente o primeiro mandato do governo de Richard Nixon.

Deve-se salientar que o campo de análise dos documentos restringiu-se ao período em que Nixon assumiu a presidência dos Estados Unidos (1969) até fevereiro de 1972, o ano de sua visita à China. Acrescenta-se que dentre mais de quarenta volumes, foram analisados dois volumes, contidos no Departamento de Estado dos Estados Unidos, correspondentes ao período do ano de 1969 à fevereiro de 1972. Foram analisados o Volume I, que trata dos fundamentos da política externa do governo Nixon em seu primeiro mandato, e o Volume XVII, que trata dos documentos referentes ao relacionamento entre os EUA e a China, no período de 1969 a fevereiro de 1972. Ressalta-se que a escolha criteriosa dos volumes a serem

³⁰ Os documentos foram extraídos no site do Departamento de Estados dos Estados Unidos e disponível ao acesso público através da rede mundial de computadores. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments>. Nota do autor.

alvo de análise, deveu-se ao fato do tema da pesquisa estar concentrado principalmente nos dois volumes supra-referidos, não sendo portanto, uma escolha aleatória e divorciada dos objetivos do presente trabalho.

Os documentos analisados no Volume I totalizaram 121, e os documentos analisados no Volume XVII, somaram 204 (do início do ano de 1969 a fevereiro de 1972), e foram selecionados para constituírem matéria do presente estudo 41 documentos entre peças do Volume I e Volume XVII. Ao longo do texto são identificados a origem dos documentos, a data de produção e os personagens centrais responsáveis pelo seu conteúdo, de modo a nortear o leitor na compreensão da análise proposta.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo das peças, utilizando a técnica de pré-análise dos documentos (uma fase de leitura inicial para conhecimento e separação do conteúdo a ser estudado); seguida, numa segunda etapa, para a exploração do material selecionado propriamente dito, das inferências necessárias transpostas ao corpo do texto do trabalho. Desse modo, procurou-se interpretar os documentos julgados como mais relevantes e que contribuíram para explicar as ações estratégicas norte-americanas rumo ao reatamento com os chineses no final da década de 60 e início da década de 70.

A análise de conteúdo justifica-se por ser uma técnica híbrida que se coloca entre o formalismo técnico e a análise qualitativa, e ainda se mostra uma técnica que procura extrair da comunicação timbrada nos documentos explicações para o fenômeno estudado, ou ainda, como afirma Gaskell (2000, pp. 189-190), busca-se através da técnica da análise de documentos, reconstruir a realidade através das representações, inferindo as verdadeiras expressões do contexto. Também nesse sentido Bardin (2011, p. 32) aponta que a análise de conteúdo trata-se de um instrumento empírico que se presta à interpretação das mensagens contidas nas comunicações. Nesse caso, a análise de conteúdo serve satisfatoriamente aos propósitos de investigação dos documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, sobretudo porque busca interpretar as mensagens ou comunicações verbalizadas pelos estrategistas, servindo como orientação para as ações implementadas pelo Governo Nixon.

Ainda quanto à utilidade da análise de conteúdo, na investigação documental, é salutar trazer a lição de Bardin, quando acrescenta que:

A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção) [...] A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de

significados (manipulados), outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (BARDIN, 2011, pp. 40-43).

No material catalogado e analisado neste capítulo, pode-se observar muitas das grandes discussões que resultaram em formulações políticas que caracterizaram as ações do Governo Nixon, como os estratagemas traçados para a aproximação sino-americana e as avaliações do CSN (Conselho de Segurança Nacional), da CIA (Agência Central de Inteligência), entre outros comitês que formulavam os relatórios e pareceres para o Governo Nixon, buscando pautar suas ações no campo da política externa. Esse material tem uma significativa importância por se tratar de fontes primárias que revelam a origem ou o nascimento de formulações estratégicas que se consubstanciariam em ações a serem implementadas pela Administração Nixon, sendo portanto, imprescindível a este estudo uma avaliação, ainda que parcial, sobre o seu conteúdo.

Observa-se ainda que muitos documentos não foram selecionados em razão da censura dos conteúdos que os tornavam ininteligíveis, outros foram preteridos por estarem incompletos e outros ainda continham códigos lingüísticos que tornavam indevassável a sua leitura. Salienta-se que muitos documentos foram excluídos após a leitura, por conterem apenas informações logísticas, como por exemplo, compra e venda de material para administração, memorandos e cartas que visavam organizar viagens e eventos presidenciais, mensagens sobre cerimoniais, entre outros assuntos que fugiam ao escopo da pesquisa.

Uma ausência que deve ser sublinhada é a inexistência de discussões sobre o tema da história e tradição chinesa como um guia seguro para as ações estratégicas norte-americanas, o que é bastante surpreendente. Nas avaliações estratégicas ou nas discussões nos diversos níveis, não se observou maiores intelecções sobre a história e tradição cultural da China, como ponto de partida para uma compreensão das ações chinesas no plano estratégico, merecendo esse silêncio uma nota para posterior aprofundamento.

O que se pode aferir e admitir *à priori*, é que ainda que essas questões (históricas e culturais) tenham sido discutidas em outro foro, sob a competência de outro setor dentro do Governo Nixon, talvez seja sintomático verificar que questões históricas e culturais não tenham sido aprofundadas no âmbito de debates estratégicos importantes, pelos principais formuladores dos estratagemas políticos dos EUA para a China, e que deveriam constar nos documentos analisados. Por outro lado, e isso talvez denote uma perspectiva realista da Casa Branca no período, pode-se conceber que o Governo norte-americano de Richard Nixon enxergava a realidade dissociada da influência da cultura e da história, quando vestígios do

passado pouco podiam influenciar no cálculo pragmático do poder que aproximava a China dos EUA naquele momento.

3.2 - A análise de conteúdo dos documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1969-1972: o discurso nixoniano.

Em artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*, em outubro de 1967, Richard Nixon, antes de vencer as eleições do ano de 1968 que o colocariam como o 37º presidente norte-americano dos EUA, parecia mostrar, para olhos mais atentos, o pragmatismo que emprestaria às estratégias norte-americanas no contexto da Guerra Fria, bem como na visão de muitos, uma espécie de inflexão na condução da política externa dos EUA, sobretudo em relação ao que considerava o desafio asiático. Logo no início do artigo, Nixon chamava atenção para um olhar para a Ásia muito além do Vietnã (NIXON, 1967, p. 113), apesar de deixar patente que o sucesso da política norte-americana para a região passaria pela resolução da questão do Vietnã, anunciando em seguida as bases do que se tornaria em seu governo, a Doutrina Nixon, um desengajamento progressivo das tropas norte-americanas e o incentivo à responsabilização e comprometimento dos aliados norte-americanos na luta contra as forças do comunismo.

Nixon defendeu em seu artigo, que haveria a necessidade, no apagar das luzes da década de 1960 e ao alvorecer da década 1970, uma reassunção de responsabilidades por parte dos aliados norte-americanos, num esforço coletivo dos países da região asiática na contenção do expansionismo comunista. Apenas quando a possibilidade da autodefesa falhasse, diante do perigo nuclear, é que os EUA poderiam ser chamados a assistir diretamente as nações aliadas, poupando o engajamento da potência norte-americana, sinalizando um discurso de mais acomodação e negociação com a URSS, bem como com a China, defendendo uma retirada gradual das tropas norte-americanas no Vietnã. (IDEM, pp. 113-114).

A guerra no Vietnã, arrastava os EUA para o poço do descrédito diante dos aliados, na medida que não conseguiam vencer a guerrilha norte-vietnamita. A ineficiência norte-americana em “ganhar” a guerra, na visão de Nixon, gerava custos políticos e econômicos internos altíssimos, ônus políticos sobretudo que podiam levar a uma perigosa impopularidade. (IDEM, p. 114).

Para Nixon, os pactos regionais para contenção estabeleceriam espécies de tampões que separavam os países da Ásia de uma ameaça imediata e, ainda que tradicionalmente não fosse uma característica da política externa norte-americana ser favorável ao regionalismo (posto que este regionalismo era protecionista e excludente num primeiro momento, contrariando a idéia de liberalização econômica norte-americana), os EUA admitiram como

razoável o fortalecimento de organismos regionais baseados no capitalismo ocidental fomentado e financiado pelos próprios norte-americanos na Europa, como forma de espantar o fantasma do comunismo que rondava o continente europeu (PECEQUILO, 2011, p. 171). Nesse sentido Pecequilo (2011) sustenta que:

Deve-se ainda, destacar que, apoiadas pelos Estados Unidos, as iniciativas regionais lançadas nessa época na Europa foram fundamentais para consolidar a estrutura de poder no continente e representaram uma exceção ao padrão da política externa norte-americana na Guerra Fria, contrária ao regionalismo por considerá-lo excludente, priorizando objetivos mais gerais de liberalização da economia internacional. Entretanto, na lógica da Guerra Fria e considerados os caminhos tradicionais do desenvolvimento europeu, a integração regional foi vista como uma alternativa não só viável, como necessária, à consolidação do processo de recuperação político e econômico europeu (IDEM, p. 171).

No supra-citado artigo de Nixon, o político republicano admite que as democracias erigidas no Ocidente, talvez não fossem a melhor opção para tradições orientais tão distintas, numa espécie de pista para uma política que, em muitos momentos, ignoraria as ideologias quando confrontada com os interesses estratégicos de segurança. Nixon ressalta que, apesar de reconhecer o perigo da China no cenário geoestratégico da Ásia, esse perigo seria menos no sentido expansionista e mais como revendedor de uma revolução comunista. E chama atenção o tom enfático em que conclama a Comunidade Internacional à inclusão da China na “família das nações”, argumentando que não se concebia mais que um bilhão de pessoas vivessem isoladas e zangadas (NIXON, 1967, p. 115).

Nixon também defendia que a China deveria mudar, esquecendo possíveis aventuras de políticas externas imperiais, voltando-se para preocupações domésticas. A idéia de Nixon, parecia a esta altura, uma preocupação com a liberdade chinesa na manipulação de armas nucleares na região asiática. Nixon indicava nesse artigo, bem como em pronunciamentos futuros, o intuito norte-americano de se contrapor à tiranias comunistas na Ásia, ao mesmo tempo em que parecia buscar uma espécie de “estabilização” do continente asiático sob a liderança norte-americana, retirando a China do isolamento e tentando “seduzi-la” a jogar o “jogo” ocidental, buscando conciliar interesses que iam do Vietnã à Taiwan, passando pela preocupação de estabilização nuclear na Ásia, até a contenção da União Soviética.

3. 3 - A Doutrina Nixon em ação: os documentos oficiais.

Em um dos memorandos, registrado como documento de número 54, Volume I (sobre os fundamentos da política externa norte-americana), enviado por Winston Lord (um dos integrantes do Conselho de Segurança Nacional) à Kissinger, em 23 de janeiro de 1969, para discussão sobre as orientações da Doutrina Nixon, observa-se que havia uma perspectiva bastante realista nas avaliações estratégicas, quando se projetava que as ações norte-

americanas não deveriam ser guiadas pelo puro idealismo doutrinário, ou baseadas em discursos amparados na estrita legalidade, mas que atuassem segundo a importância de seus interesses e de acordo com a natureza da ameaça. O documento também orientava uma redução de tropas norte-americanas no Vietnã como um pilar fundamental da Doutrina de Guam³¹, o que já indicava uma acomodação dos interesses chineses e norte-americanos, posto que os chineses pareciam querer menos influência norte-americana no Vietnã às portas de suas fronteiras e os norte-americanos tentavam sair de uma guerra inglória (em termos de baixas militares, economicamente desgastante, politicamente impopular e de duvidável valor estratégico), que teimava em ceder às manobras militares norte-americanas (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 54, pp. 174-184).

No memorando enviado à Kissinger por Elliot L Richardson, subsecretário de Estado do Governo Nixon, para uma revisão, e que está registrado como documento de número 46, constante no Volume I, datado de 5 de dezembro de 1969, o subsecretário trata de uniformizar o discurso da Doutrina de Guam, como também ficou conhecida a Doutrina Nixon, para uma sabatina a que seria submetido pelo Conselho de Negócios de Boston. Nesse documento, há um componente fundamental para identificar a *détente* como uma “era da negociação” implementada no Governo Nixon. Ao identificar o discurso nixoniano, nas tratativas internacionais, mais pragmático e menos ideológico, em ações que priorizavam e maximizavam os interesses norte-americanos, o Governo Nixon parecia inaugurar uma fase de distensão e maior diálogo com os adversários, buscando conciliar o pragmatismo objetivo na concretização dos interesses dos EUA, sem abdicar de ostentar o discurso da paz e da busca por um mundo mais seguro (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 46, pp. 151-153). Num dos trechos do referido documento observa-se que:

The Nixon foreign policy, as I understand it, is built first of all on a realistic awareness of changes in the world that have taken place over the past decade. For purposes of the role of the United States, the most important of these are: [...]; (b) the subordination of ideologies to these over-riding national objectives; and (c) the recognition that United States economic and military resources, in light of competing domestic demands, are not as unlimited as they may once have seemed (IDEM, p. 151).

Pecequillo (2011) esclarece que é verossímil a hipótese de que a *détente* era encarada por Nixon e Kissinger como um novo passo rumo à flexibilização da diplomacia norte-

³¹ A Doutrina de Guam é também conhecida como a Doutrina Nixon, e recebeu também o primeiro nome pelo fato de ter sido anunciada pela primeira vez na ilha de Guam, um território norte-americano localizado no Pacífico Ocidental, por ocasião de um discurso do presidente Nixon em 25 de julho de 1969 (DALLEK, 2009, pp. 148-149).

americana, que sempre esteve arraigada a preceitos e princípios idealistas, não devendo esta percepção ser subestimada. Pecequilo acrescenta nesse aspecto que:

A longo prazo, não se pode descartar a hipótese de que a *détente*, conforme concebida por seus idealizadores (Richard Nixon e Henry Kissinger), desejava constituir-se na última etapa da própria Guerra Fria, transformando consideravelmente a face da política externa norte-americana, quebrando alguns de seus padrões mais tradicionais a partir de 1969. Reforçando essa percepção, de acordo com Kissinger, Nixon encarava a *détente*, como uma disputa geopolítica de longo prazo que procurava encontrar um novo alcance, caráter e flexibilidade para a diplomacia norte-americana, presa ainda a tradições idealistas [...] O auge da *détente* correspondeu ao auge do próprio domínio de Nixon e Kissinger sobre a política externa, que durou até 1974 quando Nixon renunciou por causa da ameaça de impeachment devido ao escândalo de Watergate (PECEQUILO, 2011, pp. 193-194).

Numa entrevista do dia 18 de dezembro de 1969, registrada no Volume I e documento de número 47, sobre os fundamentos da política externa do Governo Nixon, o assistente do presidente para assuntos de segurança nacional, Henry Kissinger, concedeu uma importante entrevista na Casa Branca. Nessa oportunidade Kissinger tratou mais uma vez de enfatizar que por mais de 20 anos a política externa norte-americana se pautara por princípios com inspiração no Plano Marshall, uma política que pressupunha uma superioridade e pujança norte-americanas que erigiram os EUA no passado, como a única nação com estabilidade internacional, como país mais rico do mundo e, por isso, deveria contribuir unilateralmente para defesa e progresso do mundo. Para Kissinger isso havia mudado e a Administração Nixon tinha o grande mérito de perceber as mudanças no cenário político mundial (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 47, p. 154).

Os Estados distribuídos pelo mundo, na visão de Kissinger, recuperavam a autoconfiança e passavam a desempenhar papéis importantes no Sistema Internacional, quando até mesmo o comunismo, admitia Kissinger, não era mais monolítico e os países comunistas enfrentavam o desafio de estabelecer relações internacionais com estados não-comunistas, sendo que até os EUA, fugindo de características recentes, teriam de assentar um diálogo numa base menos unilateral.

Nessa entrevista Kissinger parecia apontar para uma revisão sistemática da política externa norte-americana, reforçando a idéia da negociação, da proeminência dos interesses mútuos em detrimento de ideologias, reverberando pontos basilares da Doutrina Nixon. Kissinger acabaria declarando que os norte-americanos não tinham inimigos permanentes, fazendo salientar que se referia principalmente aos países comunistas como a China. Salientava também que as ações norte-americanas se guiariam com base em ações chinesas e não em sua ideologia nacional, antecipando desse modo os fundamentos da reaproximação entendida por correntes de debatedores como sendo realista (Departamento de Estado dos

Estados Unidos, Volume I, doc. 47 pp. 157-158). Kissinger afirmara num trecho de sua entrevista que:

We have always made it clear that we have no permanent enemies and that we will judge other countries, including Communist countries, and specifically countries like Communist China, on the basis of their actions and not on the basis of their domestic ideology” (IDEM, p. 155).

Ao analisarmos a mensagem enviada por Nixon ao Congresso Nacional dos EUA em 18 de fevereiro de 1970, constante do Volume I (sobre os fundamentos da política externa dos Estados Unidos) e documento de número 60, uma espécie de relatório contendo nortes seguidos pela política externa norte-americana, chama bastante atenção no discurso nixoniano, uma chamada para a “nova estratégia para a paz” (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 60, p. 195) e, a referência aos anos de 1970 como um período de grandes mudanças na política internacional, o que havia sido percebido pelo Governo Nixon e inspirado a sua nova doutrina em bases mais pragmáticas. Ao tratar deste período, Nixon afirma que *“It is this Administration's statement of a new approach to foreign policy to match a new era of international relations” (IDEM, p. 196).*

Na “nova era” identificada por Nixon, havia a já referida observação de que o comunismo não era mais encarado como um bloco uníssono e coeso, havendo uma clara percepção de rachaduras causadas pelo nacionalismo, que levaram à quebras de uma suposta solidariedade comunista. Nixon faz referência na sua mensagem ao Congresso Nacional às desavenças entre a URSS e a República Popular da China, o que já parecia indicar um novo olhar norte-americano para o grande Estado Chinês, assim como uma nova leitura para negociação com os comunistas na década de 1970. Nixon afirmaria nesse sentido que *“The Marxist dream of international Communist unity has disintegrated” (IDEM, p. 196).*

Neste mesmo “relatório” ao Congresso Nacional, Nixon invoca a necessidade de um novo idealismo e negociações despidas de velhos “ismos”, posto que diante do perigo representado pelas armas nucleares com poder de destruição mútua pela potência norte-americana e soviética, haveria de existir um reconhecimento mútuo do perigo nuclear para a continuidade da existência humana, levando norte-americanos e soviéticos à negociação e à composição, sendo este um dos grandes desafios da década de 1970 (IDEM, p. 197).

Quando tratou da importância da Paz mundial, um tema bastante presente no referido discurso ao Congresso Nacional dos EUA, Nixon, ao sustentar que a paz deveria ser mais do que ausência da guerra, salientou que os EUA orientar-se-iam para uma política externa baseada na paz duradoura, fundamentada nos princípios da parceria, força e negociação

(Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 60, p. 197). Para Nixon, a nova política externa norte-americana primária pela parceria na divisão das obrigações e benefícios; utilizar-se-ia do expediente da força, desde que países aliados estivessem sob ameaça indefensável pelas forças nacionais estrangeiras e atuaria fortemente no âmbito da negociação, em busca de superar rivalidades e acomodar conflitos no interesse de ambos os negociadores, o que o fez também se referir aos anos de 1970 como a já citada “era da negociação”.

Ainda no mesmo documento, Nixon acaba reafirmando pontos fundamentais de sua doutrina, com o chamamento para uma maior responsabilização dos países aliados para atuar em sua própria defesa, quando segundo ele, os norte-americanos não atuavam muito além da organização de planos e a defesa de nações amigas que poderiam se defender com suas próprias forças (IDEM, p. 199), transparecendo neste ponto uma clara “justificativa” para o desengajamento norte-americano no Vietnã.

É interessante perceber que Nixon concebia um mundo em mutação, onde países da Europa Ocidental caminhavam mais fortes em uma comunidade de nações independentes, enquanto o mundo comunista encontrava-se fragmentado. Diante dessa fragmentação, Nixon passou a defender a importância de uma divisão de responsabilidades que não deveria ser confundida com a retirada absoluta dos norte-americanos do cenário internacional, numa volta ao isolacionismo que parecia sempre espreitar a nação norte-americana, mas a concepção de um mundo com diversos pólos de poder, que parecia requerer um equilíbrio sob uma pretensa liderança norte-americana. Nas palavras de Nixon:

But a more balanced and realistic American role in the world is essential if American commitments are to be sustained over the long I affirmed that “to insist that other nations play a role is not a retreat from responsibility; it is a sharing of responsibility.” This is not a way for America to withdraw from its indispensable role in the world. It is a way—the only way—we can carry out our responsibilities (IDEM, p. 199)

Nixon marcava seu relatório em forma de carta ao Congresso Nacional, com a afirmação de que a política que marcaria os anos de 1970, seria baseada em avaliações realistas dos interesses nacionais, e vociferava a frase que arrepiaria os mais idealistas na política norte-americana, de que os interesses dos EUA deveriam moldar os seus compromissos e não o contrário, anunciando o que analistas de política internacional viriam a chamar de uma aplicação da *Realpolitik* na política externa norte-americana, numa abordagem, segundo o próprio Kissinger, que só encontraria semelhança em Theodore Roosevelt (KISSINGER, 2012, p. 661). Nesse aspecto, o próprio Kissinger admite que apesar do agir realista, Nixon não abandonou o wilsonianismo mais idealista em sua retórica quando

tratava da defesa da paz e dos valores libertários democráticos, e talvez por essa razão Kissinger tenha apontado com sobriedade que em Nixon wilsonianismo e *Realpolitik* conjugaram-se, ou se fundiram (KISSINGER, 2012, p. 656), como já fora apontado no capítulo 2.

Em segunda mensagem enviada ao Congresso dos EUA, em 15 de setembro de 1970, constante do Volume I que trata dos fundamentos da política externa, documento de número 70, Nixon propõe uma série de reformas para implementar uma política de assistência às nações aliadas, visando dar suporte à Doutrina Nixon e buscando militarizar países amigos para que implementassem sua própria defesa contra os “inimigos” da democracia norte-americana. Entre outras medidas, destaca-se a criação do Programa de Assistência à Segurança Nacional, com o objetivo, como já referido anteriormente, de responsabilizar nações aliadas e diminuir a presença norte-americana no exterior (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume I, doc. 70, pp. 241-242).

Observa-se ainda que, dentre as propostas de reforma comunicadas por Nixon ao Congresso Nacional, encontrava-se um projeto para um programa de assistência ao desenvolvimento internacional liderado por instituições multilaterais, o que denotava uma inclinação da política externa norte-americana (que historicamente, segundo alguns autores como Pecequillo, foi avessa ao regionalismo), para fomentar uma espécie de “institucionalismo” multilateral que favorecesse o mundo ocidental e que desde o pós-guerra tornara-se um elemento fundamental para fortalecimento do bloco do ocidente comandado pelos norte-americanos. Essa estratégia, como já mencionada, parecia ser executada como forma de provocar a consolidação política e econômica dos países sobre a influência norte-americana na Europa, provocando ao mesmo tempo, o afastamento do comunismo para mais longe dos aliados dos EUA. Nesse aspecto, Oliveira (2005) salienta que na década de 70, período da *détente*, o mundo passou por momento de multipolarização econômica e uma relativização da hegemonia norte-americana, argumentando que:

Percebe-se, nessa década, um nítido processo de multipolarização econômica com a emergência competitiva tanto da Europa reconstruída quanto do Japão, denotando uma relativização da hegemonia econômica mantida até então pelos Estados Unidos e forçando a um ajustamento de posições entre os países industrializados. Além desses fatores econômicos que conduziram a uma modificação na relação de forças, bem como à diminuição da bipolaridade Leste/Oeste e uma geração de maior interação no plano internacional [...] (OLIVEIRA, 2005, pp. 131-132).

Deve-se observar que a análise de Pecequillo (2011), caminha em paralelo à de Oliveira, e acresce nesse ponto que:

Paralelamente, a instauração do equilíbrio de poder permitiria um relaxamento das tensões com a União Soviética (essencial em uma fase de poder norte-americano

declinante) ao introduzir novos atores de peso no jogo internacional. Taticamente, seriam (como foram) os Estados Unidos os responsáveis pela introdução desses novos agentes, trabalhando para que o equilíbrio das alianças pendesse para seu lado. A *détente* propunha-se, em certo sentido, a ganhar tempo para os Estados Unidos reconquistarem seu poder ante seu rival, não havendo abdicção da tarefa de derrotá-lo. Somente os métodos seriam diferentes dos até então utilizados, com duas dimensões compondo a *détente*: a tripolaridade e a ligação de políticas. Ou, como classifica Spanier, a *détente* era “uma contenção por outros meios” (PECEQUILO, 2011, p. 197).

Acrescenta-se ainda que, a política externa do Governo Nixon, e a mensagem ao Congresso Nacional de 15 de setembro outrora referida, apontam para uma visão de mundo em que eclodiam novos Estados independentes (entre as décadas de 50, 60 e 70) solapando resquícios do colonialismo e uma reivindicação maior dos países do terceiro mundo no cenário econômico, o que orientava a política externa à inflexão nesse período (OLIVEIRA, 2005, p. 133).

3.4 - Os primeiros passos rumo ao reatamento: as tratativas iniciais.

Ao mesmo tempo em que Nixon começava a implementar sua doutrina, as tratativas de reabertura com a República Popular da China avançavam através do embaixador norte-americano Walter J. Stoessel em Varsóvia. No memorando de 14 de janeiro de 1970, do volume XVII (sobre a China), documento de número 61, o Secretário de Estado norte-americano orienta Stoessel a salientar a doutrina anunciada em Guam, instruindo-o a transmitir aos chineses a percepção norte-americana de uma China não-expansionista, bem como deixar marcada as intenções norte-americanas de reduzir sua presença na Ásia. O documento guiava ainda o embaixador a oferecer-se para discutir questões comerciais, processos bilaterais, e até mesmo a questão do desarmamento, devendo o embaixador oferecer a oportunidade dos EUA terem um embaixador em Pequim e um representante da China nos EUA. Porém a questão mais embaraçosa e que marcava fortemente o memorando era o enclave de Taiwan, cujo tema deveria ser mencionado de maneira a não causar atrito com os chineses (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 61, pp. 165-166).

No memorando do dia 20 de janeiro de 1970, constante do volume XVII (Sobre a China), documento de número 62, Stoessel faz um relato de que a China reafirmava o princípio de coexistência pacífica com base em cinco princípios³², e que Taiwan era uma

³² Os cinco princípios de coexistência pacífica foram anunciados por Chou En-lai, o premier chinês em 1954, por ocasião da Conferência de Genebra, para encerrar a “primeira” guerra do Vietnã (guerra contra o colonialismo francês), ratificada por diversos países na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955 (SPENCE, 1995, p. 524) e que consistia em respeito mútuo às soberanias nacionais, bem como sua integridade territorial; não-intervenção nos assuntos internos de outras nações; igualdade de tratamento e benefícios entre os Estados no Sistema Internacional; não-agressão militar entre os Estados e coexistência pacífica entre Estados com sistemas de governo e ideologias diferentes (Departamento de Estado dos Estados Unidos, volume XVII, doc.203, p.814).

questão chave para a reabertura das relações sino-americanas, de modo que os chineses não abririam mão de sua libertação, posto que foram usurpados de um território legal. Apesar da firmeza aguerrida com que os líderes chineses colocavam a questão de Taiwan, o embaixador via como positivas as tratativas daquele ano, pois a porta da negociação fora aberta pelos chineses, que exigiam uma abertura através ou em nível de embaixadores ou por outro canal apropriado. A narrativa de Stoessel impressiona pela percepção do pragmatismo chinês, que assim como a Administração Nixon, em nenhum momento fizera referência mais severa a qualquer rusga ideológica, ou rememorara os embates entre norte-americanos e chineses por Taiwan na década de 1960, apenas enfatizando que os EUA eram a parte que havia interrompido o diálogo e materializavam-se como elemento agressor no caso em questão (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 62, pp. 167-169).

Stoessel relatou que os chineses estavam claramente receptivos para negociar com os norte-americanos, apesar da firmeza de suas convicções. É imprescindível destacar nesse ponto, que nem mesmo sob os protestos do general Chiang Kai-Shek, em carta ao presidente Nixon datada do dia 07 de março de 1970, constante no volume XVII (sobre a China), documento de número 71, os norte-americanos contiveram a política que já parecia rascunhada para a República Popular da China. O general Chiang afirmava na sua carta ao presidente Nixon, seus protestos e expunha sua preocupação com os rumos da reunião de Varsóvia entre chineses e o embaixador Stoessel, alertando para o perigo do expansionismo do comunismo chinês na região. O general parecia pressentir que os norte-americanos estariam revendo sua política estratégica em relação à Ásia, e mais especificamente à China comunista e aos taiwaneses (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 71, pp. 187-188).

Um aspecto interessante da reaproximação sino-americana, e nesse ponto escapa-se completamente do âmbito da retórica nixoniana da paz, é que todos os passos dessa aproximação foram o tempo todo amparados por milhares de relatórios que monitoravam constantemente as capacidades militares chinesas, avaliando o poder militar da marinha, da força aérea e das forças terrestres, assim como o arsenal traduzido em poder de fogo dos chineses. O caminhar norte-americano em sua reaproximação com os chineses foi cercado por avaliações políticas do sistema chinês, numa demonstração de que apesar de se tentar capturar a atenção das grandes potências para uma nova doutrina que instaurava uma diplomacia mais flexível, uma nova era pautada na negociação e no desengajamento norte-americano, os serviços de inteligência dos EUA pareciam oferecer suporte contínuo ou amparar cada passo

do caminho traçado pela política externa norte-americana, com a mesma desconfiança que remontava ao início da Guerra Fria.

Pode-se observar que, a despeito dos já mencionados relaxamento e distensão trazidos nos capítulos anteriores, as velhas práticas da Guerra Fria continuavam a dar a toada da ação presidencial no âmbito estratégico, embora o discurso de Nixon apontasse para um novo tempo na busca da paz, com uma remodelação da política externa norte-americana. Essa parece ser uma dimensão da questão que envolve o reatamento de relações entre chineses e norte-americanos, que em certo sentido não se coadunava com a doutrina preconizada por Nixon, posto que mantinha o mesmo padrão do início da Guerra Fria. Um exemplo do que se afirma, é que dentre tantos documentos, um relatório do CSN, com data do dia 11 de junho de 1970, quando as conversações entre norte-americanos e chineses já estavam bastante avançadas (com perspectivas promissoras), mostrava que o padrão das análises militares e políticas se mantinham e, orientavam a aproximação norte-americana em termos de segurança com uma perspectiva de desconfiança e medo. Em um trecho do referido relatório, constante do volume XVII, documento de número 83, observava-se:

The upheavals of the Cultural Revolution interfered with military training and degraded the combat capabilities and readiness of the Chinese Armed Forces. But the extent of this degradation and the degree of its persistence up to the present time is in dispute. CIA and INR believe that the level of training is still well short of normal in the army because of continued heavy involvement in non-military activities and that progress in extricating the People's Liberation Army (PLA) from these tasks will be slow. DIA and NSA, on the other hand, believe that training in the army approached normal levels in 1968 and that any residual degradation in combat readiness and effectiveness is slight (U.S. Department of States, Volume XVII, doc. 83, pag. 218).

Em outro trecho desse mesmo relatório, na página 219, há uma referência ao conflito sino-soviético (questão bastante monitorada também pelos norte-americanos), conflito este que parece ter contribuído e guiado, junto com a necessidade da retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, a guinada da política externa norte-americana em direção à reaproximação da China. Em mais um trecho do supra-referido documento observava-se a atenção norte-americana sobre o conflito:

The deteriorating course of Sino-Soviet relations, which first deprived China of extensive military assistance and then in recent years led to an ominous buildup of military forces and pressure against China, has added another dimension to China's defense problem. Although Peking's reaction has so far been cautious and limited in scope, the Soviet buildup is almost certainly having a major impact on Chinese military planning (IDEM, p. 218).

3.5 – Avaliações norte-americanas: a China acuada por todos os lados; o perigo do expansionismo sino-soviético; a reinserção internacional da China e a ampliação do leque estratégico no reatamento sino-americano.

Muitos registros contidos no Departamento de Estado dos Estados Unidos assinalam a percepção de que a China encontrava-se encurralada em muitos sentidos no fim da década de 60 e início da década de 70, buscando também por isso reinserir-se internacionalmente. Em documento contendo avaliação da inteligência norte-americana, datado de 12 de novembro de 1970, constante do volume XVII, documento de número 95, em que se tecia uma avaliação do ambiente político chinês, o relatório salientava que passada a maior efervescência da Revolução Cultural de Mao Tsé-tung, a China procurava uma nova forma de inserção internacional com fins de recuperar sua imagem no cenário internacional, o que seguramente parecia ter sido percebido e aproveitado pelo Governo Nixon como barganha ou espécie de moeda de troca para reforçar as negociações de uma reabertura chinesa para o mundo ocidental. Havia ainda no documento, uma ressalva interessante para o cuidado norte-americano com uma inconstância política chinesa, provocada sobretudo, pela personalidade do líder chinês e suas políticas controversas. Logo no início, o supra-citado relatório em forma de documento atestava que:

China's return to active diplomacy raises new questions about the direction of its foreign policy. After four years in which the internal preoccupations of the Cultural Revolution thoroughly overshadowed foreign relations, Peking is now moving to repair its international image and to exploit new opportunities. In attempting to estimate how China will play this new role in international politics over the next year or so, this paper will examine Peking's options in terms of those policy factors which are most likely to remain constant and those which are subject to greater variations in response to domestic or external events. It must be acknowledged at the outset that we have remarkably little information on the decision-making processes in Peking. Thus, estimates of short-run tactical moves are susceptible to considerable error. As in the past, sudden twists and turns in Chinese policies will probably continue to surprise us. But in the broader perspective of long-range goals and basic capabilities, this paper attempts to set useful guidelines on the course that China is likely to follow in adapting to the outside world (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 95, p. 241).

Em outro trecho do documento, assinalava-se que a estabilidade chinesa em termos políticos, econômicos e militares ainda estava longe de ser assegurada, de modo que um cenário de instabilidade interna provocava pouca capacidade de manobra da política externa chinesa, de maneira que, somada a uma indissolúvel hostilidade soviética, a China se encontrava num cerco delicado entre Japão, URSS, Índia e aliados norte-americanos na Ásia. Na avaliação norte-americana, a China, apesar de tentar inaugurar um novo caminho para uma reinserção internacional, encontrava-se bastante limitada em suas opções, de modo que mesmo uma atitude mais agressiva, como uma resposta militar aos seus algozes, parecia algo

pouco provável diante das circunstâncias, o que aparentemente favoreceria a intromissão norte-americana para dialogar com o Estado Chinês, que se encontrava como se observou, um tanto acuado. Em outro trecho do documento sublinhava-se nesse sentido que:

Externally, China's aspirations remain blocked directly or indirectly by the realities of the international scene including: the vastly superior power and hostility of the USSR, its most immediate threat as well as rival for ideological leadership in the Communist world; the US presence and US commitments around the periphery of China; and the growth in economic strength and self-confidence of another traditional rival, Japan. Even should the Chinese regime wish to alter its basic foreign policy approach and use its growing military force aggressively in peripheral areas, its options would be limited by the risk of provoking one or another of the superpowers. From Peking's point of view, military adventures in Southeast Asia, against Taiwan, in Korea, or in the Soviet Far East would be needlessly risky and the potential prize not worth the game [...] (U.S Department of States, Volume XVII, doc. 95, p. 242).

Em outro momento do documento, os norte-americanos percebiam que, como a China parecia encontrar-se acuada e cercada por perigo de todos os lados, a abertura chinesa revelava uma manobra estratégica que visava em primeiro lugar desestabilizar o inimigo soviético, e depois como uma tentativa de reequilibrar as forças chinesas na Ásia, aderindo rapidamente à idéia do desengajamento norte-americano, doutrina à qual os chineses foram extremamente favoráveis. O documento supra-referido afirmava a certa altura que “*The Chinese hope to unsettle the Soviets by playing on their fears of a Sino-American rapprochement as well as exploit the potential for changes in the balance of forces in East Asia resulting from the drawdown of the US military presence*” (IDEM, pp. 242-243).

Algo que não pode deixar de ser considerado nessa análise de tantas variáveis sobre a política externa norte-americana em direção à China comunista de Mao Tsé-tung, compilada em documentos, é que a preocupação de Nixon com a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã atendia aos interesses norte-americanos, primeiro pelas pressões e demandas internas da sociedade, que “obrigava” o Governo Nixon a por um fim num conflito que era bastante custoso economicamente e militarmente aos norte-americanos³³ e, em segundo lugar, havia a percepção dos EUA, de que os chineses estavam cada vez mais próximos de Hanói, contribuindo economicamente e militarmente através do fornecimento de armas, com o Vietnã do Norte, o que arrastava ainda mais o conflito para um fim incerto. Embora os norte-americanos percebessem que Pequim não se envolvia diretamente no conflito, evitando um

³³Repetindo as informações já inseridas em nota de rodapé no presente trabalho, salienta-se que segundo dados contidos no *Congressional Research Service*, disponível em www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS22926.pdf, e acessado em 01/02/2014, os gastos norte-americanos na Guerra do Vietnã, considerando o período de 1965 a 1975, somavam a exorbitante cifra de 738 bilhões de dólares, ressaltando que segundo Nye (2009), a guerra do Vietnã, considerado o período de 1955 a 1973 custou aproximadamente 58 mil vidas norte-americanas e mais de 1 milhão de vidas vietnamitas (NYE, 2009, p. 161).

confronto direto com os EUA, havia um apóio ideológico e logístico à Hanói. A Doutrina Nixon, por outro lado, satisfazia interesses chineses à medida que apregoava o desengajamento, favorecendo os desejos de uma China proeminente ou hegemônica na Ásia. Um terceiro ponto a ser considerado, era que o conflito no Vietnã poderia custar à reeleição do presidente Nixon, e essa questão pesava bastante na avaliação dos estrategistas.

Em avaliação do governo Nixon, datada de 28 de maio de 1970, contida no volume XVII (sobre a China), documento de número 82, o relatório trazia em perspectiva muito clara, a visão de que a China corroborava com o regime do Vietnã do Norte com algo mais que a ideologia. Além disso, para a avaliação norte-americana, os chineses procuravam, numa ação estratégica, solapar a influência soviética no Vietnã do Norte, aumentando a aproximação com Hanói. Nesse caso arrisca-se a inferir que Kissinger não contara toda verdade da história quando defendera que entre os grandes equívocos dos norte-americanos no Vietnã, fora pensar que a China agia sob o comando de Moscou (KISSINGER, 2011, p. 334). Nesse sentido o documento 82 aprofunda a divergência:

In Peking's view, the US is fighting a losing war in which Hanoi has only to be patient and persevere in order to outlast the US. In order to preserve that patience, China will continue to supply North Vietnam with economic and military aid. More important, Peking is probably now better prepared to furnish steady and dependable political support than it was during the Cultural Revolution. Relations with Hanoi have improved considerably since last fall, and recent events in Cambodia have brought Peking and Hanoi closer together. The remarkable turnout in Peking for Le Duan's recent visit, in which both Mao and Lin made one of their increasingly rare appearances, is evidence of Chinese concern to strengthen ties with Hanoi at Moscow's expense (U.S. Department of State, Volume XVII, doc. 82, p. 216).

Em documento datado de 26 de dezembro de 1970, constante do volume XVII, documento de número 101, enviado por Henry Kissinger ao Comitê de Subsecretários dos EUA, Kissinger repassa uma orientação do presidente Nixon, no sentido de um relaxamento das tensões com a China comunista de Mao Tsé-tung, ordenando uma série de estudos com intuito de ampliar o comércio com a China e também diminuir as restrições para as viagens de norte-americanos à China (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 101, pp. 252-253), numa medida que indicava o aprofundamento das relações com influência dos setores industriais e culminaria com a Viagem de Kissinger à China em junho e outubro de 1971 e, posteriormente, com a visita do presidente Nixon à Pequim em fevereiro de 1972.

É curioso notar que a iniciativa do Governo Nixon denotava uma ampliação do leque estratégico norte-americano, que escapava do âmbito da segurança militar, o cerne das preocupações na Guerra Fria, para estender-se agora ao âmbito econômico, numa demonstração de que os norte-americanos vislumbravam extrair maiores benefícios, que não

somente a contenção ao comunismo soviético. Nesse ponto se pode inferir, que a renovação da aliança sino-americana abria outros canais que podiam beneficiar tanto norte-americanos como chineses no âmbito do comércio entre os dois Estados, o que ao julgamento dos olhos contemporâneos pode ser comprovado³⁴.

Dentre o grande volume de documentos lidos e selecionados para pesquisa, destaca-se o de número 105, do volume XVII (sobre a China), presente no acervo virtual do Departamento de Estado norte-americano, datado de fevereiro de 1971. Este documento traz uma avaliação estratégica do serviço de inteligência, que principiava com uma declaração de que seria muito temerário para o mundo se a nação mais poderosa do globo (EUA) e a mais populosa (China) permanecessem em hostilidade, indicando a possibilidade de uma reviravolta nesse relacionamento sino-americano. Assim como os chineses pareciam “culpar” os norte-americanos pelas hostilidades, no documento, a percepção dos EUA era de que o isolamento chinês fora um produto de sua própria política, sendo que em parte, esse enclausuramento chinês se deu também pela contenção de países não-comunistas na região sob a liderança norte-americana (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 105, pp. 258-259).

Um ponto que chama bastante atenção no documento é a sinalização para o oferecimento à República Popular da China de uma cadeira na ONU, como uma forma de tentar enquadrar ou “forçar” a China a participar dos acordos multilaterais que versavam sobre armas, direito ultramarinho, tráfico de drogas, petróleo, entre outros assuntos, posto que a China não fora signatária de nenhum tratado pelos quais se empenhavam as potências ocidentais. Nesse aspecto, a estratégia norte-americana parecia querer “capturar” um regime chinês livre das peias legais do Ocidente, para limitar o seu raio de ação, que longe dos tratados, era bem maior e mais amplo que as ações dos Estados que estavam vinculados à ONU. Com uma China limitada por obrigações legais multilaterais, os norte-americanos teriam um maior “controle” político, econômico e militar do Estado chinês, ao mesmo tempo que reforçariam a necessidade de transparência chinesa em suas ações.

³⁴Os dados do comércio de bens entre EUA e China seguem uma linha crescente desde a década de 60, onde se observa, segundo o Departamento de Comércio dos Estados Unidos que nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, as cifras chegaram respectivamente ao vertiginoso número, em milhões de dólares, de US\$ 91,911.1 em exportações norte-americanas para a China (2010) e US\$ 364,952.6 em importações de bens da China por parte dos EUA (2010); US\$ 103,986.5 em exportações norte-americanas para a China (2011) e US\$ 399,378.9 em importações de bens da China por parte dos EUA (2011); US\$ 110,483.6 em exportações norte-americanas para a China (2012) e US\$ 435,578.9 em importações de bens da China por parte dos EUA (2012) e US\$ 122, 016.3 em exportações norte-americanas para a China (2013) e US\$ 440, 433.5 importação de bens da China por parte dos EUA (2013). Esses Dados foram colhidos no site oficial do Departamento de Comércio dos Estados Unidos disponível em <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acessado em 01 de fevereiro de 2014.

O que talvez não tenha sido vislumbrado pelos norte-americanos, e quem sabe fosse mesmo muito difícil vaticinar na época (já que sob a liderança de Mao Tsé-tung, a China era ainda muito instável), era que a China, sobretudo no governo de Deng Xiaoping, implantaria reformas no seu sistema econômico, como a introdução das ZEE (Zonas Econômicas Especiais)³⁵, transformando o regime chinês no que se convencionou chamar de “socialismo de mercado”, parecendo difícil prever que essa China ameaçaria engolir o mundo economicamente, ameaçando até mesmo o poderio dos EUA (MARTI, 2007, pp. 8-9). Tentar trazer a China para o círculo de poder norte-americano era também confrontar e enfraquecer a URSS, o que era mais uma vantagem para os EUA no jogo da diplomacia triangular que se estabeleceu entre URSS, EUA e China nesse período. Os EUA, ao confrontar a URSS na Ásia, pareciam se utilizar da China como um “aliado” que barrava as investidas soviéticas na região, ao mesmo tempo em que buscavam colocar espécies de amarras em qualquer ímpeto chinês no campo estratégico-militar. Por outro lado, para a República Popular da China, participar novamente do Sistema Internacional via instituições como a ONU, transformou-se numa forma de reinserção política e econômica, o que em certo sentido desmitifica a idéia de que a reinserção só operou-se com a normalização das relações sino-americanas em 1979, acontecendo bem antes, sob a perspectiva abordada, no ano de 1971.

Ainda sob a égide do documento 105, comprova-se a preocupação norte-americana com o isolamento chinês e a indicação de uma necessária abertura internacional para a China como uma estratégia de cooptação. Essa repisada perspectiva é reforçada no seguinte trecho do documento:

For two decades the Government of the People's Republic of China (PRC) has been in control of nearly a quarter of mankind, yet has been outside the mainstream of international affairs. Its isolation has been partly self-imposed, a result of both its conscious policy and its abusive behavior, and partly imposed on it by the efforts of non-Communist countries under US leadership. Denied a seat in the United Nations and faced with Taipei's participation in international conferences, it has been loath to take part in any multilateral consideration of problems of global concern, such as arms control, law of the sea, offshore oil and seabed rights, airline hijacking, control of narcotics traffic, etc.—and it has generally not been invited to do so. (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 105, p. 259).

Avaliando ainda o documento de número 105 e seu riquíssimo conteúdo, verifica-se que é levantada a responsabilidade norte-americana para com o povo de Taiwan, numa eventual preocupação “moral” dos EUA com seus aliados, além é claro, dos interesses político-estratégicos, como uma questão crucial para reatamento sino-americano. Os norte-

³⁵As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) serviram como setores estratégicos, localizados em determinadas províncias, para a implementação estratégica de novas práticas econômicas na China Comunista sob o governo de Deng Xiaoping em 1979. A idéia era aplicar políticas econômicas diferenciadas e sob um sistema misto, capitalismo/socialismo, como iniciativa para acabar com a estagnação econômica da China (MARTI, 2007, p. 9).

americanos garantiam no documento que apesar da flexibilização das relações com a China comunista de Mao Tsé-tung, não abdicariam da defesa dos aliados taiwaneses, marcando que Taiwan também era uma questão importantíssima para os EUA (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 105, p. 260), assim como voltava-se à Doutrina Nixon, e percebia-se o quanto a política norte-americana na Ásia era intrincada e complexa.

Na página 262 do mesmo documento acima mencionado, os norte-americanos concebiam que o engajamento dos EUA havia gerado uma contenção do avanço comunista por parte de soviéticos e chineses na Ásia, a despeito dos custos norte-americanos. No entanto, essa presença militar norte-americana gerou uma significativa confiança dos governos aliados no que tangia à proteção contra o expansionismo chinês e ao próprio avanço do comunismo, de modo que os EUA viraram uma espécie de fiel da balança de poder no continente asiático. Por esta razão, havia uma preocupação dos aliados com o desengajamento apregoado pela Administração Nixon, pois talvez houvesse um aquecimento da tensão entre as nações asiáticas e a China, posto que muitas nações como a Tailândia, Filipinas, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Indonésia, Taiwan, Camboja, entre outras, continham minorias chinesas, observando que o próprio governo do Japão mostrava-se bastante preocupado com a nova doutrina norte-americana (IDEM, pp. 262-263).

Em outra perspectiva, os analistas norte-americanos responsáveis pelo documento afirmavam que a presença dos EUA na Ásia, gerou por via reversa, muitos conflitos com a população local e a oposição dos movimentos nacionalistas, sendo este um fator que se erigia como uma barreira para o entendimento sino-americano.

Duas observações curiosas, também são bastante importantes nesse relatório (doc. 105) de 16 de fevereiro de 1971. Primeiro que, apesar de se enxergar as tensões interestatais fomentadas pela diversidade étnica e pelas insurreições nacionalistas em que se encontravam os Estados asiáticos (e a Ásia nunca fora completamente pacificada), os norte-americanos identificavam um interesse considerável de países como Filipinas, Malásia, Cingapura e Tailândia em aproximar-se dos Estados de regime comunista como estratégia para reduzir as tensões (IDEM, p. 262); e um segundo ponto, era que os analistas norte-americanos pareciam detectar uma espécie de equilíbrio de poder (e é este o termo utilizado) que havia se estabelecido entre quatro países na Ásia: URSS, China, Japão e EUA, com uma proeminência norte-americana, o que tornava o jogo político asiático singularmente complexo. O documento afirma:

Although changes have been gradual, the interaction of the US, China, Japan and the USSR in East Asia has made each country more conscious of the complex balance of power and potential for manipulation inherent in an increasingly—but by

no means fully—quadrangular power interrelationship. The shift from alliance to confrontation in Sino-Soviet relations and the rapid emergence of Japan have altered the nature of the game (U. S. Department of States. Volume XVII, doc. 105, p. 263).

Algo que também merece destaque no longo relatório norte-americano é uma avaliação de que a relação entre chineses e soviéticos permanecia em um estado de tensão controlada, de modo que ambos os Estados buscavam evitar maiores conflitos militares, embora não estivessem dispostos a romper as hostilidades. Avaliava-se, como em outros documentos, que a aproximação chinesa havia sido alimentada em grande medida pelo combustível entornado pelas hostilidades entre a China e URSS, concebendo os norte-americanos que os chineses sabiam das dificuldades do diálogo sino-americano, não esperando portanto, resultados substanciais imediatos. Os chineses, na visão norte-americana, além de tentar se proteger, procuravam provocar os soviéticos gerando incerteza sobre a conduta dos EUA (IDEM, p. 263).

É interessante notar que a diplomacia chinesa parecia seguir um padrão milenar, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, desde as primeiras missões de Macartney³⁶, a estratégia de jogar os “bárbaros” uns contra os outros, como tática utilizada para valer-se do próprio inimigo em seu favor contra adversários mais fortes. Embora esta perspectiva histórica estivesse ausente dos registros documentais, os norte-americanos pareciam ter detectado nas atitudes chinesas esse movimento, que parecia tentar manipular os EUA contra a URSS. Além disso, algumas análises apontavam que chineses pareciam ávidos para obter tecnologia ocidental norte-americana, inclusive sob pretexto de fortalecer as defesas contra uma ameaça soviética (IDEM, pp. 263-264).

Por fim pode-se observar, no final do importante documento de número 105, uma indicação de ações norte-americanas a serem adotadas no diálogo com a China, a curto e longo prazo, chamando atenção as observações que orientavam os objetivos norte-americanos para evitar qualquer confronto direto e armado com a China, de modo a diminuir as tensões no sudeste asiático; não permitir qualquer agressão da China à vizinhos não-comunistas; fortalecer a idéia de que apesar do desengajamento, a atuação norte-americana era legítima na Ásia; fomentar cada vez mais o Estado chinês a assumir responsabilidades na comunidade internacional; normalizar o máximo possível as relações políticas e econômicas com a China

³⁶ A missão foi a primeira grande expedição britânica ao território Chinês, de 1793-1794, sob o comando de Lord George Macartney, uma tentativa do mundo ocidental, sob a liderança da coroa britânica, de abrir o continente asiático, sobretudo para fins comerciais, posto que os ingleses já se encontravam dominando a Índia. Kissinger assinala nesse sentido que o principal objetivo da missão de Macartney era estimular a fundação de embaixadas nos dois países e fomentar o acesso comercial aos portos chineses pelos comerciantes britânicos (KISSINGER, 2011, pp. 51-52).

e sobretudo, procurar um acordo pacífico ou uma resolução consensual sobre o grande problema que se tornou Taiwan (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 105, p. 265).

Um interessante memorando da equipe do Conselho de Segurança Nacional para Henry Kissinger, em 18 de março de 1971, constante do volume XVII, documento de número 109, entremostra uma avaliação estratégica para tentar trazer a China à mesa de negociação com os norte-americanos sobre o controle de armas, e que fazia parte do plano de reaproximação dos norte-americanos. No referido memorando algumas preocupações estratégicas são bastante patentes. Em primeiro lugar, orientava buscar uma declaração consensual de norte-americanos e chineses envidando esforços para renunciar a qualquer luta armada no território asiático. Essa declaração seria fundamentada em princípios contidos na Carta da ONU, numa recusa mútua de utilização de armamento nuclear pelas duas potências e garantia da independência dos Estados asiáticos, o que pavimentaria o caminho do entrelaçamento sino-americano. Essa declaração não teria um caráter de nenhum compromisso formal, mas estabeleceria um caminho a seguir para os chineses e os norte-americanos (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 109, pp. 275-276).

Em segundo lugar, o memorando intuía sobre a necessidade da instalação de uma linha direta, espécie de “linha quente” entre Washington e Pequim, assim como os norte-americanos haviam estabelecido uma linha direta com Moscou depois da Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, o que proporcionaria aos dois Estados uma ligação direta para discussão, sobretudo nos momentos de eventuais crises nesse relacionamento, sendo de grande valia estratégica para as duas nações (IDEM, p. 276).

Em terceiro lugar havia o delicado ponto, de grande interesse para os norte-americanos, que vislumbravam a necessidade de uma abertura ou transparência maior entre os EUA e a China no que tangia à informações sobre o arsenal nuclear. Para o Conselho de Segurança Nacional, os EUA sabiam muito pouco sobre o potencial bélico-nuclear da China, e era interessante aos norte-americanos se inteirar cada vez mais das potencialidades do possível “aliado” da hora, posto que essa aliança parecia ainda bastante frágil. Na verdade, parecia haver uma disposição de Washington de compartilhar informações nucleares norte-americanas que não comprometessem os EUA em troca de sigilosas informações sobre a capacidade nuclear chinesa, sobretudo do Programa de Segurança de Armas Nucleares da China. O documento orientava que o assunto deveria ser tratado com o máximo de cuidado e sensibilidade para não provocar a implosão dos esforços construtivos do reatamento sino-

americano, provocando o repúdio e a conseqüente debandada chinesa da mesa de negociação assentada no contexto da *détente*, arruinando a diplomacia do ping-pong³⁷. (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 109, p. 276).

Um quarto ponto capitulado pelos norte-americanos era tentar celebrar com a China um acordo de proibição de armas biológicas, e a quinta e última consideração do memorando de 18 de março de 1971, a capital consideração de que os EUA deveriam de algum modo persuadir os chineses a participar das negociações sobre o controle de armas, entre a Grã-Bretanha, União Soviética e os próprios norte-americanos. Os EUA já trabalhavam na construção do tratado que viria ser assinado em 26 de maio de 1972, chamado de SALT I (Tratado de Limitação de Armas Estratégicas), desde o penúltimo ano do governo de Lyndon Baines Johnson (1964-1968), sendo formalizado entre os EUA e a URSS no governo Nixon (MCMAHON, 2012, p. 146).

Para os estrategistas norte-americanos da época (1971), havia a necessidade premente de arrefecer qualquer impulso chinês no desenvolvimento de um crescimento na tecnologia de armas nucleares. Os norte-americanos pareciam querer colocar uma espécie de freio na liberdade militar chinesa, que em comparação às potências ocidentais não era limitada por nenhum tratado de contenção nuclear, nem mesmo se punha a assinar tratados ou se submeter a acordos inspirados em princípios oriundos das Nações Unidas, uma instituição fortemente influenciada pelos fundamentos liberais da democracia norte-americana, onde o peso da autoridade e influência dos EUA eram bastante significativos (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 109, p. 277).

Em um documento datado de 25 de março de 1971, contido nos arquivos do Departamento de Estado dos EUA, volume XVII e documento 110, havia uma avaliação dos estrategistas do Governo Nixon de que a Doutrina Nixon levada às últimas conseqüências poderia provocar um grande desequilíbrio na região asiática em favor dos comunistas chineses, inclusive quando se pensava na sua aplicação e seus efeitos em Taiwan. Para os

³⁷ A relação diplomática entre chineses e norte-americanos recebeu entre outros epítetos, a “diplomacia do ping-pong”, em razão do jovem tenista de mesa norte-americano, Glenn Cowan, de apenas 18 anos, ter se perdido e entrado no ônibus da equipe chinesa por engano em abril de 1971, por ocasião do 31º campeonato mundial de tênis de mesa no Japão. Nessa ocasião inusitada o desorientado atleta norte-americano foi convidado pelo jogador chinês Zhuang Tsé-tung a fazer o percurso até o estádio onde jogariam, no ônibus chinês, contrariando o protocolo chinês para não manter contato com norte-americanos. O mesa-tenista norte-americano, em retribuição ao novo amigo chinês, acabou comprando uma camiseta com a bandeira norte-americana, o que foi flagrado por jornalistas do mundo inteiro como um fato inusitado. Com a grande repercussão do assunto, logo o governo chinês estenderia o convite à delegação norte-americana para visitar a China, posto que já havia convidado várias outras equipes do mundo para visitar a China, o que acabou fazendo com que o encontro entre os dois grandes Estados no plano político fosse alcunhado pela “diplomacia do ping-pong” (BARBOSA; MAGNOLI, 2013, pp. 311-312).

estrategistas norte-americanos, as tropas dos EUA estacionadas em Taiwan desde o fim da guerra civil chinesa, forneciam segurança para os aliados e estavam localizadas num ponto geográfico estrategicamente privilegiado para o caso de uma ação necessária e rápida, diante de uma eventual agressão chinesa a qualquer nação aliada dos EUA na Ásia (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 110, p. 277).

No documento havia uma referência da preocupação considerável manifestada pelos governos das Filipinas e do próprio Japão em relação ao expansionismo chinês. Nesse ponto, pode-se notar que assim como os chineses preocupavam-se demasiadamente com a influência japonesa sobre Taiwan (o que acabou sendo incluído como um ponto importante no Comunicado de Xangai³⁸, em fevereiro de 1972, como forma de repelir qualquer novo expansionismo japonês sobre a ilha), os japoneses consideravam bastante temerário uma desocupação maciça das forças norte-americanas de Taiwan (IDEM, pp. 277-282). Observa-se que essa informação contida no documento foi corroborada por Kissinger, muitos anos mais tarde em um dos seus escritos, o que fez com que Washington trabalhasse arduamente essa questão com a diplomacia chinesa (KISSINGER, 2011, pp. 270-271).

As preocupações dos estrategistas referiam-se também sobre uma atitude contraproducente do Governo Nixon, que poderia, com a sua doutrina, levar a Ásia a um estado de instabilidade sem a força da presença norte-americana na região, o que teria um grande impacto no Sistema Internacional, enfraquecendo o poder dos EUA globalmente e desequilibrando a Ásia em desfavor dos próprios norte-americanos. Deve-se observar que essa avaliação foi seriamente considerada quando da formulação do referido Comunicado de Xangai. Em trecho do documento 110 supra-referido pode-se resumir o cerne das preocupações norte-americanas quando se afirma que:

The removal of our military presence from Taiwan would impact on other areas in East Asia where we are in the process of phasing down our military presence in accordance with the Nixon Doctrine. The requirement to relocate various units and functions from Taiwan may cause some reversal in the process of phasing down elsewhere. Yet, there are political constraints on our ability to relocate to the Philippines, Okinawa, and Japan. The combination of political sensitivities, fiscal constraints, and our overall policy of reducing our military presence in conformity with the Nixon Doctrine increasingly narrows the options available for maintaining our strategic posture in Asia. The impact on regional defensive capabilities of a US withdrawal from Taiwan would be counter to the thrust of the Nixon Doctrine which emphasizes that the defense and progress of other countries is primarily an individual responsibility, and secondarily a regional responsibility, to which US assistance and assurances are added. Japan has

³⁸ O Comunicado de Xangai, ou Declaração de Xangai, foi uma declaração conjunta formulada pelo governo dos EUA e o governo da China no fim da visita do presidente Richard Nixon à China em fevereiro de 1972. No comunicado, as duas potências explicitaram seus pontos de vista sobre a questão do Vietnã, as estratégias para manter a paz na Ásia, respeito aos princípios da não-intervenção e da independência dos governos em escolher o sistema que melhor lhe conviesse seguir. Nota do autor.

specifically expressed her concern over the continued security of Taiwan. The Philippines are also directly affected. Other nations throughout Asia could view a change in US policy regarding Taiwan with concern (U.S. Department of States, Volume XVII, doc. 110, p. 280).

3.6 – A evolução das tratativas sino-americanas durante o ano de 1971.

À medida que os dias se sucediam no ano de 1971, a reaproximação sino-americana avançava e, no documento datado de 21 de abril de 1971, constante do volume XVII e documento número 118, o *premier* chinês Chou En-lai, transmitia a Washington o sinal verde para o fim do rompimento de mais de vinte anos entre norte-americanos e chineses. A diplomacia chinesa desculpava-se pela demora na resposta ao recado norte-americano para uma retomada em nível oficial das relações sino-americanas e, concluía em uma mensagem tão sucinta quanto sóbria, de que uma definição tão importante, para os destinos do novo relacionamento entre chineses e norte-americanos, somente poderia prosperar em discussões diretas e no mais alto nível diplomático entre as duas nações. A China então, fazia um convite a um alto assessor ou secretário, ou até mesmo ao presidente norte-americano para viajar à China e iniciar as tratativas rumo a um reatamento oficial (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 118, pp. 300-301).

Não se pode deixar de salientar, na curtíssima mensagem do *premier* chinês, uma característica peculiar da diplomacia chinesa, que era não demonstrar nenhum açodamento ou ansiedade no encontro, não transparecendo qualquer fragilidade ou entremostrando ao estrangeiro qualquer fraqueza ou carência. Assim, Chou En-lai terminava o documento (118) assegurando aos norte-americanos que se o presidente dos EUA considerasse o momento inoportuno ou fora de hora, a questão descansaria adiada para um debate em uma data posterior e propícia. Por mais que os chineses desejassem o contato com os norte-americanos, parecia mais prudente demonstrar através de sua diplomacia a altivez de um Estado que pretendia estar em pé de igualdade com a nação mais poderosa do mundo.

Um documento curioso, datado de 20 de maio de 1971, ainda dentro do volume XVII e documento de número 126, quando Nixon já havia manifestado aos chineses a proposta de uma viagem secreta de Kissinger à China, via Paquistão (e os paquistaneses intermediaram comunicações fundamentais nesse período entre norte-americanos e chineses), um fato chama atenção para a preocupação norte-americana de não provocar qualquer imbróglio, embaraço ou constrangimento que embargassem as negociações para retomada das relações com os chineses. Em 20 de maio de 1971, como se disse, numa demonstração de “transparência” estratégica pouco comum entre chineses e norte-americanos, o presidente Nixon fez questão de comunicar oficialmente que os EUA estavam em adiantada negociação com os soviéticos

para concretização de um acordo para limitação de mísseis anti-balísticos, deixando claro que não era intenção norte-americana celebrar acordo algum com os soviéticos que viesse a constranger, ferir ou prejudicar de alguma forma a República Popular da China.

No final da mensagem (doc. 126), Nixon deixa explícito que o “*President Nixon wishes to emphasize that it is his policy to conclude no agreement which would be directed against the People's Republic of China*” (*U. S. Department of States, Volume I, doc. 126, p. 320*), o que mostrava a seriedade e importância com que os norte-americanos encaravam essa retomada ou essa reabertura do diálogo com os chineses, significando também, segundo alguns estrategistas, uma indicação no sentido de uma flexibilização bastante importante da diplomacia norte-americana em suas relações com o mundo comunista.

O que parece interessante também neste tópico é que os norte-americanos perceberam que Pequim não aceitaria ser tratada como um “parceiro” inferior ou com um *status* inferior à potência soviética. Tratar a China, ao menos à princípio, como um igual, parecia um afago precioso para cativar a diplomacia ativa e o espírito altaneiro dos chineses representados pela figura do grande timoneiro Mao Tsé-tung, um conhecido adepto do culto à própria personalidade, segundo sustentam Brown (2010), Chang e Halliday (2012), Spence (1995), entre outros. Os norte-americanos entenderam logo que os chineses não aceitariam ser tratados desigualmente, ou seja, recepcionados com menor respeito ou pouco apuro diplomático, em uma espécie de esforço chinês (que talvez se enquadrasse como um dos elementos da estratégia de reinserção internacional) para não se mostrar menor ou menos importante em nenhuma dimensão em comparação com a potência soviética. Em outros termos, a China não seria a parte suplicante dessa relação, tendo um histórico negativo de mais de cem anos de “humilhações” imperiais.

Em um relatório emitido à Kissinger pelo senhor Winthrop G. Brown, Secretário de Estado Assistente para o leste asiático e o pacífico, datado de 27 de maio de 1971 e sob o número 129, contido no Volume XVII do Departamento de Estado dos Estados Unidos, numa nova avaliação do Governo norte-americano, pouco mais de um mês antes da visita de Kissinger à China, a Administração Nixon ratificou o direcionamento norte-americano para resolver problemas fundamentais entre a China e os EUA, optando por um isolamento da questão de Taiwan, ponto delicado para chineses e norte-americanos. O documento assinalava também que os norte-americanos estavam prontos a implementar medidas para estímulo da normalização das relações entre Pequim e Washington, incluindo avanços nas trocas comerciais, estímulos ainda maiores para viagens entre os dois países, assim como a troca de

conhecimento tecnológico e científico (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 129, pp. 323-324). Existe nesse documento uma orientação para tratar a China como uma potência mundial, de modo a não levantar nenhuma suspeita por parte dos chineses de que os norte-americanos enxergavam a China por outro viés que não o de uma potência “igual” (IDEM, p. 325).

No referido documento, se observa ainda, que os norte-americanos já enxergavam, ao lado da estratégia chinesa de utilização da aproximação com os EUA, para se proteger da URSS, um novo direcionamento do país asiático e uma tendência a maior reabertura rumo a uma multilateralização de suas relações, buscando uma reinserção internacional, como forma de influir no jogo do poder mundial. Os norte-americanos enxergavam que havia uma tendência de arrefecimento futuro da Revolução Cultural e certo enfraquecimento do poder de um Mao Tsé-tung um tanto debilitado e à sombra da proeminente figura de Chou En-lai, o que indicava na visão norte-americana, uma linha moderada de controle que se soerguia na China, favorecendo a aproximação norte-americana.

Os norte-americanos também identificaram que o próprio discurso anti-americano chinês havia sido bastante suavizado, com menos objeções ao presidente Nixon ou referências depreciativas mais duras contra sua pessoa e seu Governo. Além disso, os norte-americanos salientavam que se procedia um aumento no contato entre oficiais do governo chinês e oficiais do governo norte-americano, assim como um fluxo interessante de congressistas e políticos norte-americanos começava a visitar a China, isso tudo somado ao relaxamento comercial que estabelecia laços entre ambas as nações, fazendo com que houvesse uma perspectiva interessante de avanço por parte dos norte-americanos e chineses em áreas distintas (IDEM, p. 329). Em um trecho deste documento assevera-se que:

—Favorable comments on US attitudes and initiatives by such leaders as Chou En-lai.

—Private remarks by Chinese officials designed to reach US officials which assess the possibility of further improvement in bilateral relations in a realistic and generally favorable light.

—Increased contact by Chinese diplomatic officials stationed abroad with Americans in official and unofficial positions.

—An alteration in the tone and content of Chinese domestic and foreign propaganda resulting in a marked diminution of anti- American themes. Personal attacks on President Nixon have already largely ceased in Peking's external media; further steps in this direction are possible.

—Admission to China of US public figures, for example, US Congressmen, with whom Chinese officials could hold responsible if unofficial discussions. —Admission of relatives of the US citizens still held in Chinese jails for visits (IDEM, p. 329).

Em outro flanco, observa-se que entre as avaliações dos estrategistas norte-americanos, o ambiente político interno tinha considerável influência, ao se formular as

diretrizes da política externa, mostrando uma permeabilidade a outros atores subnacionais. Preocupações com a opinião pública norte-americana e o reflexo sobre o projeto de reeleição de Nixon, sempre foram uma inquietação que não privilegiou democratas ou republicanos, e em um trecho da avaliação estratégica supra-citada, observa-se que os norte-americanos faziam cálculos políticos que mediam o custo-benefício de suas ações dentro do ambiente político norte-americano. Segundo o documento:

Maintaining public support for our foreign policy. Even the first, uncertain indication of a thaw between Washington and Peking has produced strongly favorable public reactions, both internationally and at home. This strengthens the credibility of our expressed desire to deal peacefully with all nations, offsetting antipathies toward the Indochina war. Thereby, it increases our ability to deal with the whole spectrum of other international issues (U.S. Department of States, doc. 129, p. 326-327).

Entre outras preocupações norte-americanas, deve-se adicionar que segundo a avaliação dos estrategistas, Taiwan seria o “nó górdio” longe de ser desatado, de modo que a orientação seria no sentido de avançar em outros pontos sensíveis, isolando e postergando ao máximo a questão de Formosa junto aos chineses. Na avaliação norte-americana essa questão perduraria ainda por um longo tempo (IDEM, p. 328).

Uma outra questão a ser ventilada no documento acima referido, e esta permaneceria como preocupação presente dos estrategistas, era novamente a saída norte-americana da Ásia e a probabilidade dessa retirada provocar conseqüências desastrosas para região. Nessa parte do documento, havia a orientação para uma ação com parcimônia e cautela na aplicação da Doutrina Nixon, refreando o ímpeto da saída norte-americana da região asiática, posto que poderia haver uma mudança no equilíbrio de poder asiático com graves conseqüências para os EUA e seus aliados. Os estrategistas da própria administração norte-americana temiam pela aplicação exagerada e atabalhoada da Doutrina de Guam, exortando para o perigo das precipitações com a retirada das tropas de Taiwan, pois ao mesmo tempo que a retirada das tropas norte-americanas poderia reacender o expansionismo chinês, fragilizava as defesas do Japão e outros aliados (IDEM, pp. 330-331).

Dentro da articulação política para o reatamento sino-americano, a Administração Nixon, como já salientado neste trabalho, procurou também reforçar os laços políticos com a China utilizando-se de uma estratégia econômica. Em um memorando de Kissinger ao presidente Nixon, datado de 03 de junho de 1971, constante do volume XVII e número 131, procurava-se solidificar essa nova relação com laços econômicos, como defendia a doutrina liberal, posto que o comércio fomentaria uma espécie de estabilidade pacífica entre as nações.

Nesse caso deve-se observar que mesmo as condutas de cunho liberal eram utilizadas com fins bastante realísticos.

Kissinger por meio do memorando, dava conhecimento a Nixon de que suas ordens rumo ao restabelecimento sino-americano haviam sido cumpridas e que as agências norte-americanas responsáveis pelo comércio já haviam implementado as mudanças exigidas pelo presidente em abril daquele mesmo ano, e que se referiam à flexibilização de vistos, transportes, cargas, abastecimento e controles ativos financeiros em relação à China (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 131, p. 334).

O que é bastante interessante no documento acima referido, é que Kissinger refere-se a um plano em três fases para o comércio entre norte-americanos e chineses, sendo que no último estágio das trocas comerciais sino-americanas, havia uma referência importante de que o governo norte-americano traçava uma meta para o comércio dos Estados (norte-americano e chinês), no intuito de superar o próprio comércio entre URSS e EUA. Embora o documento não seja explícito nesse sentido, a ação norte-americana apontava para a inferência de que esta, entre outras razões, era uma estratégia para isolar a União Soviética, restringindo ainda mais as relações econômicas soviéticas com a China (IDEM, pp. 333-334).

Uma discussão que permeia todo esse documento é saber se os norte-americanos estenderiam logo todos os itens comercializados com os soviéticos aos chineses, ou a lista chinesa seria acrescida aos poucos até igualar-se ao número de itens negociados com os soviéticos. Kissinger, no texto referido, alertava Nixon para o perigo de fragilizar a nova relação provocando nos chineses o sentimento discriminatório, pois certamente os chineses reivindicariam igualdade de tratamento. No documento há a indicação de que os chineses gozariam do privilégio do acesso aos grãos (trigos e cereais forrageiros) norte-americanos, equipamentos de terraplanagem, material ferroviário e alguns equipamentos para a defesa não referidos. Nesse ponto, havia uma breve discussão, posto que regras legais norte-americanas impediam o comércio de equipamentos de defesa para nações comunistas, de modo que Kissinger mais uma vez alertava para que os norte-americanos não causassem ressentimentos ou melindres nos chineses, com a avaliação de que se não adquirissem esses equipamentos não-permitidos dos norte-americanos, acabariam comprando de qualquer outro país (IDEM, p. 335). A conclusão permitida e ressaltada aqui é que os norte-americanos pareciam passar a investir em todos os flancos daquela relação, cercando a China por todos os lados, em busca de um alinhamento político com o Estado chinês.

No documento (memorando) de número 137, do volume XVII do arquivo do Departamento de Estado, um registro importante denuncia que os norte-americanos tentaram

explorar um eventual receio da China em travar um conflito com os soviéticos em suas fronteiras. No referido memorando, Kissinger recebia orientações de Nixon para uma visita secreta à China. Nixon orientava que três importantes questões deveriam ser levantadas na discussão com os chineses, uma delas era enfatizar a preocupação com o avanço soviético sobre o território chinês, assim como estimular o medo de uma invasão soviética à China (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc 137, p. 356). Num trecho do documento pode-se observar o exposto:

The presidente summarized by stating that in his discussions with the Chinese Dr. Kissinger should build on three fears: (1) fears of what the President might do in the event of continued stalemate in the South Vietnam war; (2) the fear of a resurgent and militaristic Japan; and (3) the fear of the Soviet threat on their flank (IDEM, p. 356).

3.7 – O restabelecimento das relações sino-americanas: Kissinger versus Chou En-lai.

No documento de número 139 do volume XVII, que registra a conversa de Kissinger com o *premier* chinês, em 09 de julho de 1971, em sua primeira visita secreta à China, observa-se uma intrincada “batalha” diplomática entre Kissinger e o *premier* Chou En-lai. Salienta-se que num primeiro momento, os norte-americanos buscaram uma base de diálogo que colocava, ao menos na retórica, a China em condições de igualdade com os EUA, com o chamamento dos chineses para participar da discussão dos assuntos que afetavam a paz no mundo, inclusive deixando patente para o governo chinês a importância da China nas questões sobre a estabilização pacífica da Ásia. Nesse sentido traz-se o seguinte trecho do diálogo onde Kissinger afirma que:

We consider that the People's Republic of China, because of its achievements, tradition, ideology, and strength, must participate on the basis of equality in all matters affecting the peace of Asia and the peace of the world. We consider it in our interest, and above all in the interest of the world, that you play your appropriate role in shaping international arrangements (U. S. Departmente of States, Volume XVII, doc. 139, p. 361).

Nesse mesmo registro, que traz um longo e delicado embate diplomático entre Kissinger e Chou En-lai rumo ao reatamento sino-americano, retoma-se a gigantesca importância, captada com frescor e fotografada pelo documento, da disputa entre dois estrategistas que conheciam com profundidade as suas realidades e a do “oponente”, e que por isso buscavam, como numa batalha que visa dominar o território inimigo, contornar os percalços e quebras que emperravam o caminho dialógico que levaria ao mínimo consenso. Nesse sentido, Kissinger e Chou En-lai travaram um brilhante combate diplomático.

Pode-se perceber que na porfia diplomática que se estabeleceu entre Kissinger e o *premier* chinês, ocorrera por parte dos EUA, uma nítida tentativa de contornar pontos delicados como a discussão sobre Taiwan, problema sério que se interpunha entre chineses e norte-americanos. Enquanto os chineses pareciam não abrir mão de uma declaração norte-americana reconhecendo que Taiwan era território legítimo de uma China única, exigindo a retirada das tropas norte-americanas da ilha taiwanesa, Kissinger tergiversava e procurava não abordar a questão nos termos chineses, como se resistisse às pressões. No referido documento (139), Kissinger passa em dado momento, a uma posição defensiva e até certo ponto servil, na tentativa de mostrar aos chineses a visão norte-americana e seus compromissos na Ásia, chegando a admitir a possibilidade de uma retirada gradual das forças norte-americanas de Taiwan (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 139, p. 367).

Observa-se também que Kissinger, quando emparedado a definir uma posição norte-americana sobre a questão de Taiwan, habilmente tenta atrelar a discussão sobre a retirada das tropas norte-americanas da ilha à necessidade de resolução do conflito vietnamita, que contava com o apóio chinês ao Vietnã do Norte, e nesse caso era o maior problema norte-americano do momento, valendo-se da estratégia de “ligação” ou *likage* nixoniana. Kissinger debate inclusive datas para que se opere uma retirada militar por etapas, no caso do território de Taiwan e uma extração definitiva e massiva da Indochina, o que no primeiro caso, se procederia em uma etapa militar de redução gradual de contingente na ilha taiwanesa, garantindo que os EUA não reconheceriam a existência política de “duas” Chinas (IDEM, pp. 375-376).

Um dos aspectos que se destacam no registro do memorando de número 139, são as tentativas de Kissinger para convencer o governo chinês de que os norte-americanos nunca conspirariam contra a China comunista de Mao Tsé-tung, e garantir ao *premier* Chou En-lai que não havia qualquer conluio entre os EUA e a União Soviética contra a China. Nesse ponto, verifica-se que a diplomacia norte-americana buscava a construção de uma “rede” de segurança que facilitaria uma espécie de cooperação com os chineses, buscando preservar poder hegemônico norte-americano na região. Nesse aspecto, Kissinger declara em fala ao *premier* chinês que:

I know you are concerned about collusion, or what you call collusion, of other countries against you. Let me say now that we will never collude with other countries against the People's Republic of China, either with our allies or with some of our opponents. Of course, you may believe that the objective consequences of our actions will bring about collusion, no matter what we say But we will consciously strive to avoid this. It is the conviction of President Nixon that a strong and developing People's Republic of China poses no threat to any essential US interest.

It is no accident that our two countries have had such a long history of friendship (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 139, p. 363).

Não se pode deixar de salientar nesse ponto, que ao se analisar o conteúdo do documento detalhadamente, percebe-se que o discurso kissingeriano para o *premier* chinês contrastava com a real preocupação norte-americana com o expansionismo chinês na região asiática, e que podia se verificar em outras avaliações dos estrategistas norte-americanos, inclusive em documentos aqui ventilados.

Nesse sentido o discurso de Kissinger não correspondia às reais preocupações dos estrategistas norte-americanos com o avanço do comunismo chinês e essa parecia uma contradição patente que revelava muita dose de realismo nas ações do Governo Nixon. Apesar de não haver complô dos EUA e URSS contra a China, o pragmatismo nixoniano nunca descartou nenhuma possibilidade de acerto ou conchavo político que favorecesse os norte-americanos, e a preocupação norte-americana com a China marcava claramente muitas linhas de relatórios da inteligência, ao contrário do que Kissinger afirmava ao seu interlocutor chinês. A própria afirmação de que Nixon não lidava com o comunismo em “abstrato”, mas com Estados comunistas com base em ações específicas que tivessem relação com os EUA, mostrava certas incongruências entre a retórica e a realidade das ações norte-americanas na contenção do comunismo, como verificamos no seguinte trecho do diálogo em que Kissinger faz a observação que segue:

In 1954, Secretary Dulles believed that it was America's mission to fight communism all around the world and for the US to be the principal force, to engage itself in every struggle at every point of the world at any point of time. President Nixon operates on a different philosophy. We do not deal with communism in the abstract, but with specific communist states on the basis of their specific actions toward us, and not as an abstract crusade (IDEM, p. 377).

Mais um aspecto que se soma à análise do conteúdo específico desse documento, na tentativa de entender os passos do reatamento pelo ângulo diplomático-estratégico dos especialistas do Governo dos EUA, é que diferentemente do que algumas vezes foi apontado na literatura, como uma espécie de exasperação chinesa em reaproximar-se dos EUA, devido à exclusiva ameaça de um conflito com a URSS, o *premier* chinês, ao menos no plano da retórica, não aponta em nenhum momento do diálogo registrado no documento de número 139, de 38 longas páginas, preocupação clara com a URSS, só o fazendo, muito tangencialmente num pequeno trecho da página 403 do documento de número 140, dentre um conteúdo de vastas 35 páginas. Nesse ponto o *premier* chinês coloca a questão da invasão soviética por ocasião de uma discussão sobre uma possível retomada do expansionismo japonês, assinalando que:

I would like to tell you today in a more forthright manner, because if we are going to dig air raid shelters, we must think about the consequences. You like to talk about philosophy. The worst would be that China would be carved up once again. You could unite, with the USSR occupying all areas north of the Yellow River, and you occupying all the areas south of the Yangtse River, and the eastern section between these two rivers could be left to Japan (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 140, p. 403).

O próprio Kissinger, no documento de número 150, constante do volume XVII do Departamento de Estado, numa mensagem ao *premier* chinês sobre os acertos da viagem de Nixon à China, declara literalmente que ao menos sob o enfoque das conversas com Chou En-lai em junho de 1971, o *premier* não parecia dar importância à ameaça de invasão soviética (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 150, p. 464) e parecia muito mais preocupado com a possibilidade de um conflito entre a Índia e o Paquistão. O que é sintomático nesse caso e, pode-se inferir para duas interpretações nesse caso, é que os chineses podem ter preestabelecido uma estratégia de não se mostrar aparentemente vulneráveis diante de um problema grave que ameaçava sua soberania (o que é bastante crível), ou que houve um exagero por parte das análises empreendidas pelos historiadores e teóricos que vislumbraram o reatamento sino-americano centrado nas preocupações chinesas em uma invasão soviética no fim da década de 60. A relativa ausência dessa discussão por parte do *premier* Chou En-lai, é uma lacuna ou uma espécie de ausência, que pode abrir espaço para mais discussão sobre a questão num futuro trabalho.

3.8 - O reatamento sino-americano e as divergências internas dos estrategistas norte-americanos.

Parte da realidade captada e traduzida pelos documentos, e o documento de número 154 é um exemplo disso, é que em muitas oportunidades pôde-se verificar divergências dentro da equipe de governo norte-americana, sobretudo entre Kissinger e assessores ou secretários de governo que temiam ou se entusiasmavam bem menos com a reaproximação da China comunista de Mao Tsé-tung (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 154, pp. 474-475). Divergências entre o secretário de defesa Mel Laird e Kissinger no referido documento, são confirmadas pela literatura durante o período de Kissinger no Governo Nixon. Nesse aspecto, Dallek (2009) traz elementos que corroboram com os documentos, defendendo que havia severas divergências entre assessores, estrategistas, secretários e políticos que circundavam o Governo do presidente Nixon, relatando até mesmo os momentos de grande tensão entre o presidente Nixon e seu mais graduado assessor (Henry Kissinger), sendo sugerido certa feita, pelo próprio presidente Nixon, que Kissinger fizesse terapia. (DALLEK, 2009, p. 353).

Outro exemplo das muitas rugas dentro do Governo Nixon é trazida por Dallek no livro em que descreve os anos de Nixon na Casa Branca. Ele refere-se em um dado momento sobre as divergências entre Kissinger e Harry Haldeman (chefe de gabinete do governo Nixon), argumentando que:

Para vencer a eleição, Nixon acreditava que deveria eliminar o confronto burocrático que tinha produzido vazamentos e prejudicado sua imagem de comando total da política externa, mas ele não estava certo se conseguiria controlar Kissinger. No dia 13 de janeiro, ele disse a Haldeman que “talvez tenhamos de comprar essa briga e nos livrar dele. Entretanto, se não conseguirmos, ele ficará no comando durante a campanha [...] Nixon e Haldeman concordavam que tanto Kissinger quanto Rogers eram muito problemáticos, mas o primeiro era mais importante para o governo do que o segundo. Até o momento, eles não tinham o que fazer além de “descobrir uma forma de continuar a conviver um com o outro”. Se conseguissem “disfarçar” o conflito ou “conviver com ele até o término da eleição”, eles poderiam se livrar de Rogers depois (DALLEK, 2009, p. 357).

As incompatibilidades entre os secretários e assessores (como acima narrado por Dallek entre o Secretário de Estado William P. Rogers e Henry Kissinger) eram reais e muitas das porfias aparecem nos documentos, ainda que cimentadas pelo verniz elegante da linguagem. Muitas das divergências aparecem nos documentos pelos epítetos de “preocupações estratégicas”, como sinais de desacordo aos planos arquitetados por Kissinger. Pode-se notar ainda que existia uma significativa influência da política interna nos assuntos externos, e isso refutava na prática, um dogma realista que distinguia com severa ortodoxia assuntos nacionais dos temas internacionais.

Observa-se nesse ponto que, apesar de orientações políticas por vezes conflitantes, entre os próprios assessores do Governo Nixon, a estratégia de reabertura para a China não foi afetada, tendo a condução de Kissinger atingido êxito em sua implementação.

3.9 – Suspeitas de invasão soviética da China; a segunda visita de Kissinger à China; o equilíbrio norte-americano entre a China e Taiwan e a inclusão da China comunista na ONU.

Sob outro foco, à medida que as negociações evoluíam para o reatamento sino-americano, muitos documentos, como o de número 155, constante no volume XVII do Departamento de Estado (um memorando do assessor de segurança Henry Kissinger para Nixon), além de especular datas para a oportuna visita de Nixon à China, trazia a perspectiva de que a URSS, percebendo o movimento norte-americano, procurava ainda mais facilitar o diálogo com os EUA, no intuito de compensar o perigo estratégico de uma aliança entre chineses e norte-americanos. Nesse sentido o documento declarava que:

I suggested that the Soviet Union's strategy was to outmaneuver the Chinese, seeming to come closer to us because they could offer more than the Chinese. I said that we understood this strategy, and would not let it affect our new policy toward the PRC. I added that you would discuss our Soviet relations when you were in Peking and that we would be meticulous in keeping the Chinese informed of subjects which concerned them (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 155, p. 477).

Um memorando (documento 157) bastante curioso de Kissinger para o presidente Nixon, datado de 22 de setembro de 1971 e constante do volume XVII (sobre a China), próximo a mais uma viagem de Kissinger à China para acertar os detalhes da visita de Nixon em fevereiro de 1972, entremostra o quanto fora acidentado o caminho do reatamento e quão frágeis poderiam tornar-se as análises diante de situações imponderáveis. A Casa Branca suspeitou de uma iminente invasão da URSS na fronteira nordeste da China, devido a intensas movimentações soviéticas na região, assim como o cancelamento de desfiles cívicos na China, o que acabou gerando relatórios como o documento de número 157, em que Kissinger informa ao presidente, de forma um tanto atabalhoada, as inúmeras possibilidades para o que estaria acontecendo na China e a preocupação de ver seus esforços de reaproximação fracassarem completamente. Observa-se que os estrategistas e assessores especializados como Kissinger, em situações como essa, apesar de todo aparato de informações e planos estratégicos, numa condição que aparentemente se mostrava real, encontraram-se paralisados para a ação (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 157, pp. 483-484).

No referido memorando Kissinger coloca ao presidente Nixon, em uma espécie de “pânico” diplomático digamos assim, que os norte-americanos poderiam estar diante de uma guerra sino-soviética devido às movimentações militares e ao cancelamento de cerimônias cívicas chinesas sem qualquer explicação, o que na realidade não passou de suspeita norte-americana, e que não havia nenhuma “guerra” iniciada entre a URSS e a China de Mao Tsé-tung.

Trechos relatados e colhidos no supra-referido documento, merecem a consideração de que por mais “seguras” que pudessem se tornar as relações entre nações como os EUA e a China, estar-se-ia não raras vezes, apenas no plano cinzento da retórica, posto que na prática se trabalhava com todos os tipos de cenários e possibilidades (apóio à China, apoio aos soviéticos, neutralidade, etc.) e, os “compromissos” estariam sujeitos à direção dos ventos que favorecessem os interesses nacionais norte-americanos. Ao contrário do que apregoava Kissinger ao *premier* chinês, em suas reuniões na tentativa de formar uma rede de segurança para o diálogo cooperativo dos dois Estados, o que predominaria em situações críticas, pareciam ser os interesses estratégicos norte-americanos em detrimento de qualquer lealdade

a um aliado, posto que na raiz da possível “cooperação” haveria sempre um egoísmo de fundo, um egoísmo nada altruístico.

No documento de número 164, constante do volume XVII, um relatório que Kissinger envia ao presidente Nixon, após a segunda visita do assessor em outubro de 1971 à China, os relatos de Kissinger chamam a atenção por dois aspectos e marcam incessante tenacidade de Kissinger para conciliar interesses sino-americanos com o *premier* Chou En-lai. Em primeiro lugar Kissinger passa a discutir de forma mais incisiva a questão de Taiwan e a formulação de uma resolução para o problema junto com os chineses. A outra questão é a percepção chinesa, na fala do *premier* Chou En-lai, do que parecia pensar sobre a União Soviética naquele momento. Kissinger assinala nesse documento que a China queria o reconhecimento por parte da URSS da desigualdade dos tratados realizados no passado entre os dois Estados (China e URSS), assim preocupava-se em recuperar da potência soviética territórios legítimos extirpados da China. Nesse sentido Kissinger assevera que:

PRC wanted to regain all territories lost by China in the 19th century. What the PRC wanted was (a) an acceptance by the USSR that the treaties had in fact been unequal, and (b) a delineation of the border in minor aspects such as putting the demarcation line into the middle of rivers instead of on the Chinese side as the Soviets claim. Also, he said, the Soviets had pushed troops into all disputed territories—this was unacceptable (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 164, p.553).

No documento de número 165, do mesmo volume sobre a China, encontramos um memorando de Kissinger para Nixon, relatando os longos dias em que a diplomacia norte-americana, ainda por ocasião da visita de Kissinger em outubro de 1971, debateu arduamente com os chineses uma declaração conjunta do presidente Nixon e do líder chinês Mao Tsé-tung para uma possível visita do presidente norte-americano à China. Kissinger assinala que empreendeu uma difícil batalha em outubro de 1971, de modo que a declaração ao fim da viagem de Nixon em 1972, anunciasse o degelo das relações sino-americanas e ao mesmo tempo não constrangessem ambos os Estados com posições ideológicas mais agressivas ou inconciliáveis no campo político (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 165, pp. 564-565). E nesse caso o grande entrave foi a redação que tratava da posição dos dois Estados sobre Taiwan. A questão é confirmada por Dallek (2009) quando declara que:

O principal desafio de Kissinger e Chou era elaborar um comunicado para o final da visita de Nixon [...] Durante uma sessão quase ininterrupta de 24 horas, os dois lados formularam um texto que silenciava o problema de Taiwan, a principal diferença entre eles. Kissinger propôs uma idéia brilhante que impressionou Chou. Ele explicou que havia adaptado uma “fórmula ambígua” de um documento do Departamento de Estado escrito nos anos 1950. “Os Estados Unidos reconhecem que para os chineses em ambos os lados do estreito de Taiwan só há uma China. O

governo dos Estados Unidos não questiona essa posição” (DALLEK, 2009, pp. 333-334).

Cumpra observar nesse ponto salientado por Dallek, que o referido memorando do documento 165, em suas páginas finais, traz o que viria tornar-se a Declaração de Xangai, em fevereiro de 1972, quando da visita de Nixon à China, ressaltando que a declaração conjunta do governo norte-americano e do governo chinês já estava significativamente arquitetada sob o aval de Mao e Nixon em outubro de 1971, ou seja, mais ou menos três meses antes da visita oficial do presidente. (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 165, pp. 566-569).

No documento de número 169, observa-se que o governo Nixon tentou durante todo o tempo de suas negociações com a China comunista, manter os compromissos com o aliado de Taiwan, embora nas declarações de Kissinger ao *premier* chinês houvesse uma inclinação norte-americana de uma revisão para pior das relações entre EUA e Taiwan. Enquanto Kissinger parecia corroborar com os comunistas chineses, no plano da retórica, com o reconhecimento de uma única China, tentava-se no plano prático ou no plano das ações, se equilibrar entre o novo “parceiro” chinês e o antigo aliado de Taiwan. Uma das evidências que apontam para uma postura dupla ou de um discurso por vezes divorciado da prática, foi a tentativa norte-americana de alavancar um assento na ONU para a China de Mao Tsé-tung e ao mesmo tempo fazer com que Taiwan permanecesse como membro da Assembléia Geral da ONU. Esse propósito fica bastante evidente no memorando de número 169 acima referido, em que consta da reunião entre Kissinger e o embaixador dos EUA em Taiwan, James Shen, onde ambos lamentam uma antecipação da votação da concessão de uma cadeira na ONU à China e a expulsão de Taiwan, quando Kissinger ainda se encontrava na China, em sua visita no fim de outubro para os preparativos para a visita do presidente Nixon (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 169, pp. 578-579).

O que o supra-referido documento revela é que havia uma estratégia norte-americana em minimizar o impacto da reinserção da China de Mao Tsé-tung na ONU em relação ao aliado norte-americano (Taiwan), fazendo Taiwan permanecer na Assembléia Geral. O documento relata uma terrível divergência entre as nações votantes, como mudanças de voto de última hora, e declarações de um realismo acentuado, quando Kissinger reclama do plano mal traçado pelos estrategistas que acreditavam que tinham o número suficiente de votos para manter Taiwan na ONU. Nesses relatos encontram-se inclusive, abertas referências às nações que haviam sido “compradas” para votar a favor dos interesses dos EUA e lamentações pela falha de avaliação em não subornar Estados “insignificantes” como Guiana e Botsuana, que

votaram contra a resolução norte-americana (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 169, pp. 578-579, pp. 580-581). Nesse sentido é interessante citar um trecho que confirma a decepção norte-americana e o realismo das avaliações de Kissinger:

Mr. Kissinger informed the Foreign Minister that the President had done a lot on the ROC 's behalf. We had switched the Israeli vote, where people had said there was no hope. The President had also called Morocco and Mexico and others on the telephone and had written about ten letters. He himself had made about three or four phone calls. Mr. Kissinger added that he personally had gotten in touch with Prime Minister Heath, and had said that we understood the UK couldn't work with us, but also should not work against us.

Again recalling the voting pattern, Mr. Kissinger recalled that Uganda, which had a Communist friend on its border, Tanzania, had voted against us. Why was this? Foreign Minister Chow mentioned that the other side had worked 'round the clock and had wined and dined delegates; some had just simply been bought. Mr. Kissinger commented that two could play at that game (IDEM, p.583).

Ultrapassado o embróglio que envolveu a “derrota” norte-americana na ONU em manter o assento de Taiwan, em um documento (171) datado de 12 de novembro de 1971, que se encontra no Volume XVII do Departamento de Estado dos Estados Unidos, os norte-americanos iniciam estudos dentro do departamento de defesa para lidar com a China dentro das Nações Unidas. No referido documento de número 171, há uma orientação de Kissinger para que se estudasse e identificasse em que negociações a China poderia trazer problemas aos EUA, como nas questões sobre desarmamento, comércio, meio ambiente, direito marítimo, e para que se montassem as estratégias viáveis ou ações alternativas para que a China trabalhasse em consonância com os norte-americanos, tentando ao mesmo tempo neutralizar ações hostis aos norte-americanos e cooptar seu apóio na ONU (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 171, pp. 587-588). Os norte-americanos pareciam dar início a um longo processo em que se procuraria fazer a China negociar soluções comuns para temas imprescindíveis para os próprios EUA. É interessante ressaltar que nesse aspecto, o documento datado de 3 de dezembro de 1971 (doc. 175), constante no Volume XVII, traz uma avaliação detalhada do Conselho de Segurança Nacional do Governo Nixon que acabou vaticinando com muita precisão, os passos chineses ao longo da década de 70.

No documento 175 acima referido, pode-se verificar que os norte-americanos traçaram os prováveis caminhos pelos quais a China caminharia como membro legítimo da ONU. Na avaliação do Governo Nixon, a China continuaria, a médio prazo, afinada com o discurso terceiro-mundista, buscando liderar países os países não alinhados ao eixo hegemônico de Washington, assim como permaneceria no discurso chinês na ONU, certa “agressividade” anti-hegemônica contra a dominação norte-americana. Para os norte-americanos essa aversão

chinesa perduraria apenas no início, de modo que logo que a China se destacasse um pouco mais como uma possível “potência”, sua ideologia cederia mais lugar ao pragmatismo natural dos grandes Estados do Ocidente, abrandando o movimento em prol dos países do terceiro mundo (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 175, p. 604).

Em outra parte do documento havia uma previsão de que a China somente mudaria de rumo sob uma grande mudança em sua liderança, o que em parte aconteceu com a assunção de Deng Xiaoping no fim da década de 70, e essa era mais uma previsão acertada. Na avaliação contida no documento, a China continuaria a perseguir o isolamento de Taiwan, forçando sua exclusão de organismos internacionais, assim como tentando sufocar qualquer movimento de independência da ilha, agora também pela via institucional da ONU, além de reforçar via resolução uma desocupação norte-americana de Formosa (IDEM, pp. 604-605).

Destaca-se no documento a previsão de uma postura chinesa claramente hostil ao Japão, EUA e União Soviética, no que tange à convergências em temas econômicos, de desenvolvimento e armamentos, havendo ainda a percepção de que a China não perderia a oportunidade de causar constrangimentos e enterrar diálogos que beneficiassem os norte-americanos, ao menos a médio prazo. A percepção norte-americana era de que com o tempo a China multilateralizaria suas relações, flexibilizando-se no sentido de uma maior assertividade que a inclinaria para mais acordos e aceitação de tratados entre os seus iguais (IDEM, p. 606). Nesse sentido destaca-se o seguinte trecho:

Yet in the long run, to succeed in the leadership role it seems to be intent on asserting, Peking will have to demonstrate that multilateral diplomacy can, with PRC participation, produce results and reach agreements more satisfactory to the Afro-Asian states than those reached prior to PRC entry into the UN. Therefore, although we anticipate that PRC statements will continue to reflect a sharp tone whenever there is a tempting ideological target, the need to achieve results should eventually force the PRC to adopt more pragmatic bargaining positions and become more willing to reach compromise settlements, especially when such settlements are acceptable to the Third World (IDEM, p.606).

A avaliação norte-americana apontava ainda, entre outras perspectivas, que embora a China e EUA não caminhassem rumo a nenhum holocausto nuclear naquele momento, a “rivalidade” militar que não transparecia no ambiente institucional, ainda teimava em revelar-se como uma oposição em termos realistas, quando se buscava maximizar poder no uso do “adversário/amigo” chinês para fins políticos de interesse dos EUA. Note-se que no documento aponta-se para a utilização do “fator chinês” para pressionar a União Soviética em acordos, sobretudo sobre desarmamento e arsenal nuclear, entremostrando a eterna preocupação norte-americana com o comunismo soviético numa prodigalidade de discursos arrefecidos ideologicamente por parte dos norte-americanos (e lembre-se que estamos sob o

influxo da *détente*), porém fartos de ações que denunciavam dissimulações realistas. É imprescindível salientar que os documentos confirmam que:

Peking's participation in the UN offers some potential opportunities to further US policy objectives. While at first Peking is likely to crowd the Soviets toward more radical positions, the PRC may also in some cases tend to push the Soviets closer to positions taken by other major powers. For example, if Peking should endorse the more radical Arab positions on the issue of a Middle Eastern settlement the Soviets may find it advisable to work for more realistic solutions in keeping with the mainstream of Arab policy.

In the field of arms control, even though its initial contribution is likely to be largely propagandistic, the participation of the PRC could lead to its engagement in mutually advantageous arrangements, for instance on non-proliferation. Peking's participation also creates at least a theoretical possibility for reexamining the original UN concept for peacekeeping, centered on the role of the Military Staff Committee. While it will take time to establish Peking's interest in formal peacekeeping measures, we may find it useful ultimately to explore the feasibility of revitalizing the UN Charter's original peacekeeping concept (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 175, p.606).

No documento de número 181, datado de primeiro de janeiro de 1972 e que consta do Volume XVII dos documentos do Departamento de Estado, numa mensagem do presidente Nixon ao general Chiang Kai-shek, pode-se averiguar mais uma vez a tentativa norte-americana de se equilibrar entre a China Comunista e Taiwan. No final do ano de 1971, as preocupações taiwanesas aumentaram bastante com a reaproximação norte-americana da China de Mao Tsé-tung, sobretudo no que tangia à questão da manutenção da assistência militar norte-americana à ilha de Formosa (que já havia perdido o assento na ONU), assim como a posição norte-americana quanto ao movimento de independência de Taiwan. No referido documento (181) Nixon manda uma mensagem ao líder taiwanês afirmando que os norte-americanos não comprometeriam o auxílio de aliados políticos como Taiwan na região asiática. Num trecho do documento Nixon assegura que:

You may be absolutely certain, Mr. President, that in taking steps toward the goal of a peaceful Asia, the United States will not overlook the interest of its allies and friends nor seek any accommodations at their expense. I have very much in mind the interests of your government. We intend to honor all of our treaty commitments, including that with the Republic of China. As I said in assuming office, and have frequently repeated since, the United States has no intention of disengaging from Asia (U. S. Department of States, Volume XVII, doc. 181, p.635).

Essa postura, comprovada pelo documento supra, ratificava mais uma vez o jogo de duplicidade entoado como cantilena pela política externa dos Estados Unidos, que se equilibrava entre a China e Taiwan, postergando ao máximo rupturas, esticando o quanto podia o laço de alianças estratégicas dos dois lados conflitantes.

3.10 – A visita de Nixon à China e a Declaração de Xangai.

No documento de número 193, datado de 19 de fevereiro de 1972, pertencentes ao Volume XVII dos documentos do Departamento de Estado, Kissinger, em um tom professoral, repassa para Nixon um perfil completo dos grandes interlocutores do presidente norte-americano na China, Mao Tsé-tung e Chou En-lai. O memorando de orientação para Nixon é escrito com uma riqueza de detalhes que impressiona, como também chama a atenção para o grande conhecimento adquirido por Kissinger sobre os estratagemas chineses e o perfil das duas figuras centrais que dominavam a cena política na China. Nesse documento, produzido às vésperas da viagem de Nixon à China rumo ao reatamento, destacam-se as orientações de que Nixon não deveria confrontar quando confrontado mais duramente, mas deveria ser firme sem arrogância, na defesa de pontos cruciais para os interesses norte-americanos, buscando sempre que possível uma abordagem alternativa às visões chinesas (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 193, pp. 675-676).

Outro ponto que chama mais fortemente a atenção no referido documento de seis páginas, é a conclusão de Kissinger para Nixon, de que apesar do discurso ideológico chinês, eles eram extremamente pragmáticos, agindo em bases realistas, exatamente como os norte-americanos.

Pode-se observar ainda nas orientações de Kissinger para o presidente Nixon, constantes no documento (193), que apesar de estarem em lados opostos, divergentes que eram em tantos assuntos de política internacional e sobre as estratégias para a região asiática, norte-americanos e chineses puderam desnudar-se da retórica, em momentos privados de negociação, para tratarem de assuntos de interesses comuns em termos puramente realistas. Nesse aspecto Kissinger instruía Nixon e argumentava no memorando que:

In sum, these people are both fanatic and pragmatic. They are tough ideologues who totally disagree with us on where the world is going, or should be going. At the same time, they are hard realists [...] They take a very principled approach, but within that framework they are willing to be realistic. This reflects the tension between their sense of history and their imperative for movement (IDEM, p.676).

O documento de número 194, datado do dia 21 de fevereiro de 1972, constante no Volume XVII, traz o primeiro diálogo histórico entre o presidente norte-americano Richard Nixon e o presidente da China Comunista, Mao Tsé-tung. Participaram dessa primeira reunião o assessor para assuntos de segurança nacional Henry Kissinger, o *premeir* chinês Chou En-lai e Winston Lord representando (na ocasião) o Conselho Nacional de Segurança dos EUA. Ao investigarmos o conteúdo do encontro oficial entre norte-americanos e chineses depois de um afastamento de mais de 20 anos, pode-se notar uma aproximação ainda bastante tímida

dos dois presidentes, em que Mao Tsé-tung evita claramente questões delicadas sugeridas com mais ousadia pelo presidente Nixon, como os temas da Coréia, Vietnã e Taiwan. Mao declara em certo momento que preferia tratar de questões filosóficas, deixando os outros assuntos para o *premier* chinês (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 194, p. 679). Destaca-se ainda no documento, a repisada fala de Nixon para o líder chinês de um momento inigualável na história do mundo, em que a China e os EUA, a despeito das divergências, davam os primeiros passos no sentido somar esforços para estabilizar os conflitos mundiais, fazendo sempre referência ao cuidado que teriam de ter com a URSS.

No encontro que marcaria a reabertura da aproximação sino-americana no início da década de 70, algumas declarações de Mao Tsé-tung para Nixon merecem destaque. Percebe-se ao longo da conversa que Mao pede de forma recorrente a opinião do “doutor” Kissinger, e não se pode aferir com precisão se havia a tentativa de causar algum constrangimento para Nixon nesse sentido. Porém o que se pode destacar de mais importante, é que Mao declara que torceu pela vitória de Nixon e que gostava dos direitistas, inclusive era simpático aos republicanos norte-americanos, já que os esquerdistas chineses e norte-americanos estavam se opondo àquele encontro (IDEM, p. 680). Nesse ponto também parece temerário afirmar as pretensões de Mao com tais assertivas. Podia representar uma tentativa tanto de cativar os norte-americanos no plano da retórica, demonstrando boa vontade para o diálogo, como também podia representar uma estratégia maior para criticar setores da esquerda norte-americana que se opunha a uma aproximação com a China. O que não havia dúvida é que Mao aproveitou a deixa para acusar os “revisionistas” chineses que se opunham ao seu regime e ao encontro histórico entre chineses e norte-americanos. Assim pode-se verificar no seguinte trecho do referido documento:

Dr. Kissinger : There is another point, Mr. President. Those on the left are pro-Soviet and would not encourage a move toward the People's Republic, and in fact criticize you on those grounds.

Chairman Mao : Exactly that. Some are opposing you. In our country also there is a reactionary group which is opposed to our contact with you [...] (IDEM, p. 680).

No documento de número 196, que consta no Volume XVII do Departamento de Estado dos Estados Unidos, datado de 26 de fevereiro de 1972, no memorando que registra o segundo dia de negociações diplomáticas entre chineses e norte-americanos, muitas questões tratadas por Nixon com o *premier* chinês Chou En-lai, reproduzem os temas já exaustivamente tratados aqui, no entanto, parece relevante destacar sobre esse documento que: Nixon revelou-se um hábil negociador e demonstrava um domínio dos assuntos que

impressionava os próprios negociadores chineses, sendo essa observação apenas um apêndice de cunho pessoal sobre a diplomacia de Nixon. Um outro ponto bastante marcante das conversas sino-americanas presentes nesse documento, é uma forte teia montada pelo argumento nixoniano para justificar a não-retirada abrupta e completa das tropas norte-americanas da Ásia.

Nixon esquadrinha para Chou En-lai uma rede “perigosa” que poderia ser lançada sobre a China com a saída dos EUA da região, e com isso parecia buscar argumentos para fortalecer a tese norte-americana para a não-retirada completa das tropas norte-americanas de Taiwan, questão que perpassava todos os debates que envolviam a normalização das relações sino-americanas. Nixon passa por argumentos que se referem à ameaça japonesa à China com uma possível retirada de todas as tropas norte-americanas do Japão e de Taiwan, aventando a possibilidade inclusive, de uma aliança soviético-nipônica contra a China (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 196, p. 697). Esse mesmo documento também se refere detalhadamente sobre o perigo de um conflito sino-indiano, com a não-interferência dos EUA afastando a influência soviética, também perigosa nas fronteiras chinesas.

No referido documento (196), o discurso nixoniano buscava insistir numa necessidade da presença norte-americana para o bem da China, ainda que ele, Nixon, “concordasse” no plano da retórica com os chineses, no argumento de que todas as nações deveriam deliberar absolutas sobre o seu futuro político, sem intervenção estrangeira alguma. Para comprovar o que se relata, destaca-se o seguinte trecho da conversa entre o presidente Nixon e o *premier* Chou En-lai, em que Nixon argumentava que:

India is no threat to China, but India supported by the Soviet Union is a very present threat to China because China's ability to move, to deal with respect to India and to take military action would be seriously in question if the Soviet Union, its northern neighbor, was supporting India [...] Let me use one other example to bear out my argument that a US presence in Asia is in the interest of not just the US but in the interest of China [...] The US can get out of Japanese waters, but others will fish there. And both China and the US have had very difficult experiences with Japanese militarism. We hope that the situation is changed permanently away from the militarism that has characterized Japanese government in the past. On the other hand, we cannot guarantee it and consequently we feel that if the US were to leave Japan naked, one of two things would happen, both of them bad for China. The Japanese, with their enormously productive economy, their great natural drive and their memories of the war they lost, could well turn toward building their own defenses in the event that the US guarantee were removed (IDEM, pp. 697-698).

O que os documentos revelam, e nunca é demais assinalar, é que nas negociações com os norte-americanos, Mao Tsé-tung passou ao largo das discussões mais difíceis e emblemáticas do histórico encontro, e não esteve à frente das grandes batalhas diplomáticas

na visita de Nixon à China. Coloca-se tal observação, não por não se reconhecer que o líder chinês havia sido o construtor maior do regime chinês e orientador supremo da política chinesa, mas pelo singular papel executado pelo seu *premier* Chou En-lai, que de forma direta, esteve à frente das negociações com os diplomatas, ministros e estrategistas da comitiva de Nixon, assim como com o próprio presidente norte-americano.

O que se pode ventilar aqui sobre a “ausência” de Mao, é que fosse por motivos de saúde, ou por razões estratégicas, o líder supremo do regime chinês, em muitos sentidos, manteve-se “afastado” das mais delicadas discussões entre norte-americanos e chineses, continuando a exercer um certo mimetismo régio aos olhares dos norte-americanos e do mundo. Com sua postura de embotamento, Mao parecia não se comprometer internamente, com o movimento da “eterna” revolução cultural (assim como com uma ala mais conservadora do partido) e parecia demonstrar para os norte-americanos uma superioridade que o colocava acima de qualquer questão.

Durante a visita de Nixon à China, muitos documentos como os de número 198, 199, 200 e 201, do volume XVII (sobre a China) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, relatam entre outras discussões pontuais, a preocupação da comitiva norte-americana junto aos negociadores chineses no conteúdo do comunicado que declararia ao mundo a reabertura dos canais de diálogo entre os EUA e a China, e que consta no documento de número 203 do Departamento de Estado norte-americano.

Apesar das grandes linhas mestras do documento (203) terem sido elaboradas desde outubro de 1971, quando Kissinger visitou a China pela segunda vez, durante o período que Nixon esteve na China, houve grande preocupação estratégica com o potencial e uma possível repercussão negativa das declarações norte-americanas e chinesas, tendo em vista o contexto estratégico conflituoso na região asiática, assim como os efeitos para o resto do mundo. Não se pode olvidar que os norte-americanos tinham aliados estratégicos e mantinham contingente militar em países que se opunham à China, como Coreia do Sul, Japão, Vietnã do Sul, Filipinas, e dentre outros, a ilha de Taiwan. Nesse ponto pode-se verificar que o Comunicado de Xangai, datado de 27 de fevereiro de 1972 e contido no referido documento de número 203, anunciava para o mundo, não uma convergência ideológica entre as duas nações, o que seria mesmo impensável, mas uma solução engenhosa para uma declaração conjunta das duas nações. A Declaração de Xangai marcava a posição política divergente de cada nação, enfatizando a não-beligerância, mas não apenas isso, salientava também pontos de aparente concordância que abririam um caminho de um diálogo contínuo no relacionamento sino-americano a partir daquele momento.

O documento de número 203, que encerra as declarações do Comunicado de Xangai, trazia a reafirmação da posição norte-americana em manter apóio à aliados como o Japão e a Coréia do Sul, reafirmando o incentivo à promoção da liberdade, democracia e paz na Ásia e no mundo (Departamento de Estado dos Estados Unidos, Volume XVII, doc. 203, p. 813); a China por sua vez declarava que apoiava as revoluções contra a opressão das grandes nações, condenava a intervenção estrangeira nos assuntos alheios de outras nações, se opunha à busca pela hegemonia e domínio de grandes regiões do globo pelas grandes potências, apoiava a igualdade das nações, a liberdade de escolha de todos os povos em definir seu sistema político, apóio aos seus aliados como o Vietnã do Norte e a Coréia do Norte, assim como apregoava a retirada de tropas estrangeiras dos países da região asiática (IDEM, pp. 813-814).

Deve-se observar que no trecho supra-citado da declaração, muitos interesses não foram conciliados, e tanto a China quanto os EUA permaneciam entrincheirados. Nesse caso pode-se intuir que uma possível estratégia norte-americana, para não ceder em seus interesses estratégicos hegemônicos na região, seria congelar o estado em que se encontrava a região asiática, posto que se os norte-americanos não poderiam avançar mais naquele momento, não pretendiam retroceder, não estando dispostos a perder poder para a China de Mao Tsé-tung.

Outro ponto que se deve salientar é que apesar de terem assinalado suas divergências no corpo da declaração, EUA e China, expuseram um excerto na declaração com pontos de apóio comum, ao menos no âmbito da retórica. Embora norte-americanos não “abandonassem” completamente seus aliados na região, como poderia parecer numa análise descuidada da Doutrina Nixon, nem os chineses cedessem às pressões norte-americanas nas questões do Vietnã e de Taiwan, parecia necessário naquele momento expor ao mundo alguma convergência que aproximava norte-americanos de chineses. A forma com que foi produzida a declaração, assim como o cuidado de suas considerações, parece indicar que havia uma tentativa de estabilização de ânimos na região, diante do alvoroço gerado pelo inusitado encontro entre os norte-americanos e chineses em fevereiro de 1972. Nesse ponto parece imprescindível citar, apesar de sua considerável dimensão, que a Declaração de Xangai expunha algumas convergências entre chineses e norte-americanos, e que se elencam a seguir:

There are essential differences between China and the United States in their social systems and foreign policies. However, the two sides agreed that countries, regardless of their social systems, should conduct their relations on the principles of respect for the sovereignty and territorial integrity of all states, nonaggression against other states, noninterference in the internal affairs of other states, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence. International disputes should be settled on this basis, without resorting to the use or threat of force. The United States and the People's Republic of China are prepared to apply these principles to their mutual relations. With these principles of international relations in mind the two sides stated that: —progress toward the normalization of relations between

China and the United States is in the interests of all countries; —both wish to reduce the danger of international military conflict; —neither should seek hegemony in the Asia–Pacific region and each is opposed to efforts by any other country or group of countries to establish such hegemony [...] (U.S. Department of States, Volume XVII, doc. 203, p. 814).

A declaração, no que tratava do grande entrave que se tornara Taiwan, apontou para um recurso de linguagem que permitiu aos dois países não se contradizerem, quando os norte-americanos reconheciam que ambos os lados do estreito de Taiwan faziam parte de uma só China, e que Taiwan por essa razão, faria parte da China, silenciando sobre a idéia de duas Chinas, ou de uma China e dois governos, o que era inaceitável à China comunista. Nota-se ainda que, os EUA como a maior potência, parecem ter feito mais concessões que os chineses no que tange à questão de Taiwan, já que se comprometeram no documento com uma retirada progressiva, uma retirada gradual do território taiwanês.

O Comunicado de Xangai, ao anunciar uma boa vontade dos EUA e da China em convergir para a defesa da paz, reprochar a intervenção militar estrangeira e rechaçar o domínio hegemônico, não parece ter arrefecido no plano prático, ou no plano das ações estratégicas, a abdicação de influência ou uma cessão ou concessão de poder em favor do outro país. Isso se verifica quando pelo lado norte-americano, sob a justificativa da estabilidade regional, os EUA se agarraram firmes em defender no Comunicado, as alianças, sobretudo, com o Japão e a Coréia do Sul, tentando inclusive convencer os chineses em outros momentos de que a presença militar norte-americana na região seria essencial à segurança da própria China. Por outro lado, o Comunicado mostra que a China, ao revelar disposição para o diálogo, não se afastou ou modificou sua visão estratégica para a Ásia, reivindicando uma liberalização do território asiático pelas tropas estrangeiras, não admitindo qualquer independência ou autonomia da ilha taiwanesa, reivindicando uma retirada de tropas norte-americanas de Taiwan e ratificando o apóio aos movimentos que se insurgiam contra o colonialismo sustentado pelas forças reacionárias. Nesse caso, uma leitura ou inferência bastante verossímil é que a China buscava minar a hegemonia do império norte-americano em favor de seu próprio projeto hegemônico na região. E nesse sentido, os fatos confirmam que apesar da retórica de paz e cooperação, existiu sempre sub-repticiamente uma tentativa de solapar o poder e a influência norte-americana na Ásia, ou ao menos, minimizá-la por uma maior maximização de poder por parte da própria China.

3.11 – Considerações Finais.

Ainda que seja sempre dificultoso ao pesquisador que se embrenha em fazer as inferências necessárias, no que tange à análise de conteúdo de fontes primárias, como as aqui selecionadas e materializadas nos documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, pode-se defender que o presente estudo apontou alguns caminhos pelos quais se pode compreender o reatamento sino-americano, de modo a complementar ao apurado pelo estudo exclusivo da história, bem como ao concebido pela visão teórica e que se verificará no capítulo 4 da presente dissertação.

Em primeiro lugar, o reatamento sino-americano concebido pelos estrategistas que formularam as ações do Governo Nixon, em seu primeiro mandato presidencial, nunca estiveram em desapego às preocupações com o avanço do expansionismo soviético. Ainda que a retórica do presidente Nixon apontasse em discursos ou pronunciamentos, para um relaxamento ou distensão (e não se nega a maior profusão dos diálogos nessa época), as preocupações com o ímpeto do avanço soviético na Ásia permaneciam tão vivas quanto no início da Guerra Fria, e os norte-americanos continuavam no plano estratégico, montando esquemas de ação baseados ou com o fim da contenção soviética, e sob esse ponto de vista a *détente* esvaziava-se. Nesse sentido a aproximação da China comunista fora também, e principalmente, uma estratégia para espantar a influência soviética da Ásia, numa oportunidade aproveitada pelos EUA, que percebiam o relacionamento sino-soviético bastante desgastado. Pode-se observar que a despeito de estar-se a falar em relaxamento e distensão na década de 1970, o que se depreende da análise da grande quantidade de relatórios, memorandos, e outros documentos de monitoramento norte-americano, é que as velhas práticas da Guerra Fria continuavam a dar a toada da ação presidencial no âmbito estratégico, embora o discurso de Nixon apontasse para um novo tempo na busca da paz, com uma remodelação da política externa norte-americana. Essa parece ser uma dimensão da questão que envolve o reatamento de relações entre chineses e norte-americanos, que em certo sentido não se coadunava com a doutrina preconizada por Nixon e Kissinger.

No diálogo entre chineses e norte-americanos rumo à reaproximação, e isso parece patente nos estratagemas contidos nos documentos analisados, houve um embate de fundo hegemônico na região, ainda que a retórica das nações apontasse para o contrário. Os EUA e a China resistiam em ceder parcelas de poder ao adversário, e tentavam a todo tempo de seu diálogo, neutralizar as forças do negociador que se encontrava do outro lado da mesa, o que em certo sentido embasa a percepção realista do reatamento, plano a ser analisado no capítulo 4 do presente trabalho.

Os documentos mostram que os EUA recusavam-se insistentemente a fazer a retirada de suas tropas dos territórios de Estados aliados como a Coreia do Sul, o Japão e Taiwan sobretudo, tentando inclusive convencer os chineses da necessidade mais urgente da manutenção de suas forças para uma estabilização da região, o que de fato soava como uma irreconciliável contradição ao propalado pela Doutrina Nixon. Os chineses por seu lado, e ao menos é o que deixam transparecer os documentos do Governo dos EUA, buscaram sob o mesmo mote norte-americano, afastar cada vez mais as forças norte-americanas da região asiática, indicando que a China agia com a finalidade de uma retomada (ou recuperação) de poder, que intuía para a volta do hegemonismo chinês na região, exigindo em diversos registros contidos nos documentos uma política norte-americana de não-intervenção nos países da região, bem como a desocupação militar dos territórios de outras nações, sobretudo, a exigência de uma retirada completa da Ilha de Formosa.

O que parece ter-se estabelecido entre chineses e norte-americanos, fora uma luta pela ampliação de poder à custa do outro, buscando uma espécie de domínio hegemônico da região, ainda que esse domínio se revestisse pela efígie de uma “estabilidade” regional que na verdade seria mantida por um poder superior dos EUA em relação aos outros Estados na região. Observa-se que apesar de um discurso que culminava ou intuía para o equilíbrio de poder numa Ásia sob a liderança norte-americana, Nixon em sua retórica não se desvinculava do excepcionalismo norte-americano, apregoando a defesa de valores libertários e democráticos para o mundo, trazendo na fala o idealismo wilsoniano e, ao mesmo tempo, carregando na bagagem uma percepção realista de interesse nacional que remontava à tradição da política da razão de Estado, que encontrava em Richelieu no século XVII e em Metternich no século XVIII, os seus grandes arquitetos.

Dentre o jogo intrincado que se estabeleceu na Ásia durante o período do reatamento, deve-se destacar ainda que os chineses não se aproximaram dos norte-americanos somente por razões estratégico-militares, em razão do perigo da possibilidade de um conflito com a URSS, mas que havia um interesse chinês em multilateralizar suas relações, desenvolver seu setor industrial e tecnológico como estratégia para sua ascensão internacional, uma estratégia de reinserção claramente percebida pelos norte-americanos, que negociaram sua reentrada na ONU em 1971.

Nesse xadrez internacional, percebe-se que os norte-americanos permitiram, e mesmo “forçaram” a reimersão da China no jogo político ocidental, tanto para colocar mais uma grande força a fazer frente à URSS e embargar suas ações quando fosse preciso, como também buscar um controle maior de um possível expansionismo chinês na Ásia, o que

parecia atender aos interesses hegemônicos norte-americanos na Ásia. Tentava-se dessa forma, fazer a China incorporar-se ao corpo de tratados negociados pelos norte-americanos via ONU, colocando freios ou contrapesos nas ações chinesas, tentando forjar uma maior transparência da China em seus movimentos, buscando sobretudo o controle militar e armamentístico-nuclear.

Pode-se acrescentar ainda que a percepção de que os EUA, de alguma forma, inclinavam seus interesses para a manutenção de uma posição hegemônica na Ásia, sob o argumento da manutenção da estabilidade regional é também apontada por teóricos da política externa que debatem a questão, e que se terá oportunidade de verificar, no quarto capítulo que segue.

Por fim, deve-se acrescentar que foi observado um significativo voluntarismo de Nixon na condução e implementação das ações estratégicas no plano da política externa dos EUA no período estudado, transparecendo nos documentos uma condução dos estratagemas que reaproximaram chineses e norte-americanos sob a orientação primeira do próprio presidente, que parecia conduzir e gerenciar os passos norte-americanos de forma direta e bastante presente.

Ainda pode-se fazer uma breve nota, e que se refere a uma lacuna percebida nos documentos. Trata-se da verificação de que se encontrou uma única referência tangencial à história da China (doc. 139, do Volume XVII), sendo que nos outros documentos não havia qualquer outra referência sobre as possíveis razões que explicassem o modo de agir da diplomacia chinesa, estando ausente informações que ventilhassem razões históricas para o “fechamento” da China após a Revolução Comunista de Mao Tsé-tung, ou qualquer resposta para o “enclausuramento” chinês a partir dos anos 50, o que talvez tenha gerado mais dificuldades para formulação das estratégias norte-americanas para a Ásia naquele momento.

CAPÍTULO 4 - O REATAMENTO SINO-AMERICANO SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA REALISTA

4.1 Considerações iniciais.

O realismo, como uma das teorias dominantes dos estudos da política internacional, institui que os Estados permanecem como unidades fundamentais no Sistema Internacional, de modo que ainda são atores centrais que se movem em função dos interesses nacionais, o que à luz da teoria realista parece ter acontecido, no final da década 60 e início da década de 70 entre chineses e norte-americanos.

Para o realismo, a anarquia internacional é o elemento que, em muitos sentidos, impera na relação entre os Estados no Sistema Internacional, que na luta pela sobrevivência não se permitem serem dominados por nenhum poder, ou dito de outra forma, a anarquia internacional é uma característica que permeia o relacionamento dos Estados, marcado pela ausência de uma autoridade central que os obriguem a determinados comportamentos no Sistema Internacional. A leitura realista do mundo inclina-se ainda, no sentido de visualizar uma realidade em que os Estados buscam, marcados pela luta pela sobrevivência e o pelo medo de serem subjogados, maximizar mais poder no Sistema Internacional, e que em regra, só podem contar nessa tarefa de sobrevivência própria, de maneira plena e inegociável, com suas próprias forças, o que caracteriza o princípio da auto-ajuda como um dos pilares basilares do sistema anárquico (MEARSHEIMER, 2007, pp. 33-34).

Dentre tantas vertentes de realismo, destacam-se duas correntes que se distinguem dentro da escola realista das relações internacionais. O movimento neorealista inaugurado com Stephen Krasner, Robert Tucker e Kenneth Waltz, entre outros. Dentre os autores citados, Waltz destacou-se pela “nova” abordagem de seu “realismo estrutural”, confirmando as premissas fundamentais do realismo, mas tentando sistematizar ainda mais a teoria e rebater as críticas liberais da década de 70, salientando a importância da estrutura em que se processavam as relações entre os Estados e os seus constrangimentos. Nesse aspecto, Waltz argumentava que a estrutura do Sistema Internacional se caracterizaria pela anarquia, sem que houvesse uma autoridade central no âmbito internacional; que todos os Estados desempenhavam uma mesma função no cenário internacional e que havia uma distribuição de capacidades entre os Estados que os distinguiu entre fortes e fracos, grandes e pequenos (HALLIDAY, 2007, p. 47). Waltz procurava construir uma teoria sólida para as afirmações realistas.

Na outra ponta, destacou-se o neorealismo ofensivo, do qual Mearsheimer é o maior representante, incorporando a sua teoria as premissas fundamentais do realismo clássico, porém acrescentando entre outros elementos, o argumento de que as grandes potências sempre procuram aumentar o seu poder no Sistema Internacional. Para Mearsheimer a competição entre os Estados é permanente e as grandes potências buscam assumir a condição hegemônica, que se não pode ser global, será uma hegemonia ou domínio regional (MEARSHEIMER, 2007, pp. 22-23).

A proposta que coloca o realismo como uma teoria aceitável para a explicação dos fenômenos da política internacional, assim o faz por encontrar nela um número de elementos comuns que explicam de maneira satisfatória uma realidade, sem ignorar os méritos pontuais de outras teorias que se dispõem a explicar determinado fenômeno, já que não se pode exigir muitas vezes, que uma única teoria explique todos os meandros de um mesmo fenômeno. Nesse sentido, Waltz (2002) sustenta que “A realidade não será congruente nem com a teoria nem com um modelo que a possa representar. Porque os cientistas políticos muitas vezes pensam que o melhor modelo é aquele que reflete a realidade mais correctamente, mais discussão é necessária [...]” (WALTZ, 2002, p. 20). Waltz salienta ainda que as teorias não são edifícios da verdade, e que as verdades estão no campo das leis e não das teorias. Ele garante que “A teoria explica alguma parte da realidade e é por isso distinta da realidade que explica” (IDEM, p. 21).

Assim como Waltz defende que teorias sujeitam-se a limitações e mudanças que fazem surgir outras teorias complementares, Mearsheimer (2007) assevera quanto ao seu próprio realismo ofensivo que: “[...] como acontece com todas as teorias, porém, há limites ao poder explicativo do realismo ofensivo” (MEARSHEIMER, 2007, p. 27). Mearsheimer argumenta que, ainda que as teorias sejam em certo sentido incompletas e insuficientes, não se deve deixar de construí-las como uma forma de intuir inteligivelmente os fenômenos internacionais, inclusive fazendo-se previsões com esteio nelas. Ele sustenta nesse sentido que:

Apesar destes riscos, os cientistas sociais devem, ainda assim, utilizar as suas teorias para fazer previsões acerca do futuro. As previsões ajudam a orientar o discurso político, já que nos servem de guia na compreensão dos acontecimentos que se desenrolam no mundo à nossa volta. E fazer previsões explícitas, clarificando pontos de discordância, ajuda os que têm visões contraditórias a enquadrarem as suas idéias de forma mais inteligível. Além disso, tentar prever novos acontecimentos é uma boa forma de testar teorias sociais, já que os teóricos não possuem o dom da adivinhação e, por conseguinte, são incapazes de ajustar os seus argumentos de modo a torná-los coerentes com os dados empíricos (pois estes ainda não estão disponíveis). Em suma, o mundo pode ser utilizado como laboratório para decidir quais as teorias que melhor explicam a política internacional (IDEM, p. 25).

Desse modo, acredita-se que uma análise teórica realista, com todas as ressalvas e limitações inerentes a uma teoria, pode explicar satisfatoriamente o que aconteceu entre os EUA e a China no final dos anos 60 e início dos anos 70.

Dentro do variado espectro teórico realista, destaca-se o realismo ofensivo de Mearsheimer como um caminho seguro que responde aos questionamentos que envolvem a reaproximação sino-americana nos anos 70, fornecendo mais uma faceta complementar do fenômeno ora estudado.

A tese do realismo ofensivo de Mearsheimer será contraposta ao argumento de debatedores de política externa na busca explicações no campo da teoria para o reatamento sino-americano, trabalhando não somente com visões semelhantes, mas explorando as visões dicotômicas e os argumentos que se lançam contra as afirmações do realismo ofensivo. Acredita-se que só dessa forma poder-se-á comprovar a firmeza e a propriedade das postulações teóricas do realismo ofensivo de Mearsheimer.

4.2 – O realismo ofensivo de Mearsheimer – as bases de teoria.

Numa metáfora tão explicativa quanto curiosa, Mearsheimer (2007) trata de fincar as raízes de seu argumento afirmando que a sua teoria assemelha-se a uma lanterna num quarto escuro, “[...] apesar de não ser capaz de iluminar todos os recantos, em geral é um instrumento precioso para nos guiar na escuridão” (MEARSHEIMER, 2007, p. 28). A figura simbólica da lanterna acaba retratando o que a teoria do realismo ofensivo se propõe: lançar muitos feixes de luz sobre a realidade tantas vezes encoberta pelo negrume da incompreensão teórica.

Para o teórico da Universidade de Chicago, o poder sempre foi e sempre será a moeda de maior importância na política internacional. Mearsheimer assinala que a estrutura do Sistema Internacional anárquico instiga as grandes potências a uma maximização de poder que redundará na busca por uma hegemonia no Sistema Internacional (IDEM, p. 29). As grandes potências, segundo Mearsheimer, se distinguem pela força militar sobretudo, e pela pujança do poder latente. Nesse ponto, Mearsheimer esclarece que os Estados possuem dois tipos de poder, um poder militar e um poder latente. O poder militar redundará no maior e mais bem armado contingente de forças militares que um Estado pode ter e o poder latente, representaria os elementos sócio-econômicos ou o potencial bruto de uma grande nação, como dinheiro, tecnologia e contingente populacional, que poderia traduzir-se, em algum momento, em força militar (IDEM, pp. 67-68). O que definiria o *status* de uma grande potência, seria então o alto grau de imbricação entre o poder latente e o poder militar igualmente fortes.

Ao anunciar um de seus argumentos fundamentais, Mearsheimer defende que a busca pela maximização do poder no ambiente anárquico leva as grandes potências à necessária corrida pela superioridade hegemônica (o objetivo final) em relação aos demais Estados do Sistema Internacional (MEARSHEIMER, 2007, p. 43), tendo como pano de fundo que estimula os Estados a competirem entre si pelo poder, o argumento bastante conhecido dos realistas da luta pela sobrevivência, que evoca o medo de dominação e subordinação a outros Estados. Para Mearsheimer, as grandes potências buscam, sobretudo, tornar-se um *hegemon*.

Mas o que o realismo ofensivo compreende como hegemonia? Um *hegemon* trata-se de um Estado que não é apenas o mais poderoso de um sistema, mas que possui tanta força militar e poder potencial que ambos permitem subjugar todos os outros Estados dentro de uma região (IDEM, p. 57). Refere-se a controle de regiões ou domínio regional, posto que para o realismo ofensivo de Mearsheimer, dificilmente uma grande potência assumiria o domínio global de todas as partes do mundo, mas sim controles regionais, dando origem à hegemônias regionais. Nesse sentido o próprio Mearsheimer assevera:

Um *hegemon* é um Estado tão poderoso que domina todos os outros estados no sistema. Nenhum outro possui os meios militares para agüentar um combate sério contra ele. Um Estado hegemônico é, no fundo, a única grande potência no sistema. Um Estado substancialmente mais forte que as outras grandes potências no sistema, não é um Estado hegemônico, uma vez que, por definição, enfrenta outras grandes potências (IDEM, p. 53).

No entendimento de Mearsheimer, as grandes potências se rivalizam pelo poder para maximizar mais poder, na busca pela hegemonia. E essa busca deriva de cinco hipóteses fundamentadas na concepção de um Sistema Internacional anárquico, que se consideradas conjuntamente e não isoladamente, explicam o comportamento estatal (IDEM, p. 43).

Não se pode refutar, e torna-se importante fazer um adendo neste ponto, para esclarecer que conforme visto no capítulo anterior, os documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, analisados anteriormente, entremostam uma espécie de rivalidade latente no comportamento de chineses e norte-americanos na tentativa de não perder influência na região asiática, ou ampliar seu poder na região, no que pareceu uma tentativa de maximização de poder, embora naquele momento não tenha havido uma escalada militar de conflito entre os dois Estados. Um exemplo que parece claro nesse sentido, e que também aparece no estudo dos documentos (capítulo 3), refere-se as negociações sino-americanas sobre retirada das tropas norte-americanas de Taiwan e a questão de sua independência, quando a não-rivalização no sentido do conflito militar, não encobria a latente tentativa de maximização de poder pelos EUA e China no fim da década de 60 e início da década de 70.

Ao defender a maximização de poder na busca pela hegemonia, como mencionado acima, Mearsheimer propugna cinco hipóteses que explicam o comportamento dos Estados. Para ele, a primeira e fundamental hipótese é de que a natureza e composição do Sistema Internacional é anárquico, tratando-se de um ambiente formado por Estados dotados de uma soberania interna, que não encontram um poder coercitivo legítimo externamente a lhes obrigar ou ditar condutas e comportamentos; a sua segunda hipótese é de que grandes potências possuem uma forte capacidade militar ofensiva, o que lhes fornece poder para subjugar Estados mais fracos; a terceira hipótese explicativa de Mearsheimer inclui o elemento do medo da não-transparência das intenções estatais, erigido no Dilema da Segurança e no “medo da trapaça”; a quarta hipótese está intimamente ligada à terceira hipótese, posto que se conforma e se explica na necessidade da sobrevivência e não-dominação de um Estado por outro Estado inimigo, e o quinto e último elemento garante que as grandes potências são sobretudo atores racionais, que avaliam suas ações e reações no ambiente internacional, sopesando os ganhos relativos e perdas em suas ações estratégicas (MEARSHEIMER, 2007, pp. 44-45).

A exposição de motivos que busca esclarecer o comportamento das grandes potências, trazida à baila por Mearsheimer, não obrigaria necessariamente os Estados a comportarem-se belicosamente se considerados independentemente, e isso ele esclarece logo no primeiro momento, no entanto quando os cinco elementos se encontram, provocam “[...] incentivos poderosos para que as grandes potências pensem e actuem ofensivamente umas em relação às outras. Daí resultam, especificamente, três padrões gerais de comportamento: medo, auto-ajuda e maximização do poder” (IDEM, p. 45). É interessante notar que, nesse aspecto, a perspectiva de Mearsheimer se coaduna com postulados gerais realistas, como o medo atávico que remonta à teorização hobbesiana e a necessidade da sobrevivência, não se diferenciando nesse aspecto do realismo de Waltz (2002).

Definidas as bases de seu argumento, pode-se demarcar que Mearsheimer defende que as grandes potências, buscam uma maximização de poder cada vez maior rumo a uma ampliação de poder que pode ser traduzida como uma busca pela hegemonia no Sistema Internacional, que se não pode ser global como já foi referido anteriormente, conforma-se com a dimensão regional.

Saliente-se que Mearsheimer trabalha sua concepção hegemônica sem associá-la em nenhum momento ao conceito de hegemonia de Antônio Gramsci (1891-1937)³⁹, de modo que não é o objetivo deste trabalho analisar ou comparar a concepção de hegemonia nas duas teorias sob pena de se enredar numa armadilha teórica inextrincável. Observa-se aqui apenas que não se observou nenhuma associação da hegemonia mearsheimeriana com a hegemonia gramsciana, não trabalhando Mearsheimer com o tema da valorização da superestrutura (sobretudo o elemento ideológico) em detrimento da infraestrutura, para consolidação da hegemonia de que tratava Gramsci.

Uma das mais contundentes afirmações teóricas de Mearsheimer, e que reflete também uma constatação sustentada pela teoria, é que na história moderna somente os EUA alcançaram o *status* de poder hegemônico regional, e nesse ponto ele defende que:

Os Estados Unidos são o único Estado hegemônico regional da história moderna, apesar de outros terem travado guerras importantes em busca da hegemonia regional: o Japão imperial no Nordeste Asiático e a França napoleônica, a Alemanha de Guilherme e a Alemanha Nazi na Europa. Mas nenhum deles conseguiu [...] Os Estados Unidos encontram-se actualmente nessa posição invejável; dominam o hemisfério ocidental e não existe qualquer Estado hegemônico em nenhuma outra área do mundo (MEARSHEIMER, 2007, pp. 54-55).

Num recorte digno de nota, deve-se salientar que para o realismo ofensivo de Mearsheimer, não somente os grandes Estados buscam conquistar a hegemonia, como atuam em sentido reverso para não permitir ou impedir que outros Estados reproduzam uma hegemonia numa outra região em oposição a sua própria. A conseqüência natural da afirmação de que as grandes potências buscam a hegemonia, provoca a reação de que ao se maximizar poder, busca-se ao mesmo tempo subtrair forças de qualquer eventual Estado que se proponha a rivalizar com o poder hegemônico. Nesse sentido, os EUA atuaram por muitas vezes como o que Mearsheimer denomina de “equilibrador externo”, ou seja, um Estado hegemônico que intervém em determinada região para impedir o soerguimento de outro foco de poder hegemônico. Mearsheimer então sustenta que:

Os Estados que conquistam a hegemonia regional procuram impedir as grandes potências de copiarem o seu feito noutras regiões. Por outras palavras, os estados hegemônicos regionais não desejam ter iguais. Foi por esse motivo que os Estados Unidos, por exemplo, tiveram um papel crucial na contenção do Japão Imperial, da Alemanha de Guilherme, da Alemanha Nazi e da União Soviética quando estes procuraram conquistar a supremacia regional. Os Estados hegemônicos regionais procuram conter Estados hegemônicos em ascensão noutras regiões porque temem

³⁹ Antônio Gramsci (1891-1937), teórico marxista italiano trouxe à baila a idéia de hegemonia cultural, como elemento da superestrutura a influenciar decisivamente no controle do poder por parte do Estado. Para Gramsci o controle cultural e ideológico das massas trabalhadoras contribuía para o controle do poder, formando-se uma espécie de hegemonia cultural na sociedade, que favorecia a dominação política por parte de uma elite poderosa (KELLY, 2013, p. 259).

um adversário particularmente poderoso, livre de provocar problemas no receoso quintal das grandes potências (MEARSHEIMER, 2007, p. 54).

Amparado na construção teórica de Mearsheimer ventilada até o presente momento, deve-se averiguar agora que possibilidade de leitura o realismo ofensivo oferece para a compreensão do fenômeno da reaproximação sino-americana no final de 1969 e nos primeiros anos da década de 70.

4.3 - A reaproximação sino-americana sob o olhar da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer e seus debatedores.

A teoria do realismo ofensivo oferece caminhos seguros para compreensão do fenômeno da reaproximação sino-americana como um movimento de uma grande potência (os EUA) no cenário asiático, buscando afastar qualquer tentativa de assunção ao poder hegemônico na região por uma potência inimiga, posto que, como já foi repisado neste trabalho, a reaproximação deu-se no contexto da Guerra Fria, e o que os historiadores chamaram de contenção norte-americana dos ímpetus expansionistas soviéticos sobre a região asiática, sob as lentes da teoria mearsheimeriana, pode se ler como movimentos que visavam não só conter o avanço da influência soviética, mas buscavam o poder hegemônico na região, além de impedir também uma espécie de ascensão chinesa na região asiática.

Para a teoria de Mearsheimer, para além das razões históricas outrora esposadas neste trabalho (como conter a expansão soviética na Ásia; tentar trazer a China para sua zona de influência e “amarrá-la” aos tratados ocidentais; enfraquecer a União Soviética cooptando o aliado chinês; conter os ímpetus hegemônicos da China comunista), os norte-americanos moveram-se num padrão estratégico já conhecido por sua política externa desde o século XIX, buscando enfraquecer o principal inimigo (URSS) e conter os movimentos chineses oferecendo-lhes uma “aliança”, com o fim de manter seu poder hegemônico na região asiática. Não se pode refutar que os Estados Unidos tinham fortes alianças com o Japão, Taiwan, Filipinas, Coreia do Sul, Cingapura, Tailândia, Malásia (formando um cinturão ao redor da China), e não admitiam uma perda substancial de poder ou “influência” para uma União Soviética ou uma China comunista, e nesse sentido o movimento norte-americano enquadra-se perfeitamente como um movimento hegemônico.

O que a leitura histórica permite compreender como a contenção do avanço do comunismo soviético na região asiática na década de 70, na perspectiva teórica mearsheimeriana, configura-se como um movimento de manutenção hegemônica em que os EUA atuaram como um equilibrador externo na região. Para Mearsheimer, o grande envolvimento norte-americano na região asiática passa a ocorrer após 1941 (reconhecendo

que mesmo antes da Guerra Hispano-americana os EUA já navegavam pelas águas asiáticas), como um movimento para conter uma possível hegemonia japonesa na região, posto que França e Inglaterra estavam já bastante sufocadas e sobrecarregadas com os esforços de guerra na Europa para conter a máquina de guerra alemã, restando aos norte-americanos impedir uma tomada de poder hegemônico pelo Japão no nordeste asiático (MEARSHEIMER, 2007, p. 249). Mearsheimer afirma nesse ponto que: “O seu objetivo era esmagar o Japão antes que este conquistasse a hegemonia regional” (IDEM, p. 249).

É interessante notar que o realismo ofensivo não só traz uma resposta satisfatória para o movimento norte-americano na década de 70 em direção à China, como também, quando seu foco volta-se para o período da Guerra Fria, ou mesmo para os movimentos estratégicos anteriores ao século XX, confirma um movimento constante da potência norte-americana em direção à hegemonia regional. Quanto ao período da Guerra Fria, Mearsheimer observa que:

Não havia outra grande potência quer na Europa quer no Nordeste Asiático capaz de impedir o possante Exército Vermelho de invadir essas regiões e estabelecer a hegemonia soviética. Os Estados Unidos eram o único estado suficientemente poderoso para conter a expansão soviética (IDEM, p. 303).

Mearsheimer afirma que o argumento defendido por alguns debatedores de política externa, de que a “aventura” expansionista norte-americana, e conseqüentemente a busca da hegemonia, inicia-se após a guerra hispano-americana, incorre num erro insanável segundo o realismo ofensivo. Para sua teoria, os EUA já se comportavam como um Estado expansionista num período que remontava à Doutrina Monroe⁴⁰, em 1823, quando se pretendia manter o hemisfério ocidental longe da influência das potências européias, deixando o continente americano livre para a hegemonia norte-americana na região. Nesse aspecto Mearsheimer assinala que:

Os políticos americanos do século XIX não queriam apenas transformar os Estados Unidos num estado territorial poderoso; também estavam empenhados em expulsar as potências européias do hemisfério ocidental e em mantê-las fora dele. Apenas assim os Estados Unidos podiam tornar-se o estado hegemônico da região, perfeitamente seguros perante as ameaças das grandes potências. Ao avançarem pela América do Norte os Estados Unidos iam devorando território que anteriormente pertencera ao Reino Unido, à França e à Espanha, atenuando assim a sua influência no hemisfério ocidental. Mas a Doutrina Monroe também foi utilizada para esse mesmo fim (IDEM, p. 239).

Em outro momento, mas no mesmo sentido, Mearsheimer observa que:

⁴⁰ A Doutrina Monroe foi um conjunto de diretrizes da política externa norte-americana enunciada no governo do presidente James Monroe em 2 de dezembro de 1823 ao Congresso dos EUA. Uma das principais orientações da Doutrina Monroe fora estabelecer que os EUA não deveriam se envolver nos conflitos das nações européias; Em segundo lugar, que as nações européias não deveriam estabelecer novos territórios coloniais no hemisfério ocidental, nem estabelecer alianças com Estados no Continente Americano que viessem ameaçar a segurança norte-americana (MEARSHEIMER, 2007, p. 239).

A política externa americana teve, durante todo o século XIX, um fim abrangente: alcançar a hegemonia no hemisfério ocidental. Essa tarefa, motivada em boa parte pela lógica realista, implicava construir uns Estados fortes, com capacidade para dominarem os outros estados independentes da América do Norte e do Sul e, simultaneamente, para impedirem as grandes potências europeias de projectarem o seu poderio militar através do Oceano Atlântico. O ímpeto americano para a hegemonia foi bem sucedido. De facto, como foi salientado anteriormente, os Estados Unidos são o único estado a ter conquistado a hegemonia regional nos tempos modernos (MEARSHEIMER, 2007, pp. 228-229).

Uma outra assertiva desafiadora do realismo ofensivo de Mearsheimer, e que vem à reboque da afirmação de uma predisposição norte-americana para hegemonia, é que o realismo ou a *Realpolitik* kinssingeriana não vem aportar na Casa Branca e instalar seu “império” somente no governo Nixon, como defende o próprio Kissinger (KISSINGER, 2012), p. 655) entre outros debatedores políticos e historiadores. Para Mearsheimer, a política externa norte-americana sempre foi essencialmente realista em sua prática, porém travestida pela roupagem do liberalismo e seus apetrechos. Para Mearsheimer o idealismo missionário tradicional e a composição de que os EUA eram um farol para o mundo escondiam ações pragmaticamente realistas, orientadas por uma política baseada no interesse nacional.

Deve-se argumentar que Mearsheimer não nega que na história da política externa norte-americana o elemento do cruzadismo moral e ideológico esteve bastante presente na fundação do Estado norte-americano, assim como não se nega a reconhecer um fervor excepcional de uma nação construída como um modelo de idealismo moral a ser exportado para o mundo, no entanto, apregoa que o carácter liberal de uma possível estratégia norte-americana de política externa esteve na superfície das águas muito mais profundas do pragmatismo mais realista das ações norte-americanas. Mearsheimer não nega as bases liberais sobre as quais foi fundada a nação norte-americana, que em muitos sentidos parece ter “importado” Locke (1632-1704), porém acentua a divergência da retórica e logorréia liberal, que não raras vezes sustentou ações pragmaticamente realistas, implementadas com as vestes idealistas. Mearsheimer sustenta nesse aspecto que:

O crescimento formidável dos Estados Unidos nos cem anos após 1800 foi alimentado em grande parte pela lógica realista [...] Alguns tinham, por exemplo, um forte sentimento de missão ideológica. Acreditavam que os Estados Unidos haviam criado uma república virtuosa sem precedentes na história mundial e que seus cidadãos tinham o dever moral de espalhar os seus valores e sistema político por toda a parte [...] Quanto ao idealismo, não há dúvida de que muitos americanos acreditavam fervorosamente que a expansão era moralmente justificada. Mas a retórica idealista também forneceu cobertura conveniente às políticas brutais que sustentaram o extraordinário crescimento do poder americano no século XIX (MEARSHEIMER, 2007, pp. 240-241).

Observa-se que John Ikenberry, grande estudioso da política externa dos EUA e uma das referências na área, apesar de defender que a grande estratégia norte-americana ao longo

de sua história foi a estratégia liberal de expansão, concilia a defesa de uma política externa dos EUA historicamente liberal com posicionamentos que por vezes soaram como pragmaticamente realísticos. Ikenberry (1999) destaca que:

American promotion of democracy abroad, particularly as it has been pursued since the end of World War II, reflects a pragmatic, evolving, and sophisticated understanding of how to create a stable and relatively peaceful world order. It amounts to what might be called an American "liberal" grand strategy. It is a strategy based on the very realistic view that the political character of other states has an enormous impact on the ability of the United States to ensure its security and economic interests. It is also an orientation that unites factions of the Left and the Right in American politics. Conservatives point to Ronald Reagan as the great Cold War champion of the free world, democracy, and self-determination - but rarely recognize him as the great Wilsonian of our age. Liberals emphasize the role of human rights, multilateral institutions, and the progressive political effects of economic interdependence. These positions are parts of a whole. Although "realist" critics and others complain about drift and confusion in U.S. foreign policy, it actually has a great deal of coherence (IKENBERRY, 1999, p. 01).

Embora Ikenberry defenda que os norte-americanos se utilizaram ao longo de sua história de uma estratégia liberal maior em sua política externa, não nega que esta política externa, não raras vezes, seguia um rumo muito mais realista de que o que sua retórica orientava, e nesse sentido corrobora com o posicionamento de Mearsheimer. Quando Ikenberry defende que o liberalismo norte-americano orientava no século XX para uma cultura de paz mundial e de abertura econômica (elementos que se entrelaçam na teoria liberal), e os norte-americanos apregoavam abertura e liberdade dos mercados econômicos livres para as negociações capitalistas das nações do Ocidente, essa perspectiva era grassada na verdade, pela política de interesse estatal do expansionismo econômico dos EUA, que escondia argumentos realistas por trás de tais proposições morais e idealistas (IDEM, p. 04).

Em outro flanco, a defesa do pragmatismo do realismo ofensivo de Mearsheimer parece abrir alguns buracos na teoria de Ikenberry, à medida que este autor admite a possibilidade de ações realistas no plano de política externa sob a condução de uma retórica liberal. A empreitada da aproximação sino-americana na década de 70, portanto, nesse sentido, não parece fugir do padrão de ações embasadas no interesse do Estado, ações realistas bem conhecidas da política externa norte-americana desde a fundação de sua democracia no século XVIII.

A reaproximação sino-americana não parece aos olhos do realismo ofensivo, fugir dos padrões instituídos no século XIX ou no século XX pela política externa norte-americana, posto que, o que a história chamaria de uma cooptação política chinesa contra um inimigo expansionista comum (a URSS), a teoria realista classificaria como um padrão de ação estatal que conduz ao mesmo tempo para a manutenção da hegemonia norte-americana na região

asiática e contenção sino-soviética, como um controle de possíveis candidatos ou rivais à hegemonia norte-americana na região da Ásia-Pacífico. Nesse ponto Mearsheimer crava que o envolvimento norte-americano na Ásia pode se dividir em quatro períodos, sendo o último período o que vai de 1945 a 1990, e que durante esse marco cronológico os “... Estados Unidos mantiveram forças militares na Ásia [...] fundamentalmente pela mesma razão que aceitaram um envolvimento continental na Europa: a União Soviética [...]” (MEARSHEIMER, 2007, p. 249), na tentativa de impedir assunção de um império hegemônico na região em oposição ao seu poder.

A despeito do que apregoa o realismo ofensivo e desta teoria responder satisfatoriamente ao fenômeno da reaproximação, institucionalistas poderiam reivindicar uma leitura *soft* e mais ajustada para o reencontro dos dois grandes Estados, norte-americano e chinês, no Sistema Internacional. A discussão de tais argumentos será tratada através da contraposição da lógica e dos fundamentos do realismo ofensivo em relação ao liberalismo institucional.

4.3.1 – O argumento institucionalista

O argumento que busca uma explicação liberal/institucional para o reatamento sino-americano também é contundentemente açoiado pela verve mearsheimeriana, de modo que nesse ponto seria interessante trazer algumas considerações sobre a porfia do argumento institucional *versus* a defesa do realismo ofensivo.

Num artigo intitulado “The false promise of realism”, o festejado cientista político John Ruggie, defensor confesso do legado liberal, contesta a refutação mearsheimeriana da inadequação da leitura do institucionalismo liberal, como teoria com poder explicativo suficiente para fornecer respostas tangíveis para a realidade internacional. Ruggie (1995) aponta que, se as considerações do realismo ofensivo de Mearsheimer fossem tomadas como orientação política no pós Segunda Guerra Mundial, teríamos uma realidade bem diferente da atual, pois a defesa da irrelevância das instituições levaria a uma situação de total insegurança (RUGGIE, 1995, pp. 62-63). Ruggie argumenta ainda, que os EUA, no pós-guerra, trataram de formatar um novo ambiente internacional apoiado em instituições baseadas numa concepção de segurança coletiva, uma espécie de concerto institucional, representados pela OTAN e pelo Conselho de Segurança da ONU. Dessa forma os EUA dividiriam os custos da segurança coletiva da Europa, assim como se criava um mecanismo de ação conjunta dos Estados Ocidentais para manutenção de um ambiente estável que velava por uma suposta “paz” (IDEM, p. 63). Ruggie também salienta a contribuição dos EUA pela via institucional,

quando os norte-americanos procuraram promover a unidade da Europa Ocidental ao invés da discórdia entre os Estados, destacando que os norte-americanos buscaram ainda transformar a conduta tradicional dos Estados europeus tanto no âmbito econômico, quanto em assuntos de segurança, pela perspectiva institucional, o que seria inadmissível para o pensamento realista de Mearsheimer.

Na realidade, o argumento do realismo ofensivo nunca negou a atuação institucional diante das grandes questões do pós-guerra como a segurança, mas objetava que as promessas do institucionalismo seriam falsas entre outras razões, porque os norte-americanos na realidade criaram uma nova ordem sob uma roupagem “institucional” para injetar e fazer prevalecer nessa nova “realidade”, seus interesses estratégicos, fosse no campo da segurança, fosse no âmbito econômico (MEARSHEIMER, 1994, p. 13). Prova disso seriam os acordos de Bretton Woods⁴¹, que instituíram o FMI (Fundo monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Mearsheimer assegura nesse aspecto que:

Realists also recognize that states sometimes operate through institutions. However, they believe that these rules reflect state calculations of self-interest based primarily on the international distribution of power. The most powerful states in the system create and shape institutions so that they can maintain their share of world power, or even increase it. In this view, institutions are essentially "arenas for acting out power relationship" (IDEM, p.13)

O institucionalismo norte-americano nunca fora altruísta nesse sentido. Se era possível haver cooperação institucional entre os Estados (e há um grave equívoco em algumas exegeses pensar que os realistas não admitem o cenário cooperativo), essa cooperação era muito mais egoística e fazia pender a balança de poder para o lado norte-americano. Na visão do realismo, as instituições eram muito mais utilizadas como um veículo para promover os interesses norte-americanos, interesses legitimados institucionalmente pela OTAN ou pelo Conselho de Segurança da ONU.

O argumento ruggieano parece perder bastante força quando observado sob o olhar “cru” e pouco ataviado do pensamento realista, que parece buscar despir e desnudar traços de uma certa maquiagem liberal/institucional na concepção do mundo. Mearsheimer nesse sentido defende que as instituições funcionariam como um reflexo da “distribuição de poder”, e que elas são somente variáveis que dependem de fato, da vontade estatal de se comportar deste ou daquele modo, intuindo que elas estariam sempre à mercê da decisão dos Estados,

⁴¹ Os acordos de Bretton Woods foram, numa perspectiva geral, as tratativas no sentido de formatar uma nova ordem internacional e regular a economia mundial depois da Segunda Guerra Mundial, utilizando-se da criação de instituições internacionais que entre outros aspectos, financiaria a reconstrução dos Estados, prevendo uma indexação das moedas dos países capitalistas ao dólar. Nota do autor.

Estados estes que decidiriam em última instância se submeter ou não à regras que os vinculassem a uma instituição (MEARSHEIMER, 1994, p. 7). Para Mearsheimer, o elemento que ainda faz valer qualquer atitude cooperativa ou contratual é a vontade estatal em primeiro plano. Uma prova desse argumento, segundo Mearsheimer, era que se grandes potências resolvessem agir em desacordo com as regras pelas quais se tornaram signatárias institucionais, não haveria forma eficaz de retaliação. Nesse sentido reproduz-se Mearsheimer quando diz que:

Realists and institutionalists particularly disagree about whether institutions markedly affect the prospects for international stability. Realists say no; institutionalists say yes. Realists maintain that institutions are basically a reflection of the distribution of power in the world. They are based on the self-interested calculations of the great powers, and they have no independent effect on state behavior. Realists therefore believe that institutions are not an important cause of peace. They matter only on the margins. Institutionalists directly challenge this view of institutions, arguing instead that institutions can alter state preferences and therefore change state behavior. Institutions can discourage states from calculating self-interest on the basis of how every move affects their relative power positions. Institutions are independent variables, and they have the capability to move states away from war [...] My central conclusion is that institutions have minimal influence on state behavior, and thus hold little promise for promoting stability in the post-Cold War world. (IDEM, p. 7).

Ruggie (1995), em sua crítica ao realismo ofensivo também destaca que, acordos internacionais de não-proliferação nuclear foram iniciativas importantes implementadas por intermédio de instituições, acusando os realistas de menosprezar os arranjos via instituições, abjurando-os de certa forma com a peja de pessimistas, sustentando que com sua visão deturpada, os realistas concebiam os acordos institucionais como elementos geradores de “falsa sensação de segurança” (RUGGIE, 1995, pp. 64-65). Também nesse sentido, Robert Keohane, um dos maiores expoentes do institucionalismo liberal, atira contra o realismo ofensivo de Mearsheimer críticas quanto à descrença no potencial transformador das instituições. Para Keohane (1995), uma das provas de que as instituições são importantes, e que contraria a teoria de Mearsheimer, é que um conjunto gigantesco de nações tem contribuído com somas vultosas em dinheiro para a manutenção de instituições, o que não as tornam insignificantes como defende Mearsheimer (KEOHANE, 1995, p. 40). Keohane, assim como Ruggie, defende o papel de facilitador-transformador da instituição, na medida que sustenta que as instituições quebram o “medo da trapaça”, tornando o jogo político mais transparente, diminuindo os custos das transações, fomentando a cooperação. Nesse sentido Keohane assinala que:

Institutions can provide information, reduce transaction costs, make commitments more credible, establish focal points for coordination, and in general facilitate the operation of reciprocity. By seeking to specify the conditions under which institutions can have an impact and cooperation can occur, institutionalist theory

shows under what conditions realist propositions are valid. It is in this sense that institutionalism claims to subsume realism (KEOHANE, 1995, p. 42).

Segundo defende Keohane, as instituições funcionariam como variáveis independentes, o que vai de encontro à ideia mearsheimeriana de que as instituições seriam reféns da vontade estatal. Keohane, no entanto, parece fazer uma concessão importante ao realismo ofensivo, ao admitir que a atuação institucional, com intuito de maximizar os ganhos de ambas as partes num cenário de cooperação, dependerá da natureza e interesse em jogo no conflito, concebendo nesse caso, que a atuação institucional encontra-se por vezes, limitada em seu âmbito de ação pela natureza do conflito (IDEM, p. 42).

Ruggie (1995), por sua vez, na defesa do institucionalismo liberal, sustenta que a Agência Internacional de Energia Atômica fez grandes progressos quanto ao esclarecimento do potencial nuclear de cada nação. Entre as contribuições institucionais, Ruggie ressalta o desenvolvimento da responsabilidade pelo arsenal nuclear em todo mundo, responsabilidade reforçada pela força da supervisão institucional (por exemplo, no caso do levantamento das armas nucleares de cada Estado). Ruggie salienta que com o maior controle institucional e metas de redução, ocorreu uma necessária diminuição de países com armas nucleares destrutivas, contribuindo-se nesse aspecto com um mundo mais seguro (RUGGIE, 1995, p. 65), sendo as iniciativas mais bem sucedidas do que o esperado.

Ele argumenta, na defesa do institucionalismo, que a unificação europeia poderia ter sucumbido num cenário de contínuo conflito, se implementada a lógica realista, de modo que poderíamos ter hoje um ambiente de instabilidade no coração da Europa (IDEM, p. 66), e sustenta:

Attempts to achieve European unification might well have succumbed to the collective action problems realists and rationalists repeatedly stress, leaving us today with far more competitive European policies in places like ex-Yugoslavia and the former Soviet Union, quite probably considerable instability in the heart of Europe itself, and no 35,000-strong Eurocorps becoming operational in the autumn of 1995. Finally, however weak the UN may be today, even marginal contributions in peacekeeping and nonproliferation usually are better, and in the long run often less costly, than none (IDEM, p. 68).

Para o realismo ofensivo de Mearsheimer, as instituições serão reflexos da distribuição de poder no mundo, e portanto, serão tão “essenciais” quanto mais refletirem os interesses do poder dominante, leia-se, do poder hegemônico. O diálogo e a transparência prometida pela via institucional, nesse caso, funcionaria tanto quanto os Estados estivessem dispostos a colaborar com a perda de poder, e essa não é a regra pela qual têm se regido os Estados no Sistema Internacional. Estados tendem a maximizar poder. Para Mearsheimer as instituições seriam muito mais dependentes da vontade dos Estados do que os institucionalistas

imaginavam (MEARSHEIMER, 1994, p. 9). Mearsheimer assinala que os próprios liberais já admitiam que os Estados operavam num sistema de auto-ajuda, e que isso não impedia o estabelecimento de alianças. No entanto, estas alianças seriam sempre “casamentos de conveniência”, posto que Estados agiam em seu interesse próprio, podendo não cumprir os acordos ou mesmo quebrar os pactos em razão da mudança de interesse, e o amigo de hoje poderia tornar-se o inimigo de amanhã (IDEM, p. 11).

Deve-se observar que o argumento de Ruggie (1995) quanto ao controle de armas exercido pelo órgão da ONU, pode ser lido de outra maneira. Se norte-americanos e soviéticos se empenhavam em buscar uma limitação nuclear, à luz do argumento realista, isso poderia ter se dado muito mais para buscar limitar as possibilidades de outros Estados ascenderem ao seleto grupo das potências nucleares, como forma de conter e refrear qualquer tentativa de uma maximização de poder por potências rivais, alterando as forças na balança de poder. Pode-se averiguar que mesmo nos dias atuais, o padrão de ação realista dos Estados continua a ser repetido, posto que se norte-americanos continuam sua “cruzada” no intuito de impedir regimes como do Irã, de buscarem constituir e utilizar um arsenal nuclear, sob o argumento de violação de convenções internacionais, desrespeito aos princípios erigidos na Carta da ONU e as determinações de proibição, entre outros argumentos, inclusive os humanitários, é porque parecem esconder mais uma vez, sob a retórica da paz, intenções bem mais pragmáticas que versam na verdade sob a preocupação com o desequilíbrio de poder e perda de seu poder hegemônico.

Não se pode esquecer que seria grande ingenuidade por parte dos debatedores políticos, achar que os norte-americanos, soviéticos e chineses na década de 70, renunciaram de modo absoluto ao uso da força nuclear e que permitiram total acesso aos técnicos e inspetores dos organismos internacionais, que puderam escarafunchar segredos estratégicos de Estado que envolviam, sobretudo, a questão do arsenal nuclear. Não se pode dizer que diante de uma necessidade estratégica premente e que envolvesse a sobrevivência, numa questão de vida ou morte, esses ou outros Estados não se utilizariam de armamento nuclear contra o Estado inimigo, mesmo contrariando qualquer convenção institucional, que num momento de confronto, perde qualquer força obrigacional e não vale nada mais que uma folha de papel.

Em outro flanco, deve-se apontar que não se pode ignorar nem eliminar o elemento da trapaça na política internacional, e nesse caso devem ser lembrados os escândalos que envolvem uma ampla rede de espionagem norte-americana, a monitorar conversas, emails, e outras formas sigilosas que resguardavam as ações governamentais das grandes nações do

mundo, numa repudiável violação de direitos, reveladas sob o protesto norte-americano, pelo caso “Edward Snowden” no ano de 2013, e que continua no ano de 2014 a provocar espanto com a contínua revelação de segredos da espionagem. O mesmo padrão de desconfiança e medo que estimulava a diplomacia secreta tão criticada no início do século XX pelos “quatorze pontos” de Wilson, permaneceu presente na espionagem mais fraudulenta no período da Guerra Fria e mesmo depois do fim do mundo bipolar, fincou raízes perenes como dogma realista ainda não derrubado por séculos de história.

Ao se recorrer à análise de Shimko (1992), observa-se que o mesmo identifica que o pensamento liberal, que incorpora matizes iluministas, formula a base de sua teoria na crença positiva de progresso e otimismo quanto à humanidade. Para Shimko o homem liberal é racional e inclinado à prática do bem comum, enquanto que na visão realista o homem é enxergado sob o enfoque de sua natureza egoística, malévola, inclinada à satisfação de seus próprios interesses, de modo que enquanto os liberais kantianos enfatizam o “dever ser” do homem, os realistas enxergam o que o homem é, em sua realidade mais crua (SHIMKO, 1992, p. 285). Nesse aspecto a teoria realista melhor se coloca, na medida que não se pode compreender um fenômeno sob o enfoque ideal de um “dever ser”, mas a teoria deve se debruçar sobre como a realidade se descortina. Shimko assevera sob esse enfoque que:

Liberalism is ultimately dependent upon an optimistic assessment of man and his potential. As David Sidorsky explains: “When liberalism is considered as a secular faith, its central vision is a conception of man, of society, and of history. In simplest terms, it is, first, a conception of man as desiring freedom and capable of exercising rational free choice. Second, it is a perspective on social institutions as open to rational reconstruction.... It is, third, a view of history as progressively perfectible through the continuous application of human reason to social institutions” The liberal mind-set entails a view of man as a creature of reason, capable of overcoming the more obnoxious features of his natural and social environment by applying his ever expanding body of knowledge. Social problems such as war are the result of inadequate information and/or faulty, but reformable, institutional structures (IDEM, p. 285).

Shimko também argumenta que existem no plano teórico controvérsias nas análises que identificam a história da política externa norte-americana como movimentos de fundamentação exclusivamente liberais, salientando que essas análises que não levam em consideração o realismo embutido nas ações norte-americanas padecem da ingenuidade apoiada no mero legalismo e no moralismo dos EUA (IDEM, p. 282).

Ao se pensar a questão do restabelecimento das relações sino-americanas, verifica-se que o realismo ofensivo oferece-nos uma leitura mais acertada, assim como menos incongruente com a realidade que impera no Sistema Internacional, a lógica da maximização de poder que muitas vezes faz com que inimigos figadais se unam em prol de um “inimigo”

comum. A reaproximação sino-americana nesse sentido obedece aos ditames do realismo, pois o movimento norte-americano e chinês em uma direção comum parece ter se dado em boa medida pelo perigo que a URSS passou a representar para o Estado norte-americano e para o Estado chinês no contexto de uma Guerra Fria travada no território asiático. Nessa questão Mearsheimer nos assegura que:

These barriers to cooperation notwithstanding, states do cooperate in a realist world. For example, balance-of-power logic often causes states to form alliances and cooperate against common enemies. States sometimes cooperate to gang up on a third state, as the Germans and the Soviets did against Poland in 1939. Rivals as well as allies cooperate. After all, deals can be struck that roughly reflect the distribution of power, and satisfy concerns about cheating. The various arms control agreements signed by the superpowers during the Cold War illustrate this point. (MEARSHEIMER, 1994, p. 13)

A “aliança” sino-americana, nesse momento da década de 70, não se estabelece por intermédio de vínculos institucionais, mas dá-se de modo pragmático em termos estratégicos, em parte por questões de segurança, e não em termos idealistas ou ideológicos. Segundo salienta Spence (1995), um dos maiores especialistas, senão o maior em história chinesa, a própria concessão de um assento na cadeira da ONU com o aval norte-americano, serviu como um incentivo a mais ou espécie de “moeda” de troca utilizada pelos EUA para “seduzir” os chineses a uma tomada de posição pró-americana em 1971 (SPENCE, 1995, p. 588), um argumento nada idealista. Some-se a essa evidência, os interesses chineses em uma re inserção internacional que a aproximação com os EUA possibilitava na década de 70, época em que a China passava ainda pelos efeitos turbulentos da Revolução Cultural de Mao Tsé-tung, e teremos um quadro de matizes fortemente realistas para explicar a reaproximação sino-americana.

Um dos pontos, aliás, em que há alguma concordância entre historiadores e teóricos das relações internacionais, e que é ressaltado por Fairbank e Goldman (2008), é a proeminência na questão da aproximação chinesa dos norte-americanos por imperativos de segurança, ou seja, pelo medo de ser invadida pela potência soviética, devido à intensificação dos conflitos nas fronteiras do nordeste da China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 364). Nesse aspecto rechaça-se uma leitura institucionalista-liberal para o que se passou entre norte-americanos e chineses no início da década de 70.

É interessante notar que o cientista político e estrategista norte-americano Zbigniew K. Brzezinski, assim como Mearsheimer, concorda com o status de grande potência hegemônica dos EUA. No entanto, para Brzezinski (1997), os norte-americanos seriam uma potência global, e não regional como defende Mearsheimer, o que não se torna uma divergência irreconciliável, mas muito mais uma questão de definição teórica divergente para uma mesma

verdade, a de que os EUA despontam como uma potência hegemônica sem igual, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Para Brzezinski, os EUA não encontram rival como potência hegemônica nos quatro campos, militar, econômico, tecnológico e cultural. Além disso, observa-se que em Brzezinski há uma percepção bastante clara de que os norte-americanos foram arrastados de forma definitiva para a Ásia, primeiro em razão da Segunda Guerra Mundial e depois devido à Guerra Fria (BRZEZINSKI, 1997, p. 50). Brzezinski sustenta que desde o fim da Segunda Guerra Mundial existe uma percepção por parte dos EUA de que não só a Ásia, mas a Eurásia, num futuro não muito distante, seria uma região chave para o futuro monopólio do poder, posto que nessa região estariam os Estados mais dinâmicos do mundo, em termos populacionais e militares, sendo portanto, Estados com potencial para desequilibrar a balança de poder em desfavor dos norte-americanos, como a China, a Rússia e a Índia (IDEM, p. 50). Ele vaticina nesse ponto que:

Eurasia is home to most of the world's politically assertive and dynamic states. All the historical pretenders to global power originated in Eurasia. The world's most populous aspirants to regional hegemony, China and India, are in Eurasia, as are all the potential political or economic challengers to American primacy. After the United States, the next six largest economies and military spenders are there, as are all but one of the world's overt nuclear powers, and all but one of the covert ones. Eurasia accounts for 75 percent of the world's population, 60 percent of its GNP, and 75 percent of its energy resources. Collectively, Eurasia's potential power overshadows even America's (IDEM, pp. 50-51).

Uma preocupação trazida por Brzezinski e que se aproxima do realismo ofensivo de Mearsheimer é a orientação de que os EUA, para fazer prevalecer sua hegemonia na região da eurásia, consolidando seu poder, necessitaria se utilizar de manobras diplomáticas de modo a impedir uma coalizão hostil às próprias forças, assemelhando-se seu argumento à idéia mearsheimeriana de conceber os norte-americanos como “equilibradores externos” na Ásia (IDEM, pp. 51-52). Brzezinski é bastante claro quando sustenta que os norte-americanos devem se mover em busca de um equilíbrio estável na região eurásiana, que deve envolver necessariamente a Rússia e a China, um equilíbrio estável que acomode a posição hegemônica norte-americana na região, desencorajando o surgimento de um rival à altura dos EUA, exercendo o que ele chama de uma hegemonia benigna.

Brzezinski destacou a necessidade de uma “parceria estratégica” com Estados da Eurásia, porém uma parceria que favorecesse o status hegemônico dos EUA, e nesse aspecto salientou que:

[...] the ability to expel the United States or even diminish its decisive role. However, the promotion of a stable transcontinental balance should not be viewed as an end in itself, only as a means toward shaping genuine strategic partnerships in the key regions of Eurasia. A benign American hegemony must still discourage others from posing a challenge, not only by making its costs too high, but also by

respecting the legitimate interests of Eurasia's regional aspirants (BRZEZINSKI, 1997, p. 52).

Brzezinski defende que a hegemonia norte-americana na Eurásia dependeria de sua capacidade de aglutinar Estados da Europa e da Ásia na OTAN (IDEM, p. 53), utilizando-se a influência institucional para expandir seu poder hegemônico, fazendo o que Mearsheimer denuncia como a utilização do elemento institucional para interesses puramente realísticos. Brzezinski nessa seara defende que:

With the allied European nations still highly dependent on U.S. protection, any expansion of Europe's political scope is automatically an expansion of U.S. influence. Conversely, the United States' ability to project influence and power in Eurasia relies on close transatlantic ties (IDEM, p. 53).

Numa perspectiva que se assemelha ao que Brzezinski chamou de potência global norte-americana, salienta-se que para o cientista político Alexandre Dugin (2012), da Universidade de Moscou, os EUA representariam o que ele denomina de “Império Global”, que parece atuar em três sentidos ao mesmo tempo, alimentando seu império econômico, político e no campo estratégico (DUGIN, 2012, p. 33). Nesse aspecto vale anotar o que o autor traz em singular obra:

O que parece é que os Estados Unidos tentam adotar essas três vias e promover as três estratégias ao mesmo tempo; essa estratégia de três direções cria o contexto das relações internacionais em que os Estados Unidos é o ator principal em escala global. Apesar das diferenças evidentes entre essas três imagens de futuro há alguns pontos essenciais em comum: em qualquer dos casos os Estados Unidos têm interesse em afirmar sua dominação estratégica, econômica e política; há um reforço do seu controle e enfraquecimento dos outros atores globais [...] No mundo contemporâneo, portanto, nos encontramos num campo geopolítico permanente e forte, em cujo cerne se situa os Estados Unidos e cujos raios de influência – seja estratégica, econômica, política, tecnológica, da informação, etc. – permeiam todo o resto do mundo, dependendo da vontade de aceitá-los, nos diferentes países ou atmosferas étnicas ou religiosas. Forma-se uma espécie de “rede imperial global” operando em escala planetária. Esse campo “americanocêntrico” pode ser descrito em diferentes níveis (IDEM, pp. 33-34).

Uma dimensão também bastante interessante é captada pelo cientista político Robert Ross, no jogo que estabeleceu a aliança entre norte-americanos e chineses no início da década de 70. Ross (1997, p. 35) assevera que a China acabou sendo acolhida pelos norte-americanos para funcionar como uma espécie de pivô representativo do poder dos EUA ante à União Soviética, substituindo o declinante poder norte-americano na Indochina. Para Ross, a estratégia norte-americana de reaproximação do Estado chinês acrescenta uma dimensão pouco ventilada, de que os norte-americanos utilizaram-se da “aliança” com os chineses para tentar “pacificar” ou exercer uma espécie de controle (gerência) da região asiática, sobretudo servindo como um forte biombo e escudo às possíveis investidas soviéticas. Nesse sentido Ross sustenta que:

China has also established superiority in Indochina with the acquiescence of the United States. Indeed, the United States welcomed China as a substitute for American power in Indochina throughout the 1970s and 1980s. In an era of declining U.S. capability, the Nixon Doctrine explicitly called for American reliance on regional powers as counterweights to the U.S.S.R. In Indochina and much of Southeast Asia, China was the regional power of choice. Washington was grateful for Beijing's ability to reassure Thailand against the Soviet Union and Vietnam in the wake of its withdrawal from the Vietnam War (ROSS, 1997, p. 35).

Ross acrescenta ainda, que desde a década de 70, havia uma preocupação com a proeminência chinesa por parte dos norte-americanos, embora houvesse poucas chances na época, de que a China assumisse uma posição hegemônica regional, de modo que nesse período, os EUA procuraram muito mais “construir” uma China aliada que funcionasse como um equilibrador na região asiática representando o interesse norte-americano, ao invés de praticar somente uma política de contenção (IDEM, p. 35). Deve-se observar que embora Ross destaque uma espécie de manipulação estratégica norte-americana de uma China em convulsão interna e acuada nos anos 70, por soviéticos e aliados norte-americanos, não se pode desconsiderar o outro lado obscuro da lua chinesa. A esse respeito, Khanna (2008, pp. 336-338) salienta que não se pode ignorar os planos estratégicos chineses de expansão de sua influência na região asiática e reinserção internacional, sustentando que a China inaugurou na Ásia uma *Pax Sínica* que intui para uma hegemonia na Ásia.

Para Zakaria (2008), um dos teóricos que tem se destacado bastante no cenário mundial, os norte-americanos sofrem hoje uma relativa perda de poder devido “à ascensão do resto” (um crescimento global de Estados do Segundo e Terceiro Mundo), e os chineses estiveram intrincados durante trinta anos em políticas que favoreciam os interesses dos EUA na Ásia (ZAKARIA, 2008, p. 137), o que corrobora o argumento trazido por Ross (1997), ratificando uma espécie de controle estratégico da China, e que para Mearsheimer redundava numa espécie de gerenciamento de controle para evitar a ascensão de uma hegemonia rival no continente. No entanto, apesar de admitir que os norte-americanos assumiram uma postura hegemônica na Ásia desde a Segunda Guerra Mundial, Zakaria não ignora uma possível estratégia chinesa de dominação a ser implementada e que se inicia com o reatamento sino-americano no início dos anos 70. Zakaria questiona o poder de leitura dos estrategistas norte-americanos para identificar o caminho da China rumo a um império hegemônico e desafia:

Mas e se os chineses se mantiverem fiéis à sua estratégia assimétrica? E se expandirem gradualmente seus laços econômicos, agirem com calma e moderação e lentamente aumentarem sua esfera de influência no mundo? E se, aos poucos, colocassem Washington de escanteio na Ásia, num esforço para desgastar a paciência e a resistência dos americanos? E se a China se posicionar sem alarde como uma alternativa à arrogância e intimidação dos Estados Unidos? Como os americanos lidarão com um quadro assim, uma espécie de Guerra Fria, mas dessa vez com uma sociedade de mercado efervescente, com a maior população do

mundo, uma que não pretende ser a vitrine de um modelo inútil de socialismo estatal nem desperdiçar seu poder em intervenções militares sem sentido? Temos aí um desafio novo para os Estados Unidos, de um tipo que não foi enfrentado antes e para o qual estão, em ampla medida, despreparados (ZAKARIA, 2008, pp. 140-141).

Também Ferguson (2012, p. 12), orienta sua argumentação para um projeto chinês que pode ser muito mais claro aos olhos de hoje, um projeto que ameaça a hegemonia norte-americana não só na Ásia como também em outras partes do mundo, mas que parece ter se iniciado com a reabertura das relações entre chineses e norte-americanos no início da década de 70.

No artigo denominado “America’s Imperial Ambition”, do ano de 2002, Ikenberry (2002), que já apresentava uma leitura sobre a realidade da política externa norte-americana montada sobre um discurso liberal mesclado por ações políticas realistas e pragmáticas, admite que desde os anos de 1940, a política externa norte-americana tem sido forjada por uma aplicação mista de realismo e liberalismo (IKENBERRY, 2002, pp. 44-45), identificando que os norte-americanos forjaram o Sistema Internacional moderno amparado por estruturas institucionais que validaram ações que privilegiaram o interesse próprio, sobretudo. Ikenberry sustenta que:

The mainstream of American foreign policy has been defined since the 1940s by two grand strategies that have built the modern international order. One is realist in orientation, organized around containment, deterrence, and the maintenance of the global balance of Power. Facing a dangerous and expansive Soviet Union after 1945, the United States stepped forward to fill the vacuum left by a waning British Empire and a collapsing European order to provide a counter-weight to Stálin na his Red Army [...] The other grand strategy, forged during World War II as the United States planned the reconstruction of the world economy, is liberal in orientation. It seeks to build order around institutionalized political relations among integrated market democracies, supported by opening of economies. This agenda was no simply na inspiration of American businessmen and economists, however. There have always been geopolitical goals as well. Whereas america’s realist grand strategy was aimed at countering Soviet power, its liberal grand strategy was aimed at avoiding a return to the 1930s, na era of regional blocs, trade conflict, and strategic rivalry. Open trade, democracy, and multilateral institutional relations went together. Underlying this strategy was the view that a rule-based international order, especially one in which the United States uses its political weight to derive congenial rules, Will most fully protect American interests, conserve its Power and extendits influence (IDEM, pp. 45-46).

O que é bastante peculiar no supra-citado artigo, é a defesa de uma estratégia norte-americana bidimensional sob a ingerência de doutrinas aparentemente antitéticas. Ikenberry argumenta que enquanto os EUA atuavam segundo uma orientação realista na formulação das políticas de contenção à ameaça expansionista do comunismo soviético por um lado, por outro atuavam segundo os ditames liberais junto ao conjunto de Estados sob sua zona de influência territorial e ideológica. A análise bastante percuciente de Ikenberry aproxima-o

agora de Mearsheimer, na medida que àquele admite uma ação norte-americana conduzida sob um paradigma realista, ainda que revestida de um discurso ou retórica liberal (IKENBERRY, 2002, p. 46). No entanto, a divergência reaparece e aprofunda-se sob a perspectiva de que Mearsheimer rejeita o caráter benigno das instituições construídas pelos EUA como fomentadores de cooperação e da paz, mas enxerga-as como instrumentos que viabilizaram aos norte-americanos, impor seus interesses hegemônicos (MEARSHEIMER, 1994, p.13).

Para Zahran (2012), assiste alguma razão em Ikenberry (2002), que identifica uma tradição liberal no cerne do pensamento que orienta a política externa norte-americana. Porém ele coloca muito claramente que apesar de admitir que existe uma tendência liberal ou um fator explicativo de cunho liberal para a política externa dos EUA, não se pode anular ou invalidar outras interpretações possíveis que se misturam à tradição liberal (ZAHRAN, 2012, p. 20). Zahran aprofunda a questão, ao asseverar que apesar de haver nitidamente uma influência liberal na tradição da política externa norte-americana, como já foi dito, existe uma profunda luta por parte dos estudiosos de política externa em tentar dissociar o elemento moral nos estudos sobre o poder. Dessa luta resultaria a dualidade de interpretações que opõem realistas de um lado e idealistas na outra margem. Para Zahran, a admissão da forte influência liberal na política externa desde o nascimento dos EUA como nação, não tem o poder de eliminar outras leituras sob um enfoque divergente, que concebe lances da ação política externa norte-americana como inspiradas e calcadas no fundamento realista (IDEM, p.24). Zahran observa nesse aspecto que:

Todavia, o que ocorre em algumas das leituras da política externa dos Estados Unidos citadas anteriormente é a tentativa de se separar poder de moral, representados através de pólos opostos que seriam realismo e idealismo. Existe aí uma contradição: se poder e moral são indissociáveis, há uma insuficiência nas reflexões de política externa que os tratam separadamente. O que este livro aponta é que existe um elemento que essas reflexões não captam, elemento esse que relaciona e dá coerência à política externa dos Estados Unidos, que concilia poder e moral (IDEM, p. 24).

Em certo sentido, o argumento de Zahran não colide com o modelo teórico proposto e defendido por Mearsheimer, na medida que este não nega a orientação político-filosófica liberal, que deita raízes no iluminismo europeu, e que fundamentou a formação que constitui os Estados Unidos (MEARSHEIMER, 2007, p. 241), no entanto, o que Mearsheimer desnuda, é que o que subjaz reconditamente, são motivações que apontam para o imperativo realista da segurança pela maximização de poder que leva os Estados, num Sistema Internacional anárquico (pouco amistoso e até mesmo bélico) a uma luta infindável para conquistar a supremacia hegemônica, ou buscar a manutenção do *status quo* hegemônico numa região.

Mearsheimer explica que não se nega um idealismo puritano nos primeiros peregrinos, que se propagou como uma visão norte-americana, no entanto, o argumento idealista justificou muitas vezes a violência expansionista norte-americana. Nesse ponto ele explica que:

Quanto ao idealismo, não há dúvida de que muitos americanos acreditavam fervorosamente que a expansão era moralmente justificada. Mas a retórica idealista também forneceu uma cobertura convincente às políticas brutais que sustentaram o extraordinário crescimento do poder americano no século XIX (MEARSHEIMER, 2007, p. 241).

Assim como Ikenberry (2002), Pecequilo (2011) sustenta que a estratégia de hegemonia norte-americana, teve o esteio em duas bases distintas. Por um lado a formação de uma ordem internacional (anterior até mesmo à Guerra Fria) liberal, que orientava para liberação dos mercados, expansão das fronteiras comerciais e cooperação visando uma estabilização do sistema, sustentados pela criação de instituições que legitimavam a ação norte-americana (PECEQUILO, 2011, p. 243), e por outro lado, uma ação norte-americana realista que visava à contenção do comunismo soviético a todo custo, aplicando o pragmatismo político que fazia os norte-americanos muitas vezes apoiarem ditaduras em contradição ao discurso democrático. Pecequilo é bastante clara no seu argumento e crava que:

A hegemonia permitiu a construção de uma ordem internacional estável sob a liderança norte-americana, com características peculiares geradas pela especificidade da experiência nacional dos Estados Unidos e sustentada por seus temas tradicionais de engajamento estratégico. Diferentemente dos outros grandes poderes no passado, os norte-americanos exerciam seu domínio de forma *soft*, um império benigno que, ao mesmo tempo que controlava o sistema, limitava seu próprio poder, abrindo espaços para o multilateralismo e a introdução de demandas de seus clientes. O “estilo norte-americano de liderança”, caracterizado pela dupla hegemonia liberal/parceria, permitiu que os Estados Unidos não somente construíssem, como sustentassem com o apoio dos seus aliados, a ordem internacional democrática, capitalista e institucionalizada e de caráter cooperativo, identificada como objetivo de sua estratégia. Basicamente, a promoção da ordem era encarada como a melhor forma de garantir a perseguição dos interesses norte-americanos no sistema e ampliar o bem-estar (IDEM, p. 244).

Nesse sentido, Pecequilo corrobora com a afirmação mearsheimeriana de que a ordem internacional forjada pelos EUA, orientava para uma estratégia realista na busca dos interesses de Estado sob a retórica institucional. Salienta-se ainda que a própria posição hegemônica assumida pelos norte-americanos passa aos olhos dos Estados dominados como necessária para manutenção do equilíbrio e estabilidade do sistema. Nesse aspecto, Pecequilo mais uma vez infere que:

Em todos os relacionamentos estabelecidos pelos Estados Unidos – Europa, na Ásia ou no Oriente Médio -, este país constitui-se no parceiro preferencial dos principais poderes regionais. Para muitos desses países como a China, Japão e Alemanha Ocidental, particularmente durante a Guerra Fria, a liderança norte-americana

funcionou (e funciona) como uma proteção e garantia do equilíbrio do continente (PECEQUILO, 2011, p. 245).

No timbre de Pecequilo, também Chellaney (2010, p. 73) assinala que a hegemonia norte-americana tem sido enxergada de modo positivo pelos seus aliados na região como uma forma de contra-balançar o poder chinês e como uma forma de conter uma possível expansão chinesa na região da Ásia-Pacífico.

Também apontando para o rumo hegemônico que a potência norte-americana sempre caminhou, o argumento de Charles Krauthammer, um realista democrático segundo sua própria visão, toca em diversos planos as extremidades da defesa teórica de Mearsheimer. Para Krauthammer (1991) o papel da potência norte-americana no Sistema Internacional nunca fora inventado em abstrato, mas surgiu como uma resposta à estrutura do sistema global, assemelhando-o nesse ponto à defesa da anarquia internacional como fomentador da luta entre Estados, um argumento realista (KRAUTHAMMER, 1991, p. 23). Além disso, para ele, a estabilidade de um sistema não é nunca a regra ou norma, sendo natural o cenário anárquico, a não ser que a paz seja forjada pela força de uma grande potência hegemônica, como fizeram os EUA (IDEM, p. 28). Segundo o pensamento de Krauthammer, o momento unipolar vivido pelos norte-americanos no fim da Guerra Fria, salienta o ápice da dominação norte-americana em diversos centros do globo. Krauthammer sustenta que *“The immediate post-Cold War world is not multipolar. It is unipolar. The center of world power is the unchallenged superpower, the United States, attended by its Western allies”* (IDEM, p. 23).

Na defesa da hegemonia norte-americana, que faz Krauthammer colocar os EUA como a única grande potência de “primeira classe” no cenário internacional, o mesmo salienta que os EUA possuem um leque variado de poderes, em diversos âmbitos. Esses múltiplos braços de poder, segundo Krauthammer, faz com que os EUA possam atuar como um jogador importantíssimo em qualquer região do globo (IDEM, p. 25), assemelhando-se nesse sentido ao argumento de Dugin (2012). Krauthammer desfecha uma crítica severa ao institucionalismo idealista de filosofia liberal, censurando o multilateralismo institucional, chamando-o de pseudo-multilateralismo, onde a potência hegemônica age praticamente sozinha, constringendo seus parceiros, o que nesse aspecto reforça o argumento de Mearsheimer no desmascaramento institucional pelo realismo. Nas palavras de Krauthammer:

American preeminence is based on the fact that it is the only country with the military, diplomatic, political and economic assets to be a decisive player in any conflict in whatever part of the world it chooses to involve itself. In the Persian Gulf, for example, it was the United States, acting unilaterally and with extraordinary speed, that in August 1990 prevented Iraq [...] But of course. There is much pious talk about a new multilateral world and the promise of the United Nations as guarantor of a new post-Cold War order. But this is to mistake cause and effect, the

United States and the United Nations. The United Nations is guarantor of nothing. Except in a formal sense, it can hardly be said to exist. Collective security? In the gulf, without the United States leading and prodding, bribing and blackmailing, no one would have stirred. Nothing would have been done: no embargo, no "Desert Shield," no threat of force. (KRAUTHAMMER, 1991, p. 25).

Deve-se observar que em Krauthammer há a rejeição do isolacionismo por obsoleto, do institucionalismo liberal pela ingenuidade e da leitura realista pura, na compreensão da política externa norte-americana. Krauthammer defende o que chama de “realismo democrático”, como a grande estratégia norte-americana a ser perseguida nas décadas vindouras, argumentando que a intervenção dos EUA, segundo sua teoria, somente se justificaria quando a liberdade democrática estivesse profundamente ameaçada, em regiões ou Estados em que os norte-americanos tivessem algum interesse estratégico em xequé por um inimigo existencial (KRAUTHAMMER, 2004, pp. 25-26). Nesse sentido ele argumenta que:

I therefore suggested an alternative, democratic realism, that is "targeted, focused and limited", that intervenes not everywhere that freedom is threatened but only where it counts—in those regions where the defense or advancement of freedom is critical to success in the larger war against the existential enemy. That is how we fought the Cold War. The existential enemy then was Soviet communism. Today, it is Arab/Islamic radicalism. Therefore "where it really counts today is in that Islamic crescent stretching from North Africa to Afghanistan."(IDEM, p. 17).

Krauthammer não parece se diferenciar tanto dos realistas quanto apregoa, acusando o realismo tradicional de imobilista. Na verdade, como em outros autores, se utiliza de um argumento liberal, qual seja, a difusão democrática, para justificar o intervencionismo da força baseado em pretensões hegemônicas puramente realistas. Krauthammer parece justificar o argumento mearsheimeriano por outra via, sem no entanto, separar-se ou distinguir-se na essência da teoria realista. É interessante também perceber que Krauthammer incorpora em seu discurso o elemento do “inimigo existencial”. Nesse sentido, Resende (2012) salienta que a utilização da figura do “inimigo existencial” é bastante recorrente na história e tradição da política externa norte-americana desde os tempos da América colonial (RESENDE, 2012, p. 215). A utilização da representação do “inimigo existencial”, identificaria uma ideologia puritana, marcada pelo discurso jeremiada de reprovação à degeneração, fomentando uma visão norte-americana excepcional, no sentido de salvar o mundo com seus valores divinos ou superiores (IDEM, p. 216).

Resende assinala ainda, num estudo que foca a identidade da política externa norte-americana, que a característica do inimigo universal reproduz-se em diversos momentos na história dos EUA, e que foi notada mais recentemente no discurso defendido no período da Guerra Fria (a partir de meados do século XX) e na luta contra o terrorismo, no início do século XXI. A referida autora manifesta em defesa de suas alegações que:

[...] o uso de representações como uma “América livre e pacífica”, ameaçada por uma “conspiração internacional” que buscava destruir a “dignidade, a liberdade e os valores sagrados ao indivíduo”, que haviam sido “concedidos por Deus” e que estariam na raiz da civilização [...] De fato, as representações identificadas por Campbell remetiam diretamente a uma ideologia puritana tipicamente americana. Representações, símbolos e narrativas de “América excepcional”, de “predestinação” e de “farol do mundo” – sobretudo em oposição ao “Império do Mal” identificado na União Soviética – pareciam freqüentar o discurso da política externa norte-americana da época, o que indicaria a tentativa de imprimir ao puritanismo a aparência de permanente e natural (RESENDE, 2012, pp. 215-216).

Ao se voltar a perscrutar o reatamento sino-americano no período da *détente*, OLIVEIRA (2012) assinala que a China, nos anos de 1970, seguiu por um caminho pragmático e realista, que em nada diverge das orientações que sempre marcaram as ações políticas chinesas ao longo de milênios, e que é sublinhado por um movimento de reaproximação dos Estados Unidos, buscando não somente a proteção norte-americana contra o voluntarismo soviético (que parecia expansionista no contexto da Guerra Fria), mas também marcando uma guinada para a reinserção internacional potencializada naquele momento por sua ascensão à ONU (OLIVEIRA, 2012, p. 29). No mesmo sentido de Oliveira, Jabbour (2012) assinala que na década de 70 a China visava claramente, num propósito deliberado de inserção internacional, aproximar-se dos norte-americanos buscando uma ascensão política-econômica no cenário mundial. Nesse aspecto ele sustenta que:

É temerário atribuir somente a inflexões datadas de 1978 a intenção chinesa de se “abrir ao mundo” e aproveitar essa abertura para atingir seus objetivos. Foi Mao Tsé-tung, e não Deng Xiaoping, o primeiro a intentar esse objetivo com o aceno à retomada de relações com os Estados Unidos na esteira da “diplomacia do ping-pong”, iniciada em 1971, que culminou com a visita de Richard Nixon ao país no ano seguinte. A nosso ver, foi a maior jogada geopolítica de Mao Tsé-tung antes de sua morte. Algo que seria nodal ao próprio desenvolvimento ulterior do país a partir da abertura do mercado norte-americano aos produtos chineses (JABBOUR, 2012, p. 257).

Vizentini (2011) por sua vez, visitando o tema em questão acrescenta que, retomar uma aliança com os chineses (ainda que apenas no plano da segurança e oficiosamente), foi refazer o elo que se estabeleceu entre norte-americanos e chineses até a metade do Século XX, quando no fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA estenderam o convite à China para fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Ele argumenta que “[...] o convite à China, um país periférico e enfraquecido, configura-se claramente como parte da estratégia americana para Ásia, além de um aliado dócil nas questões planetárias encaminhadas no seio da ONU” (VIZENTINI, 2011, p. 44). Para Vizentini os planos norte-americanos para a Ásia contavam com o apóio da China na região asiática como um sustentáculo para manutenção do poder norte-americano na região, afastando as forças e influências do comunismo soviético. Ele assegura em sua fala que:

Como resultado da Segunda Guerra Mundial, a nova geopolítica da Ásia-Pacífico baseava-se no rebaixamento do Japão de sua condição de potência industrial, em conjunto com a ascendência de Washington sobre a região, apoiada numa aliança com a China, para contenção do expansionismo da URSS, e ainda, para conter os movimentos revolucionários e nacionalistas na região. (VIZENTINI, 2011, pp. 44-45).

Corroborando com a visão realista de Mearsheimer, Vizentini defende que havia uma estratégia hegemônica dos EUA em direção à Ásia, como parte de um plano maior dentro do contexto da Guerra Fria, posto que os EUA já na década de 60, conseguiram formar e arregimentar uma espécie de “cordão” estratégico que interligava forças anti-soviéticas ao redor do mundo através da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para Europa, a CENTO (Organização do Tratado do Centro) abrangendo o Oriente Médio e a OTASE (Organização do Tratado do Sudeste da Ásia) para região asiática. Com a mobilização norte-americana em torno dos acordos de segurança mais as alianças bilaterais, os EUA impunham uma linha de contenção à URSS e exerciam pressão hegemônica sobre o adversário comunista (IDEM, p. 49).

Vizentini também traz dois elementos que aprofundam a questão do reatamento sino-americano e parece útil ao debate de política externa. O primeiro é a percepção já mencionada neste texto, de que a China ao reaproximar-se dos EUA falava a linguagem realista, alinhando preocupações de segurança com perspectivas de reinserção internacional no campo econômico e tecnológico (deve-se considerar que a China encontrava-se em estagnação política – isolada do “mundo” – e economicamente deteriorada), o que atraía ainda mais os chineses para a órbita norte-americana (IDEM, p. 58).

O segundo elemento trazido por Vizentini é que a despeito da guinada chinesa para o campo norte-americano, os chineses faziam parte de uma luta consciente contra o hegemonismo norte-americano no mundo, assim como em grande parte da década de 60 se colocaram contra as forças soviéticas no plano asiático — lembre-se a teoria dos três mundos⁴². Para Vizentini, ainda que os chineses buscassem se desvencilhar dos soviéticos e ao mesmo tempo se proteger da hegemonia norte-americana, a balança pesava, naquele momento, para o lado norte-americano, posto que os ganhos chineses poderiam ser bem maiores com uma abertura e reinserção internacional com o aval dos EUA, assinalando que não somente os norte-americanos agiam realisticamente, mas os chineses pareciam fazer isso há muito mais tempo. Vizentini intui nesse ponto que:

⁴² A Teoria dos Três Mundos foi a teoria política anunciada por Mao Tse-Tung, e que colocava os EUA e URSS no primeiro mundo; os aliados dos norte-americanos e soviéticos no segundo mundo e no terceiro mundo os países não-alinhados. Nota do autor.

Em termos diplomáticos estratégicos Beijing (Beijing) elaborou a *Teoria dos Três Mundos*: o das superpotências hegemônicas (EUA e URSS), o das potências não hegemônicas (Europa) e o das nações em desenvolvimento, onde se enquadrava. Tratava-se, em essência, de uma diplomacia anti-hegemônica destinada a garantir sua autonomia, voltada contra ambas as superpotências. Contudo, as ações terceiro-mundistas da China pouco aportaram ao país, que se enfraqueceu e se isolou. No início dos anos 1970, dando-se conta das dificuldades americanas no Vietnã e da crescente dependência deste país em relação à URSS, a China buscou acercar-se dos EUA. Era preciso buscar espaços para reinserir o país na comunidade internacional e para desenvolver a economia nacional, o que se concretizou com a aproximação sino-americana (VIZENTINI, 2011, p. 58).

David Shambaugh, um dos especialistas mais proeminentes de uma nova geração de estudiosos que se debruça sobre o relacionamento entre chineses e norte-americanos, propõe uma nova categorização para o relacionamento sino-americano, que é o que ele define como “coopetição”. Para Shambaugh (2013), a relação entre chineses e norte-americanos se estrutura desde há muito sobre uma base dual, em que se tem um cenário de cooperação desde a década de 70, e na outra ponta um acirramento da competição entre as duas potências, destacando-se que lentamente há uma tendência para que o viés competitivo se exacerbe cada vez mais, superando e rompendo os laços cooperativos (SHAMBAUGH, 2013, pp. 3-4).

Shambaugh defende que o relacionamento hodierno entre chineses e norte-americanos se esteia na interdependência estrutural, que mistura a necessidade de cooperação com a concorrência dinâmica de mercado, assinalando uma espécie de coexistência competitiva entre as duas potências (IDEM, p. 5). Apesar de vislumbrar uma forma de relacionamento “interdependente” entre as duas potências, Shambaugh traz à tona um elemento de análise que cobre não só o período do reatamento sino-americano que é tratado no presente trabalho, mas que permanece presente como uma marca da visão norte-americana sobre o Oriente desde o início do século passado: O excepcionalismo e o paternalismo aplicados à China pelos norte-americanos, sobretudo no início do Século XX, excluindo-se apenas o intervalo que vai de 1949 a 1968 (período da interrupção do relacionamento).

Para Shambaugh (IDEM, pp. 6-7), os norte-americanos estiveram tentando forjar um Estado chinês aos moldes da democracia norte-americana (daí o excepcionalismo), tanto no início do relacionamento no Século XIX, quanto na maior parte do Século XX. Os norte-americanos também fizeram grandes esforços financeiros, inclusive para subsidiar os projetos de desenvolvimento chineses na década de 70 e 80, e esse era um exemplo do exercício do paternalismo norte-americano. Essa é uma dimensão, que em parte corrobora com a perspectiva de dominação hegemônica lembrada por Mearsheimer, que marca também o período do reatamento sino-americano no início da década de 70, assinalando a visão de que os EUA sempre intentaram fazer dos chineses “embaixadores” dos interesses norte-

americanos, representando o seu poder na região asiática, o que nunca foi consentido pelos chineses. Shambaugh nesse aspecto defende que:

Despite these two searing events, the sense of American exceptionalism and paternalism towards China remained deeply ingrained in the American psyche. America sought to “shape” China’s evolution in directions that are politically, economically, culturally, intellectually, and strategically commensurate with liberal American traditions and interests.⁸ But China’s stubborn resistance to “conform” to American expectations has caused repeated disillusionment in the United States. I sense, though, that this longstanding paternalism in American society towards China and aiding China’s development has waned significantly during the past twenty years (SHAMBAUGH, 2013, pp. 10-11).

Para Leite (2010, pp. 68-69), a partir de Deng Xiaoping, subsiste um projeto claro de reinserção internacional chinesa que se apóia no desenvolvimento nacional. Teoricamente como estudioso das relações internacionais, este autor está mais próximo de um modelo interdependente para a compreensão do relacionamento sino-soviético, onde a China estabelece laços de interdependência com os norte-americanos. Leite sustenta que a China tem trabalhado com uma agenda multilateral, desestimulando a impressão de uma “ameaça” regional ou mesmo mundial, o que corrobora com o discurso da ascensão pacífica. O que pode confrontar nesse caso, as avaliações de Leite, numa perspectiva de uma China mais cooperativa e menos belicosa, é que questões sobre os limites territoriais do Mar do Sul da China e divergências sobre a propriedade de ilhotas no Pacífico podem desmentir a idéia de uma ascensão sem conflito, e nesse caso, volta-se a idéia de que na busca pela ascensão hegemônica na região, o conflito torna-se inevitável como vaticina Mearsheimer (MEARSHEIMER, 2007, p. 22).

4.4 – Convergências teóricas: Buzan, Tucker, Tellis, Friedberg e Twomey

Com o foco da lente ajustado para a Escola Inglesa, Barry Buzan traz uma contribuição importante que vem fortalecer, ainda que este não seja o seu propósito principal no artigo que se aborda, o argumento e a leitura teórica de Mearsheimer.

Num artigo do ano de 2010, em que Buzan (2010) trabalha o tema da possibilidade ou não de uma ascensão pacífica da China, este autor destaca que a década de 70 e o reatamento sino-americano desse período, marcam uma volta da China ao Sistema Internacional com arrefecimento do discurso radical. Para Buzan a China buscava com a reaproximação norte-americana, se achegar mais perto do mundo ocidental, buscando angariar força e influência para o seu ressurgimento como potência mundial (BUZAN, 2010, pp. 11-12). Nessa perspectiva, retoma-se um argumento similar ao de Mearsheimer, qual seja, que os Estados buscam a todo tempo uma oportunidade para alcançar a hegemonia, maximizando seu poder rumo a uma dominação de regiões do globo.

Buzan também se utiliza do recurso comparativo para assemelhar os passos chineses ao caminhar norte-americano na busca pelo poder hegemônico, trazendo a idéia de que norte-americanos se utilizaram de uma estratégia econômica para a dominação, defendendo uma política de pacifismo em que havia contraditoriamente um aumento do seu potencial militar. Daí a necessidade de se questionar a ascensão pacífica tão apregoada da China. Buzan esclarece sobre essa questão que:

Ironically, the most obvious comparator for China's peaceful rise, although one would not want to push the parallel too far, is the United States. Like China, the rising United States sought to engage with the world economically while remaining aloof from high politics and the balance of power. Like China the rising United States also adopted a policy of military restraint, favouring economic development over the pursuit of world class military power. And like China, the United States resisted taking on leadership responsibilities until global events forced it to (BUZAN, 2010, p. 15).

Embora Buzan não negue a possibilidade de uma “ascensão pacífica” chinesa, o projeto chinês, que remonta inicialmente ao período do reatamento tratado neste trabalho, será bastante difícil na visão do autor, na medida que ao conquistar mais poder no SI, se retira mais força do adversário norte-americano que não parece disposto a deixar a China transitar para o *status* hegemônico. Buzan acrescenta que, para realistas da Escola Inglesa, assim como para realistas chineses, a visão da ascensão harmoniosa sem a marca da luta pelo poder representa, no fundo, uma visão romanesca das Relações Internacionais (IDEM, p. 31).

Para Tucker (in: SHAMBAUG, 2013, p.2), Washington temia na década de 70, o poder crescente da China, provocando revoluções e incentivando confrontos, o que fez com que os norte-americanos tentassem forjar com a iniciativa do reatamento, uma China que se comportasse como um peão aliado dos norte-americanos na Ásia, assemelhando-se seu argumento ao trazido anteriormente por Ross (1997), que via a China como um pivô a serviço dos EUA. Numa avaliação realista, Tucker assinala que China e EUA tinham muito a ganhar geopoliticamente e estrategicamente com a normalização das relações sino-americanas, sobretudo porque confrontavam o poderio de Moscou num momento em que os EUA buscavam refrear o poder soviético na Ásia, com uma China que buscava proteção contra um possível ataque soviético Tucker (in: SHAMBAUGH, 2013, pp. 14-15). Tucker avalia que em termos realistas, Washington usou deliberadamente Pequim para favorecer os interesses norte-americanos na Ásia, e assim como Shambaugh (2013), reitera que no período da década de 70, os EUA tentaram formatar uma China capitalista, democrática e liberal a velar pelos interesses norte-americanos na Ásia, sendo que essa estratégia fazia parte de um plano hegemônico para não somente se contrapor à URSS (seu objetivo primeiro), mas impedir uma China comunista dominante na região asiática.

Na perspectiva de Tellis (in: SAMBAUGH, 2013, pp. 1-2), o ambiente internacional sempre fora dominado pelo egoísmo generalizado, e esse egoísmo implicava numa valorização de seus próprios princípios em detrimento do outro, criando-se uma repulsa natural à ambição alheia, o que redundava numa competição em que entidades estatais buscam preservar o seu poder e aumentar a sua segurança. Nesse ambiente difuso do meio internacional, Tellis aponta para uma possível transição de poder, dos EUA em declínio relativo, para uma China em ascensão, o que tem gerado atrito no Sistema Internacional.

Para Tellis (in: SHAMBAUGH, 2013, p. 17), EUA e China continuam jogando sob as peças indissociáveis do realismo hoje e também atuaram assim na década de 70. Segundo Tellis, a ascensão chinesa, em certo sentido, foi fruto da permissividade hegemônica norte-americana que remonta à década de 70, já que para garantir a supremacia na Ásia, os EUA procuraram forjar um aliado chinês nos padrões norte-americanos, e ainda hoje, a China avança sobre o sistema construído pelos norte-americanos, o que parece uma irônica contradição. Tellis não deixa de apontar que existe hoje uma interdependência econômica inegável entre norte-americanos e chineses, mas que a “harmonia” tende a romper-se diante de um deslocamento de poder que parece inevitável, gerando uma natural rivalidade. Nesse sentido Tellis assegura que:

The United States seeks to preserve its hegemony, despite the realities of increasing interdependence with China and the countervailing pressures imposed by rising Chinese power. China, at the very least, seeks to preserve its territorial integrity and to increase its national power comprehensively. Although the ends to which these growing material capabilities may be directed are not yet clear, their potential for undermining U.S. interests in Asia and globally creates exactly the conditions—as Thucydides might have expected—for a coming “contest for supremacy. Tellis (in: SHAMBAUGH, 2013, pp. 17-18).

Tellis assinala, como Mearsheimer, que os norte-americanos quando diante da impossibilidade de assunção de poder num determinado contexto geopolítico, buscam impedir a ascensão de hegemonias regionais que se contraponham ao seu poder, e esse parece ser o caso atual da luta entre chineses e norte-americanos. Tellis nesse sentido sustenta que:

The history of the last several decades suggests that the United States, despite many challenges, managed to successfully hold the ring: it prevented the rise of threatening regional hegemonies, averted dangerous local security competitions that had potential strategic consequences, and nurtured the permissive conditions for sustained economic cooperation—all because the forward deployed and forward operating U.S. military forces were fundamentally unchallenged in their task of protecting American allies and important neutrals along the Asian littoral. Tellis (in: SHAMBAUGH, 2013, p. 27).

Existe por parte de muitos debatedores, a perspectiva de que a China deve percorrer um longo caminho antes de suceder os norte-americanos como maior potência do mundo, entre outras questões, pela representatividade do sistema chinês perante o Ocidente, o grau de

aceitação ocidental dos valores chineses, assim como a assunção ou não das responsabilidades por parte da China, como requisito necessário a sua ascensão, no entanto, a despeito do peso dessas e outras questões, existe subrepticiamente uma luta por poder, uma luta pela liderança hegemônica que conduz e orienta as ações chinesas, o que parece estar bem claro para muitos estrategistas realistas norte-americanos. O que talvez não estivesse tão claro nos anos de 1970, e no mundo atual tornou-se bastante patente, fosse a luta tão ranhida pela hegemonia entre norte-americanos e chineses no Sistema Internacional. Nesse caso, assim como prevê Mearsheimer (2007, p. 22) um confronto entre China e EUA parece inevitável num futuro não muito distante. Nesse aspecto Buzan (2010) também alerta para tal possibilidade, ou argumenta existir uma boa chance, no seu entender, de que essa “ascensão pacífica” provoque mais tensão e rivalidade na relação sino-americana, levando a um conflito entre os dois Estados gigantes (BUZAN, 2010, p. 23).

Para Friedberg (2005), um dos herdeiros do legado teórico de Mearsheimer e convicto defensor do realismo ofensivo, há três eixos de interpretações que se dividem entre realistas, liberais e construtivistas, alternando em cada escola uma posição otimista e pessimista para a interpretação do relacionamento sino-americano ao longo dos últimos trinta anos (FRIEDBERG, 2005, p. 10). Friedberg assinala que enquanto os liberais otimistas reforçam uma perspectiva de interdependência nas relações sino-americanas, cumuladas com aspectos institucionais e de democratização, intuindo para uma relação de cooperação, os realistas pessimistas acentuam que o crescimento econômico da China agrega poder no Sistema Internacional, e o aumento do poder gera novas demandas de poder em termos de expansão econômica, territórios e força militar (IDEM, p. 18). Nesse sentido Friedberg argumenta que:

As a state's capabilities grow, its leaders tend to define their interests more expansively and to seek a greater degree of influence over what is going on around them. Rising powers seek not only to secure their frontiers but to reach out beyond them, taking steps to ensure access to markets, materials, and transportation routes; to protect their citizens far from home, defend their foreign friends and allies, and promulgate their values; and, in general, to have what they consider to be their legitimate say in the affairs of their region and of the wider world. This correlation between growing power and expanding interests has been succinctly summarized by Robert Gilpin: "A more wealthy and more powerful state ... will select a larger bundle of security and welfare goals than a less wealthy and less powerful state" (IDEM, p. 19).

Em Friedberg, assim como em Mearsheimer, a relação que caracteriza os laços entre norte-americanos e chineses desde o período do reatamento datado aqui no fim da década de 60 e início da década de 70, é um relacionamento calcado sob cálculos estratégicos que sempre buscaram uma maximização de poder, o que não impediu ações cooperativas entre os dois Estados, posto que mesmo sob lances de cooperação (o que não é impossível para a

teoria realista), jazia uma estratégia de contenção e dominação no ambiente asiático. Para Friedberg, assim como para Buzan (2010) e Telles (2013), a possibilidade de um confronto militar não pode ser descartada, mesmo diante da intensa relação comercial entre as duas nações. Sobre esse aspecto, Friedberg assim como Mearsheimer, cita como exemplo, o caso da Grã-Bretanha e da Alemanha no início do século XX, quando se verificava que as duas potências tinham promissoras relações comerciais e boas razões para evitarem o conflito (segundo os liberais), mas que se enfrentaram em duas grandes e violentas guerras em menos de cinquenta anos (FRIEDBERG, 2005, p. 45).

Para Twomey (in: SHAMBAUGH, 2013, pp. 5-6), numa perspectiva de segurança, China e EUA estão envolvidos numa situação potencialmente conflituosa, de modo que as questões de segurança podem romper qualquer “harmonia” no âmbito comercial. Questões como a possibilidade de unificação das duas coréias sob a bandeira capitalista, reivindicações territoriais chinesas no Mar do Sul da China que envolvem o Japão e a eterna luta chinesa por Taiwan são pontos de extrema tensão entre chineses e norte-americanos. Para Twomey, a China vem aumentando gradativamente seu poderio militar, o que é uma preocupação norte-americana e de seus aliados na região, por essa razão hoje tem-se uma “guerra” de espionagem entre as duas nações, que buscam a todo custo inteirar-se dos planos militares um do outro no que tange à região asiática, o que apenas ratifica uma perspectiva realista para um provável confronto entre chineses e norte-americanos na região. Nesse caso, Twomey (in: SHAMBAUGH, 2013, p.10) aponta para uma luta pela hegemonia na região entre EUA e a China, que remonta em muitos sentidos ao reatamento sino-americano nos anos 60 e início dos anos 70, como assinalado por diversos autores citados até o presente momento.

4.5 – Considerações finais.

No presente e último capítulo deste trabalho científico, buscou-se salientar sob o ângulo teórico, mais uma faceta do fenômeno da reaproximação sino-americana, compondo junto com a visão histórica e com a análise dos estrategistas norte-americanos contidas nos documentos oficiais do governo dos EUA, uma paisagem mais completa no quadro complexo das leituras feitas sobre o relacionamento sino-americano a partir do final da década de 60 e início da década de 70.

Neste capítulo a teoria realista ofensiva de Mearsheimer é destacada como um modelo que açambarca um número razoável de elementos que explicam de maneira congruente e satisfatória o fenômeno ocorrido entre os EUA e a China desde o período da retomada do relacionamento (1969-1972), assim como é bastante esclarecedora quando aplicada ao contexto atual.

O argumento mearsheimeriano é bastante contundente, na medida que desnuda as ações estratégicas dos norte-americanos, cobertas sob o véu do liberalismo, mas na realidade grassadas pelo pragmatismo realista desde a fundação do Estado norte-americano, marcando-se como uma nação expansionista desde a época da Doutrina Monroe em 1823. A presente análise também é ratificada em muitos sentidos pelo conteúdo devassado no capítulo 3 do trabalho, e os postulados realistas esposados aqui, em grande medida, confirmam as avaliações contidas nos documentos oficiais para as ações norte-americanas rumo ao reatamento com a República Popular da China, dando-lhe uma nova dimensão teórica.

Sob a lente da teoria de Mearsheimer, pode-se compreender a reaproximação sino-americana como uma luta pela dominação hegemônica na região asiática, quando tanto norte-americanos quanto chineses buscaram na década de 70, impedir a ascensão do comunismo soviético na região. Também se pode depreender da aplicação teórica realista, que enquanto os EUA procuravam estabelecer uma aliança com a China como forma de contenção do próprio expansionismo chinês e com a intenção de forjar um escudo aliado contra a URSS, a China por sua vez, vislumbrou a possibilidade de uma reinserção internacional, buscando uma maior abertura para influenciar o jogo político que vigia no Sistema Internacional e, ao mesmo tempo, tentava conter o avanço das forças norte-americanas na Ásia, reivindicando subrepticamente uma ascensão hegemônica na região. Esse conjunto intricado de interesses realistas que aproximou nesse momento histórico chineses e norte-americanos, parece conformar-se numa nota bastante explicativa para o reencontro, em certo sentido inusitado, entre os dois grandes Estados no fim dos anos 70.

Para Mearsheimer, deve-se ressaltar, contrariando muitos debatedores de política externa, o realismo não foi implantado na Casa Branca na década de 70 com Nixon e Kissinger, porém sempre esteve presente no plano das ações norte-americanas em toda a Guerra Fria, assim como bem antes dela. Nesse caso, se observa que o discurso wilsoniano, por vezes presentes na retórica de Nixon, não impedia a ação estratégica fundada exclusivamente no interesse de Estado.

Em Mearsheimer refuta-se o institucionalismo liberal, posto que toda a estrutura institucional liberal fora forjada pelos interesses políticos norte-americanos, assim como as “regras” do jogo, de modo que uma leitura puramente liberal/institucional parece inadequada para se compreender de forma profunda o que se passou entre norte-americanos e chineses na década de 70.

Os norte-americanos exerceram um forte poder de cooptação ao barganhar um assento na ONU para os chineses, assim como abrigaram os chineses sob suas asas quando um ataque

soviético ao território chinês parecia iminente, deixando em segundo plano o elemento ideológico. Por sua vez, os chineses vislumbraram a possibilidade de se abrigar de um ataque soviético sob o guarda-chuva militar norte-americano, mas também visualizaram a possibilidade de uma reinserção internacional com dividendos em termos de tecnologia e mercado, num pragmatismo que encobria em certo sentido a virulência do discurso ideológico de Mao Tsé-tung nos anos 60. Esse parece ter sido um movimento bastante realista por parte de norte-americanos e chineses, que estabeleceram laços sem ter objetivos estritamente comuns dentro do contexto da Guerra Fria. Norte-americanos buscavam a maximização de poder ou ao menos a manutenção de sua força política na Ásia, devido ao medo quase obsessivo do expansionismo soviético no período da Guerra Fria, e os chineses por outro lado, passaram a reivindicar um papel hegemônico com o passar do tempo, o que não impediu que em razão de interesses bastante palpáveis e realísticos, chineses e norte-americanos construíssem uma incomum “aliança” que em primeiro plano buscava isolar a União Soviética, já que os interesses chineses na região asiática excluía qualquer pretensão do antigo império Czarista.

No presente contexto, a teoria realista tem o grande mérito de arregimentar mais que meras probabilidades, mas fazer confluir razões bastante plausíveis para justificar o pragmatismo político que envolveu o reatamento sino-americano no final dos anos 60 e início dos anos 70. Em que pese outras leituras teóricas para compreender o fenômeno do reatamento aqui estudado, a visão trazida pelo realismo ofensivo afasta o olhar ingênuo sobre a política internacional em que estão submersos os Estados, um mundo em que infelizmente as boas intenções contam pouco, regido pela incerteza e insegurança nas ações de seus pares em um Sistema Internacional anárquico, um mundo que caminha sob o pálio do auto-interesse estatal caracterizado pela auto-ajuda, pela balança de ameaças e pela constante maximização de poder no cenário internacional.

CONCLUSÃO

Antes de desfechar uma conclusão que levante algumas considerações sobre o que ocorreu entre os EUA e a China no final dos anos 60 e início da década de 70, é necessário lembrar que o reatamento sino-americano, numa perspectiva histórica, se deu no contexto da Guerra Fria (estudada no capítulo 1), desenhando-se sob o signo da desconfiança e do medo que cercavam um mundo dividido entre duas superpotências, URSS e EUA, e que mesmo sob o clima da *détente*, o medo da trapaça não fora totalmente arrefecido ou atenuado.

O reencontro sino-americano, que se estabeleceu no âmbito da Guerra Fria, mostrou que os EUA, mesmo sob a égide de uma propalada *détente*, continuava a seguir um padrão de ação realista, sob o império da desconfiança estatal. O Estado norte-americano trabalhava e era guiado pelo dogma do “medo”, a preocupação com a “sobrevivência” e a maximização do poder num mundo anárquico (onde impera o interesse estatal acima de tudo), agindo para conter o “expansionismo” soviético em diversas plagas do mundo, inclusive na região asiática. Os EUA, no período do reatamento sino-americano, encontravam-se imbuídos da missão de conter a todo custo o avanço da influência soviética na região asiática, ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer laços com a China comunista, utilizando-se do apóio chinês para confrontar os soviéticos no plano estratégico.

Por outro lado, ainda sob o estigma da Guerra Fria, a China se encontrava no fim da década de 60 em situação singular no cenário geopolítico. Convivia com desordens internas provocadas pela “eterna” Revolução Cultural, problemas econômicos que remontavam ao Grande Salto em Frente e externamente encontrava-se isolada em suas fronteiras, posto que a política externa de Mao Tsé-tung levava a China a construir inimigos em seu entorno estratégico, como Índia, Taiwan, Coreia do Sul, Japão, e outros aliados norte-americanos da região. Somado a seu isolamento e ao “cerco” em que se encontrava a China, o Estado chinês passou a digladiar-se num choque de fronteira com a URSS, o que trouxe para os chineses o risco de uma invasão e um conflito desastroso, o que na perspectiva histórica levava os chineses a procurar abrigo sob o guarda-chuva norte-americano.

No jogo complexo que se estabeleceu na região asiática, as respostas para perguntas que tentavam compreender os motivos da reaproximação sino-americana não eram simples e revelavam uma miríade de variáveis que influenciariam a reaproximação sino-americana. Nesse aspecto é necessário colocar que, mesmo diante de uma situação conturbada e perigosa em que os chineses se encontravam diante da ameaça de invasão soviética, os ventos auspiciosos da Doutrina Nixon foram um fator pelo qual os chineses puderam barganhar com os norte-americanos, quando confluíram no momento, o desejo norte-americano de extrair

suas tropas do grande problema que se tornara a Guerra do Vietnã e o anseio chinês de varrer para mais longe a influência norte-americana da região asiática. Nesse caso, a ação chinesa indicava uma possível estratégia não só para escapar das garras da URSS, mas também de recuperar influência e poder na região asiática, inferindo-se que havia em muitos sentidos um projeto de reinserção internacional, o que parecia comprovar-se com a assunção de uma cadeira na ONU pela China em 1971, no lugar de Taiwan. Cumpre observar nesse ponto que os documentos do Departamento de Estado dos EUA ratificam a visão de uma China que buscava reinserir-se internacionalmente e que procurava adquirir novas tecnologias multilateralizando seus contatos com o mundo ocidental.

Pode-se verificar que além dos fatores esposados acima para uma guinada da China em direção aos EUA (medo de uma invasão soviética, o projeto de reinserção, necessidade de multilateralizar seus contatos no ocidente em busca de tecnologia), houve por parte do governo norte-americano de Richard Nixon a aplicação de um pragmatismo sem precedentes, que em muitos sentidos ignorou as divergências ideológicas entre os dois Estados (chinês e norte-americano). Nixon minimizou as idiosincrasias de cada regime, aplicando uma política realista, que colocava os interesses estatais acima da retórica anti-comunista, aproveitando a oportunidade de inserir-se entre as fissuras abertas no relacionamento sino-soviético, evidenciado neste trabalho pelo estudo da história e dos documentos do Departamento de Estado dos EUA. Um bom exemplo desse pragmatismo político do Governo Nixon, fora o fato de seu governo aliar as negociações para extração das tropas norte-americanas do Vietnã à tratativas de uma “aliança” entre chineses e norte-americanos visando confrontar o inimigo soviético.

O Governo Nixon buscava com a reaproximação da China, inclinar a balança de poder para o lado norte-americano, desfechando um golpe duro contra a URSS, que se alijaria de uma vez do antigo “aliado” chinês. Nesse caso a estratégia norte-americana parecia ter funcionado, pois os soviéticos se sentiram pressionados a aumentar o diálogo com os norte-americanos, o que resultou inclusive na assinatura do SALT I, meses depois (maio) da viagem de Nixon à China em 1972. A estratégia norte-americana fora profunda ao ponto de não só tentar frear os ímpetos soviéticos com a contenção tão referida pelos historiadores, mas buscou por outro lado conter uma possível assunção de poder da China na região asiática, posto que os norte-americanos enxergavam o aliado Chinês, também como um possível rival em expansão na região asiática, o que ameaçava seu domínio hegemônico. Daí buscar-se apelar a China, fincando-lhe grilhões institucionais para contenção de seu poder expansionista, buscando trazer a nação chinesa para o jogo político ocidental. Tais observações não podem

passar como meras ilações, pois comprovam-se no estudo minucioso dos documentos oficiais tratados no capítulo 3 do presente trabalho.

Os norte-americanos procuraram colocar cabrestos na China, na tentativa de vinculá-la à tratados de não-proliferação de armas nucleares, acordos que versavam sobre armas químicas, meio ambiente, direitos humanos, entre outras matérias, pela via institucional da ONU. Os norte-americanos buscavam em diversas frentes, solapar a influência soviética na Ásia e fazer da China um aliado controlado pelo Ocidente; intimidar a URSS com o apoio chinês às ações norte-americanas; refrear qualquer ímpeto de expansionismo chinês e soviético na Ásia e continuar sendo o grande gerenciador/organizador das regiões do mundo sem a influência soviética.

Pode-se observar de modo complementar, que na análise dos documentos oficiais do governo norte-americano, os documentos apontam para estratégias fundadas em bases realistas e que indicam o grande pragmatismo das ações do Governo Nixon. Nos documentos oficiais que retratam o período do reatamento, entre outras percepções, destacam-se as avaliações estratégicas que mediam cada passo do caminhar norte-americano para a China (com relatórios que sondavam o ambiente interno da China, seu potencial expansionista, a condição de seu exército, as rivalidades com os países fronteiriços, entre outros tópicos), medindo-se o potencial dos ganhos e perdas com a reaproximação, bem como instando aos EUA a manterem uma espécie de equilíbrio hegemônico entre a URSS e a China.

O reatamento sino-americano sob a perspectiva dos documentos entremostra um jogo de estratégia puramente realista, onde se aponta claramente a estratégia norte-americana de interpor-se entre o relacionamento sino-soviético, provocando um recuo do inimigo soviético e estabelecendo teias que procuravam vincular a China aos interesses do Ocidente, sem perder de vista a perspectiva hegemônica que denunciava as intenções norte-americanas. Um grande exemplo disso é a contradição do que era propalado pela Doutrina Nixon (extração das tropas estrangeiras do território asiático) e a relutância em retirar suas tropas do território de Taiwan. Nesse aspecto, os norte-americanos pretendiam convencer os chineses da necessidade das forças norte-americanas no seu “quintal” como pivô para a estabilidade da região, recusando-se em retirar-se completamente do território de Taiwan.

Não se pode esquecer que, resguardada a visão histórica dos fatos, assim como a imprescindível análise dos documentos, o presente estudo trabalhou com o fatiamento das perspectivas, devendo-se ressaltar a importância da leitura teórica dos fatos, que não buscou ser melhor nem mostrou-se pior, ou menos mais adequada que as outras abordagens, mas que foi ventilada neste trabalho como uma visão complementar que aglutina explicações no

campo da teoria para o que aconteceu na reaproximação sino-americana no final da década de 60 e início da década de 70.

A reaproximação sino-americana vista pela lente realista, e sobretudo, pelo realismo ofensivo de Mearsheimer, acresce na compreensão do reatamento por buscar entender o restabelecimento das relações entre os EUA e a China como uma procura realista pela maximização de poder no cenário regional da Ásia, principalmente por parte dos EUA. Pela leitura realista de Mearsheimer, cada passo norte-americano dirigiu-se para a busca ou manutenção de uma hegemonia regional na Ásia, posto que num sistema anárquico as grandes potências procuram a ampliação do seu poder rumo a dominação hegemônica. Nesse caso a teoria explica, que com a aproximação dos EUA em direção à China comunista de Mao Tsé-tung, os norte-americanos procuravam manter ou ampliar sua influência na região asiática cooptando o inimigo chinês para fazer frente à ameaça do comunismo soviético, desequilibrando a balança de poder na Ásia em favor dos norte-americanos. A teoria também anota, como foi visto no capítulo 4, que um poder hegemônico ou que se pretende hegemônico, atua também no sentido de impedir a assunção de poder por parte de um rival, impedindo-o de exercer a hegemonia em seu lugar, o que caracteriza a ação norte-americana na Ásia em detrimento da URSS e também da China.

O argumento mearsheimeriano é visceral na medida que desconstrói o discurso liberal que aparentemente encobriu as ações realistas dos EUA, indo mais além, desferindo a afirmação de que as ações norte-americanas, não somente no período de Nixon na Casa Branca, mas ao longo de praticamente toda sua história foram realistas, e que remontavam à Doutrina Monroe. Ações realistas sob o manto institucionalizado dos discursos liberais.

Para a teoria do realismo ofensivo, o reencontro entre China e EUA seria fruto do pragmatismo político realista que colocava os interesses de Estado acima das questões morais, atropelando-as muitas vezes, fulminando que mesmo os passos dados em direção ao fortalecimento do institucionalismo, muitas vezes fora feito porque as regras do jogo favoreciam sobremaneira quem as criava.

Mas seria incongruente se a teoria fizesse apenas uma leitura das ações norte-americanas. Portanto, ao se vislumbrar o comportamento da China no período estudado, embora esse estudo parta de uma visão norte-americana para a China, verifica-se que muito provavelmente, parece ter havido na reaproximação chinesa dos norte-americanos uma patente tentativa de recuperar sua influência na região asiática, o que pode se comprovar com as exigências chinesas da retirada das tropas norte-americanas do Vietnã e de Taiwan. A China também agia sob a força que empurrava os norte-americanos em busca de mais poder

no Sistema Internacional, daí repita-se, a percepção nos documentos do Departamento de Estado analisados neste trabalho, que intuía que a China buscava reinsserir-se internacionalmente buscando também a maximização de poder.

O pragmatismo realista que fez com que EUA e China se reaproximassem no final dos anos 60 e início dos anos 70, ignorando em certa medida, a retórica dos dois sistemas que se excluíam mutuamente, justifica uma aproximação interessada numa maximização de poder pelas duas partes, quando os EUA buscavam o domínio da região asiática ou ao menos a manutenção de seu poder e influência em oposição à ameaça soviética, enquanto que os chineses por outra parte, buscavam a assunção de mais poder ao mesmo tempo em que se protegiam de uma ameaça de invasão soviética em suas fronteiras, de modo que “jogando” em dois âmbitos, os chineses conquistaram uma cadeira na ONU, exigiram a retirada das tropas norte-americanas de Taiwan e negociaram a saída dos EUA do Vietnã, ou seja, a retirada norte-americana de uma região que buscavam recuperar poder.

Há talvez um único mérito no presente trabalho, e isso deve ser registrado, que é a tentativa de expor em diversos ângulos, fatiados por diversas perspectivas, a abordagem da história, a visão trazida pelos estragistas nos documentos oficiais e a leitura teórica para o reatamento sino-americano no fim da década de 60 e início da década de 70. Estas abordagens ou leituras não se excluem ou se anulam, mas se complementam no intuito de ampliar a compreensão da reaproximação sino-americana, trazendo visões para um fenômeno multidimensional que foi o reatamento sino-americano no período citado acima. A reunião das três perspectivas pode redundar nas hipóteses de que a reaproximação sino-americana no fim da década de 60 e início da década de 70 fora pelo foco da teoria, uma luta norte-americana, sobretudo, pela ampliação de poder em busca de uma hegemonia regional na região asiática, em detrimento do inimigo soviético. A reaproximação foi favorecida por um desgaste na relação sino-soviética que levou os soviéticos à iminência de uma invasão à China, o que provocou uma inclinação chinesa para o lado norte-americano, inclinação que fora favorecida pela extração das tropas norte-americanas no Vietnã, ao mesmo tempo em que os chineses buscavam uma oportunidade de reinsserir-se internacionalmente, almejando alavancar mais poder na região asiática e em outros cenários mundiais.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano. Da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BLANEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Fundamento, 2009.
- BROWN, Archie. **Ascensão e queda do Comunismo**. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BRZEZINSKII, Zbigniew. A Geostrategy for Eurasia. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 3, May/June 1997c. pp. 20-30.
- BUZAN, Barry. China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, Vol. 3, 2010, pp. 5–36.
- CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2009.
- CARVALHO, Olavo de; DUGIN, Alexandre. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**. Campinas: Daikoku Editora e Gráfica, 2012. Agosto de
- CHELLANEY, Brahma. La estratégia de La Administración Obama em Asia. **Anuário Asia-Pacífico**. Vol. 2010, Edición 2011.
- CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **MAO: a história desconhecida**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHOMSKY, Noam. **Rumo a uma nova Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- DAGGETT, Stephen. **Costs of Major U.S. Wars**. Congressional Research Service. Washington, D.C., Junho de 2010. Disponível em <https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS22926.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.
- DALLEK, Robert. **Nixon e Kissinger: parceiros no poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DUGIN, Alexandre; CARVALHO, Olavo de. Os Eua e a Nova Ordem Mundial. *Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: CEDET, 2012.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: Uma nova história**. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FERGUNSON, Niall; KISSINGER, Henry; LI, David; ZAKARIA, Fareed. **O século XXI pretence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FRIEDBERG, Aaron L. The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable? **International Security**, Vol. 30, No. 2 (Autumn, 2005), pp. 7-45.
- GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Manual prático**. São Paulo: Vozes, 2000.
- GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HERZ, John H. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. World Politics, Vol. 2, No. 2 (Jan., 1950), pp. 157-180. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009187> Acesso em 09/10/2013.

HUTTON, Will. **O aviso na muralha. A China e o Ocidente no século XXI**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IKENBERRY, G. John. America's liberal hegemony. **Current History**. v. 98, n. 624, January, 1999, pp. 23-28.

_____. America's imperial ambition. **Foreign Affairs**, [New York], v. 81, n. 5, September/October, pp. 44-60, 2002.

JABBOUR, Elias. **China hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLY, Paul. **O livro da política**. São Paulo: Globo, 2013.

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**. v. 25, nº 4, jul. 1947, pp. 566-582.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 200**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. 20ª ed.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. The promise of institutionalist theory. **International Security**, v. 20, n.1, Summer 1995, pp. 39-51.

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, Winter 1990/1991. pp. 23-33.

_____. On defense of democractic realism. **The National Interest**, Fall, pp. 15-25, 2004.

LEITE, Alexandre C. C. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês - 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. Tese. PUC - Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP, 2011.

MACMAHON, Robert J. **Guerra Fria**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, Vol. 19, N° 3. Winter, 1994-1995, pp. 5-49.

_____. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

_____. **Por que os líderes mentem. Toda a verdade sobre as mentiras na política internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. **O leviatã desafiado: [1946-2001], vol. 2. Liberdade versus Igualdade**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os arquitetos da política externa norte-americana**. São Paulo: EDUC, 2010.

NIXON, Richard Milhous. Asia After Vietnam. **Foreign Affairs**, Vol. 46, No. 1, October 1967, pp. 113-125. Reprinted by permission of Foreign Affairs, 2002. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d3>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

NYE, Joseph S. Jr. American strategy after bipolarity. **International Affairs**, v. 66, n. 3, July 1990. pp. 513-521.

_____. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais**. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Brasil e China. Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PANTSOV, A. V. Kak Stalim pomog Mao Tzedunu stat vozhdem. **Voprosy istorii**, n° 2, 2006, pp. 75-87.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2011.

_____. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RESENDE, Érica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2006.

ROSS, Robert. China II: Beijing as a conservative Power. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 2, March/April 1997. pp. 33-44.

RUGGIE, John Gerard. Third try at world order? America and multilateralism after the cold war. **Political Science Quarterly**, v. 109, n. 4, 1994. pp. 553-570.

_____. The false promise of realism. **International Security**, v. 20 n. 1, Summer 1995. pp. 62-70.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SHIMKO, Keith L. Realism, Neorealism, and American Liberalism. **The Review of Politics**, Vol. 54, No. 2, Spring 1992, pp. 281-301.

SHAMBAUGH, David L. (Org.). **Tangled Titans: the United States and China**. United Kingdom: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

SPENCE, Jonathan. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, **Policy Planning Staff Files**: Lot 77 D 112, Director's Files, Selected Lord Memos. Confidential. The paper was sent to Kissinger on January 23 under a covering memorandum from Winston Lord of the NSC Staff. Disponível em <<http://history.states.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d54>>. Acesso em 06 de julho de 2013.

U. S. Department of States. Library of Congress, Manuscript Division, Richardson Papers, Box CL 2, Chronological File. Confidential. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d46>>. Acesso em 07 de julho de 2013.

U. S. Department of States. Library of Congress, Manuscript Division, Kissinger Papers, Box CL 425, Subject File, Background Briefings, June-Dec 1969. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76-v01/d47>>. Acesso em 08 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, INR/EAP Files: Lot 90 D 110, National Intelligence Estimates, NIE 13-7-70. Secret; Controlled Dissem. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76-v17/d95>>. Acesso em 08 de julho de 2013.

U. S. Department of States. Public Papers of the Presidents of the United States: Richard Nixon, 1970, pp. 116-190. The report, the first annual report on foreign policy, was transmitted to Congress under a covering letter signed by Nixon. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76-v17/d60>>. Acesso em 24 de julho de 2013.

U. S. Department of States. Public Papers of the Presidents of the United States: Richard Nixon, 1970, pp. 745-756. President Nixon signed the message for transmittal to Congress in a ceremony in his office attended by the members of the Presidential Task Force on International Development. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d70>>. Acesso em 24 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, Central Files 1970-73, POLCHICOM-US. Secret; Nodis. Drafted by Anderson (EA/ACA) on January 13, and cleared by Swank, Green, and Alexis Johnson. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d61>>. Acesso em 25 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, Central Files 1970-73, POLCHICOM-US. Secret; Immediate; Nodis. Received at 2 p.m. Kissinger forwarded the cable to the President on January 21 in his daily briefing memorandum. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d62>>. Acesso em 24 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 520, Country Files, Far East, China, Vol. IV. Secret; Sensitive. Sent for information. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d71>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, INR/EAP Files: Lot 90 D 110, National Intelligence Estimates. Secret; Controlled Dissem. Another copy is in Central

Intelligence Agency. 11/06/1970. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d83>>. Acesso em 25 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, INR/EAP Files: Lot 9° D 110, National Intelligence Estimates. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d95>>. Acesso em 25 de julho de 2013.

U. S. Department of State. Central Intelligence Agency, Job 79–R1012, NIC Files. Top Secret; Sensitive; Controlled Dissem; Limdis. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d82>>. Acesso em 26 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 520, Country Files, Far East, China, V. Secret; Sensitive. Pp. 252-253. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d101>>. Acesso em 26 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-177, NSSM 106. Secret. Green was responsible for coordinating the Department of State's response to NSSM 106. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d105>>. Acesso em 27 de Julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 521, Country Files, Far East, China, Vol. VI. Secret. Sent for action. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d105>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-031, NSC Meeting, UN Representation and China, 3/25/71. Secret. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d110>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1031, Files for the President—China Material, Exchanges Leading up to HAK's Trip to China, December 1969–July 1971. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d118>>. Acesso em 28 de Julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1031, Files for the President—China Material, Exchanges Leading up to HAK's Trip to China, December 1969–July 1971. Top Secret; Sensitive; Eyes Only. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d126>>. Acesso em 30 de julho de 2012.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, S/S Files: Lot 80 D 212, National Security Files, NSSM 124. Top Secret. Brown, Acting Chairman of the NSC Interdepartmental Group for East Asia and the Pacific, submitted this report to the SRG on May 28. Disponível em <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d129>>. Acesso em 30 de julho de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 521, Country Files, Far East, China. Disponível em

<<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d131>>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. Library of Congress, Manuscript Division, Kissinger Papers, Geopolitical Files, China, China, Trips, July 1971. Briefing Notebook. Top Secret; Sensitive. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d137>>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1032, Files for the President—China Material, Polo I, Record, July 1971 HAK Visit to PRC. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d139>>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1032, Files for the President—China Material, Polo I, Record, July 1971 HAK visit to PRC. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d140>>. Acesso em 05 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 522, Country Files, Far East, China, Vol. IX. Top Secret; Sensitive. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d154>>. Acesso em 08 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 849, President's Files—China Trip, China Exchanges, July–October 20, 1971. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d155>>. Acesso em 08 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1036, Files for the President—China Material, China—General, July–October 1971. Top Secret; Umbra; Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d157>>. Acesso em 08 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1035, Files for the President—China Material, China, HAK's October 1971 Visit. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d164>>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1035, Files for the President—China Material, China, HAK's October 1971 Visit Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d165>>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 522, Country Files, Far East, China, Vol. IX. Secret; Sensitive. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d169>>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-188, NSSM Files, NSSM 141. Secret. Disponível em

<<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d171>>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, S/S Files: Lot 80 D 212, National Security Files, NSSM 141. Secret. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d175>>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, Central Files 1970–73, POL 7 US/NIXON. Secret; Priority; Exdis. Text received from the White House on December 15. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d181>>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 847, President's File—China Trip, China Visit—Readings on Mao Tse-tung and Chou En-lai, Book IV, The President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d193>>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Special Files, President's Office Files, Box 87, Memoranda for the President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d194>>. Acesso em 19 de novembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Special Files, President's Office Files, Box 87, Memoranda for the President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d196>>. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, RG 59, Central Files 1970–73, pol 7 US/NIXON. Secret; Nodis; Homer. The meeting was held in Villa 5 of the Guest House Complex. Drafted by Platt and approved by Rogers on February 28. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d198>>. Acesso em 01 de dezembro de 2013

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Special Files, President's Office Files, Box 87, Memoranda for the President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d199>>. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Special Files, President's Office Files, Box 87, Memoranda for the President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d200>>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Special Files, President's Office Files, Box 87, Memoranda for the President. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d201>>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

U. S. Department of States. *Public Papers: Nixon, 1972*, pp. 376–379. Commonly known as the Shanghai Communiqué. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d203>>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____. **Realism and International Politics**. New York: Taylor & Francis, 2008.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século 20**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

ZHRAN, Geraldo. **Tradição liberal e política externa nos Estados Unidos: um diálogo com interpretações realistas e idealistas**. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2012.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.